

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Psicologia

Rafaela Vasconcelos Freitas

**‘NUNCA FUI FEM’:
Interseções entre militarismo e normas de gênero na trajetória de combatentes
transexuais.**

Belo Horizonte
2018

Rafaela Vasconcelos Freitas

**‘Nunca fui FEM’.
Interseções entre militarismo e normas de gênero na trajetória de combatentes
transexuais.**

Versão final

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em Psicologia.

Orientador: Marco Aurélio Máximo Prado

Belo Horizonte
2018

150	Vasconcelos, Rafaela.
V331n	"Nunca fui 'FEM'" [manuscrito] : Interseções entre militarismo e normas de gênero na trajetória de combatentes transexuais / Rafaela Vasconcelos Freitas. - 2021.
2021	336 f. Orientador: Marco Aurélio Máximo Prado.
	Tese (doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Inclui bibliografia.
	1 Psicologia – Teses. 2. Transexualidade - Teses. 3. Relações de gênero - Teses. 4. Militares – Teses. 5. Segurança pública - Teses I. Prado, Marco Aurélio Máximo. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.



ATA DA DEFESA DE TESE DA ALUNA RAFAELA VASCONCELOS FREITAS

Realizou-se, no dia 31 de agosto de 2018, às 14:30 horas, Sala 2060 - Fafich (Membro da banca vai participar via SKYPE), da Universidade Federal de Minas Gerais, a defesa de tese, intitulada '*Nunca fui FEM*'. *Interseções entre militarismo e normas de gênero na trajetória de combatentes transexuais*, apresentada por RAFAELA VASCONCELOS FREITAS, número de registro 2014706683, graduada no curso de PSICOLOGIA, como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor em PSICOLOGIA, à seguinte Comissão Examinadora: Prof(a). Marco Aurelio Maximo Prado - Orientador (UFMG), Prof(a). Luiz Alberto Oliveira Gonçalves (UFMG), Prof(a). Flavia do Bonsucesso Teixeira (UFU), Prof(a). Guilherme Silva de Almeida - Videoconferência (Universidade do Estado do Rio de Janeiro), Prof(a). Jacqueline de Oliveira Muniz (UFF).

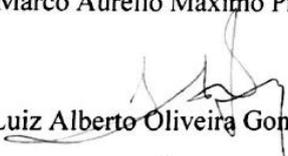
A Comissão considerou a tese:

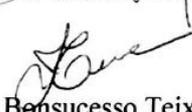
Aprovada

Reprovada

Finalizados os trabalhos, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, vai assinada por mim e pelos membros da Comissão.
Belo Horizonte, 31 de agosto de 2018.


Prof(a). Marco Aurelio Maximo Prado (Doutor)


Prof(a). Luiz Alberto Oliveira Gonçalves (Doutor)


Prof(a). Flavia do Bonsucesso Teixeira (Doutora)

Prof(a). Guilherme Silva de Almeida - Videoconferência (Doutor)


Prof(a). Jacqueline de Oliveira Muniz (Doutora)

Dedico esta tese a Vó Lilia e a Zeth.

AGRADECIMENTOS

Estudar é um direito, um privilégio e uma batalha constante. Nenhum dos meus caminhos seria possível sem meus amores maiores: Elizeth, José Reinaldo, Camila e Mirelle, vocês são incomparáveis. Obrigada por cada palavra, cada minuto de companhia, de cuidado, de divergências e principalmente de amor.

Ao Vô Geraldo, agradeço pelo realismo fantástico das histórias passadas e por me ensinar a linguagem do cotidiano, que não me deixa esquecer de onde eu vim. A Vó Lilia, por ensinar a leveza e a potência do amor e da fé (e por passar óleo bento na gente).

Às tias e madrinha, por me ensinarem o amor aos passeios e a qualquer motivo de comemoração, obrigada por se fazerem próximas e disponíveis à minha família. A Tia Nívia, Bastião, Chel e Biel, por serem minha família na capital.

A Carol, Elen, Nicole, Barela e Igorico, por serem a família escolhida, construída na solidariedade do cotidiano. Obrigado por cuidarem de mim e por se deixarem serem cuidados. Sou muito feliz perto de vocês. Jacque e Manolo, obrigada por serem carinho, risada e conteúdo. À Thaisa Vilela, por ser aprendizado e companhia desejada. A Marcela, Sávio e Apelino, pelas melhores referências musicais, baladas e barracos.

Às amigas Liliane Anderson e Anyky Lima, pela confiança, pelas melhores risadas e ditados trans-populares e por se fazerem presentes na minha trajetória. A Keila Simpson, Gisela Lima, Viviane Vergueiros e Amara Moira, por serem inspiração no mundo acadêmico.

Agradeço às professoras Joana Ziller, Paulo Nogueira, Tatiana Carvalho, Roberto Reis, Paula Sandrine, Sara Deolinda, Vanessa Barros, Camila Nicácio, Regina Helena e Ana Paula Vencato, por serem inspiração nessa vida de ativismo na Universidade. Obrigada pelas parcerias, pela confiança e carinho.

Às colegas da Clínica de Direitos Humanos da Faculdade de Direito da UFMG, por me receberem tão bem. Às colegas do Instituto DH de Direitos Humanos, obrigada pela confiança e pelo trabalho conjunto.

Ao Paulo Bevilaqua, ao Raul Capistrano e à Janice Perez (musa), pela amizade, por trazerem arte, beleza e conteúdo para minha vida.

Aos professores Flávia Teixeira e Luiz Alberto, pelos comentários e contribuições no momento da qualificação e da defesa. A Guilherme Almeida e Jacqueline Muniz, por toparem compartilhar esse momento final comigo. Os encontros em texto, tela e em sala foram de grande aprendizagem.

À Andreia, Stela, Uyara, Mariana, Camila, Natália, Áudria, Thalita, Emanuelle, Fabiana e Ellen, pelo conhecimento compartilhado e por serem um ganho delicioso desse percurso.

A todas as militares do CBMMG e àquelas que conheci nos eventos pelo país, em especial a Major DF Ive Lorena e às organizadoras dos Encontros Nacionais em Maceió e Recife, pela confiança e recepção calorosa.

A todos os colegas do NUH/UFMG, que transformam a vida acadêmica em possibilidades de amizade, inspiração, provocação e competência. A Leonel Cardoso, Thiago Coacci, Gustavo Fortunato e Daniel Arruda, por permanecerem na minha vida. A Lorena Oliveira, Sophis Repolês, Julia Carneiro, Gab Lamounier, Julia Vidal, Sophia Bastos e a toda nova geração de sapatilhas, coturnos e migas que fazem do NUH esse sucesso. Muito obrigada.

Ao Marco, por sempre estar presente na vida acadêmica e fora dela. Por me deixar caminhar do meu jeito, por me orientar (em múltiplos contextos e sentidos), por me inspirar, por me provocar, por me ensinar tanto nesses anos de parceria. Muito obrigada.

Ao João e Francisco, por serem tão generosos. Obrigada por compartilharem suas histórias e anseios. Que este trabalho possa traduzir de alguma forma parte de suas trajetórias, suas lutas e conquistas.

À Branca, pelos cafés da manhã, por limpar minha mesa, por entender minhas ausências e minha bagunça. Não tem uma página desta tese que não tenha você. Obrigada por ser minha maior interlocutora nesse percurso.

“Sabe essa cena que eu te falei dos grampos? Foi a primeira vez. O primeiro dia, a apresentação, aí eu lembro que a gente tava em volta da piscina do BBM, aí veio um helicóptero assim, ó [imita som das hélices girando]... aí a água começou a... neh? Aquele trem todo assim e... hoje em dia eu fico vendo que na verdade aquilo ali era exatamente o que ia acontecer na minha vida a partir daquele momento. Aquela água assim, ó [imita som das águas se agitando]... porque... foi isso que aconteceu. Minha vida virou de cabeça pra baixo: já chegou a mulher com os grampos e “prende esse cabelo!” e não sei o quê... eu não tava entendendo nada... e xingando a gente... porque a gente era tão inocente...” (João)

Resumo

Esta tese tem como objetivo compreender as dinâmicas de gestão da diversidade sexual e de gênero no interior de instituições militares estaduais de segurança pública, através da trajetória de seus profissionais transexuais. Resultante de uma imersão etnográfica multissituada e do aporte teórico dos estudos sobre gênero, sexualidade e Teoria *Queer*. A pesquisa buscou esmiuçar esse regime (militar), observando como se estiliza de acordo com o fazer profissional (bombeiro e polícia militar), e como se entrelaça às dinâmicas dos gêneros e das sexualidades, além de outros marcadores sociais, para configurar um ordenamento de subjetividades. A inserção e permanência das mulheres, das homossexualidades e principalmente das transexualidades nessas instituições revelaram práticas interpessoais e institucionais violentas, machistas, homo e transfóbicas, que alteram carreiras profissionais, regulam e deslegitimam pertencimentos e atuações. As análises indicam como normas militares se sustentam nas normas de gênero (sexo-gênero) para estruturar seu ordenamento interno; para transexuais militares as inserções profissionais podem significar meios de acesso à saúde, de questionamento de pressupostos patologizantes sobre as próprias experiências e de reinserção social. Por outro lado, esses pertencimentos não devem ser lidos como sinônimos de modernização dessas instituições enquanto não estiverem atrelados a uma revisão de seus regimes políticos institucionais e de suas formas de atuação na sociedade.

Palavras-chave: Transexualidade. Normas de gênero. Militar. Bombeiro. Segurança pública.

Abstract

This thesis aims to understand the dynamics of sexual diversity and gender management within state military institutions of public security through the trajectory of their transsexual professionals. Based on a multisituated ethnographic immersion and the theoretical contribution of studies on sexuality and Queer Theory. The research sought to scrutinize this (military) regime, observing how it is stylized according to professional practice (fireman and military police), and how it interweaves the dynamics of gender and sexuality, in addition to other social markers, to configure a subjectivities. The insertion and permanence of women, homosexuals and especially of transsexualities in these institutions revealed violent, macho, homo and transphobic interpersonal and institutional practices that alter professional careers, regulate and delegitimize belongings and actions. The analyzes indicate how military norms are based on gender norms (gender-gender) to structure their internal ordering; for military transsexuals the professional insertions can mean means of access to health, of questioning pathological assumptions about their own experiences and of social reintegration. On the other hand, these belongings should not be read as synonyms for the modernization of these institutions until they are tied to a review of their institutional political regimes and their ways of acting in society.

Key-words: Transsexuality. Gender norms. Military. Firefighter. Public security

LISTA DE SIGLAS

AL – Alagoas
ASPRA/PM-MB – Associação de Praças da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar
BM – Bombeiro Militar
BBM – Batalhão Bombeiro Militar
Cb - Cabo
CAP – Capitão/ã
CB – Corpo de Bombeiros
CBM – Corpo de Bombeiros Militar
CBMMG – Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais
CFO – Curso de Formação de Oficiais
CFSd – Curso de Formação de Soldados
CNV – Comissão Nacional da Verdade
GM – Guarda Municipal
GO – Goiás
ITA – Instituto Tecnológico da Aeronáutica
MG – Minas Gerais
MP – Ministério Público
NUH – Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania LGBT
PC - Polícia Civil
PF - Polícia Federal
PM – Polícia Militar
PMMG – Polícia Militar de Minas Gerais
PRF – Polícia Rodoviária Federal
REDS – Registro de Eventos de Defesa Social
RDPM – Regulamento Disciplinar da Polícia Militar
RUICBM - Regulamento de Uniformes e Insígnias do Corpo de Bombeiros Militar
SC – Santa Catarina
Sd – Soldado/a
SENASP – Secretaria Nacional de Segurança Pública
Sgt – Sargento/a
TEN – Tenente
UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
1.1 Memorial.....	20
2 UMA PAISANA FEMINISTA NA CASERNA	36
2.1 João e Francisco.....	53
2.2 Mais uma FEM.....	59
3 O ESTADO E OS DESEJOS	67
3.1. Ditadura e Homossexualidades.....	76
3.2 Os “desiguais”.....	87
4 A CASERNA	99
4.1 Tirando o ranço de paisano	106
4.2 A história e a norma	112
4.3 Tornar-se militar e trabalhar	126
5 FAZENDO GÊNERO	130
5.1 Ao meu comando! Como elas chegam ao quartel.....	131
5.2 Problemas de gênero.....	136
5.2.1 A política sexual do assédio.....	142
5.2.2 Sobre masculinidades.....	143
5.3 Eles não gostam de FEM: Ocorrências Destaque.....	149
6 A GESTÃO MILITAR DA DIFERENÇA	153
6. 1 A marcha do debate.....	153
6. 2 O “rebento” da gestão do trânsito.....	169
6. 2. 1 O processo judicial do corpo.....	191
6. 3 Normas de gênero e normas militares.....	196
6. 4 Crise e/ou revolução.....	201
6. 5 Conclusões.....	204
7 Hoje não teremos receita de bolo	211
8 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	214
9 ANEXOS	233

1. INTRODUÇÃO

Más bien, el hilo conductor que atraviesa en diagonal este proyecto, es un compromiso imaginativo con nuestro presente, con la recreación y la reconstrucción de saberes subversivos, de conocimientos situados, de experiencias y memorias políticas que vayan más allá de los saberes institucionales y al servicio de quienes luchan en los intersticios del feminismo (SOLÁ, 2014. p.15-16)

Ao longo das próximas páginas, os leitores entrarão em contato com diversas narrativas: dos meus interlocutores, as minhas, as oficializadas pelas instituições e aquelas registradas pela história, configurando a construção de um campo heterogêneo. Com o objetivo de apreender interseções contemporâneas, porém sem pretensões de arranjar consensos ou definir conceitos e diagnósticos, busquei ao longo dos últimos anos compreender as dinâmicas de gestão da diversidade sexual e de gênero no interior de instituições militares de segurança pública, através da trajetória de seus profissionais transexuais.

Em função da nossa história nacional, dos efeitos das nossas políticas de segurança e do isolamento em que as áreas do saber se constituem, o que normalmente se conhece sobre *militarismo* parece um bloco monolítico e incompatível com as dissidências sexuais. Minha experiência me oferecia pistas a pensar que era necessário esmiuçar esse regime (militar) para complexificar e heterogeneizar o que se sabe sobre ele. Passou a ser importante observar como esse militarismo se estiliza de acordo com o fazer profissional (de cada instituição), com os próprios sujeitos que o representam e, principalmente, como ele se entrelaça às dinâmicas dos gêneros e das sexualidades, além de outros marcadores sociais, para configurar um ordenamento de subjetividades.

Como observa viviane vergueiro, sujeitas e sujeitos transexuais têm identidades de gênero constituídas nas fronteiras e nos processos subjetivos que envolvem a autopercepção e a performatividade do corpo, das expressões e vestimentas. Trazem elementos e demandas políticas específicas e estão inseridas nos marcos ‘civilizatórios’ contemporâneos.

Conforme Almeida e Murta (2013), são relevantes os seguintes elementos para pensar essas vivências:

a) é uma experiência identitária e um desdobramento das normas de gênero; b) é

uma construção histórica e cultural; c) é metonímia das relações de gênero hegemônicas, pois “a aproximação com a transexualidade é reveladora das convenções sociais sobre masculinidade e feminilidade” (Bento, 2008:10); d) é provocação para os/as que nela são envolvidos/as ou sobre ela têm que arbitrar (p.387)

Distanciada dos atributos da coerência, normalidade e naturalidade, a construção dos lugares sociais da população trans¹ ultrapassa a constatação e a demarcação de sua diferença, é utilizada para demarcar a suposta superioridade daqueles cujo sexo e gênero têm a marca da suposta autenticidade. Tais posições marginalizadas são negativamente constituídas para que de forma constante se afirme humanidade somente ao que se materializou em consonância à norma (BUTLER, 2006).

Nesse sentido, como horizonte político e teórico:

As experiências das transidentidades não se adequam no conceito de nenhuma patologia, muito menos de alguma psicopatologia, sobretudo porque é inviável e impossível estabelecer critérios diagnósticos coerentes com a realidade das diversidades das experiências das pessoas que vivem identidades trans. Isso significa que a lógica da patologização tem historicamente revelado muito mais o esforço da manutenção de hierarquias de saber e do poder científico como formas de regulação das normas sociais e de coerção e submissão às normas de gênero do que propriamente a criação de mecanismos e critérios de atenção e cuidado à saúde integral (TENÓRIO E PRADO, 2016, p.41)

O processo histórico de patologização e medicalização das transidentidades, que orientam as instituições e relações sociais, gera prejuízos de várias ordens às pessoas trans, negando a dignidade, a relativa autodeterminação e a possível autonomia sobre seus próprios corpos. E confunde as diversas possibilidades de expressão dessas pessoas com um conjunto de comportamentos psicopatológicos, reduzindo-os a estereótipos e descrições prescritivas homogeneizantes (TENÓRIO E PRADO, 2016).

A obediência à hierarquia dos saberes e poderes e a disciplina nos discursos e ações não se limitam aos regimes militares, a despeito das demandas dos movimentos sociais e das múltiplas narrativas de pessoas transexuais sobre a heterogeneidade das próprias experiências. As “burocracias diagnósticas”, como comenta o pesquisador e ativista Leonardo Tenório, ainda são o ‘comando’ mais expressivo sobre as políticas públicas. No entanto, mudanças significativas têm vislumbrado melhorias nas formas de conceber as diferentes identidades sexuadas. Três “Forças”, para brincar com o vocabulário do campo, após constantes interpelações, anunciaram alterações recentemente e interessam sobremaneira nosso campo de

¹ Durante a escrita do texto, farei referência à multiplicidade de identidades e vivências derivadas do questionamento ou do trânsito entre os gêneros, com o termo “trans”.

análise nesta tese: a medicina, o direto e a psicologia.

Medicina: A Organização Mundial de Saúde (OMS) anunciou,² em junho deste ano (2018), durante a revisão de seu Código Internacional de Doenças (CID-11),³ uma mudança na classificação das transexualidades. Serão retiradas do capítulo de “transtornos da personalidade e do comportamento”, no subcapítulo “transtornos de identidade de gênero” e realocadas para o capítulo de “condições relativas à saúde sexual”, passando a ser designada como “incongruência de gênero”. Essa mudança se estende também para o conteúdo da descrição do diagnóstico⁴. A conquista, que pode ser caracterizada como um ganho histórico se considerada sua saída das enfermidades mentais, tem sido comemorada com ressalvas. Demanda ainda outras etapas de implementação e não caracteriza a completa despatologização das vidas trans, por manter o discurso diagnóstico, não promover reflexões sobre o fato de ‘sofrimentos e angústias’ estarem associadas ao preconceito e violência sociais, além de continuar legitimando e naturalizando uma ideia de congruência sexo (diferença anatômica) e gênero que é falaciosa. Além disso, ficará a cargo de cada país a tradução de que acessos serão possibilitados no sistema de saúde a partir dessa (nova) categorização.

A precisão dos termos e lugares é imprescindível nessa discussão, uma vez que, em diversos países como o Brasil, a garantia do atendimento no serviço público de saúde e o embasamento para diversas outras políticas atualmente estão relacionados ao Conselho Federal de Medicina, que se orienta supostamente por esse Código. Movimentos sociais e estudos acadêmicos há tempos apontam alternativas à dependência de um diagnóstico para reconhecimento de direitos. A Catalunha se destaca no cenário mundial ao efetivar um caminho de possibilidade que assegura o atendimento ao processo de transição pela “livre autodeterminação de gênero” sem a necessidade de laudos médicos e psicológicos, tendo

² Em 18 de Junho de 2018, o pesquisador e ativista argentino Mauro Cabral Grispan publicou um texto no Facebook anunciando a publicação do próximo CID-11 com a mudança. Mais informações sobre a alteração podem ser encontradas em: <http://sxpolitics.org/ptbr/a-politica-sexual-em-junho-de-2018/8602>.

³ A última revisão do Código, CID-10, ocorreu em 1990. Na ocasião, as homossexualidades foram retiradas da classificação.

⁴ Segundo publicação do El Diálogo da Espanha, no CID-10 o conteúdo do diagnóstico seria “Un deseo de vivir y ser aceptado como miembro del sexo opuesto, por lo general acompañado de malestar o desacuerdo con el sexo anatómico, y de deseo de someterse a tratamiento quirúrgico u hormonal para hacer que el propio cuerpo concuerde lo más posible con el sexo preferido”. No CID-11, passa a ser “Una incongruencia marcada y persistente entre el género experimentado del individuo y el sexo asignado, que a menudo conduce a un deseo de “transición” para vivir y ser aceptado como una persona del género experimentado a través del tratamiento hormonal, la cirugía u otras prestaciones sanitarias para alinear el cuerpo, tanto como se desee y en la medida de lo posible, con el género experimentado. El diagnóstico no puede asignarse antes del inicio de la pubertad. El comportamiento y las preferencias de género por sí solas no son una base para asignar el diagnóstico”. Mais informações podem ser acessadas nesta matéria: https://www.eldiario.es/catalunya/sanitat/transsexualidad-dejara-considerada-enfermedad-Catalunya_0_572893494.html

como porta de entrada os Centros de Assistência Primária e posterior encaminhamentos para especialidades.

En los años 90 se atendía a las personas trans diagnosticándolas de un trastorno de identidad de género y se les sometía a corrección psiquiátrica; en los 2000 se consideraba una disforia de género y se les daba un tratamiento hormonal y una reasignación quirúrgica. Ahora, el nuevo modelo se basa en el hecho de que no habrá necesidad de definir ni justificar ni la identidad de género ni las preferencias sexuales. También se quiere dar autonomía para tomar decisiones a través del consentimiento informado y apostar por una transición opcional marcada por la persona (SONIA CALVÓ, para El Diario, em 24/10/2016)

A medida segue uma linha de discussão que muitos profissionais de saúde, pesquisadores e pessoas trans têm apontado no Brasil. A construção de um ‘plano terapêutico individual’, no qual as/os sujeitos trans possam conhecer, negociar e decidir se desejam fazer a intervenção, de que maneira querem fazer isso e quais intervenções desejam realizar. Apesar de iniciativas pontuais nessa direção⁵, o atendimento no sistema público de saúde está atrelado à regulação médica, não suporta a demanda nacional e tem sido precarizado com as mudanças no governo federal. Muitas pessoas trans têm realizado atendimentos pelo sistema privado, o que demanda dispêndio financeiro e tem menor regulação social sobre o serviço prestado. Esse cenário e suas implicações nas trajetórias de nossos interlocutores serão discutidos ao longo dos capítulos.

Direito – Em histórica decisão, o Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceu,⁶ em março de 2018, a possibilidade de retificação de prenome e sexo de pessoas transexuais, através de ato cartorial. Pessoas trans passam a ter o direito de alteração do registro civil nos documentos oficiais diretamente nos cartórios, sem a compulsoriedade de cirurgia de transgenitalização, laudos médicos e psicológicos ou necessidade de recorrer a processo judicial. Trâmites exorbitantemente utilizados pelo judiciário para homogeneizar, regular e impedir o reconhecimento de identidades trans no país, uma vez que legitimam modelos diagnósticos, burocratizam e monetarizam o reconhecimento de direitos. Como apontam Vidal e Bastos (2018) no judiciário,

O tom da preocupação excessiva em conter o exercício livre da identidade de gênero se traduzia, assim, na denegação da retificação por supostamente ferir a “segurança jurídica” ou abrir margens para “fraude contra credores”, “casamento por erro” e “ilícitos em geral”, quando não na “impossibilidade de se alterar a realidade

⁵ Como por exemplo o Centro de Referência para Atenção Integral em Saúde Transespecífica (CRAIST) na Universidade Federal de Uberlândia.

⁶ Em julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 4275 de 2009 e do Recurso Extraordinário (RE) 670.422/RS, com repercussão geral reconhecida em 2014.

cromossômica do indivíduo” e em tantos outros ilogismos. (Em publicação de 06 de agosto de 2018 no site da Sexuality Policy Watch – SPW)

A mudança anuncia efeitos radicais nas trajetórias trans no país, uma vez que a dissonância entre sujeitos e seus registros civis são pontos nodais na exclusão social, criando impedimentos para inserções escolares, empregabilidade e exercício da cidadania. No entanto, como observam as pesquisadoras supracitadas, por não virem acompanhadas de políticas públicas e de normatizações que dialoguem com o dia a dia dos cartórios e por não estipularem com clareza o procedimento de alteração de nome e gênero, tampouco os documentos realmente necessários para tal, a decisão tende a perpetuar a ascensão de moralidades diversas, ocultadas e reiteradas sob o véu das justificativas “jurídicas”, que dificultam e adiam a efetivação do procedimento (VIDAL E BASTOS, 2018).

Reconhecendo o inegável ganho para a vida cotidiana, compartilha-se do “sorriso amarelo” do pesquisador Guilherme Almeida em postagem nas redes sociais, ao observar também como se deu o reconhecimento do direito. A decisão não deve se consolidar socialmente como uma concessão de magistrados, a despeito do histórico de lutas sociais e dos projetos de leis que foram arquivados ou há anos tramitavam no Congresso Nacional, sob forte oposição. Ademais, as articulações políticas continuam necessárias, a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), por exemplo, encabeçou uma campanha nacional denominada *#meunomeimporta* para pressionar a efetivação do direito teoricamente, já conquistado.

Psicologia – O Conselho Federal de Psicologia (CFP) tem apresentado, nos últimos anos, algumas ações pontuais quanto à despatologização das vidas trans. Entre 2015 e 2017, encabeçou um conjunto de atividades com a temática, como a criação de uma plataforma com vídeos⁷, textos, debates com ativistas, pesquisadores e profissionais psi de todas as identidades, que de forma didática recuperavam a história das lutas sociais e apresentaram dilemas importantes no campo de atuação da psicologia. Nessa iniciativa, o Conselho investe na formação da categoria profissional em detrimento de uma política punitivista. Em 2018, após tensões em relação ao último questionamento judicial da Resolução 01/1999 (que regulamenta atuação dos profissionais quanto à orientação sexual dos pacientes) e indicativo de retrocessos, foi publicada a Resolução 01, de 29 de janeiro de 2018. O documento estabelece normas de atuação para as psicóloga/os em relação ao atendimento às pessoas transexuais e travestis. Apesar de muito frágil frente aos principais dilemas da área, inclusive

⁷ Os vídeos podem ser acessados nesse endereço <https://www.youtube.com/watch?v=xLugxnORfd0&t=56s>

diante das divergências internas à própria psicologia e suas heterogêneas abordagens, a Resolução 01 pode ser considerada um ponto positivo no panorama atual de recrudescimento do debate público sobre direitos.

A atuação da psicologia nesse campo há muitos anos é alvo de questionamento. Tanto na emissão de laudos para averiguação diagnóstica quanto na compulsoriedade da psicoterapia. Práticas psicológicas com motivações corretivas e pedagogizantes sobre as normas de gênero têm estruturado tanto políticas públicas de atendimento à população como povoado consultórios particulares. Motivações religiosas e/ou baseadas em pressupostos patologizantes também têm produzido sofrimento em espaços cujo princípio deveria ser o acolhimento. Prado e Monteiro (no prelo) questionam qual seria o valor (e função) de uma atenção terapêutica que não se atenta para as hierarquias no campo das relações de gênero e sexualidade. Para os pesquisadores,

Aqui é a própria produção de conhecimento que está em questão. Na análise de tópicos como este, nossa sugestão é que a experiência concreta, menos que um campo de intervenção, seja um âmbito de interlocução. Olhando para as nossas práticas, poderíamos ter a chance de encontrar respostas mais adequadas e nomes mais apropriados para aquilo que temos feito (PRADO E MONTEIRO, no prelo, n.p.)

O campo da segurança pública vem aos poucos sendo reconfigurado pelas interpelações de uma análise mais democrática sobre as dinâmicas de gênero e sexualidades (PRADO *et al*, 2018), resultado das denúncias sobre o acentuamento das tensões entre essas populações e os órgãos de segurança, na constante criminalização e/ou negligência quanto às suas demandas. Em especial, a população trans, vitimada desde o alistamento militar obrigatório, a perda do direito à proteção social pelo Estado, além do exercício da violência por seus próprios agentes, conforme será visto a seguir. Na maioria das vezes, certas mudanças como a inclusão, em alguns estados, de tópicos de discussão de gênero e sexualidade em cursos de formação e aprimoramento, adaptação das técnicas operacionais de abordagem à população LGBTQIA+ e Grupos de Trabalho (GT) para avaliação e acompanhamento das políticas de segurança, já previstas em diretrizes nacionais, não acompanham alterações nas dinâmicas internas às instituições e soam destoantes das práticas cotidianas, seja em âmbito de valores morais, seja contradizendo práticas legitimadas pela cultura local.

Os meios militares se caracterizam como legalistas e burocráticos, o que na prática muitas vezes significa utilizar de forma estratégica as legislações e os trâmites vigentes para fazer a gestão de demandas internas e externas. As três esferas (direito, medicina e a

psicologia) são acionadas para assessorar e substanciar decisões internamente, dando legitimidade à autoridade das hierarquias e disciplinas. Foi articulando esses âmbitos que as instituições têm lidado com as intempéries das demandas de reconhecimento de militares transexuais no país. O fato de a medicina ainda caracterizar as transexualidades como patologia fornece elementos para caracterizá-la/os como inábeis psiquicamente para compor os quadros institucionais, dando suporte para processos de diferenciação, perseguição e, em alguns casos, até exclusão, tramitados com a anuência do Sistema de Justiça.

Assim como nas Forças Armadas, recentemente, nas instituições estaduais de segurança pública, a gestão interna da presença desses combatentes inter-relacionam os preceitos militares com as atuações das assessorias de saúde, os atendimentos psicológicos, as diretrizes judiciais e um arcabouço de convenções sociais discriminatórias e estereotipadas. Ao longo da tese, será vista uma miscelânea desses discursos tanto na criminalização das experiências trans como no reconhecimento da legitimidade e capacidade física, psicológica e laboral dos e das sujeitas trans.

O tempo delimitado pela pesquisa não abrangeu os efeitos das conquistas que descrevi acima, por analisar um período anterior ao seu anúncio ou a sua efetiva implementação. Os quadros em destaque revelam como a ausência desses rearranjos constituíram parte significativa dos problemas em foco e como a expectativa de sua eficácia é grande para as mudanças necessárias.

Nesse contexto, para conceber essa interseção contemporânea entre as transexualidades e os regimes militares das instituições estaduais de segurança pública, não seria possível dispor de uma teoria pronta sobre o funcionamento dos Corpos de Bombeiros Militar e das Polícias Militares, uma vez que estamos lidando com o excepcional, com demandas que extrapolam o prescrito para esse contexto, tampouco se poderia pensar uma teoria homogeneizante sobre as identidades de gênero. Foi necessário escutar os sujeitos para reconstruir trajetórias e dinâmicas laborais. A narrativa resultante, de base etnográfica e multissituada, baseia-se em entrevistas, conversas informais, análise de documentos e literatura e também de tempo em campo, de modo a vislumbrar percursos e, em alguma medida, uma arquitetura institucional.

Para compreender a insurgência e permanência das transexualidades nesse meio, não seria suficiente restringir o olhar (e os ouvidos) às experiências trans. O importante aqui é sua conseqüente (re)configuração profissional (possível mudança de funções, perda de direitos e privilégios, perseguições) e as diferentes estratégias/resistências para tornar essa experiência possível frente às dinâmicas disciplinares e hierárquicas do militarismo estadual. No entanto,

constituiu também o campo de interesse da pesquisa a trama que configura as relações de gênero nesses espaços; como as categorias corpo e sexo/gênero aparecem nas identidades militares e na gestão das tropas; assim como compreender como as experiências das homossexualidades e das transgeneridades são concebidas no interior da instituição. Somente assim seria possível delinear um regime de sexualidade atuante conjuntamente ao regime militar.

1.1 MEMORIAL

Os contextos e reflexões investigados e compartilhados nesta pesquisa são parte de um campo mais amplo de interesses que venho descobrindo em 11 anos de trajetória acadêmica. Vivenciar o mundo acadêmico pela universidade pública nesses anos permitiu minha inserção em um contexto cujas experiências dissidentes não só puderam se perceber como vidas possíveis, mas também como merecedoras de reconhecimento (BUTLER, 2006). Os estudos de gênero e sexualidades, assim como o aprendizado com os movimentos sociais, permitiram compartilhar com Paul. B. Preciado (2008) e tantas outras pesquisadoras feministas concepções de masculinidade e feminilidade, hetero e homossexualidade não como leis naturais, essenciais e imutáveis, mas enquanto práticas culturais contingentes, de linguagens do corpo, de estéticas do desejo.

Um campo de estudos que revela que aquilo que é largamente definido como dado biológico imutável está entrelaçado pelas concepções de gênero vigentes. Os discursos científicos se deslocaram da estética das genitálias para os tecidos, hormônios e processos cerebrais, tornando cada vez mais profundos os determinantes da diferença sexual (BENTO, 2018). Enquanto isso, os diálogos com os sujeitos das experiências expandem os limites das categorias postuladas, as insuficiências dos conceitos e a experimentação de outras vidas possíveis, que não cabem no que já foi descrito.

Um período de políticas inéditas para a democratização do ensino superior, no qual a universidade se mesclou de cores, as homossexualidades ganharam voz e punhos para enfrentar tradições acadêmicas violentas⁸. Produções científicas endossam conquistas

⁸ Um destaque aos queridos colegas do Grupo Universitário em Defesa da Diversidade Sexual – GUDDS! e da Rede Universitária de Diversidade Sexual – RUDS que me acompanharam e muito me ensinaram na militância LGBT universitária na UFMG.

democráticas, pesquisam, denunciam e nomeiam relações de desigualdade e violência, e as transexualidades e travestilidades aos poucos vêm deixando de ser somente temas de diagnóstico e pesquisa para ocuparem também as posições docentes e discentes, tradicionalmente legitimadas na produção de conhecimento. Nesse contexto, descobri outras psicologias possíveis. No Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania LGBT – Nuh/UFMG⁹, encontrei pessoas construindo um outro mundo possível.

A imersão nas vidas trans e travestis se deu ainda na graduação, quando fomos para as pistas de prostituição construir coletivamente outros entendimentos sobre as experiências de trânsito de gênero, tecer outras percepções sobre as dinâmicas urbanas e tornar visíveis precariedades resultantes da abjeção social do ser e do desejar¹⁰. Os encontros que têm início nas madrugadas de trabalho na prostituição e o abandono social dessa inscrição se expandem para o cotidiano dos dias, os dilemas de moradia e transporte, as formas de lazer, as famílias de origem e as famílias constituídas na solidariedade. Nesse contexto, surge também a potência dos agrupamentos em torno de uma causa, as transformações possíveis pelos movimentos sociais e a inevitável insuficiência dos conceitos normativos para dar conta dessa realidade. Foram nos Encontros Nacionais de Travestis e Transexuais (ENTLAIDS) que conheci as primeiras militares transexuais, ex-combatentes das Forças Armadas.

Se os olhares que buscávamos eram novos, as ferramentas que nos permitiriam chegar até eles também precisavam ser (re)inventadas. Para chegar ao universo das transmasculinidades no mestrado¹¹, foi necessário redescobrir a internet. Entre as transmasculinidades, a esfera virtual extrapolava o campo de busca de informações para ganhar status de ferramenta de produção e compartilhamento de saberes e possibilidades de vida. Permitindo inclusive questionar, através dos relatos de outras pessoas trans, o caráter patológico, disforme e marginal que o diagnóstico transexual sustenta em relação à normativa sexual e de gênero, tanto para si próprios quanto para o mundo. Em suas narrativas, foi possível perceber que a esfera virtual permitiu também uma afirmação gradual da identidade masculina, associada a um registro desse percurso, seja ele (semi)público ou (semi)privado. Aquilo que se decide tornar público nesses espaços, ou seja, a imagem que vai sendo construída (por figuras e palavras) nas redes sociais e em outras ferramentas de interação está

⁹ Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania LGBT – NUH/UFMG, grupo a que pertenço desde dezembro de 2009.

¹⁰ Em referência à pesquisa “Direitos e Violência na experiência de travestis e transexuais em prostituição” em Belo Horizonte e região metropolitana, coordenada pelo NUH/UFMG, com o apoio do CNPQ e da FAPEMIG.

¹¹ Em referência à minha dissertação de mestrado “Homens com T maiúsculo. Processos de Identificação e construção do corpo nas transmasculinidades”, orientada pelo Prof. Marco Aurélio Máximo Prado, no Programa de Pós-graduação em Psicologia Social da UFMG e defendida em mar/2014

relacionado também a que exercício de masculinidade vai se tornando possível e como cada um dos sujeitos se relacionará com a transexualidade após o reconhecimento social de sua identidade masculina (VASCONCELOS, 2014).

Essas experiências foram fundamentais para operar desconstruções sobre os corpos trans e destacar a importância das interseccionalidades na compreensão dessas vivências. No entanto, confirmavam também o que a literatura do tema vinha denunciando. Situações de vulnerabilidade, ausência ou perda de direitos em função da afirmação de uma identidade de gênero e/ou orientação sexual não condizentes com os padrões heteronormativos. O abandono escolar, a consequente precarização das possibilidades de emprego e renda, as dificuldades de acesso aos sistemas de saúde público e privado e as violências físicas e simbólicas, indicando o contexto de desumanização que circunscreve o campo de relações possíveis para essas pessoas (BENEDETTI, 2000; ARÁN, 2010; TEIXERA, 2009). Vivências cuja circulação pública é limitada, violações físicas e psicológicas são institucionalizadas, e a ineficiência das políticas públicas confirmam uma política sexual e de gênero em hiato com o âmbito democrático.

Para a população LGBTQIA+ como um todo, a discriminação e consequente perda de direitos é silenciadora e fundamenta-se em critérios moral e juridicamente violentos. As experiências das travestilidades e transexualidades se encontram de tal maneira em um não lugar social que os crimes de caráter transfóbicos, pelos quais o Brasil é recordista, não encontram comoção ou avaliação social como algo merecedor de investimentos significativos do Estado.

No Brasil, estudos apontam especialmente um desencadeamento de vulnerabilidades entre travestis e transexuais e órgãos de segurança pública (CARRARA e VIANA, 2006; PRADO *et al.*, 2014; MINAYO *et al.*, 2016; COSTA, 2016; LAMOUNIER, 2018; PRADO *et al.*, 2018). Tais produções relatam as condições de atendimento a essas populações, que passam por recusas e resistências de policiais em acolhê-las; negligências na emissão de boletins de ocorrência; sexismo institucional; violência policial; precariedade nas investigações dos assassinatos e outros crimes; violências nas condições de encarceramento; além das denúncias das modalidades de agressões sofridas no cotidiano, como insultos, xingamentos, ameaças, violências físicas e extorsão negligenciadas ou executadas pelo próprio aparato de segurança. Esses estudos têm grande relevância analítica perante a precariedade de dados estatísticos oficiais, uma vez que representam uma tentativa de registrar, compreender e denunciar uma forma de gestão pública que, além de alijar essa população de um sistema de seguridade social, por vezes a culpabiliza pelos crimes dos quais

foram vítimas.

Dois casos extremos envolvendo transexuais e instituições policiais ficaram famosos no período em que transcorria a pesquisa. O primeiro deles, ocorrido em 2015, envolve Verônica Bolina¹², uma mulher trans que, em um surto psicótico, cometeu um homicídio. Levada à delegacia, foi agredida por um agente policial e reagiu ao ataque arrancando-lhe a orelha. A partir daí, foi severamente torturada, conforme relato a seguir:

Verônica relata chutes, socos, tentativas de asfixia com sacos plásticos, spray de pimenta diretamente em seus olhos e disparos de arma de fogo de calibre 12, que inexplicavelmente não atingiram a mulher. "Eu lembro que cheguei a falar: 'você estão vendo o que estão fazendo comigo?' e eles pisavam na minha cara", relembra. Ela ainda relata que teve as roupas rasgadas e foi estuprada com um cabo de vassoura. No Hospital Mandaqui, Verônica lembra de ter sofrido com mais agressões de policiais, além do preconceito de médicos e enfermeiros. "Alguns estavam com dó, mas a maioria me xingava e dizia 'não vou botar a mão nisso porque isso deve estar doente' (Rute Pina para o site Brasil de Fato)

Os próprios agressores tiraram fotos de seu rosto e corpo transfigurados pelas agressões e compartilharam em grupos de WhatsApp, que em horas circularam em uma rede similar ao que em nosso campo é nomeada como "rádio peão". As fotos repercutiram em todo o país, e Verônica recebeu apoio de ativistas LGBTQIA+ e entidades de proteção aos Direitos Humanos, criaram inclusive a #somostodasveronica para visibilizar as denúncias. Apesar dos indícios de tortura, maus-tratos, excessos, abusos, exposição indevida da imagem, coação e constrangimento ilegal, as denúncias contra os violadores foram arquivadas. Assim como as histórias de muitas outras travestis e transexuais pelo país, o caso de Verônica visibiliza a violência policial, a violência hospitalar e a situação carcerária no país, que identificam nesses corpos e vidas gêneros criminosos.

No mesmo ano, Laura Vermont¹³, uma mulher trans de 18 anos, após ser agredida por um grupo de 5 homens, entrou em conflito com a guarnição policial que deveria vir em seu apoio e ainda foi baleada por um dos policiais. Os militares chegaram a ser presos no dia por darem falsos testemunhos sobre a ocorrência e coagirem um terceiro a fazer o mesmo. No entanto, além de esses militares terem sido inocentados pela morte da jovem trans, o crime não foi categorizado pela justiça como tendo motivações transfóbicas.

¹² Algumas notícias referentes ao caso podem ser acessadas em: <https://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/apos-2-anos-presa-transexual-agredida-em-delegacia-de-sp-e-solta-pela-justica.ghtml>; <https://www.brasildefato.com.br/especiais/veronica-bolina-estou-recomecando-reconstruindo-minha-vida/>

¹³ Algumas notícias veiculadas sobre o caso, podem ser acessadas em: <https://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/apos-2-anos-5-reus-acusados-de-matar-travesti-laura-vermont-seguem-soltos.ghtml>; <https://www.pragmatismopolitico.com.br/2015/08/farsa-da-pm-no-assassinato-da-transexual-laura-vermont-e-desvendada.html>

Tanto Verônica quanto Laura, assim como Luana, uma mulher lésbica que foi espancada até a morte em uma batida policial¹⁴ e cujos agressores foram inocentados pela Justiça Militar, são exemplos contemporâneos da relação (in)segurança pública e população LGBTQIA+.

Conforme se observa em Prado *et al.* (2018), quando as especificidades sobre as identidades de gênero e diversidade sexual se cruzam com eventos delituosos e processos de criminalização, alicerçados pelo mecanismo da seletividade penal, as definições sobre anormal e patológico são reatualizadas performaticamente, em ato e discurso. Antes mesmo da investigação policial ou do trâmite dos processos pelos sistemas de justiça, pessoas transexuais e travestis são identificadas como criminosas simplesmente por terem se furtado das normas de gênero.

Nessa linha, militares são parte das cenas em que travestis e transexuais estão inseridas na cidade. São a eles que se recorrem em busca de mediação de conflitos com clientes, como as sentinelas do CBM, na Av. Afonso Pena, em Belo Horizonte/MG. São muitas vezes a carona paga com sexo na volta do trabalho na Av. Pedro II, são os relacionamentos estáveis a despeito do trabalho na prostituição, ou o que vai permitir que elas saiam dele, na Praça da CEMIG. Mas também são os mesmos que proferem insultos e violências gratuitas, que deixam morrer sem prestar auxílio.

No esteio desse debate, realizamos a pesquisa “Segurança Pública e população LGBT” com financiamento da Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP) entre os anos de 2013-2014, investigando a formação de operadores de segurança pública em relação aos direitos LGBTQIA+, em cinco estados brasileiros (MG, SC, GO, PA, AL). Entramos em contato tanto com as Academias de formação (e seus respectivos comandantes, instrutores e alunos) quanto com agentes em trabalhos operacionais e a população LGBTQIA+ das capitais. Os resultados confirmavam a superficialidade do debate e as fragilidades das práticas, assim como as irregularidades que marcam a atuação dessas instituições: cidadãos que deveriam ser beneficiários dessas políticas, como mulheres, LGBTQIA+, negros e pobres, acabam sendo, de fato, vítimas dos agentes da segurança pública. A literatura, em geral, seja ela de caráter teórico-acadêmico, técnico, midiático e militante, em alguma medida aponta para insuficiências na formação desses profissionais, de modo a não reconhecer direitos dos segmentos vitimados e, por consequência, acabam por violentá-los.

Inserida em um contexto social de sociabilidade de militares de diferentes instituições

¹⁴ <https://www.cartacapital.com.br/diversidade/policia-conclui-que-morte-de-luana-barbosa-foi-causada-por-agressoes>

e em contato com outros estudos que questionavam não somente o que faltava, mas também o que é considerado “padrão” nas formações dos operadores de segurança (MUNIZ E PROENÇA JR, 2013), comecei a pensar sobre as dinâmicas internas que regem essas corporações. Que regimes operam nessas instituições e em seu fazer laboral e são mais potentes do que as instruções dos currículos formais? Se avaliarmos que atuam de modo a manter as hierarquias sociais, alijando determinados sujeitos do direito à segurança, que tensões e disputas se dariam em seu interior quando essas diferenças passam a compor o seu efetivo?

Nessa perspectiva, analisar as diferentes instituições e os ritos que compõem o que se entende por segurança pública é olhar para além da falta. O movimento feito é o de tentar mapear e entender um sistema de produção, de legitimação e regulação que é indissociável de relações raciais, econômicas, de gênero e sexualidade, históricas e contemporâneas. Esse mesmo sistema é responsável por interligar diferentes esferas da atuação estatal, como a gestão dos fluxos institucionais, a formação de agentes do Estado, a execução de políticas públicas e a manutenção de certa “ordem” de funcionamento, a serviço da hegemonia. (PRADO *et al.*, 2018)

Sabe-se que mais efetivamente a partir da década de 1990 mulheres passaram a integrar o efetivo institucional tanto das Forças Armadas (Exércitos, Marinha e Aeronáutica) quanto das Forças Policiais (Polícia Civil, Polícia Militar e Corpo de Bombeiros). Nos últimos anos, temos assistido à busca de equivalência de direito de homossexuais que compõem essas tropas e, mais recentemente, tornou-se pública a batalha judicial de transexuais para entrarem e permanecerem no interior dessas instituições. Ou seja, por mais aquarteladas e conservadoras que essas corporações desejem parecer, não é possível se afastar das conquistas no campo dos direitos civis.

Porém, se esses sujeitos já fazem parte do exercício da segurança pública no país, alguns questionamentos se tornam pertinentes. A que dinâmicas institucionais estão submetidos por vivenciarem uma prática/identidade não heterossexual/cisgênera¹⁵? Como essa vivência se intercrusa com a identidade militar? É possível questionar internamente as políticas institucionais? Considerando o panorama da segurança pública e a vivência

¹⁵ De acordo com Viviane Vergueiro, a cisgeneridade pode ser entendida como a identidade de gênero daquelas pessoas cuja “experiência interna e individual do gênero” corresponda ao “sexo atribuído no nascimento” a elas, ou seja, indica pessoas que se identificam com o gênero que lhes foi determinado quando de seu nascimento, pessoas “não transgênero”, dentro de toda heterogeneidade que essa designação possa abarcar (assim como há heterogeneidade entre pessoas transexuais).

LGBTQIA+, cabe pensar: por que não incidem em atuações mais democráticas ou no mínimo conciliadoras em relação ao atendimento à mesma população civil? Que dinâmicas incidem sobre o seu fazer profissional de modo a, muitas vezes, torná-los mais próximos aos “opressores” do que aos “oprimidos”? Frente a denúncias de irregularidades, o que a punição do indivíduo representa para a gestão institucional?

Esses questionamentos tratam também de um posicionamento político frente a esse contexto. Significa pensar militares (homossexuais, transexuais e também heterossexuais) como trabalhadores, logo, sujeitos submetidos também a lógicas de controle e adoecimento.

E para além disso, diferentemente de algumas produções sobre relações de gênero e contextos militares, buscar uma análise declaradamente feminista, questionando o pressuposto e (des)entendimento de um suposto “enviesamento ideológico” do qual muitos estudos parecem tentar orgulhosamente se distanciar. Os gêneros nesses estudos tendem a ser concebidos como um sistema de significados predicados e inscritos sobre a astuciosa dicotomia conceitual de dois sexos biológicos. Considera-se essa conceituação insuficiente, uma vez que ignora dinâmicas muito maiores de subjetivação, regulação e construção tanto dos corpos como da ciência.

Assim como os movimentos de mulheres no fim da década de 1970 e o movimento negro nos anos 1980 e 1990, o tema da violência foi central para os movimentos LGBTQIA+, principalmente a partir de 1980, criando o entendimento de *violências específicas* e abrindo espaço para outras demandas no campo da segurança pública. A atuação dos movimentos sociais e a mídia tiveram papel importante na publicização dos acontecimentos, sendo seus registros muitas vezes utilizados como ferramentas de negociação com os governos e as instituições.

Atualmente, em Minas Gerais, algumas conquistas podem ser enumeradas: o atendimento ao público LGBTQIA+ é tema do manual de Procedimentos Operacionais Padrão (POP) na Polícia Militar; recentemente foram incluídos os campos nome social, orientação sexual e motivação por homofobia nos boletins de ocorrência (conhecidos como REDS¹⁶ no estado); foi determinado pelo estado um fluxo de internação de adolescentes trans (em cumprimento de medida de privação de liberdade) coerente com sua identidade de gênero; e no sistema prisional, algumas unidades possuem ala específica ocupada por travestis, transexuais, seus “maridos” e homens gays.

¹⁶ A sigla REDS faz referência a Registros de Eventos de Defesa Social, é o documento produzido e compartilhado entre Instituições de Segurança Pública no estado, pelo Sistema de Defesa Social. Muitas vezes, tem o mesmo significado que o B.O – Boletim de Ocorrência em outros estados.

Nesse contexto, Albernaz (2015) e Muniz e Proença Júnior (2013) chamam atenção para como os agentes policiais que, ao construírem seus repertórios de ação, mobilizam valores oriundos de múltiplos contextos de significação, como sua origem social, filiação religiosa e mesmo o saber da própria atividade policial de rua. Tanto os agentes policiais (militares e civis) quanto outros profissionais desse campo estão informados por esses discursos que concebem as identidades sexuais dissidentes em meio à suspeição, atreladas à marginalidade e à ilegitimidade.

Conforme indicado no ‘Relatório de investigação dos inqueritos policiais Nuh/UFMG e MPMG/CAO/DH’ (2018), dentro da heterogeneidade que compõe as instituições policiais, a produção de documentos, como os REDS em Minas Gerais, quando trazem as marcações de gênero e orientação sexual, ajudam a caracterizar contextos de vulnerabilidade. A descrição das cenas e das pessoas envolvidas nos fatos pode ser feita de modo a ampliar as possibilidades de investigação e não prescrever perspectivas de criminalização e marginalidade. A autonomia do agente, inerente ao seu trabalho de policiamento, pode contribuir sobremaneira para uma caracterização cuidadosa do histórico, a fim de garantir maior acesso à justiça. A narrativa construída por esses documentos tem centralidade nos processos e inqueritos judiciais e deveriam possibilitar a garantia de tratamento igualitário, sem discriminações (PRADO et al., 2018).

Dessa forma, as iniciativas acima são importantes no panorama da segurança pública, porém incipientes para um exercício satisfatório dos agentes no cotidiano ou para a constituição de políticas mais amplas de reconhecimento de direitos. Tais ações estão descaracterizadas enquanto políticas, sendo concebidas como encargos. Profissionais têm atuado sem orientações específicas sobre o tema, ignorando ou boicotando a execução. Seja por não conseguir compreendê-las, seja por se tratar de tema que contradiz a cultura local. Em torno da nova regulamentação no Sistema Socioeducativo, por exemplo, articulou-se uma forte resistência entre as agentes, com apoio de parlamentares militares, baseados em discursos religiosos, biologicistas e discriminatórios.

Como observa Marília Bonas, diretora do Memorial da Resistência em entrevista para a Carta Capital (31/03/2018), hoje no país se fala muito em direitos humanos e se escuta com frequência o termo perda de privilégios, porém se produziu uma distorção desses conceitos na disputa pública por projetos políticos de sociedade. “A minha geração entendeu que a democracia era conquistada, mas não entendeu o preço da manutenção, do quanto era importante trabalhar com isso, em termos de consciência política.”

Pensando no panorama da segurança pública no Brasil, Luiz Eduardo Soares (2015)

indica como ainda estamos fortemente marcados pelo processo de transição democrática que contribuiu para bloquear mudanças, ou “que nunca terminou efetivamente”, como observa Safatle (2018)¹⁷. Se a população em alguma medida não consegue ainda “chamar os crimes da ditadura pelo nome”¹⁸, internamente às instituições o impacto também é negativo, principalmente sobre as corporações militares. Os novos marcos constitucionais foram e continuam sendo interpretados pelo viés da tradição autoritária.

Gerando na melhor das hipóteses, um híbrido psicocultural que faz com que muitos profissionais tendam a oscilar entre dois eixos gravitacionais, do ponto de vista axiológico: de um lado, o repertório bélico que valorize o heroísmo, a lealdade, a coragem física, o confronto; de outro, o código do serviço público, que valorize os direitos e o respeito à cidadania, assim como a fidelidade à Constituição e a competência na promoção de resultados compatíveis com a democracia. (SOARES, 2015, p.31)

Nas últimas décadas, toda a América Latina passou por processos cruciais de ressignificação das relações civis-militares e debates sobre direitos civis, políticos, econômicos e sociais. Assim como foram tensionadas as relações de gênero com o ingresso de mulheres nas corporações, mais recentemente o questionamento sobre as leis de pederastia e sodomia e a união civil de pessoas do mesmo sexo se tornam questões de debate interno e externo. Nesse sentido, é necessário entender como as concepções de corpo, sexo e gênero vêm sendo ressignificadas pelas instituições de segurança pública desde o ingresso de mulheres em seu efetivo, o recente debate sobre a permanência de homossexuais e transexuais no quadro de profissionais, além dos contextos que possibilitaram tal incorporação.

Para Schactae (2013), “os significados das práticas de uma instituição só são percebidos a partir da análise do sistema simbólico que dá significação à realidade institucional”. No caos das instituições militares, esse sistema é reproduzido através da eleição de ações pedagógicas, muitas vezes marcadas por violências físicas e simbólicas, que têm como objetivo “impor um conjunto de significações identificadoras da cultura daqueles que a praticam e a mantêm” (p.97)

Como informa a literatura, até o início do século XX, a premissa da não virilidade, que excluía o corpo de mulheres do mundo da caserna, será utilizada em uma ação reparadora nas justificativas simbólicas da necessidade de inclusão de mulheres nesse espaço. Como forma

¹⁷ Em entrevista ao Programa Voz Ativa da Rede Minas, em 2018,

¹⁸ É ainda possível se deparar socialmente com o questionamento de que houve de fato uma ditadura militar no país, ou de que ela somente foi “nociva” a vagabundos e terroristas e não aos “cidadãos de bem”, termo de grande uso e investimento ideológico no discurso conservador contemporâneo. As políticas nacionais de anistia e memória também são muito questionadas em função da sua precariedade e da negligência com os crimes cometidos por agentes do estado e pelas instituições civis apoiadoras.

de civilizar, modernizar e humanizar as forças policiais e as forças armadas: 1) após a ditadura varguista com relação às polícias; 2) após a ditadura militar, no que concerne às Forças Armadas; e 3) com o início dos serviços de atendimento pré-hospitalar, no que concerne aos Corpos de Bombeiros já no início da década de 1990 (SOARES E MUSUMECI, 2005; MOREIRA, 2011; SCHAETAE, 2013).

A literatura da área avalia essa incorporação em relação a mudanças na cultura política e nas representações acerca do Estado. Em uma tentativa de modificar a imagem de cunho imperialista e de exacerbação da nacionalidade pautados na expansão geográfica, econômica e política, para um Estado maternal e/ou benemerente, que discursivamente se coloca como protetor da população a partir de políticas públicas específicas.

Para Carreiras (2004), essa diversidade de corpos e gêneros dentro das instituições faz com que as instituições passem a confrontar-se com a necessidade de gerir a diversidade. Além de selecionar e excluir, os processos de recrutamento e formação passaram a se orientar para assegurar a integração de grupos cujos interesses são frequentemente definidos internamente de forma conflitual e até antagônica (p. ex., homens/mulheres; heterossexuais/homossexuais; e mais recentemente cis¹⁹/trans).

Grande parte dos estudos sobre a inclusão de mulheres nas carreiras da segurança pública, sejam elas militares ou não, informam que representando uma parcela muito reduzida dessas forças, as mulheres, com poucas exceções, ainda não chegaram aos postos superiores das corporações e, portanto, pouco influem na condução das políticas e nas tomadas de decisão. Por serem mais modernas nas instituições, ainda não alcançaram os postos mais elevados e, por serem mulheres, encontram dificuldades adicionais que alongam esse processo. A incapacidade física resultante de uma leitura ideológica sobre o sexo/gênero, as limitações impostas pela vocação e dedicação maternal e familiar são usadas como justificativa para impedimentos na progressão das carreiras (D'ARAÚJO, 2004; SOARES E MUSUMECI, 2005; CARREIRAS, 2004; CAMPILLE, 2006; CHADUD, 2014; CRUZ, 2017).

Ficou evidente ao longo da pesquisa que somente a presença de mulheres nesses postos não resulta em relações mais democráticas, nem em enfrentamentos institucionais.

¹⁹ No Brasil, há um forte debate acadêmico e militante em torno do uso da expressão “cis” para designar pessoas que se identificam com o sexo/gênero pelo qual foram designadas. Compreendo os argumentos que ponderam a criação excessiva de categorias e também apontam as inconformidades normativas que existem dentro das próprias identidades que não transicionaram. No entanto, acredito que o uso da expressão pode ser estratégico, em denúncia a um sistema normativo que cria classificações somente aquilo que percebe como diferente (não desejado, não normal). Desse modo, neste texto, a expressão será usada em contraposição às vivências das transexualidades e demais trânsito de gênero, reforçando a necessidade de continuarmos o debate sobre essas categorias.

Claramente a presença desses corpos revelam os limites ideológicos da política militar e podem tencionar mudanças, mas a eleição de um posicionamento contestatório frente aos discursos hegemônicos é fundamental para mudanças significativas.

Mesmo após quase 30 anos de inclusão, as FEM, como são genericamente²⁰ chamadas nas instituições militares, ainda são tratadas como estrangeiras. Sem equipamentos ergonomicamente adequados, deslegitimadas na fala, designadas como guardiãs exemplares da moral e dos bons costumes militares (ou seja, aquelas que serão mais severamente punidas em caso de contravenções), em função das dinâmicas hierárquicas institucionais se veem ainda inseridas em um clima de vigilância e competição, inclusive entre elas.

As entrevistas e observações indicam um contexto no qual as experiências individuais tendem a não ressignificar as concepções sobre o coletivo, tanto como uma forma de resistência individual ao se distanciar daquilo que é depreciado quanto como resultado de um afastamento ideológico e incompreensão das pautas feministas, entendidas muitas vezes como algo a ser evitado e combatido. As análises indicam como o caminho meritocrático tende a ser mais influente no discurso do que um entendimento mais complexo sobre as relações de gênero. São determinantes para uma mudança de postura nesse sentido as inserções externas ao quartel que possibilitem outras reflexões dissonantes daquilo que é dominante internamente, que tem refletido na busca por espaços de discussão sobre a própria condição como trabalhadoras da segurança pública.

A Lei de Efetivo²¹ 22.415, de 16 dezembro de 2016, fixa os efetivos da Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG) e do Corpo de Bombeiros Militar (CBMMG) para o período de 2017 a 2019 e determina o limite de 10% do efetivo total para mulheres. Interessante notar que essa legislação tem renovações periódicas, após comissões internas que debatem, fazem previsões e propõem mudanças como nas proporções de praças e oficiais, por exemplo. No entanto, o limite para o quantitativo feminino não foi modificado. Ainda que seja do conhecimento dos Comandos que o efetivo real (militares da ativa) de mulheres pode não chegar aos 10% previstos, os concursos periódicos não estipulam um percentual

²⁰ Muitas militares têm se reapropriado do termo que marca a sua inferiorização nos quartéis – FEM (diminutivo do adjetivo “feminino”, que acompanha bombeiro/policial) – para utilizá-lo como um marcador de sua presença, competência e resistência frente às práticas discriminatórias. Desse modo, durante o texto, quando o termo for usado, será em apoio a esse movimento de reapropriação.

²¹ A primeira que incluiu mulheres no quadro de praças do CBM foi a lei de efetivo 11.099, de 18 de maio de 1993, que extinguiu o quadro especial exclusivamente feminino e de atuação na PM, então vigente desde 1981. Essa nova lei permitia 5% para efetivo feminino (genérico, entre praças e oficiais) na PMMMG (incluindo o CBMMG, na época parte da PMMG). A Lei atual prevê até 2019 para o CBMMG um efetivo de 7.999; e para a PMMG, 51.669.

compensatório de entrada para chegar ao limite previsto para o efetivo. Ao longo dos 5 anos em campo, foram constatadas diversas tentativas individuais frustradas de inclusão dessa pauta nas comissões oficiais internas, porém nem se chegou a pleitear a ampliação ou questionar a legitimidade da limitação baseada no sexo/gênero.

Nessa perspectiva, predominam nos discursos oficiais argumentos contrários baseados em limitação da força física para a execução das “atividades de bombeiro” e aposta em uma suposta desconfiança social (do público atendido) na competência feminina para o atendimento. Não localizei justificativas escritas em regulamentação para essa limitação, porém ela é produzida, recriada e alimentada pelas normas de gênero, no exercício cotidiano das relações.

Se sobre as mulheres os pressupostos regulatórios estão baseados em critérios biologicistas, as homossexualidades são concebidas com conotações negativas do ponto de vista social, moral, religioso e até sanitário, tanto no Brasil como na América Latina (D'ARAÚJO, 2004; ROCHA, 2011).

A literatura aponta que as Forças Armadas ainda usam os velhos argumentos contrários que versam sobre uma possível interferência na eficácia e coesão da Força: o aumento potencial de possibilidades de assédio sexual por homossexuais (uma vez que são concebidos como promíscuos e de sexualidade exacerbada); e a elevação do risco de contágio pelo HIV/AIDS (já que o conceito de grupo de risco ainda não foi superado na caserna). Claramente fundados em preconceitos, tais argumentos não expressam a totalidade de condições de operadores de segurança gays e lésbicas na atualidade. Foi necessário fazer outras perguntas para se aproximar dessas vivências e indicar a trama que sustenta esses pertencimentos e atuações, por exemplo: Como as masculinidades e feminilidades são concebidas naquele contexto? Que lugares ocupam as homossexualidades na hierarquia das experiências? Como o pertencimento às instituições, com todos os seus símbolos sociais e pessoais, ressignifica as experiências individuais?

No âmbito da sexualidade, o preconceito social produziu a invisibilidade de certas identidades sexuadas, justificando a subalternidade de diversos direitos sociais e legitimando práticas de inferiorizações sociais, como a homofobia. Aqui entendida como um fenômeno psicossocial da dinâmica da organização da sociedade moderna, ao promover e sustentar concepções ideológicas e cognitivas sobre a legitimidade e a ilegitimidade de direitos de grupos de sexualidades não hegemônicas e a legalidade (ou não) das formas de interpelação do mundo público (PRADO E MACHADO, 2008, p.68-75). Operando simultaneamente nas dimensões individual e coletiva, uma vez que não se resume à dimensão da racionalidade

individual, pois se estrutura a partir de um conjunto abstrato de valores sociais, a homofobia atua na vigilância não só das condutas sexuais, mas também das expressões das identidades de gênero, demarcando os limites da “normalidade” e ao mesmo tempo reiterando seu valor em contraposição ao que se desvia e conseqüentemente deve ser marginalizado. (PRADO E JUNQUEIRA, 2011).

Para Welzer-Lang (2001), a

homofobia erige fronteiras estanques entre os gêneros, organiza a discriminação face àqueles que escapam às imagens estereotipadas que se constroem sobre os gêneros, sobretudo quando se pensa que eles, gêneros, são imutáveis.

É inegável, no entanto, que esse contexto revela mais uma precarização nas possibilidades de emprego e renda dessa população, em um campo já marcado por desigualdades como o mercado de trabalho. Nesse sentido, visibilizar a atuação desses sujeitos em diferentes instituições e exercícios profissionais pode contribuir também para a rearticulação dos saberes estabelecidos sobre essas vivências.

Se são ínfimos no Brasil estudos que tenham como foco os profissionais da segurança pública que se identificam como gays (FRANÇA, 2016), os relacionados às lesbianidades são desconhecidos. Aqueles que se identificam com outras possibilidades de gênero, como a travestilidade e as transexualidades, timidamente começam a aparecer (VARGAS, 2010; MARIA, 2015; FOUREAUX, s.d.).

O texto intitulado “O transexualismo em face do direito militar”, de Vargas (2010), reúne reflexões de um professor de Direito Civil em defesa da permanência de combatentes transexuais nas Forças Armadas do país. A partir do caso de uma das combatentes transexuais expulsas do Exército, a Sargento Fabiane Portela, em Minas Gerais, analisa os termos do Estatuto Militar para indicar como não há contravenção que justifique a exclusão. Para conceber a transexualidade, o advogado parte da descrição diagnóstica da OMS ao afirmar:

Mister lembrar que o transexualismo desaparece após a cirurgia, que adéqua o indivíduo a sua verdadeira identidade sexual, tornando-o um indivíduo são, física e mentalmente, plenamente apto a exercer quaisquer funções em qualquer posto das Forças Armadas (n.p.).

Apesar de indicar o equívoco da decisão de exclusão pelas Forças Armadas baseado na própria legislação interna, os pressupostos de leitura sobre as vidas trans revelam outras formas de violência, ou seja, indicam os efeitos da patologização das experiências. A transição é concebida como uma medida normalizadora de uma deficiência, que a torna

plenamente capaz a ocupar o posto (que já exercia) somente após cirurgias.

O texto “O transexual nas instituições militares”, de Foureaux (s.d.), assim como o de Vargas (2010) é uma publicação em uma página de debates jurídicos na internet, dessa vez elaborada por um Policial Militar de Minas Gerais, também formado em Direito. A partir de notícias sobre as transições de combatentes nas Forças Armadas e suas respectivas exclusões, chama atenção para a possibilidade de casos similares nas instituições estaduais militares e de forma cuidadosa argumenta a necessidade de o Estado ‘garantir o direito à felicidade de todo cidadão’.

A partir de princípios constitucionais, defende a ilegalidade da exclusão de combatentes transexuais, assim como a necessidade de garantia de plenos direitos decorrentes da (nova) identidade. A argumentação indica ainda as regras do Comitê Olímpico Internacional para a atuação de atletas transexuais como um parâmetro para a regulamentação das avaliações físicas em contextos militares.

O autor, apesar de citar a categorização da transexualidade como doença pela OMS, critica esse posicionamento, e defende a sua legitimidade como parte da subjetividade. É possível identificar alguns equívocos conceituais, assim como a naturalização de conceitos e lógicas institucionais, conforme será visto a seguir:

No meio militar muitas vezes os homossexuais sofrem discriminações, ainda mais se resolverem trocar de sexo. (...) Se um homem torna-se mulher por decisão judicial, a ela deverão ser resguardados todos os direitos que uma mulher por natureza possui, para todos os fins de direito, em sua concepção mais ampla, seja para fins penais, civis, previdenciários, militares, etc. (grifo nosso)

O que pode ocorrer são determinados cargos, pela sua natureza e peculiaridades exigirem um porte físico mais avantajado, e serem preenchidos somente por homem, nesses casos, o homem que pertencesse ao Batalhão de Operações Especiais que só é integrado por homens, p. ex., e resolvesse virar mulher, terá direito a ser transferido de suas funções, e assumir outro cargo compatível com a sua realidade. Repetimos, cargo não tem sexo! (grifo nosso)

No entanto, não invalidam o peso de um posicionamento embasado e favorável à situação, vindo de um “colega”, ou seja, de outro militar do corpo de oficiais.

“A mudança de gênero e seus reflexos jurídicos na Polícia Militar de Santa Catarina” é um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) para o título de Bacharel em Direito, desenvolvido também por uma policial militar, Maria (2015) e orientado por um Coronel da reserva.

O texto parte de um arcabouço teórico comum ao campo do direito, conceituando e diferenciando sexo biológico, psicológico e jurídico, além dos princípios constitucionais e a

legislação militar estadual. Apresenta um resumo dos processos jurídicos de três combatentes excluídas, caracterizando-as inclusive com seus nomes de registros e referenciam conceitos patologizante para definir as transexualidades:

Como já ficou esclarecido, o transexualismo, muito embora seja considerado uma patologia, é tratável e passível de cura com tratamento hormonal, cirúrgico e acompanhamento psicológico, mas evidentemente que não torna o indivíduo incapacitado para o exercício de qualquer profissão, quer seja militar ou civil (p. 58). Sobre o transexualismo, ainda não há respostas quanto a sua origem, mas o que se tem até agora é que o indivíduo nasce assim e aquele que muda de sexo sabe que está sujeito as vantagens e desvantagens do sexo para o qual mudou e que se identifica. (grifo nosso) (Maria, 2015, p. 58)

A autora, apesar de partir de uma premissa curiosa como a previsão de vagas para transexuais nas corporações, argumenta de modo favorável à permanência da/os militares.

O indivíduo que ingressa na PMSC faz uma escolha de servir e proteger a sociedade, mesmo com o risco da própria vida, sendo inculcado durante a sua formação policial valores éticos e morais na defesa do cidadão, dos direitos humanos e da dignidade da pessoa, devendo atuar livre de preconceitos no exercício das suas atividades. Logo, não pode aquele que defende todos esses direitos inerentes ao ser humano, se ver cerceado dos mesmos direitos apenas por ser transexual. Algo desse tipo seria uma afronta à Constituição Brasileira, que veda qualquer proposta tendente a abolir os direitos e garantias individuais fundamentais, conforme dispõe o artigo 60, § 4º, IV. Ademais, constitui objetivo da República promover o bem de todos livre de quaisquer preconceitos e construir uma sociedade livre, justa e solidária, sociedade esta na qual o militar transexual também está inserido (Maria, 2015, p. 62)

Nenhum dos materiais é baseado em metodologias como entrevistas, etnografias e observação participante com os próprios sujeitos, ou mesmo trazem dinâmicas institucionais relativas ao tempo de permanência dessas militares trans nas corporações. São discussões teóricas sobre as notícias que circulavam no país e seus enquadramentos jurídicos. Todas usam das legislações militares e/ou da Constituição Federal para apontar a ilegalidade das exclusões e reformas compulsórias de militares transexuais. Outro ponto interessante é o fato de dois dos autores (e um orientador) serem vinculados também às Instituições militares indicando uma tendência pós redemocratização no país, na qual militares começaram a produzir discursos sobre os próprios meios, e nesse caso, contrários aos posicionamentos da mesma classe (que excluíram as combatentes).

Ao eleger a experiência desses profissionais militares transexuais, nesta tese pretende-se colocar em debate uma série de relações e concepções ainda pouco investigadas no campo psicossocial sobre o tema, como: novas relações e perspectivas de trabalho e renda para populações trans; reconfigurações locais e tensionamentos dos limites institucionais a partir

da presença desses profissionais; discursos sobre gênero e sexualidade no interior das instituições de segurança pública; além da possibilidade de tentar compreender internamente como são concebidos os direitos da população LGBTQIA+ por profissionais de segurança pública.

Pensar a experiência da transexualidade em contextos militares pode revelar tensões ao evidenciar que as normas militares são insuficientes na produção de um cidadão militar conforme seu gênero (TEIXERA, 2009). Na era das cirurgias plásticas e intervenções estéticas, o corpo é um forte agenciador das subjetividades contemporâneas (NOVAES, 2011) e a anatomia não é destino, é capital, um projeto a longo prazo. Para as transexualidades, é também limite e potência, se sangra pelos símbolos que carrega, é substrato de sonhos e realizações. Assim como a norma em Butler (2003) tem duplo caráter entre o limite e a possibilidade.

Internacionalmente as produções acadêmicas sobre as Forças Armadas e de segurança somam algumas publicações, inclusive no campo de investigações sobre gênero e sexualidade (CORONGES, 2013). Assim como na literatura, artes e nas redes sociais, como o perfil no Instagram *TransMilitary*, sobre a produção do documentário “*Transgender, at war and in love*” sobre a presença de transexuais nas Forças Militares estadunidenses²², consideradas hoje o maior empregador de pessoas trans no país, uma vez que se estima que mais de 15 mil pessoas trans pertençam a essas corporações. Algumas narrativas registradas dizem de uma demanda pelo “direito de servir ao país”, de uma vida “no armário trans” nas corporações, do meio militar como possibilidade de exercício da masculinidade para homens transexuais e das dificuldades de reconhecimento para mulheres trans no mesmo contexto.

No Brasil, as primeiras notícias sobre o pertencimento de militares trans se deu também nas Forças Armadas e contribuem para mostrar proximidades e distanciamentos das trajetórias de nossos interlocutores. No entanto, um recorte de profissionais do que aqui chamamos de Segurança Pública Estadual (Corpos de Bombeiros Militar e Polícia Militar) são os eleitos para esta pesquisa, de forma central ao CBM e de forma mais pontual sobre a PM. Tal escolha se deu em função de essas corporações militares estarem mais próximas da execução das políticas públicas de segurança e conseqüentemente do atendimento à população, dos debates contemporâneos da sociedade civil e das possibilidades de acesso para a pesquisa. Os discursos que serão abordados a seguir não passam pelo “direito de servir ao país”. Mas sim de ter sua identidade reconhecida, de ter um bom emprego, de gozar das

²² Mais informações no site www.transmilitary.org/. É possível acessar o trailer da produção nos links <https://www.youtube.com/watch?v=zN7VSeja1dw> e https://www.youtube.com/watch?v=p_qv_pxVN5k

garantias trabalhistas de um concurso público e de prestar um bom serviço à população.

A segurança pública no Brasil é composta por instituições civis e militares. Mesmo aquelas corporações não militarizadas oficialmente guardam estreitas relações com as estruturas do militarismo, tanto por terem em seu quadro de efetivo militares remanescentes de outras instituições ou períodos de formação compartilhados com as tradicionais escolas militares quanto pela própria gramática militar da segurança pública no Brasil.

Forças Armadas e Instituições Militares de Segurança Pública possuem processos de formação, treinamento e exercícios profissionais estilizados de acordo com suas atividades-fim e suas funções no ordenamento social, no entanto, compartilham de um mesmo regime institucional (militar). Nesse contexto, foi fundamental entender como alguns pressupostos básicos do militarismo delimitam conceitos e formas de atuação na gestão das políticas públicas de segurança.

Diante do que foi explanado, tem-se como pressuposto que o campo de gênero e sexualidade é um campo de disputas simbólicas e políticas e que trazer para o campo científico determinadas narrativas é possibilitar a ressignificação de conceitos e teorizações que deslegitimam e amordaçam algumas experiências de vida, em especial aquelas de trânsito de sexo e gênero. Buscando conhecer aqueles saberes que têm o poder de instituir verdades sobre os sujeitos e estabelecer parâmetros morais que regulam suas condutas, vigiam seus corpos e normalizam seus desejos (PELÚCIO, 2016), mobilizaremos a linguagem acadêmica mesclando-a com aquela própria da caserna.

2. UMA PAISANA FEMINISTA NA CASERNA²³

Necesitamos inventar nuevas metodologías de producción del conocimiento y una nueva imaginación política capaz de confrontar la lógica de la guerra, la razón heterocolonial y la hegemonía del mercado como lugar de producción del valor y de la verdad. (PRECIADO, 2014. p.12)

Foucault e uma série de pesquisadoras feministas (HARAWAY, 1995) ajudaram a compreender como visões sexistas e heteronormativas se entrincheiraram na produção da ciência, transformando em fato científico aquilo que seria, *a priori*, uma perspectiva de apreensão do real. Aborda-se, neste texto, a ciência como uma atividade social e cultural, colocando em questão não só seus resultados, mas os processos de construção desses resultados.

Dando continuidade a uma trajetória acadêmica guiada pelas experiências trans, me inserir oficialmente em um ambiente militar não parecia a escolha mais óbvia. No entanto, há algum tempo, despertava a hipótese de que esses sujeitos (trans), em relação aos processos articulatórios de suas práticas profissionais, construam outros sentidos de si, se inserindo em outras cadeias discursivas além daquelas limitadas pelos discursos psicológicos, médicos e jurídicos patologizantes. Além disso, era desafiador pensar as maneiras pelas quais suas experiências tensionariam as dinâmicas institucionais. Uma vez que integram instituições legitimadas socialmente, de que maneiras rearticulam um saber estabelecido sobre as transições de sexo/gênero?

A proximidade com o campo se deu sobretudo durante os últimos 5 anos de trajetória acadêmica e pessoal. Além de namorar há 7 anos uma mulher militar e sua família ser composta por militares de diferentes instituições, patentes, posto e graduações no estado, meu círculo de sociabilidade incluía diversos outros militares. Fui professora por um breve período do Curso de Formação de Bombeiros Civis (2013), realizados pelo CBM, além de contribuir com a organização e atuar como palestrante no Seminário de Comemoração de 20 anos da entrada de mulheres na corporação (2013), integrar a equipe da pesquisa “Segurança Pública e população LGBT – SENASP/IDH/NUH”(2013-2014), pela qual visitei Academias de Formação de policiais civis e militares em vários estados, prestar consultoria ao Comando

²³ Uma brincadeira com o título do capítulo etnográfico - *Um antropólogo na caserna* - do livro “O espírito militar” (1990), de Celso Castro, sobre sua imersão em uma academia militar, no final dos anos 1980.

Geral do CBM sobre o tema da transexualidade (2016), atuar como palestrante do I Encontro Nacional de Bombeiras Militares (Maceió - 2017) e no Seminário “Isso é coisa de mulher” do CBMMG (2017) e participar do II Encontro Nacional de Bombeiras Militares (Recife – 2018).

Ainda em 2013, atuei como professora da disciplina “Ética e Cidadania” em um projeto social chamado ‘Voluntários da Cidadania’, que formava bombeiros civis/brigadistas. As aulas aconteciam nas dependências da Academia do CBM e seguiam algumas dinâmicas militares, próximas às já descritas na literatura sobre cursos de formação militar (CASTRO, 1990; LEINER, 1997; TAKAHASHI 2002), apesar de ter como público-alvo civis (que não se tornariam militares ao final do curso). O corpo docente, em sua maioria, era composto por professores militares daquela mesma instituição, de modo que a minha presença na unidade causava alguma curiosidade. Era comum que a coordenação do curso entrasse na sala durante a aula e, com muita deferência, ocupasse grande parte do tempo dando avisos, repasses e resolvendo questões burocráticas da formação, sem se preocupar com o andamento da disciplina ou com a minha autoridade naquele lugar. Era comum também que militares passassem pelos corredores, olhando pelas janelas, ou parados no vão da porta, durante o curso da aula. Certo dia, durante o intervalo, um soldado BM se aproxima e me questiona sobre a minha admissão como professora do curso. Eu respondo que havia sido informada do edital de chamada por uma amiga (no caso minha namorada) da instituição e, a partir de seu contato, enviado meu currículo para a seleção²⁴. Não satisfeito, ele continuou: “*Mas quem aqui no CBM você conhece além dela?*” Na hora, todos os cerca de seis nomes que consegui pensar eram de colegas com alguma vivência e/ou identidade lésbicas. Sem demorar muito, disse que não conhecia mais ninguém e consegui sua desistência.

Esses contextos e relações atravessadas pelas dinâmicas militares permitiram antever alguns melindres que iriam compor o campo. Nos segundos que se passaram antes de dar a resposta ao militar, percebi que era uma sociabilidade relacionada à lesbianidade o que me ligava àquelas bombeiras e que, entre elas, a visibilidade dessa identidade e/ou prática (dentro e fora do CBM) era muito diversa. Agrupá-las em uma mesma resposta poderia acarretar outras perguntas (ou não), mas optei por não correr o risco, nem o meu, nem o delas. Mesmo sabendo como é comum familiares e pessoas próximas aos militares ocuparem funções civis,

²⁴ Na ocasião de envio do currículo, após uma experiência desastrosa de pedido de apoio de militares do CBM em um evento público de travestis e transexuais na UFMG, com uma resposta-recusa de duas linhas, resolvemos fazer uma “limpa” e omitir, sempre que possível, os termos travestis, transexuais do currículo, contando que somente LGBT passaria mais despercebido na seleção. O que parece ter sido efetivo, devido à minha contratação.

principalmente na Academia²⁵, por que não qualifiquei corretamente minha relação com Maria, minha namorada há 7 anos?

Compartilho das reflexões de Teixeira (2012) quando a pesquisadora afirma que a experiência de trabalho de campo

busca desvelar as dimensões subjetivas e as vivências que propiciam relações produtoras de conhecimento. Logo, os relatos do envolvimento com as pessoas e sobre os diferentes contextos e situações em que se deu a pesquisa, mais do que nunca, constituem dados do próprio trabalho científico e são considerados como integrantes do resultado (p.27)

O viés etnográfico sempre pareceu interessante ao almejar uma tradução do encontro com o outro, reconhecendo, identificando e registrando como essa experiência está presente no fluxo do trabalho realizado, elaborando um sentido para o estar presente, enquanto se faz ciência. Talvez por isso, o resultado do capítulo metodológico nunca é somente sobre um fazer investigativo e acadêmico, seus métodos e teorias norteadoras. É também sobre a passagem do tempo, sobre momentos da vida do pesquisador, às vezes sobre o repensar sobre si dos interlocutores, mas sobretudo sobre a proposição de uma forma de perceber o sensível.

Nesta pesquisa, o contexto pessoal e o pesquisado começam misturados e vão demandar tempo e estudo para decantar (será possível?), para em alguma medida se distanciar, sendo um alimento e uma possibilidade para o outro, embora sempre numa proximidade declarada e curiosa. O texto foi majoritariamente escrito em primeira pessoa, porém ciente de que as reflexões e elaborações são frutos de encontros, de conversas, da produção coletiva de saberes em um trajeto pessoal.

A partir dos debates feministas da ciência, parto do princípio de que o sujeito do conhecimento é um sujeito situado, com perspectiva própria daquilo que conhece, e também de si. Desse modo, assim como Queiroz (2015) concebe essa relação, não se almeja produzir simplesmente um conhecimento “sobre” essas experiências, nem “para” ou mesmo “com” elas, mas se busca elaborar a partir da reflexividade um saber sobre a “minha relação com elas”, relação sobre a qual eu poderia ser uma enunciativa válida (p.89).

Em uma etnografia multilocal, para Marcus (2001) e Queiroz (2015), o pesquisador está envolto em todo tipo de compromissos pessoais contraditórios. Para eles, a resolução dessa situação não se dá em refugiar-se no local prescrito para o “antropólogo acadêmico distanciado”, mas se posicionando como um etnógrafo ativista, renegociando identidades em diferentes lugares enquanto se aprende mais sobre eles. Para os autores, faz-se referência a um

²⁵ Muitas vezes, por terem acesso à divulgação de editais ou processos seletivos de forma mais efetiva, ou mesmo por indicação direta.

posicionamento ético-político no qual o ativismo está intimamente relacionado à máxima feminista de que a política é algo pessoal.

A partir de uma perspectiva feminista, psicossocial e orientada pelas diversas expressões da Teoria Queer, observei também enquadramentos teóricos e metodológicos que configuram violências epistêmicas e negligenciam questões, indagando-os. Corrobora-se com Pelúcio (2016) na afirmação de que a Teoria Queer

é um espaço de luta política, uma arena de embate de ideias que procura enfrentar a naturalização de uma série de opressões, seja evidenciando o caráter compulsório da heterossexualidade, desconstruindo binarismos que enrijecem possibilidades de transformações, politizando o desejo, ou apontando para as crueldades dos discursos hegemônicos, muitas vezes revestidas de um cientificismo que quita a humanidade de determinados seres humanos, tratando-os como abjetos (p.128)

Visibilizar determinadas narrativas é perceber a heterogeneidade dos mundos sociais e das experiências, indagando por que uma história é contada e outra não? Indicando de que maneiras as hierarquias políticas e sociais se fazem presentes, tornando umas trajetórias representativas e “oficiais” e outras ilegítimas (BRUNER, 1997; QUEIROZ, 2015)

As epistemologias feministas indicam que as teorias produzidas sem essa reflexão

não só desconsideram as mulheres como sujeitos de conhecimento e como agentes nos fenômenos sociais, mas também invisibilizam as atividades e os interesses das mesmas e das relações de poder desiguais que elas vivenciam, além de produzirem conhecimento (ciência e tecnologia) que não atende às reais necessidades das pessoas em situações de subordinação na sociedade ou que acentua as desigualdades (VARGAS, 2012, p.33-34)

As mulheres militares, e com elas todos os sujeitos emasculados pela normativa de gênero, têm a possibilidade de voz e registro da sua presença e atuação orientados por uma moralidade estética e silenciadora. Para aquelas poucas eleitas, as grandes heroínas da história, o lugar da excepcionalidade foi construído de modo a florear quase mitologicamente suas experiências, negando uma afirmação material de competência, de potência e de saber ao gênero feminino. Os registros históricos de mulheres combatentes em Guerras, por exemplo, parecem construir o desvio, e não apontar os parâmetros normativos de avaliação sobre a atuação profissional dessas mulheres.

No livro *A Guerra não tem rosto de mulher* (2016), a escritora e jornalista bielorrussa Svetlana Aleksievitch²⁶, ao registrar as histórias de mulheres russas combatentes do Exército Vermelho na II Guerra Mundial, reconstrói o cotidiano no *front* e na sociedade russa de uma

²⁶ Prêmio Nobel de Literatura 2015. Livro citado no texto em sua versão *e-book*.

forma rara na história. Registra não só a capacidade física e operacional de “algumas mulheres especiais”, mas um outro olhar sobre o cenário da Guerra como um todo. Em seus relatos, encontra-se não somente a narrativa oficial sobre táticas de ataque, grandes comandantes, ou “a espera feminina” pelo companheiro que partiu, há também reflexões sobre as articulações normativas para conceber esse fazer laboral e os efeitos de revelar o caráter ficcional dos limites normativos sobre sua competência, como nos trechos destacados a seguir:

Nossa propaganda diz que não são mulheres que lutam no Exército Vermelho, mas hermafroditas... [...] São umas anormais, não são mulheres verdadeiras [...] Era algo proibido, até antinatural [...] Mas o que você teve, uma menina ou um rapaz? [...] Na época saiu na imprensa inglesa que alguma criatura incompreensível – nem homem nem mulher – estava combatendo na marinha dos Russos. E diziam que essa ‘lady com adaga’ não se casaria com ninguém [...] Que razões obrigam uma jovem de uma boa família nobre a deixar a casa do pai, *renegar seu sexo*, assumir tarefas e obrigações que assustam até os homens e se apresentar no campo de batalha (...) o que a impeliu? Desgostos secretos do coração? Uma imaginação inflamável? Amor? [...] Vovó, antes você era menino neh?; (n.p)

O imaginário sobre o cenário militar de combate parece incompatível com a atuação daquelas designadas como mulheres. A escolha voluntária por esse pertencimento, que em muitos relatos está relacionado a um partilhar daquilo que é social, público, querer contribuir na construção dos valores e riquezas de um país, resulta socialmente em um questionamento sobre a autenticidade de sua identidade sexual. Se psicologiza e patologiza demandas de pertencimento demarcando os limites da normalidade. Sair da prescrição é ter a autenticidade de seu sexo colocada em questão.

Eles podiam se ofender, xingar, mas nós nunca. Por uma palavra grosseira éramos punidas até com prisão [...] Tentavam nos proteger. Era preciso pedir uma missão militar, ou merecer. Dar provas. Era preciso coragem e ousadia para uma coisa dessas. E nem todas as garotas eram capazes disso [...] Se sentiam ofendidos em saber que eles, batedores, homens, tinham que se subordinar a uma garota de vinte e poucos anos. Entendi isso muito bem... [...] ‘A guerra termina em breve. Ontem, as lavadeiras do 21 destacamento de lavanderia de campanha fizeram dois prisioneiros alemães’. Todos aplaudiram (n.p)

Regulações e punições estilizadas ao gênero, provas constantes de competência e a construção da sua pertença como a ruína do sistema que representa são temas que se repetem em boa parte dos relatos. A diferença sexual que supostamente deveria ser neutralizada na uniformização dos corpos (fardados, ordenados e a postos) militares se fará presente nas dinâmicas da interação, da regulação e do exercício das profissões.

Lembrei disso quando cortaram nossos cabelos e nos transformamos de moças em jovens soldados [...] Diziam para nós que durante a guerra precisavam de soldados, e apenas soldados... Mas também queríamos ser bonitas... [...] onde ia me meter? Só havia homens à minha volta, melhor viver com um do que ter medo de todos (n.p)

São nítidas também as formas de se adaptar, moldar subjetividades e principalmente gerir violências para garantir a permanência. O medo causado pela possibilidade de violação sexual, em função da predominância masculina, faz com que muitas se veem induzidas a se relacionar com um deles, evitando a violência dos demais. O que aproxima essas hoje senhoras russas de muitas travestis e transexuais em celas masculinas nos presídios brasileiros, onde os “casamentos” são uma forma de diminuir as ameaças de violação sexual.

No começo nos escondíamos, não usávamos nem as medalhas. Os homens usavam, as mulheres não. Os homens eram vencedores, heróis, noivos, a guerra era deles; [...] já para nós, olhavam com outros olhos. Era completamente diferente... Vou lhe dizer, tomaram a vitória de nós. Na surdina, trocaram pela felicidade feminina comum. Não dividiram a vitória conosco. Isso era ofensivo... incompreensível... Porque no *front*, os homens tinham uma relação maravilhosa conosco, sempre nos protegiam [...] na vida da paz, nunca vi nos tratarem bem assim; (n.p)

A sociedade que aguardava o retorno das mulheres combatentes não havia se modificado na mesma proporção que elas no *front*. Os lugares sociais que as receberiam em muito se baseavam nos mesmos pressupostos discriminatórios que as conceberam como anormais por se alistar. Veteranas foram preteridas e abandonadas quando mutiladas pela guerra; muitas outras perderam o lugar da decência e se tornaram ameaças às famílias que se reconstruíam, uma vez que representavam para aquelas que seguiram as normas (e ficaram em casa) o sexo fácil do *front*. Mesmo aquelas que constituíram famílias e voltaram às prescrições de gênero, sua trajetória e condecorações não representavam vitória e sim um período de exceção que deveria ser apagado pela regência heteronormativa do casamento e da maternidade.

Não me inseri nas Forças Armadas, nem falamos de tempos de guerra entre nações (pelo menos não a nossa), no entanto todos os pontos observados aqui de alguma forma também fazem parte das narrativas de nossas e nossos interlocutores. O regime militar que rege as instituições estaduais de segurança pública, a atuação pelo monopólio da força, as pedagogias da violência na formação dos combatentes, os estereótipos e as prescrições de gênero que delineiam identidades, a política sexual que acompanha a política militar, todos também serão parte dos cenários que adentraremos nos próximos capítulos.

Esta seção busca apresentar, a partir de uma narrativa etnográfica e multissituada, as ferramentas, os caminhos e as possibilidades de inserção em campo. O caráter multissituado

não diz somente sobre os lugares geográficos percorridos, mas sobretudo sobre as posições de sujeitos (cisgêneros, transgêneros, homens, mulheres, heterossexuais, homossexuais, praças, oficiais, etc.). Conjugando pesquisa bibliográfica composta pela intersecção de discursos políticos, científicos e literários, observações participantes e entrevistas realizadas entre os anos de 2014 a 2018. As observações em campo buscavam se atentar à forma como os interlocutores diziam sobre o seu trabalho, sobre a relação com os pares, com as políticas institucionais, como concebiam e justificavam competências, pertencimentos e trajetórias a partir do corpo, do gênero e das sexualidades. Nas entrevistas, interessa traçar trajetórias institucionais, relações cotidianas de modo a perceber como o gênero e as vivências da sexualidade atravessavam possibilidades, impedimentos, estratégias de fazer possível. Também interessaram as formas de reunião e de questionamento sobre pautas coletivas, sobre as especificidades do “ser militar” e as proximidades e os distanciamentos com civis.

Para entender a trajetória das transexualidades nesse contexto, configurou-se necessário delimitar e localizar as instituições historicamente, observar suas relações com as políticas públicas de segurança e principalmente fazer uma imersão (ainda que/talvez sempre incompleta) nas dinâmicas institucionais. Por mais que as instituições de segurança sejam, em alguma medida, entrelaçadas pelo militarismo, as formas concretas de formação dos agentes, as identidades profissionais e a função social da instituição têm materialidades distintas. A história (do país e das instituições) e nossa configuração social contemporânea dão lugares e poderes diferentes a cada uma delas.

Neste estado a PM, por exemplo, é informalmente conhecida como “a Gloriosa²⁷”, e tem um poder quase colonizador sobre as outras instituições de segurança estaduais, a começar pelo número mais expressivo em relação ao seu efetivo (número de integrantes), aos recursos financeiros e a incidência política. No entanto, devido à ostensividade (e brutalidade) da atuação, parece estar mais visivelmente sob a mira da regulação social. A PM agrupa um enorme contingente de pessoas, tem grande diversidade de atuação e, nos últimos anos, tem exigido maior formação acadêmica para algumas patentes, englobando uma heterogeneidade de pessoas com trajetórias e interesses diversos. Talvez, também em função da gestão dessas diferenças, seus processos de formação militar e conseqüentemente suas dinâmicas cotidianas de convívio e trabalho parecem constituir sujeitos aparentemente “colados” à instituição, externamente pouco críticos às dinâmicas institucionais, tendendo a ser bastante obedientes ao regime e à instituição.

²⁷ Em referência à letra do Hino “Canção da PMMG”.

O CBM, por sua vez, em alguma medida parece ainda bastante marcado pela herança de ter pertencido à PM no estado, como será visto em capítulo a seguir, tendo a ela grande deferência e uma relação ambígua entre uma busca ativa de proximidade e processos de diferenciação. Regozija de grande aprovação social (interna e externamente), a ponto de se negligenciar um controle social mais efetivo sobre o mesmo²⁸. Responsável por um conjunto amplo de atividades que caracterizariam seu pertencimento tanto à esfera da segurança pública quanto à da defesa social, tal posição *in-between*, além de resultar em consequências nas políticas estaduais e nacionais de segurança, parece em alguma medida afetar a identidade profissional dos combatentes.

A gestão das instituições no estado e o delineamento das políticas institucionais muitas vezes pareceram estar sob o comando subjetivo de coronéis (e seus outros coronéis assessores), sujeitos a mudanças constantes e pouca continuidade, com efeitos reais para as dinâmicas de trabalho e para a efetividade e abrangência das políticas públicas que executam.

A revisão bibliográfica gerou diversas informações sobre o militarismo nas Forças Armadas. Considerando a lacuna na literatura sobre dinâmicas de gênero e principalmente sexualidades nesses contextos, e também as coligações entre as instituições militares no país, tais achados não foram ignorados. Pelo contrário, tornaram-se parte da reconstrução da história e das dinâmicas laborais e institucionais, ainda que o foco sejam as instituições militares estaduais de segurança pública, BM e PM.

A fim de investir de forma mais precisa nas questões propostas, optei por eleger como interlocutor principal da pesquisa um combatente transexual do Corpo de Bombeiros Militar, um homem transexual de 27 anos (no início da pesquisa), que integra o corpo de oficiais da instituição, para acompanhar mais extensivamente sua transição de gênero. Dessa forma, poderia dar consistência às análises ao relacioná-la a um tipo específico de fazer profissional, de gestão institucional e signos sociais. Neste texto, vamos chamá-lo de João. A escolha do nome fictício *João* para designar nosso principal interlocutor, primeiro transexual a demandar reconhecimento da identidade na Instituição a que pertence, é uma homenagem a João W Nery, primeiro homem transexual brasileiro a compartilhar sua história nacionalmente no final da década de 1980 e hoje importante ativista dos direitos LGBTQIA+ no país. O CBM representava também a possibilidade de maior inserção em campo, maior número de contatos e perfis profissionais menos aterrorizantes.

²⁸ Observei, durante os anos da pesquisa, a circulação de uma piada interna que dizia que os únicos 2% de reprovação social da instituição é composto pela parcela da população de fato atendida pelo CBM. Em referência a uma leitura crítica que alguns combatentes fazem sobre as falhas institucionais.

Isso não significou, no entanto, a opção por um estudo de caso ou história de vida, estritamente falando. Essa opção indicou também a necessidade de conversar com outros sujeitos que compõem a instituição, no intuito de entender de forma mais ampla as dinâmicas institucionais, além de buscar outros militares transexuais para apresentar uma análise mais vasta sobre essa questão.

Foram entrevistados no total 14 servidores militares do CBM, sendo 10 distribuídos entre o quadro das praças (soldados, cabos e sargentos), com idades entre 26 e 36 anos, 5 homens e 5 mulheres cis, de orientações sexuais diversas (bissexuais, heterossexuais e homossexuais), dois deles casados e um com filhos. Quase todos atuam em Belo Horizonte e região metropolitana, tanto em âmbito administrativo quanto operacional, sendo que apenas um atua no interior do estado.

As entrevistas com as oficiais (uma cadete, uma 1º Tenente, uma 2º Tenente, uma Tenente-Coronel), sendo duas heterossexuais e duas homossexuais, aconteceram sem gravações e em conversas informais/entrevistas não oficiais. Outros oficiais convidados alegaram indisponibilidade de agenda. Pesquisas como a de Cruz (2017) indicaram dificuldades semelhantes.

Os militares que aceitaram participar desta pesquisa foram de alguma forma indicados por algum colega (bola de neve). Nesse contexto, busquei entrevistar militares que estivessem mais distantes do meu ciclo de sociabilidade. O fato de meus primeiros contatos comporem o quadro de praças²⁹ também pode ter contribuído para que parte dos entrevistados fizessem parte desse ciclo. Interessante pontuar que até os mais falantes interlocutores pareciam se esquecer e homogeneizar muito de suas histórias quando a entrevista formal começava. No entanto, em todas as interações sociais, eventos e posterior encontros interlocutores que já haviam sido entrevistados assim como muitos outros (BM e PM) que não participaram formalmente desses momentos compartilhavam histórias publicamente, ou me chamavam para ouvir relatos que julgavam interessantes para a pesquisa. Foram inúmeras as situações em que pedi abertamente para utilizar o relato nas análises da pesquisa, explicando a descaracterização identificadora que faria para resguardar suas identidades. Sempre recebi respostas positivas, mesmo quando inicialmente havia algum receio. O que faz com que parte das narrativas presentes aqui não tenham origem exatamente nos momentos das entrevistas,

²⁹ Pesquisa realizada pela SENASP em 2013 indica que “nas polícias militares e bombeiros militares predominam praças – 86,6% e 72,67%, respectivamente, entre as quais os soldados correspondem à maioria nas duas corporações: são 40,07% entre as ps e 61% entre as policiais militares. Dessa forma, a divisão entre os entrevistados relaciona-se também a essa estimativa de contingente da instituição.

mas tenham partido de relatos espontâneos entre colegas de trabalho, entre amigos, em falas públicas, e são provenientes de outros (múltiplos) sujeitos não listados entre os entrevistados, porém autorizados. Em alguns trechos do texto, parte da caracterização dos autores das falas foi suprimida para resguardar os interlocutores.

Tanto a resistência do oficialato a participar formalmente quanto “os esquecimentos e silenciamentos” de alguns militares foram indicando os caminhos possíveis de pesquisa em instituições cujo controle sobre os sujeitos extrapola sobremaneira o âmbito do trabalho. O medo de ser identificado, de não querer contribuir para a estereotipia do militar, a desconfiança com “a civil” ou a universidade, são elementos a serem considerados nesse tipo de pesquisa em contextos militares.

Durante os anos em campo, foi necessário atuar como Salgado (2015) afirma sobre as etnografias

[...] o antropólogo é um ativador (ibidem): faz perguntas constantemente, anda por ali, conversa, observa, ouve, lembra-se de questões e fá-las emergir, envolve-se com as pessoas, solicita e sugere coisas, elicia, ativa, aciona, partilha histórias e experiências, entrevista, etc., uma série de procedimentos que desencadeiam, estimulam, eliciam, ou colocam em funcionamento respostas, tendo em conta os objetivos e desenho da investigação (p.30)

A participação nos eventos militares locais e nacionais citados no início deste capítulo foi fundamental para a observação de participantes e possibilitou coletar relatos de militares que não estavam incluídos no rol dos entrevistados, bem como viabilizou o acesso e maior familiaridade com realidades de outros estados. Também é importante ressaltar o conteúdo das palestras, dos relatos das plateias, além dos momentos compartilhados nos ônibus, intervalos e confraternizações bastante enriquecedores para as análises. Nesses eventos, pude conversar também com as “pioneiras do fogo”, mulheres pertencentes às primeiras turmas de soldado (FEM) tanto nacionalmente (na PMESP) como as do meu próprio estado.

Foram também entrevistados dois militares transexuais da Polícia Militar, um atuando no mesmo estado e outro na região nordeste do país. No texto, nosso conterrâneo será chamado de Francisco; e o policial do outro estado, de Sérgio. Os nomes fictícios foram escolhidos em referência aos militares Francisco Jesus da Paz e Sérgio Miranda Ribeiro de Carvalho, que no período ditatorial no país resistiram aos Comandos Militares e foram perseguidos, torturados pelo regime e excluídos de suas corporações. Em referência a essa trajetória de resistência interna, assim conheceremos nossos outros interlocutores.

Francisco é cabo na PM e atua na região metropolitana da capital, local em que nos situamos, a quem acabei conhecendo por intermédio de João. Desde o primeiro contato, Francisco se mostrou disponível para encontrar e conversar. Um rapaz de 28 anos, estatura baixa e um sorriso fácil que me aguardava em nossos contatos presenciais que se deram com uma diferença de um ano, o que permitiu acompanhar pelas redes sociais o início do processo da transição no período entre as entrevistas. Ao contrário dos outros interlocutores trans, Francisco não tornou pública na instituição sua transição, apesar de ter uma aparência que evidencia sua masculinidade. Seus relatos nos levarão a esse contexto de negociações. Por nosso contato ter se dado de modo muito mais pontual (dois encontros), sua narrativa é singela na tese, porém não menos importante.

Por sua vez, Sérgio, na época soldado PM, foi contatado por intermédio de um amigo (por acaso, interlocutor na pesquisa de mestrado e que, sabendo do recorte no doutorado, procurou-me para falar da experiência do colega). Seu rosto e sua história estamparam notícias na internet que divulgavam a presença de um transexual em uma corporação policial no país. Nossos diálogos por internet e whatsapp, ainda no período inicial em campo, foram fundamentais na reunião de informações que dariam base para o encontro com o Alto Comando do CBM (formas de negociação institucional, legislação), conforme será visto adiante. Em viagem à cidade de Sérgio nos primeiros meses de 2018, tentei contato por internet e telefone para enfim uma conversa pessoalmente, porém não obtive resposta em nenhum dos meios.

No Brasil, há notícias de que as primeiras experiências públicas de trânsito de gênero em contextos militares ocorreram nas Forças Armadas. Durante minha graduação e mestrado, enquanto viajava para encontros de militância trans nacionais, fui apresentada a travestis e transexuais militares reformadas, e as tinha como contato nas redes sociais. Inicialmente três delas se mostraram disponíveis para entrevistas, porém nenhuma das possibilidades se efetivou, inicialmente por incompatibilidade de agendas e recursos tecnológicos ou falta de retorno aos meus contatos por duas delas, e no final da pesquisa, por falta de tempo hábil.

Esse montante entrevistado, ainda que sem expressividade estatística, é bastante representativo das “sociabilidades compartilhadas” (PORTELLI 1996), permitindo a qualificação de um horizonte de relações, representações e ações inscritas nas fontes orais e memórias desses sujeitos. As entrevistas narrativas (QUEIROZ, 2015) buscaram reconstruir a dinâmica de interação entre processos biográficos individuais e mecanismos coletivos (p.112). Nesse sentido, as “redações do eu”, por mais individuais que possam parecer, dão acesso a

uma prática que é também social, se tornando uma forma interessante de acessar “o modo como as pessoas tornam inteligível seu mundo social” (BRANDÃO e GERMANO, 2009, p.6)

Antes de confirmar as entrevistas, alguns militares pediram “referências” minhas aos colegas, indicando tanto o clima de desconfiança sobre o civil/paisano nesse contexto quanto uma relação mais criteriosa sobre a contribuição em pesquisas acadêmicas. Muitas vezes, chegaram com “casos” ou reflexões previamente pensadas ou mesmo com uma recusa pronta do que no imaginário deles não seria do interesse da pesquisa. É notável que parte dos entrevistados pareçam em um primeiro momento interessados em contribuir com a pesquisa e satisfeitos de poder falar com alguém “de fora”. O que não significou que o conteúdo compartilhado fosse livre de censuras. O fato de ser apresentada como pesquisadora da UFMG me pintou de diferentes cores. Em alguns momentos, percebia-se o fascínio que a entrada e a permanência no ensino superior público ainda causa no Brasil (sinal de privilégios anteriores), e por outro a desconfiança de uma possível alienação do “mundo real” que as visões sobre o estudante muitas vezes carregam nessas corporações. Observei que os relatos mais crus sobre discriminação e especificamente sobre transfobia vinham em referência aos outros - “os caras da ala”, “a sargento”, “os oficiais” - tanto em função do recorte do nosso público e possíveis endereçamentos/seleções de conteúdo (à pesquisadora) quanto pelas próprias dinâmicas do preconceito.

A internet, mais uma vez, deve ser destacada como uma importante ferramenta metodológica localizada sócio-historicamente. As redes sociais, os *sites* e os demais *locus* da rede têm potencializado investigações sobre as dissidências sexuais e de gênero (PISCITELLI, 2005; VASCONCELOS, 2014; SEGATA & RIFIOTS, 2016) ao dialogar com formas de sociabilidade, produção e divulgação de conteúdos específicos. Em pesquisas com longas inserções em campo, a manutenção do contato com os interlocutores é potencializada com o seu uso, criando possibilidades em momentos de poucos recursos financeiros para viagens e impossibilidade de contatos presenciais. Configurou também fonte de informações sobre pessoas trans *versus* militarismo ao reunir e possibilitar o acesso a uma série de reportagens e notícias, em um período extenso de anos, sobre os campos analisados - gênero *versus* segurança pública *versus* homossexualidades *versus* militarismo *versus* transexualidade.

Em menor escala, porém inicialmente importante para a inserção em contextos de sociabilidade militar, na rede social Facebook, participei de um grupo no qual mulheres militares e outras poucas civis interessadas no debate entre militarismo e relações de gênero

interagem. Configurado como um grupo secreto³⁰, foi criado em 2012 e hoje possui cerca de 200 membros, criado por algumas militares BM (e composto em sua maioria, porém não exclusivamente por elas) como tentativa de estimular o debate de gênero internamente às instituições (BM e PM). Apesar de ser um espaço de interação e informação somente nos primeiros anos da pesquisa, foi relevante ao revelar a extensão das regulações referentes aos preceitos militares (hierarquia e disciplina) fora das relações de trabalho. Os silenciamentos, as deferências nas postagens e o teor das discussões indicaram dificuldades e entraves à mobilização do tema entre as militares, semelhantes aos encontrados em campo, fora da internet.

Outras situações complementam esse quadro. Ainda no início da pesquisa, compartilhei com uma soldado BM a divulgação de um festival de filmes cujo título tinha “direitos humanos”. Recebi minutos depois uma mensagem no celular pedindo para apagar a postagem e somente mandar no privado, pois “havia muitos militares” entre os seus contatos na rede. Eram recorrentes comentários de interlocutores sobre “seleção” do conteúdo compartilhado, incômodo com o teor (conservador, reacionário) das postagens na linha do tempo em função do perfil dos “amigos” na rede e mesmo a criação de perfis alternativos sem a inclusão de colegas militares. Essas relações estarão também presentes nas trajetórias de nossos interlocutores transexuais, conforme será visto adiante.

Em 2017, após minha palestra no I Encontro Nacional de Bombeiros Militares, informaram-me ainda sobre um grupo de *WhatsApp* que reúne operadores de segurança pública LGBTQIA+, civis e militares. Segundo elas, as transexualidades estão cada vez mais presentes, e havia muita demanda por auxílio externo para as negociações institucionais e legais. Estabeleci contato e ofereci apoio ao administrador, o qual informou que o grupo não havia autorizado a minha participação. Ele demarcou a situação de “armário” de grande parte dos integrantes e das dificuldades de publicizarem suas demandas em função da exigência de sigilo da maioria. Com a justificativa de que eu não era “do campo da segurança” e supostamente “não tinha o mesmo a perder”, assim só poderia acompanhar as discussões indiretamente via celular de outro operador. Recusei sua proposta de incluir minha namorada como parte do grupo para ter acesso direto ao conteúdo manifesto e compartilhado, por achar incompatível eticamente com os motivos da recusa de minha participação oficial. No entanto, uma das oficiais BM, de outro estado, que havia me informado sobre a existência do grupo,

³⁰ Somente membros podem encontrar o grupo e ver as publicações, dessa forma, neste texto, nenhuma referência direta será feita ao nome do grupo, ao nome de qualquer participante ou da origem direta da informação analisada.

voluntariamente durante quase um ano compartilhou comigo via *whatsapp* um recorte das reportagens e documentos públicos que ela julgava ser do interesse da pesquisa. Em sua maioria, notícias sobre conquista de direitos e/ou denúncias de abusos homo/lesbo/transfóbicos nas instituições, publicadas na mídia nacional.

Seja nos relatos recortados das conversas para me informar, seja nos repasses dessa militar sobre o conteúdo do grupo, o campo vai se configurando por aquilo que os interlocutores constroem como de interesse da pesquisa. O cenário resultante é fruto também de suas decisões do que e quando publicizar sobre os regimes, as vivências e os conteúdos.

Uma descoberta importante do campo foi o que os militares chamam de *rádio peão*, um fluxo de informações que circula extraoficialmente entre militares. Desde fofocas sobre a vida pessoal e profissional dos servidores militares, especulações e avaliações sobre as políticas institucionais e estaduais, vazamento de informações setoriais até divulgação e compartilhamento ilegal de documentos e imagens internas como os REDS e filmagens de ocorrências, por exemplo. Trata-se de uma rede discursiva que extrapola os limites institucionais, circulando entre diferentes corporações militares e de segurança e entre civis. Fica claro como tem se tornado cada vez mais ativa, detalhista e ágil com o uso de aplicativos como o *WhatsApp*, câmeras e áudio nos *smartphones*, mas também se materializa nas conversas de corredor, reuniões e sociabilidades compartilhadas. Minha inserção nesse fluxo se dá à medida que ganho espaço e confiança dos interlocutores em campo, que me contam as histórias em circulação ou mesmo falam publicamente sobre informações dessa rede. Foi uma ferramenta fundamental para entender tanto o funcionamento e a reprodução das dinâmicas de gênero e sexualidade quanto as formas de gestão do trabalho internamente.

Por exemplo, circulou na rádio peão a notícia da transferência de um tenente para um município muito distante de seu município de origem. “O caso” compartilhado vinha acompanhado de um *link* para uma reportagem do jornal local, o documento oficial com o texto-justificativa para a transferência e um outro arquivo com um mapa traçando a distância entre o local de origem e o destino. Na reportagem, o militar compartilhava a situação de precariedade das condições de trabalho, no que se refere aos veículos e insumos para atendimento à população, justificando para a mesma o não atendimento das demandas assim como anunciando a busca por soluções. O documento institucional, de data posterior à veiculação da matéria, reportava “transferência por motivo de demanda de serviço”, termo legal na legislação, porém possivelmente relacionada à veiculação da matéria, em função da proximidade de datas e incoerência dada ao motivo e ao destino.

Em outra ocasião, compartilhavam uma página na internet intitulada “Diálogos na Segurança pública”, que anunciava a punição de um bombeiro³¹ (CBMES) após uma postagem no facebook denunciando condições de trabalho abusivas e irregulares. Transgressão disciplinar a que foi enquadrado foi a alínea C do inciso I, do art. 141 do RDME - “autorizar, promover ou tomar parte em qualquer manifestação coletiva, de caráter reivindicatório, de crítica ou de apoio a ato de superior, exceto nas demonstrações de boa e sã camaradagem”, gerando a punição disciplinar de “Licenciamento a bem da disciplina”.

As situações revelam uma série de relações observadas em campo. Como será visto em capítulos posteriores, a mudança na legislação em MG não garante que antigas práticas de punição extraoficiais, como a transferência compulsória, não sejam praticadas. A conduta dos militares teria rompido com a lógica interna. Os “casos” viram assunto entre a tropa como amostra do regime interno e funcionam pedagogicamente como um lembrete para os desviantes.

Integrar o que a literatura chama de “família militar” me proporcionou uma rede de contatos (BM e PM). No entanto, foi o convívio em campo durante todos esses anos que resultou em convites que para acessar agrupamentos militares e discursos que extrapolaram sobremaneira o conteúdo analítico gerado pelas entrevistas. A convite de militares, ministrei voluntariamente aula em curso de formação, palestras em batalhão, participei de reuniões, grupos de trabalho, eventos e seminários, além de poder ampliar as ocasiões de sociabilidade. Dessa forma, foi possível conversar, observar e discutir com militares de diferentes instituições e segmentos dentro de uma mesma corporação, quadro de saúde, batalhões especializados, militares com atuação na região metropolitana e no interior, desde soldados a oficiais superiores. Essas inserções, assim como as entrevistas, mostraram como o tema da transexualidade virou pauta comum entre a tropa ao longo dos anos. Aparecendo tanto em perguntas de alunos nos cursos de formação (formas de tratamento, legalidade da situação, alojamentos e TAF) como foi tópico de debate nos dois encontros nacionais de bombeiras militar. Essas inserções permitiram não somente observar a eleição dos temas e a condução dos debates mas a incorporação/extensão do “espírito militar” pelas famílias (CHINELLI, 2009).

O contato em especial com uma Oficial Superior BM do quadro de saúde também foi importante para o acesso a alguns espaços institucionais. A partir de sua assessoria aos comandos, endossou minha indicação para palestras, facilitou a entrada em eventos militares,

³¹ <http://abordagempolicial.com/2014/07/soldado-bm-e-demitido-por-critica-no-facebook/>

como os Encontros Nacionais, além estabelecer comigo diálogos que contribuíram para o entendimento das dinâmicas da gestão e da racionalidade do oficialato. Sua longa trajetória institucional, seu profissionalismo e sua inserção acadêmica propiciaram diálogos profícuos para as análises da pesquisa.

O domínio do linguajar militar, das expressões, a compreensão das hierarquias e algumas piadas internas, menos frequente entre civis, produziam curiosidade e aproximação em campo. Era comum ser indagada sobre ser filha ou esposa de militar (acredito que o físico – gordo – impedia a suposição de que eu poderia ser/ter sido militar). Também percebi um estranhamento meu, ao utilizar os termos “subordinados e superiores” ao referenciar posições nas hierarquias militares. Incômodo pelo teor dos termos no mundo civil, mas também por identificar como esse discurso materializa subjetividades e relações de trabalho.

A escolha dessa tríade – revisão, campo e entrevistas - está relacionada à complexidade do contexto em questão, da necessidade de se aproximar do debate acerca de segurança pública e instituições militares e compreender sob qual trama as vidas trans irão se estabelecer, assim como os regimes que guiam as ações institucionais.

Numa primeira aceção, a etnografia deve ser encarada como o produto de um cocktail de metodologias que partilham da suposição que o envolvimento com o sujeito é chave para a compreensão de uma cultura ou moldura social particular. Essa moldura sociocultural possibilita configurarmos um contexto, de onde emergem as questões, os enigmas da investigação, permitindo pensar o modo como o trabalho poderá ser realizado. A componente comum deste cocktail de metodologias é a observação participante, o método favorito da antropologia. Combina entrevistas formais, informais, com uma miríade de histórias, eventos consequentes do encontro localizado no cotidiano, resultante da prolongada estadia no terreno (SALGADO, 2015)

O contato e relacionamento com João, meu principal interlocutor entre os militares trans, atravessou grande parte desses movimentos, indicando quais poderiam ser mais frutíferos, enquanto outros se tornaram possíveis em decorrência da experiência dele na instituição. No entanto, logo percebi que tentar contato com outros militares a partir de sua interferência ou mediação direta o deixava desconfortável (talvez por publicizar sua relação com a pesquisa ou abrir um caminho para o escrutínio de sua identidade) e eliminei essa estratégia.

A decisão de informar oficialmente a Instituição sobre a pesquisa se deu a partir da tentativa de entrevistar integrantes do corpo de oficiais do CBM. No primeiro convite, o Tenente da BM que havia prontamente se disposto a participar acionou, por conta própria, o setor de ensino da Academia BM e me informou que eles aguardavam o meu contato com

mais informações (solicitadas por telefone e *e-mail*). Diante desse cenário, optei por seguir o trâmite institucional e aguardar a aprovação oficial, que ocorreu meses depois e foi publicada no Boletim Geral da instituição. Outras pesquisas envolvendo policiais militares apresentaram protocolos muito mais rígidos para a autorização (TURTE-CAVADINHA, 2016), em função, tudo leva a crer, de um acúmulo de experiência entre as instituições policiais e a academia. Não é sem razão que muitos trabalhos realizados nos últimos anos foram desenvolvidos por militares. A instituição tem buscado formar “seus pensadores”, com todas as possibilidades e limitações que essa posição possa gerar, vale o destaque. Além dos créditos institucionais que a UFMG e minha própria trajetória de pesquisa possam me proporcionar, o CBM no estado ainda é “jovem” nessa relação e, talvez também por isso, não tenha feito nenhum tipo de imposição ou condição para a realização da pesquisa.

As entrevistas gravadas foram transcritas e, junto ao conteúdo registrado no caderno de campo, foram organizados por categorias mais recorrentes nos relatos e de interesse nas análises da pesquisa (tornar-se militar, trajetórias institucionais, cotidiano de trabalho, relações de gênero, assédio, vivências da sexualidade, transexualidade). Essas narrativas construíram o terreno das relações em que os percursos de nossos interlocutores trans se estabeleceram.

2.1 João e Francisco

É uma coisa inexplicável, era uma infelicidade tão grande. Sabe quando você acorda, assim depois que você bebeu horrores a noite inteira e você acorda com aquele gosto de guarda-chuva velho na boca?, uma coisa meio amarga assim, meio.. a minha vida tinha aquele gosto. Hoje eu me sinto uma pessoa feliz.
(João)

Diferentemente de outras experiências sexuadas, a transexualidade masculina ainda não aparece como uma vivência facilmente nomeada e “reconhecida socialmente”, talvez por desconhecimento, por menor visibilidade social, por não estar ainda atrelada diretamente a assuntos de interesse e regulação pública (como a prostituição, a AIDS e o entretenimento, por exemplo). A aparente dificuldade de identificação/nomeação da própria experiência aparece também nos relatos dos interlocutores. Para muitos deles a identificação inicial normalmente se deu com a experiência da lesbianidade, mais acessível socialmente e que permitiu a

incorporação de caracteres masculinos à performatividade de gênero, como vimos anteriormente, porém em algum momento, essa começa a parecer insuficiente para os próprios sujeitos e para o olhar de alguns outros. Neste hiato marcado muitas vezes por períodos de angústia e isolamento, emerge a influência da internet, da mídia e da literatura no processo de auto-identificação, após o acesso a programas de televisão, sites na internet e literaturas em que a transexualidade masculina é citada. Ainda que o processo de auto-intitulasse transexual não seja imediato, ela permanece com uma possibilidade (VASCONCELOS, 2014, p.68)

Em alguns pontos, a história de João e Francisco se assemelham em muito àquelas descritas por mim em 2014, em relação aos homens que conheci durante a elaboração de minha dissertação sobre transmasculinidades³². Ao mesmo tempo, suas trajetórias e experiências de trânsito tomam contornos específicos uma vez que têm se materializado em forte relação ao seu contexto profissional totalizante. Uso o termo totalizante para marcar uma trajetória profissional que articula fortemente aspectos identitários, vida pública e privada, e está assentada em um regime que demanda de forma ilimitada e irrestrita de algumas classes de trabalhadores. Constitui-se entre a precariedade de direitos trabalhistas e o poderio da supremacia de força.

João inicia sua história no CBM como soldado (FEM, antes da identificação como trans) por 5 anos antes de prestar outro concurso (CFO) para o oficialato. No início desta pesquisa, integra o corpo de oficiais de uma instituição militar de segurança pública no estado, no posto de segundo tenente no início da pesquisa. Esse fato, que poderia ser somente um marcador de sua experiência, tem atravessado de forma contundente a sua transição, tanto para ele, nos alquímicos processos de construção de si, quanto para os sujeitos e instituições que cruzam esse percurso. Em fins de 2017, foi promovido a 1º Tenente BM, sendo esse período entre o início da transição e sua promoção que majoritariamente o acompanharemos.

João compunha, até então, o círculo das lesbianidades que mencionei no início deste capítulo. Já havíamos nos encontrado em eventos sociais, porém sem uma relação de proximidade estabelecida até então. Com surpresa, ouvi de Maria, minha namorada, o seu pedido para conversar comigo “com urgência” em dezembro de 2014. Enquanto o aguardava no bar, pensei que o motivo do encontro decorreria de alguma situação de discriminação em que a atuação do NUH/UFMG fosse necessária, ou mesmo o interesse dele por alguma de minhas amigas (uma vez que a fama de “pegação” era corrente), e bem no fundo, um lampejo,

³² Sob a orientação do Prof. Dr. Marco Aurélio Máximo Prado, a dissertação intitulada “Homens com T maiúsculo” foi defendida em 2014, no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFMG. Indicada por Guilherme Almeida como possivelmente a primeira dissertação na psicologia com esse tema. O uso do termo “meninos” nesses textos não caracteriza uma referência à idade ou personalidade dos mesmos, mas uma expressão comum em Minas Gerais, que pode indicar proximidade e informalidade.

quase desejo de que fosse um anúncio sobre uma aproximação com as transmasculinidades, uma vez que portava uma aparência e performatividade bem associadas às masculinidades, apesar de serem públicos seus esforços para não visibilizar uma identidade não heterossexual na corporação.

Esse pensamento foi rapidamente afastado por mim, e por Maria, numa breve análise sobre os contextos, a personalidade do mesmo e nosso grau de proximidade no momento. No entanto, bastaram duas palavras: “*Boa noite*” para que eu falasse baixinho para Maria enquanto ele caminhava até nossa mesa: “*Está hormonizando*”. As tecnologias de gênero, instrumentalizadas pela ingestão de testosterona, faziam-se presentes na oscilação vocal, na circunferência do pescoço e na acentuação dos ângulos da face. Talvez imperceptíveis a olhos desacostumados a essa possibilidade, mas evidentes a quem convive com essas transições há alguns anos. A confirmação do que para nós era evidente, e surpreendente, ocorrera somente no final da noite. Não lembro se os termos “*transexual*” ou mesmo “*trans*” foram utilizados, mas a afirmação de si enquanto homem sim. Além disso, tomamos conhecimento do processo de hormonização iniciado, sobre o agendamento da mastectomia em outro estado, além do uso de outras tecnologias masculinizantes como treinamento físico e vestuário readequado.

Enquanto ele falava, iniciava em minha cabeça a configuração de uma experiência diversa daquelas pelas quais havia me aproximado até então. Um contexto em que a inserção profissional está irremediavelmente atrelada à vida privada, um ambiente de trabalho marcado prescritivamente pela brutalidade, por machismo e homofobia, uma transição em que o poder aquisitivo atende de forma minimamente satisfatória aos acompanhamentos médicos e cirúrgicos fora dos serviços públicos, além de estabelecer uma sociabilidade muitas vezes distante das militâncias coletivas.

Ele havia me procurado por conhecer minha inserção acadêmica, convivência e amizade com pessoas trans, e queria ajuda. Eu tinha à minha frente a materialização da possibilidade de estabelecer uma relação fundamental para o desenvolvimento do projeto pelo qual fui aprovada no doutorado, além da gratidão pela confiança. Estabelecemos uma parceria. Expliquei brevemente naquela noite a pesquisa, os posicionamentos teóricos sobre as vivências trans, além de compartilhar algumas coisas que poderiam ajudá-lo de imediato, como a indicação de médicos, técnicas e percepções sobre “o tempo” das mudanças corporais. Ele propôs uma troca: “*eu te ajudo na sua pesquisa e você me auxilia na negociação com o CBM*”. Aceitamos. O que se iniciou com uma parceria estabelecida ganhou através do tempo outras nuances. Respeito mútuo e uma carinhosa relação de proximidade, sem que as mesmas apagassem os lugares que estabelecemos durante esse acordo.

Um das primeiras interações após esse encontro foi, como prometido, colocá-lo em contato com uma rede de pares. Não para “militância”, como ele deixou claro não se interessar no momento, mas para uma ambientação. Foi criado um novo perfil no *facebook*, uma nova foto em que somente parte do rosto e pescoço eram visíveis indicando que se tratava de figura masculina, um novo nome e sobrenome. Solicitei que alguns outros contatos o adicionassem em grupos exclusivos para meninos trans, além de apresentá-lo virtualmente a algumas pessoas que julguei interessantes e receptivas, como os meninos que haviam colaborado com minha pesquisa de mestrado e hoje continuam próximos, alguns como amigos queridos.

Durante os anos que se seguiram àquela noite no bar, foram constantes as conversas e os encontros. O que não significa que tenham sido sempre fáceis em termos de trocas e aproximações. Assim como com Carolina³³, da tese de Flávia Teixeira (2009), somente consegui realizar uma entrevista gravada depois de 2 anos. O que fazia com que, após cada encontro, eu recolhesse anotações em guardanapos, margens de papéis avulsos ou escrevesse tudo que recordava à 01h da manhã, em casa³⁴.

A recusa de um suposto lugar do “pesquisado/objeto” se materializava, durante boa parte do tempo, no tipo de aproximação que se estabelecia como desejável para ele. Durante o primeiro ano e boa parte do segundo, todo encontro se tornava um evento social, regado por bebida, comida e a presença de Maria “*Ah ela também é militar, ela vai entender melhor umas coisas*”, ou alguma amiga próxima a ele, em bares, na minha casa ou na casa dele, local sempre ofertado (desde que “tomássemos cuidado”, uma vez que invariavelmente os colegas e vizinhos ‘não sabiam da transexualidade’).

A proximidade e a confiança foram se estabelecendo à medida que se tornavam mais constantes as interações por telefone e *whatsApp*. Entre fins de 2015 e início de 2017, semanalmente conversávamos sobre a rotina no trabalho, a relação com colegas militares, as ações institucionais, relacionamento conjugal, a invisibilidade de sua experiência trans em determinados contextos, entre outras coisas. As mudanças em sua vida pareciam acontecer na mesma velocidade em que se mudava de casa, ao longo dos 4 anos foram cinco casas das quais eu visitei três. Acompanhei de longe inícios e términos de relacionamento, momentos de instabilidade emocional e comemorações diversas, inclusive das conquistas institucionais.

³³ Mulher transsexual, principal interlocutora da tese. Exerceu atividade militar por 22 anos na Aeronáutica antes da transição, sendo compulsoriamente aposentada em função do diagnóstico de “transexualismo”. Decisão posteriormente revertida por conquista judicial.

³⁴ Até que meu orientador gentilmente me lembrasse de que eu poderia gravar minhas próprias anotações em voz, no celular e posteriormente digitalizá-las.

Um momento de conexão marcante nesse período aconteceu quando João apareceu em um evento de debate sobre direitos trans, na cidade. Eu atuava como mediadora em uma das mesas e, quando terminei a atividade, recebi uma mensagem no celular falando que eu “ficava bem no palco”. Era João que, do fundo da plateia, assistia às discussões. Nessa noite, ainda tirei uma foto sua e do autor (e homenageado pelo nome ficcional na tese) João W Nery, durante autógrafos no livro de sua autoria. Foi a única vez, durante o campo, que o encontrei em qualquer evento dessa natureza.

Em 2016, a pedido de João, fui colocada em contato com sua advogada e a auxiliei na busca de legislações, precedentes e na produção³⁵ de documento para a composição do processo de retificação de nome e gênero. O receio quanto à visibilidade de sua experiência trans fez com que João recusasse todo tipo de orientação jurídica que ofereci via Universidade, ou órgão público especializado³⁶. A escolha por uma advogada particular (sem histórico de atuação na área) dá pistas para entender a dimensão desse receio. Meu relacionamento com a advogada foi curto e instrumental, com recusas ríspidas (por parte dela) de meu auxílio na construção de argumentos para o processo, dando a entender que havia certo receio quanto a uma suposta “confusão” de lugares.

A “questão da visibilidade” da sua identidade trans atravessou em alguma medida minhas interações com João ao longo dos anos. Por mais que a informação (de haver um militar trans) circulasse internamente no CBM, relações institucionais, conjugais e familiares tornavam a visibilidade dessa vivência um fator de preocupação constante. Menções públicas da presença de uma pessoa transexual em corporação militar nos levou a alguns educados questionamentos (por parte dele) sobre uma possível indiscrição minha ao publicizar sua história. Percebi a sua angústia e respondi que poderia ficar tranquilo quanto a minha descrição.

A justificativa do encobrimento do segredo para evitar constrangimento anuncia que a modificação corporal opera uma transformação morfológica, mas o reconhecimento social exige negociação. O segredo e o ocultamento do passado são estratégias que envolvem um esquecimento de si, um desejo de apagamento de sua história, porque pode a qualquer momento denunciar o “engano” (TEIXERA, 2009, p.150)

³⁵ Parecer multidisciplinar elaborado em conjunto com a equipe de alunos do Núcleo de Gênero da Clínica de Direitos Humanos da UFMG, coordenada pela Profa. Dra. Camila Nicácio. Um agradecimento a todas elas que voluntariamente e de forma impecável construíram o documento comigo, em especial a Sophia Bastos.

³⁶ Aceitaram somente comparecer a uma breve reunião de “consulta” a um órgão de apoio do Ministério Público local.

Enquanto isso, tomei conhecimento de outros militares da sua Instituição divulgando livremente seu nome e sobrenome de registro a sujeitos e instituições aleatórias. Esse posicionamento, que vai se repetir em outros momentos, revelam tanto o desconhecimento institucional das implicações de tal ação, para muitos transexuais, como também o desrespeito e a produção intencional de constrangimento.

Se ao longo dos primeiros anos houve alguma dificuldade em registrar nossas conversas, posteriormente elas passaram a ser demandadas por João. Inclusive em convites para sessões de acompanhamento psicológico, o que foi afastado por mim enquanto uma possibilidade, ainda que tenha prestado auxílio informal em algumas situações (inclusive por indicação da psicóloga militar que o acompanhava e me conhecia). No entanto, nos últimos meses da pesquisa, em especial após a efetivação de sua promoção institucional, houve algum distanciamento. A última entrevista contou com pedidos de sigilo em algumas passagens (desligando o gravador), ponderação sobre as críticas já feitas à instituição e pedidos em tom de brincadeira para “ler o material antes da banca para aprovar o que poderia passar”, que se tornaram pedidos mais formais posteriormente. Trechos da tese que focalizam mais suas narrativas foram com ele compartilhados, atendendo o seu pedido.

Foi João quem comentou haver outro militar transexual na cidade, porém na Polícia Militar. Eles haviam se conhecido em um grupo local de transexuais em uma das redes sociais e pareciam manter uma relação cordial. Perguntei se seria uma possibilidade que eu entrasse em contato com ele, e João me encaminhou seu perfil em uma rede social na internet.

Os contatos iniciais com Francisco aconteceram no momento em que ele acabara de iniciar a hormonização e começava aos poucos a publicizar a identidade masculina a partir da vida *online*, fora do quartel. O clima de desconfiança com o meio fazia com que esse assunto não fosse compartilhado nem com os colegas, o uso do sobrenome como “nome de guerra”, a descaracterização do fardamento cotidiano e o registro anterior da lesbianidade permitiam uma vivência com poucos questionamentos. As demandas de reconhecimento eram um plano futuro baseado nos resultados previstos para hormonização e cirurgia.

2.2 Mais uma FEM

Uma certa imersão etnográfica em contextos militares é frequente em estudos sobre as instituições e dinâmicas militares nas Forças Armadas (CASTRO E LEINER, 2009). Ao contrário desses clássicos, não me inseri em alojamentos, “rancas” de cursos de formação, ou mesmo atuei oficialmente como instrutora de militares nos cursos regulares.

Minha inserção em campo começa pela experiência das mulheres. Por outro lado, venho participando ativamente de seminários, eventos, jantares, *happy hours*, conversas informais - e também entrevistas - com militares de diferentes idades, patentes, gêneros, orientações sexuais, instituições e regiões. Talvez por isso, esse tenha sido o campo mais plural e frutífero. Ele tem início antes mesmo da entrada formal no doutorado, gerando elementos para as escolhas que delimitariam os recortes feitos. Apresentamos nas seções acima como se deu e em que medida esse fazer configurou nosso campo de análise, agora destaco o que ele revela sobre a interação pesquisadora *versus* campo.

Castro (2009), refletindo sobre suas incursões em espaços militares, faz uma “autorreflexão antropológica”, questionando seu lugar como pesquisador ao mesmo tempo civil e filho de militar. Em relação a esta pesquisa, tal reflexão é pertinente e necessária. Como devo localizar minha experiência de “namorada/esposa de militar”? Como pensar minha localização dentro da “família militar” a partir de uma relação lésbica de longa duração, em coabitação porém não oficializada pelo casamento – imperativo heteronormativo de legitimidade conjugal?

Esse tipo de questionamento talvez não fosse uma questão tão relevante se não estivéssemos inseridas em uma matriz sexual (BUTLER, 2003) em que a heterossexualidade reprodutora figurasse o centro articulatório de uma política na qual sexo, gênero, desejo e práticas sexuais estão intimamente articulados. A reprodução dessa matriz produz e reitera a ilegitimidade das diversas práticas e expressões de gênero e sexuais que fogem a esse “padrão regulatório”.

Em âmbito civil, muitas vezes a farda representou um recurso ao constrangimento. No encontro com conhecidos e velhos amigos anteriores às minhas vivências lésbicas, por exemplo, a farda destensionava uma situação em que a lesbianidade poderia provocar estranhamentos, pois se tornava o assunto da interação. O fascínio social com a atividade de bombeiro ocupava os silêncios heteronormativos.

No entanto, no contexto da pesquisa, em muitos momentos me percebi ponderando sobre o interlocutor em questão. Como se dará a interação quando o não dito for confirmado? Ele/ela sabe do relacionamento com Maria? Vai criar empecilhos? Ou deslegitimar minhas investigações com a máxima da “causa própria”, logo pesquisa sem objetividade? Ou vai apontar o “crime militar” de ser ou parecer feminista? Por que, em determinadas situações, elegi o termo “minha esposa” para se referir à minha namorada?

el matrimonio fuerza, al menos lógicamente, el reconocimiento universal: todos deben dejarte entrar por la puerta del hospital, todos deben respetar tu derecho al luto, todos deben asumir tu derecho natural a un hijo, todos considerarán tu relación como si estuviera elevada a la eternidad” (BUTLER, 2006, p.162).

Não havia da minha parte percepção sobre as dimensões do armário que articulei em torno de minha própria vivência, até que duas situações me chamaram atenção. Durante a qualificação do projeto de doutorado, a professora Flavia Teixeira questionou a forma como construí minha caracterização conjugal: “*Me relaciono com uma militar...*”. Para ela, o termo relacionar poderia fazer referência às mais diversas formas de afeto e alianças, e não caracterizava propriamente uma relação afetivo-sexual. Em outra ocasião, a convite de uma militar, fui ministrar uma aula na disciplina de direitos humanos de um dos cursos de formação de soldados do CBM. Para dar início à atividade, ela me apresentou como psicóloga, nomeou minhas inserções profissionais, disse das pesquisas em meu currículo e finaliza com um “*é esposa da Sargento Maria*”, para minha surpresa e constrangimento.

Essa disjunção que conforma o nó central das vidas não heterossexuais é resultado da falsa dicotomia entre o público (sempre heterossexual, invisibilizado como o normal, natural, comum, conhecido) e o privado (sempre LGBTQIA, sempre oculto, sempre dissidente). [...] “Até na esfera individual, é notável as poucas pessoas, incluindo as mais abertamente gays, que não estão deliberadamente no armário em relação a alguém que seja pessoal, econômica ou institucionalmente importante para elas”. As múltiplas possibilidades do que poderia acontecer ante a revelação definem as características do armário que cada um constrói. [...] Cada vez que decidem sair do armário, arriscando nem mais nem menos que sua sobrevivência ideológica, política, econômica e às vezes até física (SEDWICK, 2007)

Maria e eu não costumamos fazer nenhum movimento para esconder ou disfarçar o caráter do nosso relacionamento no contexto de trabalho dela. Nem para declará-lo. Nas várias vezes em que participei de alguma atividade na instituição, ou mesmo durante várias entrevistas desta pesquisa, pareceu predominar um clima “*dont ask, dont tell*”. No entanto, em algumas delas, a ciência da situação (conjugal) se tornava clara nas muitas vezes em que alguém a acionava para conseguir falar comigo, ou quando a designaram como motorista da

viatura que me levaria a um evento da Instituição, ou mesmo na referência direta a ela durante as entrevistas.

Ao longo dos anos, a relação do meio militar com a nossa relação sempre foi diversa. Passando por uma empoderadora sociabilidade com outras militares (lésbicas, bis e heterossexuais) e alguns gays e heterossexuais cisgêneros amigáveis; resistências/discriminações declaradas expressas em não convites (a mim) e em declarações discriminatórias; e a clássica aceitação condicionada, exercida em muitas situações.

Em uma delas, um oficial BM que parecia se destacar e nos tratar coerentemente como um casal, uma vez questionado sobre o assunto, respondeu confiante que não havia problema algum, pois “éramos discretas”, ou seja, não causávamos nenhum constrangimento a ele deixando “vazar” indícios de nossa orientação sexual em nossas performatividades de gênero. Esse mesmo militar, que encenava uma relação de amizade entre a sua família (esposa e filha) e minha família (eu e Maria), nos últimos anos em diversas ocasiões fez convites sexuais à Maria, sua colega de trabalho e subordinada na hierarquia militar.

A construção do lugar das sexualidades não normativas, expressa nas formas de preconceito sexual, de violência simbólica, física e de conformação do desejo, evidencia uma hierarquia entre práticas, identidades e expressões sexuais legítimas e não legítimas. A matriz heterossexual dita a dinâmica hierárquica das relações e designa a grade de inteligibilidade cultural por meio da qual corpos, gêneros e desejos são concebidos e naturalizados. As diversas manifestações de assédio acessadas durante a pesquisa, em especial aquelas cujo alvo eram militares lésbicas, revelam e materializam as delimitações dessa hierarquia.

Para Castro (2009), essa condição híbrida de pesquisador civil/filho de militar concedia poderes (acessos), mas também invocava perigos simbólicos (p.28). A minha condição carrega ainda outros marcadores que interferiram em alguma medida nessas interações (mulher, civil, lésbica, gorda, feminista). “A imposição de constituir corpos coerentes e inteligíveis torna necessário que haja um sexo “estável” expresso por um gênero “estável”, que é definido oposicional e hierarquicamente por meio da prática compulsória da heterossexualidade (BUTLER, 2003, p. 215-216). Não corresponder ao prescrito à sexualidade pressupõe, em alguma medida, uma inconformidade de gênero, que aliada a outros “pecados femininos” como o sobrepeso e a fala pública posicionada, por exemplo, constroem um lugar de incômodo.

Estar fora de um padrão estético e em relação com uma corporação em que o vigor físico é pressuposto de potencialidade me tornou alvo de avaliações constantes. Apesar de vários militares (homens e mulheres) portarem uma aparência distante da imagem vigorosa

dos deuses gregos do esporte (atrelado às origens militares), e apresentarem desempenhos sofríveis nas atividades profissionais (indicadas em relatos de baixo desempenho e pedidos de licença médicas), o discurso da prática de exercícios físicos regular, da prática esportiva e as críticas e repreensões a quem está “fora de forma” são temas recorrentes nas interações. Assim como a comparação entre os corpos e as horas dispensadas à sua construção. Poucas vezes, o teor dos comentários gerou um desconforto no interlocutor, que por algum motivo percebeu a minha presença (gorda). Minha configuração estética, além da ideológica representada pelo pertencimento ao feminismo e outras militâncias acadêmicas, constituíam minha demarcação como civil/paisana, categoria heterodesignada.

O “civil” é uma invenção dos militares. Não sou civil, a não ser quando estou diante de militares e quando sou assim classificada por eles. Se tiver que fazer uma lista dos principais termos que definem minha identidade, civil não aparecia entre elas. (...) Para qualquer militar, porém, ser militar necessariamente aparece entre os primeiros atributos, se não o primeiro. Isso se deve ao fato de fazerem parte de uma instituição totalizante [...] diferente de instituição total de Goffman. (CASTRO, 2009. p. 25)

Piero Leirner (2009) conta que, durante um período que esteve em campo com os militares na década de 1990, foi interpelado por um general com a seguinte frase “*E aí? Como vocês estão lá na universidade? Continuam aquele bando de comunistas?*” (p.38), soando como alguém familiar, em palavras cordialmente desconfiadas para designar os “inimigos fiéis” (FAUSTO, 2001 apud LEINER, 2009). No interior do estado, em um evento na casa de um Capitão BM, bebia distraidamente ao lado de uma grande mesa com oficiais que conversavam fervorosamente, quando fui interpelada de supetão pelo oficial anfitrião: “*Rafaela, como está o debate em defesa da liberação da maconha na FAFICH?*”. A divisão mundo/meio militar e mundo/meio civil estruturante da visão de mundo desses militares (CASTRO, 2009) fez com que fosse óbvio para eles que eu, que não participava do grupo (nem do grupo “militar”, nem da referida conversa) estivesse ciente, se não ativa, em um tema contraditório socialmente, como a liberação das drogas.

A construção de uma equiparação/equivalência entre corpo magro/definido e excelência profissional é normativa, conforme discutiremos em outro capítulo. O corpo gordo é pressuposto como uma impossibilidade, um desleixo, uma falha, dentro ou fora do quartel, de forma peculiar quando esse marcador faz parte da experiência de uma mulher.

Para Dirce de Sá Freire (2011), no livro *História do corpo no Brasil*,

do direito à saúde, passa-se à obrigação de sermos “magras, belas e jovens para sermos felizes... Quando se toma a magreza como virtude, substitui-se a necessidade que havia no passado, de confessar os pecados morais cometidos pela via da sexualidade, pela obrigatoriedade de subir na balança para prestar contas ao social e a si. Provar para todos que não houve excessos no campo da ingestão de gordura, relaciona-se com a balança com os mesmos medos e apreensões que levavam no passado a mulher ao confessionário (p. 470-471)

Joana de Vilhena Novaes (2011), no mesmo livro, indica como feminilidade e beleza sempre estiveram historicamente relacionadas, de modo que hoje a feiura, intimamente ligada aos processos de envelhecimento e gordura, legitima socialmente processos de exclusão e discriminação. A magreza, tomada como virtude, veta às mulheres o direito ao apetite. Para a autora, se antes o veto se referia somente ao apetite sexual, agora está fortemente relacionado ao apetite alimentar, sob a ameaça de sofrerem as consequências das normas do que ela chama de lipofobia. Em mais um regime de subserviência, o feminino continua regulado. Obviamente a pressão por um corpo magro, supostamente sadio, não atinge somente a experiência do feminino. No entanto, o que a estética (beleza) representa para a legitimação e avaliação da experiência de mulheres é exponencialmente diferente.

Em relação aos processos de envelhecimento, a presença de cabelos brancos é outro ponto constante de atenção e regulação. Avaliado constantemente como indicativo de preocupação, de desgaste pessoal ou de desleixo estético, sua menção vem sempre acompanhada de uma “dica” de como disfarçá-lo ou de uma ordem mais direta para “solucionar” o problema. Não só na experiência das militares, mais de qualquer mulher.

Em algumas ocasiões de sociabilidade com casais heterossexuais, era constantemente relegada (pelos homens, normalmente os que eram militares) à “ala das esposas” e suas conversas sobre maternidade/parentalidade. Muitas delas mais jovens ou da mesma idade que eu conjugavam carreiras profissionais, casamento e filhos, porém as dinâmicas envolvendo os últimos davam a tônica das reuniões, enquanto “do outro lado” se debatia incansavelmente sobre as dinâmicas “do quartel”.

Para as entrevistas com os homens militares, de repente percebia que estava me arrumando de forma “mais feminina” ou “menos sapatão” (ao menos no meu imaginário). A convivência com as masculinidades do quartel ao longo dos anos me fez, em alguma medida, momentaneamente acreditar que assim obteria uma relação mais agradável, criaria mais empatia nas respostas. Seria essa mais uma forma de armário?

Voltando para um outro ponto de análise nessa inserção em campo, destaca-se a forma como “os ambientes militares são formal e explicitamente separados em círculos hierárquicos, que regulam a sociabilidade possível na vida cotidiana” (CASTRO, 2009, p. 28), observação

reiterada em outras pesquisas. Nessa linha, o princípio regulador das relações, formal e informalmente, tem o respaldo do código penal militar cujo pilar é a defesa da hierarquia e da disciplina, conforme será visto em capítulo posterior. Aos oficiais que ousam se relacionar (interagir, criar laços de solidariedade ou amizade) com subordinados na hierarquia institucional costumam-se denominar promíscuos. A criação discursiva e material dessas separações se dá na partilha do sensível, cujos corpos são separados desde a sua concepção como militares, nos cursos de formação de praças e oficiais em locais distintos, alojamentos divididos por sexo e também por postos e graduações. A deferência a esses princípios será considerada em avaliações de desempenho e nos julgamentos morais sobre o “grau de militarismo”.

Para as praças não encontrei um nome (normatizado) correspondente, porém cabe o desconforto da extensão das hierarquias para fora do exercício profissional, muitas vezes resultando em uma calculada evitação desse encontro. Como ocorre nos relatos de algumas militares entrevistadas que evitam lugares, festividades e até bairros onde a frequência de outros militares é sabida. Ter de performar todo o teatro da deferência hierárquica, marcada nos gestos (continência), na fala (pronomes de tratamento adequados) e mesmo em âmbito ético/moral (militares vigiam “compostura” e vestimentas de militares) obviamente não é apreciado. Mesmo quando fora do ambiente militar um superior dispensava o tratamento formal (senhor/senhora) com brincadeiras como “*senhora está no céu*” ou “*agora estamos na estratosfera, deixa o senhor para o mundo real*”, ficava implícita a artificialidade da relação ou mesmo a amplitude da separação dos círculos hierárquicos como constituintes das identidades.

Essa relação não fica restrita somente entre praças e oficiais, pois se alastra dentro dos mesmos círculos. Conforme será visto adiante, as estratificações das normas militares tentam produzir o efeito de que ninguém é igual, ninguém está no mesmo pé de igualdade (mesmo dentro do mesmo posto, graduação ou patente, os critérios de antiguidade, por exemplo, criam a diferença oficial, ao passo que outros marcadores sociais, como raça e gênero, evidenciam as diferenças informais). Os quadros de entrada também estabelecerão hierarquias informais como aquelas estabelecidas entre militares combatentes e aqueles do quadro de saúde (menos militares, nessa concepção) e entre oficiais admitidos por concurso externo (CFO – supostamente por méritos próprios) e interno (CHO – após uma longa trajetória como praça, ou seja, ‘menos puros’ na adesão aos preceitos militares)

A concretude do real opera furos nessas prescrições. Muitos entrevistados, praças, circulam entre oficiais, amigos e colegas que, em outro momento, dividiram a mesma

graduação (antes praças, hoje oficiais, ou mesmo graduações mais altas). Isso indica que pode haver também uma certa flexibilização histórica nas prescrições institucionais e que o fato de o “*quartel não funcionar*” como diz Sgt. BM Quitéria, ou seja, a norma estrita não ser funcionalmente operada (a prescrição não dá conta da realidade concreta) torna permitido aquilo que se antecipou como contravenção.

Interessante destacar que tal possibilidade não questiona os quadros hierárquicos estabelecidos, muito pelo contrário. Eles podem e são acionados de diferentes formas, por todos que compõem essa estrutura. O entrecruzamento de diversos marcadores sociais (posto/graduação, gênero, classe social, raça, idade, tempo de serviço...) geram diferentes formas de controle e regulação que complexificam essas relações.

Destacam-se também certos “perfis inconformes” com as graduações, sujeitos que não raro assumem muitas atividades que não estão prescritas para o posto/graduação (trabalham mais e trabalham bem), o que lhes concede “regalias” simbólicas nas sociabilidades militares, porém devem saber manter os egos de quem precisa/deseja ser reverenciado e, em alguma medida, não confundir (publicamente) sociabilidades dentro e fora do quartel.

Nessa perspectiva, ao se distanciar de estereótipos homogeneizantes, percebe-se que o discurso institucional e o processo de militarização a que nossos interlocutores são submetidos podem marcar de forma contundente a maneira de observar e conceber algumas relações. Esses discursos estão alinhados às dinâmicas sociais de normatização do gênero que orientam todas as vivências, civis e militares, e dificultam uma leitura mais crítica sobre o cotidiano e a história. O que não quer dizer que não se perceba entre eles incômodos com o regime, submissão a processos discriminatórios e violências, pessoais e institucionais. Assim, constata-se que um contexto institucional no qual quaisquer agrupamentos podem ser entendidos como motins e perguntar ou discordar significar ser “rebelde” ou “alterado” dificulta quaisquer reflexões e mobilizações coletivas.

Outros marcadores como as formas de inserção institucional – praça ou oficial – e as trajetórias profissionais vão estabelecer formas distintas de relação com o militarismo e as possibilidades de críticas à gestão institucional, além de demarcar formas de trabalho e os investimentos pessoais diferenciados na carreira profissional.

As entrevistas deram pistas para entender a trama. Porém foi no campo e através da rádio peão que se perceberam de forma material os regimes governantes, as formas de controle e manutenção dos preceitos militares. Não mais no repasse de ritos e formalidades (como nos cursos de formação), mas no regime moral e sexual vigente que se constrói nas relações cotidianas, nos “muros do quartel”.

Para fechar essa seção, recorro às observações de Salgado (2015) sobre a politização dos métodos etnográficos.

O que importa ainda clarificar em relação à etnografia é que ela não é politicamente inocente. A retórica reflexiva da etnografia tem ajudado a politizar a própria etnografia no que diz respeito à posição do antropólogo no processo de construção e tradução do conhecimento cultural. Sem descartar os textos, o paradigma da performance questiona a representação do outro ao trazer para o debate a performance dialógica como um imperativo ético. Ela assume-se como um modo alternativo de saber, responsabilizando o etnógrafo quanto à qualidade do seu testemunho sobre o outro, e impondo a necessidade de uma vigilância epistemológica decorrente da responsabilidade inerente à representação que produz a razão da etnografia. O que daí resulta é que a etnografia constitui-se como o modo epistemológico da antropologia (SALGADO, 2015, p.33)

Pensar sobre transições de gênero, conjugadas a um contexto laboral específico, exige que as concebamos enquanto experiências singulares em função da subjetividade dos sujeitos e, ao mesmo tempo, inscrita em um contexto cultural, sociopolítico e tecnológico mais amplo. Tanto aquele que marca o regime da Instituição a qual pertence e o que ela representa socialmente quanto ao contexto sociopolítico do país. No próximo capítulo, antes de adentrarmos à caserna contemporânea, buscarei localizar brevemente em nossa história nacional aproximações entre o Estado e seus regimes sexuais, assim como visibilizar em que medida os preceitos e as instituições militares flertaram com as políticas estatais em nossa história nacional.

3. O ESTADO E OS DESEJOS

Reconhecer a relação entre uma forma histórica de moralidade e modos culturalmente determinados de controle social auxilia-nos a perceber limites que delimitam e restringem, o alcance crítico de nossas pesquisas. Códigos morais são intrinsecamente associados a regimes de visibilidade de forma que estamos fadados a conhecer a história pela metade, geralmente a oficial, caso exploremos um sem perceber suas relações com o outro (MISKOLCI, 2012, p.176)

Nesta seção, estarão em foco as relações micro e macrosociais que afetam tanto as trajetórias pessoais de indivíduos quanto conceitos e dispositivos caros à nossa época - justiça, democracia, direito, trabalho, ciência - assim como formas de organização social e governo. Ademais, será abordada também a disputa contemporânea por um projeto de nação.

Primeiramente, na constituição da República e suas políticas higienistas, e em seguida, sobre o período em que o país viveu sob uma ditadura militar, terão destaques os recentes registros de violações aos direitos humanos de pessoas LGBTQIA+, retomando uma memória importante de mais um período em nossa República em que o militarismo e a nação se fundem, em um dos momentos mais críticos de nossa história democrática. Dando continuidade à construção desse cenário importante para entender as experiências trans em contextos militares, será discutida a relação entre as homossexualidades e as instituições militares, a partir das vivências dos militares entrevistados nesta pesquisa.

Tomamos a sexualidade, como Foucault (1977), ao considerá-la um dispositivo histórico, ou seja, um conjunto heterogêneo de discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas, englobando o dito e o não dito, que juntos formam uma rede.

Nesses termos, regimes de controle e produção sobre os gêneros e sexualidades são partes fundantes de qualquer projeto de sociedade. O Brasil, com sua alquimia de relações e representações, foi moldado e construído nacional e internacionalmente, dentro de um pacote de exotismo e efervescência racial e sexual, justificativa para medidas cautelares e celebração identitária, entre a conformação social e as mercadorias de exportação. Os desejos, como um conceito amplo para referenciar vontades, práticas, relações e identidades, sempre foram foco desses regimes. Para colocar em pauta relações que envolvem normas de gênero e sexualidade

em instituições militares (simbolicamente força e potência de um país), é necessário destrinchar, em alguma medida, como essa dinâmica atravessa a construção da ideia de nação e marca o ordenamento social contemporâneo.

A obra *O desejo da Nação*, de Richard Miskolci (2012), versa sobre o agenciamento do desejo pelo Estado, desde o fim do período colonial até a constituição das masculinidades e feminilidades contemporâneas. Nação é um conceito interessante se for entendida como uma poderosa interpretação cultural de uma ordem social e política, e

perceber sua dependência de uma ordenação da vida privada e, no limite, da própria direção que o desejo sexual tomava nas relações interpessoais. O desejo, assim, não é um complemento ou um acessório de uma questão política maior, mas antes seu fundamento e sustentação, o alicerce invisível sobre o qual se construíram as partes visíveis da nação (MISKOLCI, 2012, p.604)

Para o pesquisador, em torno de um projeto de construção do ideal de nação, articularam-se interesses de uma elite política e econômica investida em um progressivo controle das classes populares. Essas regulações passariam de forma mais ou menos sutil pelo disciplinamento das relações íntimas, da vida privada e doméstica, em especial no que se refere às relações de gênero e sexualidade.

Com a ascensão do nacionalismo militarista, essa retórica se tornou ainda mais pronunciada, porque promovia um fetiche para a família nuclear heterossexual como o alicerce da estabilidade social e uma metáfora para a nação. Implícita na metáfora da guerra estava a idéia de que um país derrotado se tornava uma nação de emasculados, incapazes de proteger a virtude coletiva (BEATTIE, 2004, p.274)

Desde a Guerra do Paraguai, próxima a uma série de revoltas da população escravizada, aumenta-se o interesse governamental, científico e político em relação à composição da população. A República é proclamada no Brasil (pelo Exército³⁷) em um período marcado por forte autoritarismo e um misto de modernismo de ideias socioeconômicas concomitante a um conservadorismo político demandante de mudanças (desde que sem alterações nas hierarquias e privilégios sociais). Ideais políticos encontram como base de apoio e legitimidade uma moral sexual científica que toma corpo em classificar e organizar as relações e sua utilidade pública na manutenção de uma suposta saúde individual e coletiva. Aquelas indesejadas são construídas como perigosos veículos de degeneração, configurando o que se poderia chamar foucaultianamente de Estado biopolítico (MISKOLCI, 2012).

³⁷ Assim como os dois primeiros presidentes do país foram militares: Marechal Deodoro da Fonseca e Marechal Floriano Peixoto

Médicos, escritores, professores, advogados e militares, em diálogo com inovações tecnológicas, as descobertas da microbiologia e a teoria darwinista, estiveram entre os que se preocuparam com a construção de uma nação brasileira e a formação do povo do país, buscando efetivar um projeto de nação inspirado em ideias de “progresso”, “ciência” e “modernidade” em circulação especialmente na Europa e nos Estados Unidos (BERTUCCI, 2013: 219 APUD MACHADO E ROSS, 2018).

A partir de formas de controle biopolíticas, o Estado passa a engendrar interferências e disciplinamento das relações íntimas, orientadas por um ideal reprodutivo, heterossexual, branco e viril. O projeto político racializante idealizado pelas elites políticas e econômicas do país dependia do controle das relações sexuais, naquilo que Miskolci (2012) chama de *agenciamento do desejo*. Saberes científicos empenhados em identificar, classificar e criar meios de disciplinamento das uniões consideradas indesejáveis evidenciam que a Nação sempre teve os seus “Outros”, não os excluídos, mas aqueles sem os quais não poderiam demarcar as barreiras entre o desejado e o que deve ser controlado (MISKOLCI, 2012).

Nesse contexto, negros, mulheres e os recentemente denominados na literatura científica homossexuais eram vistos como

ameças à ordem, logo serão associados à anormalidade, ao desvio e a doença mental, em alguns momentos entendidas como herdadas da mãe³⁸. Como seres suspeita justificavam demandas estatais, sobretudo médico-legais de controle e disciplinamento. (MISKOLCI, 2012. p.470).

O discurso da higiene, que poderia “regenerar uma raça, fortalecer uma nação” demandava e legitimava o Estado a intervir inclusive na disciplina escolar, militar e familiar (SANTANNA, 2011).

A consolidação de um Estado republicano se deu fortemente associado a um ideal de masculinidade. Seriam os verdadeiros cidadãos nacionais aqueles homens brancos (da elite) que se orientassem pelo casamento (heterossexual) e a criação de uma família. Era de interesse do Estado “transformar homens regidos pela paixão em homens de caráter”, reforçando os discursos sobre responsabilidade e autocontrole (sexual). A cidadania era aqui entendida como direito e dever de homens (nascidos com pênis), verdadeiros portadores da branquitude e do progresso. O incentivo e a regulação sobre o exercício desse desejo viril dependia, no entanto, de um alto grau de homosociabilidade representado, por exemplo, por internatos e quartéis nos quais “o culto e a formação a partir da virilidade se aproximava,

³⁸ Conclusão da época a partir da “Lei da degeneração progressiva de Morel” que foi analisada em artigo de 1894, escrito pelo Dr. Márcio Nery, onde analisa casos de histeria masculina. Destaca-se sua preocupação com a virilidade e possível envolvimento com outros homens (Miskolci, 2012).

perigosamente, de um desejo por ela” (MISKOLCI, 2012, p.723).

A literatura aponta como em complementariedade à “masculinidade cidadã” há um projeto específico para as mulheres, no qual a família é seu dever e destino. Mary del Priori (2011) retoma o que foi concebido como os perigos da mulher não pacificada por uma gravidez: risco de serem acusadas de histéricas, estéreis, ninfomaníacas, lésbicas e, posteriormente, o desprestígio de estarem na menopausa (corpo que não mais reproduz, perde valor). A “passividade histórica, a reprodução e atuação coadjuvante” ajudam a construir uma concepção de nacionalismo em que o feminino é doméstico, cuidador dos reais cidadãos machos, esses sim seres do domínio, de luta e conquista. Tal construção regulamenta em consequência uma divisão sexual do trabalho, na qual o espólio da remuneração é inerente ao trabalho externo, masculino. Argumento próximo ao apresentado por Silvia Federici (2017), na obra *Calibã e a bruxa*, sobre a funcionalidade da perseguição e queima das bruxas na consolidação do sistema socioeconômico capitalista.

Aborda-se aqui um período histórico de mudanças tanto para as instituições militares quanto para a nação. Ambas articulam projetos de governo das sexualidades. A Família do século XIX era a base da vida coletiva e instituíra histórica e naturalmente hierarquias (e distintas modalidades de cidadania), além de ser usada como metáfora da nação, que possuía como traidores masturbadores, incestuosos, e logo homossexuais – aqueles incapazes de controlar seus desejos.

A propaganda que divulgava e construía as novas políticas de alistamento militar também descrevia os quartéis como um típico lar nacional, e os militares como uma família virtuosa. Servir à nação era um dever varonil que promoveria a higiene pública, a unidade nacional, o embranquecimento da raça e o disciplinamento moral sobre os desejos/atos. Agora os quartéis seriam como casas de família, onde os jovens seriam orientados por oficiais virtuosos e paternais” (BEATTIE, 2004. p.290). Em campo com militares, observei a frequente comparação entre o quartel e a família, principalmente durante os cursos de formação. Um discurso que cria a ideia de união acima de qualquer circunstância, regida por uma ordem hierárquica pouco questionada, uma vez que se constrói como natural e necessária para a sua manutenção.

Nessa linha, é preciso lembrar que antigamente as principais fontes de recrutamento das praças dos Exércitos eram: nordestinos afugentados pelas secas, desocupados das grandes cidades que procuravam o serviço militar como emprego, criminosos mandados pela polícia e pelo judiciário, e os chamados inaptos para o trabalho (BEATTIE, 2004; MISKOLCI, 2012). Para Beattie (2004), funcionavam também como uma ameaça/punição aos homens que

“faltavam ao dever em relação a essas responsabilidades patriarcais ou que tomassem parte aleatoriamente de distúrbios com outros homens” (p.275). Nesse sentido, é possível afirmar que “antes da conscrição ser implementada em 1916, os quartéis funcionavam como o equivalente masculino do bordel: ambos tentavam isolar das casas honradas homens e mulheres perigosos.” (p.276).

Essa conexão masculinidade e Estado deixa heranças, e as instituições militares continuam fortes instrumentos de organização e controle público. A obrigatoriedade da carteira de reservista, para homens que iniciam a vida pública adulta, por exemplo, representa um marco probatório de coerência normativa para homens. Miskolci se refere a ela como “documento de masculinidade brasileira”. Para o pesquisador, a despeito dos objetivos e controles institucionais, o alistamento militar foi também um forte disseminador da existência de um outro desejo: homossexual.

Na literatura nacional, Caio Fernando Abreu, em seu conto *Sargento Garcia* (ABREU, 1995), dialoga com o processo de construção da masculinidade *à brasileira*, na qual o alistamento é um rito. O conto narra a história de um homem cis jovem no momento do alistamento militar. Suas angústias no contexto inóspito do quartel, a nudez, os outros reservistas, os gritos e a pedagogia da humilhação exercida pela autoridade militar. Uma vez dispensado, acompanhamos sua volta para casa e sua experiência de iniciação sexual com o mesmo Sargento em questão. O interrogatório na conferência dos estereótipos de gênero, a violência anunciada e o excrutínio do corpo fazem do ato do recrutamento um teste de masculinidade normativa. As dinâmicas de coerência sexo-gênero-desejo são testadas ao estarem presentes tanto na presumida diferença na masculinidade do jovem, encorajando o investimento sexual do Sargento, quanto na suposta incoerência do desejo-prática homoerótica do militar, representante da masculinidade padrão.

Temos ainda os relatos de Princesa, em Albuquerque & Jannelli (1995), travesti brasileira presa na Itália e suas memórias de abuso sexual e humilhação na sala reservada no momento do alistamento. Em seus relatos, o alistamento é a última medida pedagógica da mãe e é visto como uma ousadia pela instituição, uma vez que seria obviamente inadequada para aquele espaço. Sua dispensa virá narrada pelo militar como um “favor” para que ela possa viver sua “danação” como quiser “lá fora”.

O momento do alistamento militar e o que ele representa nas dinâmicas de gênero no país são ainda mais evidentes quando ouvimos os relatos de homens gays, travestis e

mulheres transexuais³⁹. Representam a crença (familiar e às vezes pessoal) no alistamento militar como terapêutica (heteronormativa) da sexualidade, da ansiedade e do sofrimento na escolha da roupa/performance que evitará violências e garantirá a dispensa e uma série de humilhações na interação com militares.

Tanto as histórias da literatura quanto o depoimento acima compartilham do entendimento de que há um modelo de masculinidade previsto para os ambientes militares. Os processos de recrutamento buscam selecionar aqueles que serão aprimorados, testados, diferenciados ao final das formações. A identidade militar conferirá uma outra posição social a esses sujeitos.

Em 2015, foi amplamente divulgado pela imprensa o caso de uma estudante transexual que teve fotos, documentos e contatos pessoais divulgados por militares responsáveis pelo alistamento em São Paulo, gerando inúmeras situações de violência e assédio a ela. Após processo contra a União, o Exército anunciou a (suposta) punição dos envolvidos e a imposição de indenização de mais de 60 mil à vítima. A prática de divulgação ilegal de documentos, assim como as violações motivadas pelo gênero e sexualidade foram constantemente observadas em campo. O exercício da homofobia e da transfobia atuam na demarcação cotidiana do suposto limiar entre ‘nós’ (militares) e o ‘eles’ (civis), ainda que essas divisões sejam cada vez mais ficcionais.

No início de 2018, notícias alardearam a obrigatoriedade do alistamento para homens transexuais após declarações afirmativas do Ministério da Defesa sobre o tema. A prática já fazia parte da rotina de retificação de registro civil de homens transexuais no país, porém, do modo como foi divulgada, sugeriu alguma imposição ao pertencimento a essas instituições, estimulando manifestações contrárias de parte da população LGBTQIA+ com vieses antimilitaristas, assim como parte da população civil com argumentos transfóbicos e patologizantes.

Se externamente as discriminações são evidentes, internamente a situação é similar. Em minha inserção em campo, percebi como ser vocalizado como “desigual” entre militares é frequentemente um alerta, uma desaprovação por se diferenciar do todo. A unidade e a homogeneidade são pressupostos fortemente valorados, cujo ato de se diferenciar (por um gosto, por um ato, pela aparência) significa romper o pacto. O que deve ser nomeado e restituído: aos “desiguais”, a desigualdade – aos potenciais inimigos da nação, controle discursivo e material, seja pelas efervescentes produções científicas de fim do século XIX e

³⁹ O documentário “Muito Prazer” produzido pelo NUH/UFMG ilustra algumas dessas histórias, de forma divertida e densa ao mesmo tempo.

sua normatização diagnóstica, seja pelas políticas estatais de controle social e educação militarizada dos (homens) jovens da elite.

A literatura acadêmica sobre o tema descobre nos romances nacionais importantes documentos históricos sobre a construção das concepções da diferença no contexto brasileiro, gerando análises menos engessadas de pensamentos e relações de uma época, capazes muitas vezes de expor uma diversidade de discursos que os saberes ditos científicos tendiam a homogeneizar (FRY, 1982; BEATTIE, 2004; MISKOLCI, 2011).

A partir dessas análises, é possível perceber discursos que construíram determinados sujeitos (negros, mulheres, homossexuais) como um perigo coletivo. Para Trevisan, o primeiro romance brasileiro a retratar a homossexualidade foi entre duas mulheres em “O Cortiço”, de Aloísio de Azevedo, em 1890. No entanto, é o “Bom Crioulo”⁴⁰ aquele que mais nos interessa para pensar a interseção entre regimes de gênero e sexualidade, instituições militares e sua incidência social.

Muito citado na literatura que analisa a inter-relação entre Instituições Militares e homossexualidades, “Bom Crioulo” era o que se chamava de literatura para homens. Para Miskolci (2012), a obra está inserida em um contexto de significativas mudanças discursivas em relação às classificações dos sujeitos e práticas sexuais. Adolfo Caminha, em intenso diálogo com Viveiro de Castro, pode ter sido um dos primeiros no Brasil a mencionar o novo termo “homossexualismo”, recentemente utilizado na Europa.

A obra trazia um alerta às elites: os perigos do desejo.

Caminha torna público seu ânimo republicano contra o Império brasileiro, por insinuar que a escravidão, o recrutamento forçado e privilégios aristocráticos intensificavam essa ordem social e sexual degenerada. Os extremos da escala social do Antigo Regime invertiam os desejos “naturais” tanto dos mais privilegiados quanto dos mais explorados (BEATTIE, 2004, p.279)

O autor caracterizava o personagem principal de o bom crioulo, um oficial negro da Marinha, como um caso clássico de inversão sexual, orientado por leituras de Krafft-Ebing e livros de medicina legal. Tal “diagnóstico” era sustentado em sua origem rude, sem educação formal, descendente de um povo escravizado, degenerado nato, sem força de vontade para superar as tendências homossexuais de seu organismo.

No entanto, concebia diferentes percepções sociais sobre a recém denominada “homossexualidade”. Entre as elites, havia o entendimento da mesma como uma fase de desenvolvimento sexual que deveria ser superada, porém quando manifesta entre as classes

⁴⁰ Bom Crioulo foi publicado em 1895, escrito por Adolfo de Caminha (1867-1897).

populares, era utilizada como prova de sua degeneração social, como no caso do personagem principal.

Para o pesquisador, apesar de a obra começar a delinear uma identidade/personalidade referente à homossexualidade, no cotidiano ainda era fortemente compreendida como um mal que poderia acarretar quaisquer sujeitos, sendo ainda mais perigosa (por isso a ênfase nas políticas de educação e autocontrole).

Os discursos sobre as formas de manifestação na elite e nas classes populares, no entanto, marcavam a diferença de controle e regulação sobre ela. Viveiro de Castro (1934) a concebe como uma “enfermidade da vontade” relacionada à falta de autocontrole masculino, uma “inversão sexual” de origem sempre adquirida. O excessivo refinamento da elite poderia acarretar a quase extinção da virilidade. O branco pobre poderia ser corrompido se colocado em meio imoral. Quando se referia à população negra, todo o diagnóstico se voltava para a reafirmação de seus institutos primitivos, naturais e sem controle, uma predisposição congênita, reforçando todo o discurso de sexualidade exacerbada da raça.

Saberes médicos e criminológicos exercem a função de polícia moral, até então fortemente ministrada pela religião. Serão bases legitimadoras da construção hierárquica sobre a raça, as classes sociais e conseqüentemente sobre os diferentes postos e graduações nas Forças Militares. Entre os anos 1920 e 1930, frente a grande epidemia de doenças venéreas (sífilis, cancro mole e gonorreia) que assolavam a nação e constituíam empecilhos para a construção de uma nação forte e moderna, as noções de “embranquecimento da raça”, saúde e família foram fortemente articuladas para a “educação” que salvaria o povo dessas moléstias.

Considerando as instituições militares como lugares privilegiados para a realização da profilaxia de tais enfermidades, em função das características hierárquicas e de disciplina, esses médicos defenderam o controle da sexualidade masculina por meio da educação para a prevenção, fosse através da continência sexual, da monogamia e da fidelidade conjugal, fosse através da utilização de técnicas de desinfecção individual e da camisa de vênus, como necessidade primordial para que os membros da Armada tivessem corpos sadios, robustos e resistentes para o serviço militar, a fim de que fossem forças produtivas e úteis à pátria. (MACHADO E ROSS, 2013.p.222)

Pressupostos unicamente nas práticas e desejos heterossexuais e com foco majoritário⁴¹ no controle do comportamento sexual de homens do corpo das praças, discursos

⁴¹ As estatísticas do estado sanitário do corpo de alunos no Anuário da Escola Naval da Turma de 1940 (Escola Naval, 1940: s.p) e de 1941 (Escola Naval, 1941: s.p) provam como essa diferenciação entre os mais contaminados (praças) e os não acometidos (oficiais) é falaciosa e ideológica. A diferença observada posteriormente pelos médicos é que as praças procuravam tratamento na caserna, enquanto muitos oficiais

contra a prostituição, a favor da abstinência sexual e da higiene tentavam regular a sexualidade dos “homens que serviam a nação”. Diante da permanência das infecções, uma obra editada pela Imprensa Naval no início dos anos 1933 (p.44), intitulada *Moléstias Venéreas na Marinha de Guerra brasileira*, escrita pelo capitão-de-mar-e-guerra e diretor do Hospital Central da Marinha Dr. Artur do Valle Lins, defendia que a facilidade em aplicar medidas morais

ocorreria apenas entre os **futuros oficiais**, já que a castidade só seria bem suportada em indivíduos em alto equilíbrio mental, fortalecidos por uma educação e uma instrução elevadas, de modo a sublimar com outros derivativos os apelos do instinto sexual.

Naqueles em que não se unem fatores desta ordem, a castidade torna-se um artifício que não tarda em degenerar na troca da mulher, por vícios altamente prejudiciais como o onanismo ou a **pederastia** (MACHADO E ROSS, 2013.p.220) (grifo nosso).

Miskolci (2012) indica como a necessidade de controle das classes populares incentiva a busca por uma masculinidade militarizada. Em um contexto de Guerras nacionalistas, como a Guerra do Paraguai, observam-se estudos⁴² médicos orientando a seleção dos militares (somente homens) entre aqueles que mantêm “a cor própria da raça a que pertencem” e “virilidade assaz visível”. As orientações indicam, inclusive, uma análise dos semblantes, nos quais aqueles de semblante “afeminado” devem ser excluídos (p. 2526). No entanto, quando os processos militares de hierarquia e disciplina falham na produção dessas masculinidades obedientes, as questões raciais e de classe (aqui representadas por postos/graduações/patentes) serão a justificativa para a “degeneração” representada por masturbação, homossexualidade e enfermidades.

Fazendo um paralelo com a legislação vigente hoje no CBM, é possível perceber que alguns pressuposto continuam sendo referenciados. O Regulamento de Uniformes e Insígnias do CBM (RUICBM) regulamenta que os militares que descolorirem o cabelo devem mantê-los de acordo com a sua raça (?). Além disso, as orientações (milimétricas) sobre o tamanho do cabelo são baseadas somente em cabelos “que crescem para baixo”, como cita uma das militares entrevistadas, ou seja, categoricamente não regulamentam cabelos crespos. Brecha utilizada como resistência por alguns militares, em especial mulheres de cabelos crespos.

O excesso de regulação gera a possibilidade de resistência. Algumas militares cujos

buscavam médicos particulares e não eram contemplados nas estatísticas navais sobre tais enfermidades na Armada.

⁴² Médico militar Eduardo Augusto Pereira de Abreu, em seu estudo “Estudos higiênicos sobre a educação física, intellectual e moral do soldado (1867, pg 32), citado por Miskolci (2012).

cabelos são crespos se apoiam na leitura literal da normativa para manter os cabelos longos (tipo *black power*), e ao serem interrogadas pela suposta irregularidade do corte, respondem que os cabelos não encostam na gandola, conforme prescrição, logo não ferem nenhuma normativa (apesar de diariamente incomodarem os padrões militares).

A construção da nova Nação é também a reconstrução das Forças Militares, e ambas compartilham do pressuposto de controle do regime das sexualidades. Nesse sentido, seria preciso construir outros discursos⁴³ sobre as homossexualidades então comuns naqueles espaços.

Nas instituições analisadas na pesquisa, não se observa a ideia de “servir a nação”, mas sim prestar um bom serviço à sociedade, uma vez que constituem a segurança pública estadual. É nessa gestão do coletivo, do urbano e social que os projetos de sociedade aparecerão. Foucault (1995) indica como as primeiras forças de policiamento no século XVIII surgem com o objetivo de assegurar a manutenção dos padrões urbanos, como a higiene, a saúde para atividades comerciais de artesanato e comércio, na gestão de subjetividades para propósitos sociais.

3.1 Ditadura e Homossexualidades

Registrar hoje as condições em que as homossexualidades e as experiências trans viveram durante a ditadura militar é possível, em muito a partir do trabalho da Comissão Nacional da Verdade (CNV), criada em 2011 com a finalidade de apurar graves violações de direitos humanos ocorridas entre 18 de setembro de 1946 e 5 de outubro de 1988. Tal iniciativa realizou tratamento arquivístico e facilitou o acesso público às informações sobre as ditaduras que assolaram o país no século XX, possibilitando a preservação e a consulta dos documentos por parte de diversos outros pesquisadores. É fundamental destacar os trabalhos realizados por essas iniciativas e outros estimulados e possibilitados por ele, em um país ainda fortemente vulnerável à recomendação de sigilo vinda tanto das Forças Armadas como do Itamaraty em relação a documentos que registram essa história. Muito do que hoje se sabe

⁴³ Para Beattie (2004), “Nos anos 1930, quando os militares assumiram papel proeminente na política e lutaram para arrochar o cumprimento das leis do recrutamento obrigatório, os oficiais tornaram-se mais defensivos. Logo, não surpreende que a Marinha brasileira tenha tentado impedir a distribuição de uma nova edição de Bom Crioulo. Como isso não foi possível, alguns buscaram desacreditar o realismo de Caminha. A biografia de Caminha, feita por Gastão Penalva em 1939, desmentia seu retrato da vida na Marinha nos anos 1890”

está baseado em documentação estrangeira, como os documentos enviados pelo governo de Barack Obama ao governo Dilma Rouseff, assim como outros, uma vez que os aqui arquivados ou foram destruídos ou estão inacessíveis, contribuindo para a política oficial de impunidade, silenciamento, apagamento e equívocos sobre o período.

Essas ações tornaram mais explícito o campo de tensões que permeia o tema após mais de 50 anos do Golpe Civil-Militar que deu origem ao regime. As diversas iniciativas de resgate e construção dessas memórias, que começaram ainda no fervor de finais de década de 1970 com a publicação das memórias de militantes exilados, se contrapõem aos acordos firmados com a Lei de Anistia, na qual o “esquecimento era uma das condições básicas do compromisso não escrito da transição” (BRANDÃO E LEITE, 2012, p.305). A produção de um contradiscurso que desacredita e descredibiliza o conteúdo conhecido sobre o período é marcante e atualizada constantemente por conservadores, parte da direita, muitos militares e por uma nova geração que apreendeu essa ideologia. Há uma disputa pelo significado dessa história em função do presente e do futuro país, como nos mostrou as campanhas presidenciais de Dilma Rouseff e suas caracterizações entre militante da resistência e assassina terrorista, os impunes discursos públicos de exaltação a torturadores pelo então deputado Jair Bolsonaro e as reações apáticas dos setores reacionários às recentes publicações de documentos atestando a autorização expressa de presidentes militares para políticas de extermínio de opositores.

Nesta seção, será feito um breve panorama sobre as violações cometidas contra a população LGBTQIA+ no período, em especial ao que se refere às questões trans no Brasil e em alguns países vizinhos, dando visibilidade para o ancoramento entre os discursos civis-militares que propiciaram tais ações. Além disso, o objetivo é mostrar como a herança deixada pelos anos de chumbo passam tanto pela permanência do caráter militar do policiamento ostensivo das instituições de segurança (nosso foco) como na ausência de registro e compreensão democrática da história, contribuindo para a impunidade e forte incidência política contemporânea de militares no governo.

Antes mesmo da efetivação do golpe de Estado que culminou em uma Ditadura Militar no Brasil (1964-1985), discursos conservadores (dentro e fora das instituições militares) se atentavam às manifestações e experiências não normativas e iniciaram uma cruzada discursiva e material em desfavor de quaisquer “diferenças” (GREEN e QUINALHA, 2014). Motta (2010) indica como as instituições de segurança eram foco de preocupação estadunidense no pós-guerra,

era preciso dotar os países atrasados de forças repressivas modernas, capazes de fazer frente às ações do comunismo. Se a modernização econômico-social não fosse suficiente para conter a revolução – e de acordo com alguns teóricos o próprio avanço das ações modernizadoras, paradoxalmente, intensificaria as tensões sociais e o risco subversivo –, as forças militares e policiais deveriam estar preparadas. Por isso os programas de treinamento para policiais e militares dos países atrasados, bem como a venda de equipamentos e o envio de assessores para treinar as forças repressivas. (p.239)

A polícia mineira foi uma das forças estaduais que mais estabeleceu parcerias com as iniciativas internacionais estadunidenses, nas décadas de 1960 e 1970, para treinamento policial e aquisição de equipamentos para “manutenção da ordem pública, com o mínimo de uso de força” na propaganda externa, enquanto internamente o foco era claro em “treinamentos para combater a subversão” (MOTTA, 2010).

Mas essa polícia modernizada tecnicamente, e que às vezes se dizia moderna também em outros aspectos, era a mesma que torturava e matava. Modernizar aqui não tinha implicações sociais e menos ainda preocupações com os direitos individuais: significava simplesmente aumentar a eficiência técnica. O moderno aqui entrava em choque com a modernidade, posto que um dos atributos desta é o reconhecimento do indivíduo e de seus direitos fundamentais, como liberdade de pensamento, de reuniões e de expressão (p.259)

A ditadura se caracterizou por um momento histórico no qual o moralismo social se encontra com um Estado fardado, com o cassetete em uma mão e o exercício legislativo e executivo na outra. Os discursos militares, agora confundidos com os poderes do Estado, reafirmam as experiências LGBTQIA+ como uma ameaça à moral e aos bons costumes. Ficam evidentes como as violações de direitos humanos por eles perpetradas não terão como foco somente os que questionam a legitimidade do governo militar.

Fico (2014) caracteriza o aparato policialesco do regime em duas dimensões: 1) Saneadora, por sua incumbência em “prender, interrogar, torturar e até mesmo matar os inimigos”; e outra de caráter 2) Pedagógico, que buscou “educar” o brasileiro (em especial o jovem e o homem comum, construídos como suscetíveis a todo tipo de influência) nos aspectos da “moral e cívica”, que envolviam tanto noções de higiene e boas maneiras quanto na censura sobre as produções culturais (cinema, música, teatro, TV, jornais, etc.). Conjugadas essas dimensões formavam o “cimento ideológico” que reuniu os diferentes grupos de apoio ao governo, pois articulavam noções de classe, regime sexual e políticas autoritárias de governo em uma biopolítica dos corpos (FOUCAULT, 2008).

O Brasil assim como Chile, Paraguai, Argentina e Cuba, sob regimes ditatoriais, usaram discursos biopolíticos ancorados na moralidade familiar heteronormativa e em conceitos normativos de saneamento e modernidade para perseguir e punir as

homossexualidades, “como se a eliminação, o aprisionamento e o martírio de seus corpos constituíssem uma defesa da sociedade” (MINAYO *et al.*, 2016, p.14). Na imprensa nacional, qualquer menção, registro, reportagem ou notícia que não confirmasse claramente posicionamento contrário a essas experiências era enquadrada como subversiva, apologética e criminosa. Ficou estabelecida uma relação direta entre os chamados “desvios” sexo/gênero e a ideologia comunista, de modo que a prisão aos supostos homossexuais e travestis (na época, os conceitos não possuíam os mesmos delineamentos) fosse considerada prioritária no combate à “perversão perpetrada por comunistas”.

O marco histórico de imposição do Ato Institucional nº 5 (AI5) deu suporte para perseguições mais efetivas. Fico (2014) relata uma delas na qual uma “Comissão de Investigação Sumária” promoveu investigação de “casos comprovados de homossexualismo de funcionário do ministério (Relações Exteriores) suscetíveis de comprometer o decoro e o bom nome da casa” (p.13). O Serviço de Assistência Médica e Social do ministério chegou a recomendar exames psiquiátricos e proctológicos para os acusados que resultariam em punições como a aposentadoria compulsória.

Posicionamento indiferente, quando não expressamente conforme, foi compartilhado por militantes de esquerda e demais considerados “subversivos” pelo regime. A masculinidade representada pela homossexualidade “não combinava com a Revolução”, ou seja, havia um ideal de corpo revolucionário representado pela virilidade, força, heterossexualidade que se contrapunha à degeneração, perversão e doença que as homossexualidades representavam. Questões de diversidade sexual e de gênero concebidas como um vício pequeno burguês eram negligenciadas, enquanto (supostos) homossexuais eram presos, torturados, despedidos, potencializando a violência já impetrada pela ditadura, em função de sua estética, performatividade de gênero, desejos e práticas. Muitos presos e torturados eram obrigados a confessar suposta homossexualidade e uso de drogas para justificar sua prisão (GREEN e QUINALHA, 2014).

No processo de controle e normalização social que acompanha um regime de exceção, os corpos de todos os cidadãos devem se adequar ao padrão de comportamento esperado pelo poder – uma pretensão que parece não depender do referencial político-ideológico que sustenta o regime. Afinal, embora os regimes ditatoriais existentes no Brasil e em Cuba entre os anos 1960-1980 apontassem para direções opostas na frisa ideológica, principalmente em relação ao pensamento comunista, ambos reprimiram as identidades de gênero e as orientações sexuais tidas por desviantes, quer em nome de um padrão moral tradicional, quer em nome do perfil esperado para o homem novo revolucionário (PINHEIRO, 2018.n.p)

Cabral (2016), ao analisar as correspondências e os arquivos da ditadura, observa como a perseguição à chamada imprensa alternativa, como Opinião (1972 e 1977) e O Pasquim, não levava em conta o teor ou posicionamento da revista em relação ao assunto (muitas vezes debochado, irônico e pouco respeitoso). Qualquer menção era classificada pelo Serviço de Comunicações como “difusão de pensamento das pecaminosas organizações de esquerda”, incluindo “afronta à moral e aos bons costumes”.

A censura se dava, por exemplo, sobre conteúdos avaliados como de caráter feminista e lésbico (eles não percebiam muitas diferenças), proveniente, segundo o regime, de “antros de mulheres homossexuais, sapatonas e mal-amadas”, que falavam de “temas sujos como masturbação e homossexualidade” (p.139). Para a pesquisadora, os conteúdos das publicações tinham uma relação ambígua com a sexualidade lésbica, uma vez que eram desmerecidas enquanto possibilidade real de desejo e ao mesmo tempo perigosas, pois denotam um grau de autonomia da mulher insuportável à cultura machista.

Segundo Relatórios da Comissão Nacional da Verdade (CNV), a história de Cassandra Rios, pseudônimo utilizado por Odete Rios (1932-2002), romancista brasileira polêmica cujas obras foram fortemente perseguidas pelo regime, ilustram bem o clima da época. Estima-se que cerca de 36 das suas 50 publicações foram vetadas e apreendidas muitas vezes nas próprias gráficas, sem falar nas que foram retiradas das livrarias, em função do conteúdo considerado pornográfico e subversivo. Caio Fernando Abreu foi outro escritor forçado ao exílio em função da censura às suas obras que sugeriam homosociabilidades insuportáveis às masculinidades impostas pelo regime.

O Jornal Lampião da Esquina denunciou o que ficou conhecido como “Operação Sapatão” (1980), na qual lésbicas que frequentavam os bares Ferro`s, Bixiguiha e Cachação, em São Paulo, foram apreendidas, mesmo portando a documentação exigida na época e relatam terem sido extorquidas pelos agentes públicos para serem liberadas. A resistência lésbica à repressão ficou marcada também no chamado “Pequeno Stonewall brasileiro”, onde as frequentadoras do Ferro`s Bar, após ameaças e proibições da gerência do estabelecimento, reuniram frequentadoras, militantes, jornalistas e vereadores e fizeram a “retomada” do estabelecimento em 19 de agosto de 1983 (GREEN; QUINALHA, 2014).

Segundo documentos que a CNV teve acesso, os governos das esferas municipais e estaduais, através das PM e PC, promoveram uma incansável caça à população LGBTQIA+, cujo maior perigo alegado era incentivar e perverter a juventude com suas práticas “abomináveis”.

Especialmente em São Paulo, eram rotineiras as rondas policiais para ameaça e apreensão de gays, lésbicas e travestis, estas últimas, assim como hoje em dia, alvo preferencial de torturas, espancamentos e extorsões. Orientados por uma ideologia de “povo e corpo são” própria do regime militar, foram estabelecidas diretrizes de intervenções próximas às políticas de eugenia (anos 1920 e 1930), em que eram tomadas medidas e imagens de travestis e transexuais para averiguações, a fim de determinar em estudos o grau de periculosidade das mesmas.

Catalogados e “ilustrados com fotos dos pervertidos, para que juízes possam avaliar seu grau de periculosidade” (GREEN; QUINALHA, 2014, p.317), os estudos criminológicos supracitados foram construídos com os termos de declaração das mesmas referentes a profissão, ganho mensal, gastos com hormônios, aluguel, além da análise das imagens. Ou seja, houve um recenseamento compulsório da população trans com o objetivo expresso de criminalizá-la, a partir de uma política de estado. Recomendavam por fim a contravenção penal de vadiagem (artigo 59 da Lei de contravenções penais de 1941) e prisão cautelar (similar a práticas utilizadas até hoje nas ruas de Belo Horizonte/MG), como medida de combate ao que era entendido na época como as “homossexualidades”, que segundo eles, haviam ganhado “excessiva liberdade e representavam perigos pelas ruas da cidade”.

As memórias de travestis e transexuais que batalhavam nas ruas, registradas em outra pesquisa do NUH/UFMG⁴⁴, revelam que, no período em questão, as prisões podiam ocorrer somente em função da *aparência feminina* e/ou do exercício da prostituição. Conforme pode observar a seguir no trecho destacado de jornal pelo pesquisador Luiz Morando⁴⁵, “ações de contingenciamento de atos considerados imorais, obscenos, atentatórios e ultrajantes ao pudor” (p.56) eram centrais nos discursos policiais da época, em nome dos “cidadãos de bem”

Polícia Adverte homem de batom

Os invertidos que saírem à rua usando batom, roupas justas e derem escândalos serão presos, a partir de hoje, pelos investigadores da Delegacia de Costumes, por ordem do Sr. Francisco de Assis Gouveia, que tem um plano de moralização da cidade. Os pontos mais visados pela polícia são a Rua Espírito Santo, Rua Rio de Janeiro, Praça Raul Soares e um trecho da Avenida Afonso Pena. O delegado Francisco de Assis Gouveia disse que a medida será tomada para atender às queixas que todos os dias chegam a seu conhecimento”. (MORANDO, 2015, p.55)

⁴⁴ Se refere à pesquisa “Direitos e violências nas experiências de travestis e transexuais em prostituição em Belo Horizonte e região metropolitana”, desenvolvida pela equipe do NUH/UFMG sob a coordenação do Prof. Marco Aurélio Máximo Prado.

⁴⁵ Para mais informações históricas e analíticas sobre o período, tanto sobre as ações de repressão como sobre formas de resistência e sociabilidade, baseadas em notícias de jornais, revistas, entrevistas e autos judiciais, buscar esta e outras publicações do pesquisador.

As detenções de travestis e mulheres trans eram acompanhadas de humilhações e violências de função pedagógica sobre as normas de gênero, como a ordem de limpeza (supostamente “coisa de mulher”) de toda a delegacia. Não se reconhece a feminilidade como legítima expressão da identidade naqueles corpos (por isso prendem), porém a utilizam como punição (obrigam a fazer os “trabalhos de mulher”, como limpar). As prisões efetivadas no período da noite terminavam com a soltura, muitas vezes em lugares ermos pela manhã, deixando-as expostas aos olhares da população em geral durante o trajeto de retorno às suas casas, vestindo roupas de trabalho (na noite) e pelos na face (o conhecido chuchu). Em alguns estados, as forças policiais usavam ainda um procedimento vexatório conhecido entre elas como “corda de caranguejo”, no qual, atadas umas às outras formando uma corrente, eram obrigadas a circular em meio público durante a luz do dia antes de serem liberadas, como nos conta a importante militante dos direitos trans e travesti no país, Keila Simpson.

Memórias de resistências e estratégias de defesa como o uso da lâmina conhecida popularmente como gilete, que ficava escondida na parte interior da boca, eram utilizadas tanto para ser lançada e cortar o agressor quanto, para induzir cortes em si mesmas, e com a exposição do sangue, temido pelo pânico moral resultante dos discursos de contaminação da “população de risco”, protegê-las de violências maiores. Tal situação de violação e vulnerabilidade a que travestis eram submetidas nesses contextos estimularam também sua organização civil em grupos de resistências e demandas por direitos (CARVALHO, 2011)

Mais uma vez se materializou na junção estado-militares um agenciamento dos desejos. Todo um discurso sobre integridade moral da nação será o pano de fundo para perseguições, violência e morte, executadas por instituições de segurança tanto civis quanto militares, com o apoio de outras instâncias como o Instituto Médico Legal (IML), Universidades, empresas privadas e outros. Essas entidades civis foram responsáveis por fornecer estrutura, equipamentos, recursos financeiros e também amparo social e material alterando documentos, eliminando registros ou contribuindo com informações para as perseguições políticas.

Assim como no Brasil, outros países fragilizados pelas ditaduras perseguiram e torturaram as dissidências sexuais. Com uma argumentação similar à encontrada aqui, reforçam os valores conservadores católicos e a família modelo heterossexual, o discurso militarista patriarcal, promotor de virilidade masculina, além de promover a maternidade e o papel feminino de guardiãs da moral.

O Stronismo no Paraguai também mesclou modernidade, família e segurança da nação

com os interesses dos “hombres de campanillas”, nossos conhecidos “homens de bem”. As perseguições às homossexualidades não se deram pela criminalização do ato pela lei, porém estabeleceram a diferença quando, por exemplo, previu penas diferenciadas para atos heterossexuais e homossexuais contra menores. A ciência também foi um recurso potente na construção dos chamados “degenerados”, “anormales”, convocando a sociedade para um “saneamento moral”.

O jornal *Opinião* chegou a divulgar reportagens com depoimentos de homossexuais presos e torturados pelo regime Castrista, em Cuba, mencionando também o Código Penal local que previa quatro anos de detenção para os casos de estupro, pena de morte para crimes sexuais “particularmente repugnantes” e punições mais brandas para bigamia, incesto, “pequenas perversões” e “homossexualidade ostentatória” (CABRAL, 2016).

No Chile, a ditadura de Pinochet articulou um regime discursivo e imagético que construía uma imagem do país de antes e depois, “Ayer y Hoy”, como caos e ordem (EDWARDS, 2016). Sobre as homossexualidades, “durante la dictadura estuvieron vigentes los artículos del Código Penal nº 365 (que penaliza las relaciones sexuales entre varones, desde el año 1875) y nº 373 (que penaliza “el ultraje a las buenas costumbres”).” (p.107).

No Brasil, também se buscou vender o novo regime como uma terapia necessária para consertar o país, criando uma distinção entre o trabalho de militares (supostamente superiores moral e eticamente) e dos anteriores civis (mal acostumados, corruptos, desorganizados). Durante minha pesquisa de campo, ficava evidente como tal discurso é articulado até os dias de hoje entre militares, por exemplo, para apoiar a eleição de militares em cargos políticos de governança.

No Chile, ao contrário do Brasil e Argentina, por exemplo, cirurgias de mudança de sexo e retificação de registro civil foram feitas regularmente no início da década de 1970. Apesar da ausência de movimentos sociais com essa pauta, a carência de legislação regulatória sobre cirurgias de modificação genital e a atuação da Sociedad Chilena de Sexología Antropológica foram determinantes nessa possibilidade. Até 1975, a transexualidade não estava incluída como transtorno de identidade de gênero nos principais manuais diagnósticos como CID-9 (1977) e DSM-III (1980), assim não se falava em transexualidade e sim em “mudança de sexo” (EDWARDS, 2016).

La fórmula “cambio de sexo” funcionó en esos años como un enunciado opaco, pseudo-científico, que no puede ser traducido en una sola categoría. En los documentos de prensa que se revisan a continuación, la fórmula “cambio de sexo” invocaba elementos anacrónicos, como la mitología del hermafrodita y, a la vez, retóricas modernizadoras y de novedad tecno-científica en torno a las posibilidades

corporals abiertas por la cirugía. Al mismo tiempo, daba cuenta de una zona ambigua y aún no diferenciada, entre lo que hoy la medicina denomina intersexualidad y transexualidad, y tensionaba la distinción entre homosexualidad y heterosexualidad, invocándola permanentemente. El “cambio de sexo” constituyó, así, una figura que adquirió un gran poder para afectar las fantasías y el imaginario social sobre las configuraciones sexogénicas (p.108)

Para o pesquisador, foi o campo sexológico que abriu um espaço de inteligibilidade para as identidades trans, embora a partir de um quadro patologizador e medicalizante. A cirurgia foi justificada pelos membros do SChSA a partir de uma retórica "humanitária", que colocou a "mudança de sexo" como uma maneira de "definir" a "falta de definição" sexual, que foi apresentada como uma solução para o conflito com a lei das pessoas trans, antes da aplicação do artigo 373, que foi e continua a ser usado para punir os órgãos não normativos. A divisão entre um antes (infrator, homossexual, promíscuo) e um posterior (que promete o início de uma nova vida normal, organizada pela heterossexualidade familiar) mostra, embora não explicitamente declarado, como a imprensa atribui à cirurgia um caráter corretivo biológico, moral e também legal, na medida em que promete a entrada para o status de cidadania. (EDWARDS, 2016)

No Brasil, durante esse período (em especial os primeiros anos) se realizaram as primeiras intervenções cirúrgicas de mudança de sexo em hospitais públicos e clínicas privadas, assim como retificações de nome civil e sexo. Em 1971, o Ministério Público, após negar a retificação civil de uma transexual, abre Inquérito Policial contra o médico que a operou, Dr. Roberto Farina. Em primeira instância, o profissional é condenado no art. 129, § 2º, inciso III do Código Penal: Lesão Corporal de Natureza Grave por, segundo entendimento dos avaliadores, ter resultado na perda ou inutilização de função do órgão. O processo segue para a segunda instância, na qual é absolvido da acusação, após manifestações de entidades de saúde na época, e depoimento da suposta vítima da ação médica.

Dentre as razões que motivaram a decisão, houve o reconhecimento do Tribunal de que a suposta “vítima” do ato realizado pelo médico apresentava uma personalidade totalmente feminina. Não apenas pensava como uma mulher, mas também agia como uma, e, ao apresentar seu depoimento, demonstrou-se extremamente satisfeita com o resultado dos procedimentos médicos. Dessa forma, a adequação ao seu estado físico ao seu estado psicológico se deu como uma maneira de melhorar a qualidade de vida do indivíduo, uma solução terapêutica. (FERNANDES, 2010, p.4-5)

A patologização das dissidências sexuais e de gênero opera uma forma de inteligibilidade dessas experiências na norma sexual vigente. Ou seja, é através da gramática da saúde (do controle social via tratamento médico) que as experiências de trânsito de gênero,

no caso, as recém-nomeadas transexualidades vão se distanciar, em alguma medida, das marginalidades representadas pelas travestilidades.

Fernandes (2010) indica a comoção causada pelo processo como motivação para a aprovação no Congresso Nacional do Projeto da Lei nº. 1909-A de 1979, que acrescentaria o parágrafo 9º ao art. 129 do Código Penal: “Não constitui fato punível a ablação de órgãos e partes do corpo humano, quando considerada necessária em parecer unânime de Junta médica e precedida de consentimento expresso de paciente maior e capaz”. No entanto, seguindo as diretrizes conservadoras do regime militar vigente apoiadas pelas manifestações reacionárias de parte da população, conforme se pode ver no texto a seguir, o então Presidente, General João Baptista Figueiredo veta integralmente o Projeto.

Na imprensa local, Cabral (2016) destaca os questionamentos do noticiário em relação à legitimidade do Projeto. Reportagens consideram um desperdício que tal matéria estivesse em curso no legislativo, uma vez que o país teria “problemas mais urgentes a serem discutidos”. Em outra publicação, o Luta – O Jornal do Povo, em edição de 2 de junho de 1981, que estampa uma manchete intitulada “INAMPS vai ter é fila pra cacete”, seguida de frases como “Bicha pode fazer coisa mole virar popoca. As bichas estão alvoroçadas com projeto de emasculação que tramita no Congresso” (CABRAL, 2016, p.140).

Em sua justificativa, o General afirma que o Ministério da Saúde observa que os trabalhos sobre transexualismo “quando não tendenciosos, são polêmicos e limitam-se a registrar casos isolados sem tecer quaisquer considerações de caráter teórico⁴⁶”(p.1), além de destacar “possíveis complicações pós-cirúrgicas” e falta de estatísticas sobre “êxito no tratamento”. A “técnica simplista” (apesar de radical e irreversível, segundo o mesmo texto) não resolveria a patologia do transexual “por não eliminar o conflito subjacente que lhe dá causa” (p.2), visando prevenir generalização da prática, que deveria ser usada com parcimônia, veta integralmente, por “contrário ao interesse público” (p.2).

Outro ganho importante da CNV para esse debate é uma recomendação expressa que indica a “supressão, na legislação, de referências discriminatórias das homossexualidades”, sugerindo que se altere “o artigo 235 do Código Penal Militar, de 1969, do qual se deve excluir a referência à homossexualidade no dispositivo que estabelece ser crime “praticar ou

⁴⁶ Retirado do Dossiê sobre o Projeto de Lei, disponível na internet. Em setembro de 1997, o Conselho Federal de Medicina - CFM, através da Resolução 1482/97, aprovou a realização de cirurgias de transgenitalização nos hospitais públicos universitários, em caráter experimental, e subordinadas às normas e diretrizes éticas da Resolução do Conselho Nacional de Saúde n.º 196/1996, sobre pesquisas em seres humanos. Em 2002 foi ampliada e substituída pela Resolução CFM n.º 1652/2002.

permitir o militar que com ele se pratique ato libidinoso, homossexual ou não, em lugar sujeito a administração militar” podendo levar a prisão de até um ano. A menção explícita à homossexualidade é desnecessária à regulamentação prevista e expressa diferenciação e discriminação às homossexualidades dessas instituições. (BRASIL, Arquivo Nacional 1, 2014, p. 972)

A masculinidade militar era ostensivamente homofóbica, mas também, por definição, homossocial, posto que marcada pela ausência da mulher. A voz do regime era decididamente masculina. Na esquerda que combatia a ditadura, uma concepção franciscana de masculinidade a associava ao sacrifício e à capacidade de suportar a tortura incólume. Na cultura de massas, desde o Tropicalismo e depois com grupos como Secos & Molhados, encontravam expressão masculinidades não hegemônicas – gay, andróginas, bissexuais, travestidas. (AVELAR, 2014, p.49)

Avelar (2014) indica como a crescente visibilidade das travestis e dos michês, a abertura de discotecas e saunas e a (re)emergência dos movimentos LGBTQIA+ contribuíam para a sensação de revolução nas concepções dominantes de masculinidade no período. As memórias do exílio passaram a incluir também os relatos das mulheres, do sustento da casa, das peregrinações nas sombras dos companheiros. E na literatura, Fernando Gabeira, Caio Fernando Abreu e João Gilberto Noll, por exemplo, registravam as dinâmicas das masculinidades não militares, indicando as dinâmicas de resistência ao controle das performatividades e desejos pelo regime.

O encontro entre Estado e militarismo produz regimes de controle social sobre as sexualidades e os gêneros, sendo um suporte e uma justificativa para o outro. Enquanto socialmente se justifica as perseguições contra LGBTQIA+ em função do militarismo do governo, é em nome da defesa da sociedade que militares exercem suas violações. Como mostram Green e Quinalha (2014), relacionavam-se homossexualidades à esquerda e à subversão, “o homossexual” como perigoso, contrário à família, à moral prevalecente e aos “bons costumes”. Resultando em violências físicas, perda do direito ao trabalho, criminalização de seu modo de viver e socializar, censura de ideias e artes que ofereciam uma outra percepção sobre esse cenário. Esse panorama se perpetua sobre muitos aspectos da caserna ainda hoje.

3.2 Os desiguais

Se durante muito tempo as dissidências sexuais eram visíveis somente no público atendido (ou perseguido) pelas instituições de segurança pública, o contexto histórico atual permite que elas apareçam como parte da tropa. Inegavelmente mais nomeadas e demandantes de reconhecimento e equidade de direitos. No entanto, tem-se registro das dissidências sexuais como uma questão para as tropas de segurança desde a época anterior à República.

Para Beattie (2004), o Oficialato das Forças Armadas cientes das práticas “criminosas” entre combatentes tendia a reprimir as cópulas com o mesmo sexo na caserna. Oficiais e praças brasileiros mais conservadores julgavam a sodomia um pecado abominável. Outros, mais reformistas, como Adolfo Caminha, a entendiam como resultado de patologia médica degenerativa, como visto em capítulo anterior, enquanto outros somente a praticavam, sem se posicionar sobre o assunto. Para o autor, a vida militar promovia uma hipermasculinidade, que buscava comprovação na bravura e dominação, encorajando violações sexuais.

Com a reforma da nação e conseqüentemente dos Exércitos, a literatura da época, os inquéritos, a teoria médica e a lei indicam as conexões entre a ascensão do nacionalismo militarista e uma crescente preocupação em definir o comportamento sexual masculino como heteronormativo. “Os movimentos nacionalistas militaristas tanto de direita quanto de esquerda na América Latina e outros lugares evidenciaram uma profunda preocupação em “purificar a moralidade nacional”, o que muito significou a repressão ao “sexo não natural”. (p.288)

Diversamente da mobilização para a I Guerra Mundial nos Estados Unidos, onde os que resistiram ao recrutamento foram submetidos à ridicularização ligada ao gênero, rotulando os desertores como ociosos emasculados, no Brasil os propagandistas tinham que convencer o público de que o serviço militar era viril. (p.291)

Atualmente nenhum documento ostensivamente veta o ingresso das homossexualidades e transexualidades nos quartéis, no entanto o argumento da "preservação da dignidade da instituição, de acordo com a lei e os regulamentos" permite a regência de um regime heteronormativo excludente. Na década de 1990, o alto escalão do oficialato dava declarações públicas de que, no recrutamento anual de jovens, os que eram considerados

"suspeitos" geralmente seriam excluídos no teste psicotécnico. Os que confessam a condição também seriam submetidos ao teste de avaliação da personalidade e depois dispensados. Discursos que hoje talvez não fossem possíveis em função da evolução da gramática democrática que deveria pairar sobre as declarações oficiais.

Nas instituições de segurança pública, os processos de seleção e formação das tropas militares são demarcadas pela demanda de excelência física e psicológica de desempenho com o objetivo de criar sujeitos diferenciados, marcados por uma nova identidade. Nesses processos de construção e reconhecimento de identidades, opera-se também a atribuição de diferenças, e conseqüentemente desigualdades orientadas pelas hierarquias sociais compartilhadas dentro e fora dos quartéis. A percepção do "outro", que não partilha dos atributos que acreditamos possuir, é feito a partir do lugar social que ocupamos. Construimos os contornos demarcadores das fronteiras entre aqueles que estão em consonância com a norma (sujeito padrão, no linguajar militar) e aqueles que ficam no seu esteio, às suas margens.

O conceito de homofobia ao longo dos anos passou por processos de alargamentos e politização. Se em algum momento se referiu a dinâmicas pessoais de medo ou aversão ao igual (sexo/gênero), hoje a homofobia deve ser entendida como um mecanismo de regulação social, que pode ser exercido tanto por indivíduos como por instituições e políticas. Nesta pesquisa, concebemos homofobia como uma hostilidade geral, psicológica e social com aqueles e aquelas que se supõem desejar a indivíduos de seu próprio sexo ou têm práticas sexuais com eles. A homofobia rechaça também a todos que não coadunam com o papel predeterminado por seu sexo biológico, organizando uma hierarquização das sexualidades e extraíndo delas conseqüências políticas (BORRILLO, 2010). É a partir desse conceito que pensaremos as condições a que as homossexualidades estão submetidas no interior das instituições analisadas.

O militarismo se pauta pelo homem branco, heterossexual, jovem, atlético, de classe média urbana e cristão, que afirma sua masculinidade no risco de morte inerente a essas profissões. Essas são as referências que não precisam nem mais ser nomeadas. Serão os "outros" sujeitos sociais que se tornarão "marcados", que se definirão e serão denominados a partir dessa referência. Dessa forma, hoje a mulher, as/os gorda/os, homossexuais, negros e as transexualidades permanecem nas tropas, porém como parâmetro do ilegítimo, do indesejável ou mesmo do descartável.

Carreiras (2004) indica que os discursos envolvendo a entrada e permanência de homossexuais nas Forças Armadas se dão em torno de um caráter moral, enquanto em relação

às mulheres se daria em torno da força física. Será? Tal afirmativa precisa ser problematizada se pensarmos nas condições a que essas populações estão submetidas e quais políticas institucionais, oficiais e extraoficiais, têm orientado as condições reais de trabalho.

na Polícia Militar os comportamentos marginais também se constituem em uma necessidade para a afirmação da norma. A punição do agente transgressor da Polícia Feminina produz, afirma e legitima um padrão de comportamento para a Policial, mas também reproduz, afirma e legitima a hegemonia masculina institucional. (SCHACTAE, 2015, p.109)

Parte-se do pressuposto que uma mesma matriz normativa que regula as expressões dos gêneros nesses contextos prescrevem à heterossexualidade o lugar da legitimidade, hierarquizando e criando significados para outras possibilidades sexuadas. As instituições militares estão inseridas nos projetos sociais que cada sociedade estabelece para si em termos de defesa e construção de determinadas concepções de cidadania e soberania. Ou seja, à medida que se aproximam do poder civil democrático, devem em alguma medida servir e obedecer ao perfil dessa população. Essa compreensão nos leva a observar as instituições como mantenedoras e produtoras de concepções e regimes sociais estabelecidos e demandados pela população civil, estejam elas nas ruas ou nas áreas da gestão.

Carreira (2004) apresenta um quadro com um panorama norte-americano sobre esse debate, indicando as mudanças ocorridas na relação entre mulheres, homossexuais e as Instituições. Dividido em três tempos: Moderna (Pré-Guerra Fria 1900-1945); Moderna tardia (Guerra Fria 1945-1990); e Pós-Moderna (Pós-Guerra Fria – Desde 1990) visibiliza como o papel das mulheres passou de corpos separados ou excluídos, para Integração parcial e então Integração Total; da mesma forma, as homossexualidades passam de punidos para excluídos e, enfim, aceitos.

embora os homossexuais tenham sempre prestado serviço militar, não o fizeram abertamente enquanto tal. Nos Estados Unidos, a sua exclusão foi proclamada em 1950 e desde essa data as políticas relativas à sua presença nas fileiras tornaram-se cada vez mais restritivas. Entre 1980 e 1990, as Forças Armadas Americanas expulsaram uma média de 1500 homossexuais por ano (SCOTT AND STANLEY, 1994 APUD CARREIRAS, 2004).

Nessa perspectiva, D`Araújo (2004), analisando as políticas institucionais brasileiras dos altos comandos militares, observa que as mulheres ainda ocupam o lugar dos “seres que devem ser protegidos”, enquanto os homossexuais “são os portadores de desvio de comportamento que podem influenciar no bom funcionamento técnico e moral da corporação.

Nas pesquisas de campo, observou-se que, nas Instituições de segurança pública, como polícias e corpos de bombeiros, as relações com o feminino vão além da proteção, passam pelo controle, pela constante avaliação e pela guarda da moral (sexual e familiar) da Instituição, conforme será visto nos capítulos a seguir. A percepção sobre as homossexualidades ganha nuances diferentes quando falamos da experiência de mulheres (lésbicas) ou de homens (gays).

O Código Penal Militar, Decreto-Lei nº 1.001, de 21 de outubro de 1969, decretado pelos Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, à época da ditadura, instituiu o crime de pederastia ou outro ato de libidinagem. O mesmo código rege hoje também as instituições militares de segurança pública, como polícia e bombeiros, com o texto:

Art. 235 - Praticar, ou permitir o militar que com ele se pratique ato libidinoso, homossexual ou não, em lugar sujeito à administração militar.

A letra da lei traz pistas para entender como o ato sexual é concebido. A distinção entre “alguém que pratica” e “alguém que permite que com ele se pratique” indica tanto a suposição de posições ativas e passivas quanto garante a punição de todos os envolvidos, inclusive aquele que supostamente não se desvencilhe da “ação” de um outro sobre ele. Considerando o histórico de tentativas de regulamentação/proibição do exercício da sexualidade na caserna, como visto anteriormente, a exceção parece regulamentada no “ou não”, enquanto o foco estaria relacionado ao sexo homossexual.

Em 1997, o tenente-coronel reformado do Exército Sérgio Carlos Zani Maia, 47 anos, foi encontrado pela PM em estado de coma, em uma rua do subúrbio paulista, vítima de espancamento possivelmente em decorrência de retaliação homofóbica. O militar havia ficado conhecido em fins de 1996 após ser flagrado por policiais fazendo sexo com outro homem dentro de seu carro. O condecorado militar, à época, era instrutor da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (Eceme). Condenado na sindicância do Comando Militar do Leste, foi afastado e compulsoriamente transferido para a reserva. As reportagens da época⁴⁷ ainda disponíveis dizem que a acusação se deu em torno do artigo 235 do código, o que pode ser um erro da matéria ou pode indicar as dimensões da sua aplicação, uma vez que o ato em flagrante não ocorreu em dependências sob administração militar.

⁴⁷ <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff050541.htm>; <https://www.folhadelondrina.com.br/geral/militar-envolvido-em-escandalo-e-achado-em-coma-16182.html>;

Reportagem da Revista Isto é⁴⁸ de 09/10/1996 indica os trâmites comuns na instituição para gerir esse tipo de ação:

O homossexualismo ainda é tratado como um crime nas Forças Armadas, apesar de não ser assim classificado pelo Código Penal Militar. Desvendada a sua opção sexual [sic], o militar é submetido a uma série de constrangimentos até ser desligado da Força. Exatamente como está ocorrendo com Zani Maia. De exemplo de profissional, ele passou a ser considerado vilão. Perdeu o comando de seu batalhão e foi levado em estado de choque para o Hospital Central do Exército (HCE), onde continua em tratamento. De acordo com o artigo primeiro da Lei 5.836, de 5 de dezembro de 1972, será submetido a um julgamento de oficiais do Exército, mais conhecido como Conselho de Justificação. Uma verdadeira inquisição. Será acusado de procedimento incompatível com o cargo e afastado da ativa.

O jornalista e ex-militar Marques Casara postou em seu blog⁴⁹ um relato sobre situações que vivenciou após a publicação de uma matéria de capa na extinta Revista Manchete sobre homossexualidade e Forças Armadas em 1996, no contexto do escândalo envolvendo o Tenente-Coronel. Após tentativa frustrada de ser levado compulsoriamente pelo Exército para interrogatório, conta que foi processado na Justiça Militar e teve a casa vigiada por agentes do serviço reservado do Exército, e que durante todo o processo, foi sistematicamente assediado a revelar quem eram as fontes da reportagem. Revela ainda que, em seus “tempos da caverna (ops), caserna”, viu colegas serem expulsos “pelo bem do serviço público” por “amar outro homem”. O relato informa ainda como o Tenente-Coronel Zani Maia era conhecido por sua ferrenha atuação na perseguição de supostos militares homossexuais. Esse posicionamento parece comum entre sujeitos que escondiam vivências e/ou desejos homossexuais na caserna:

ao mesmo tempo em que via toda a perseguição contra amigos gays, eu e meus colegas de farda éramos sistematicamente assediados por oficiais do próprio batalhão. Um deles era o tenente “kiko”, que adorava levar recrutas para o seu apartamento, dar banho, passar creminho e fazer sexo. De noite era uma lady, uma dama. De dia, um implacável perseguidor de homossexuais.

Ao contrário do que o tom debochado de parte do relato indica, um posicionamento contrário e até persecutório às homossexualidades não precisa ser lido como indício de uma orientação sexual mal resolvida ou reprimida. Pode indicar, no entanto, o que os regimes

⁴⁸ Para acessar a matéria citada: <http://brazil.indymedia.org/content/2008/02/412351.shtml>

⁴⁹ Parte do texto e a capa foram reproduzidas por Antonio de Mello em 26 de abril de 2016, em seu blog <https://blogdomello.blogspot.com.br/2016/04/bolsonaro-e-jean-wyllys-se-encontram-na-reportagem-sou-militar-e-sou-gay.html>. A capa da reportagem traz o rosto de um suposto recruta do exército brasileiro, fardado, de boina, com o rosto pintado com listras pretas como aquelas vistas em treinamentos militares. Se repararmos bem, observamos que o personagem traz longos cílios postiços pretos em um dos olhos.

institucionais e sociais levavam os militares a se sujeitarem para impedir a publicidade de seus desejos e práticas não heterossexuais. Perseguição, assédio, violência moral e homofobia são ferramentas que parecem construir e manter os contornos das masculinidades militares.

Em recente pesquisa realizada pela SENASP com mais de 13 mil operadores da segurança pública (PM/PC/BM/GM/PF/PRF/PCP), somente 3,1% se identificaram como homossexuais ou bi (1,3 M e 6,3 F) e somente 0,10% se identificaram como homens transexuais e 0,02% como mulheres transexuais. Estima-se que esses números sejam muito maiores, porém em função das políticas institucionais vigentes (oficiais e extraoficiais), as consequências de se afirmar pertencentes a esse grupo são muitas vezes perturbadoras do clima de trabalho cotidiano.

O ex-cabo Flavio Alves, no livro de sua autoria *Toque de silêncio. Uma história de homossexualidade na marinha do Brasil (1997)*, conta como em uma das aulas foi surpreendido pelo escrito “A AIDS veio para curar os boiolas” no quadro-negro do quartel, para o riso e condescendência dos instrutores. O ex-militar conta que, nesse período na década de 90, havia testagem compulsória dos militares.

Durante a pesquisa de campo, em conversa com Oficiais BM, as discussões em torno da exclusão dos candidatos soropositivos (HIV) das seleções de entrada são unânimes na suposta incapacidade para o serviço militar. Aciona-se um discurso de que é necessário estar em plenas condições físicas para executar com excelência as atividades de bombeiro. Por outro lado, as políticas de segurança no trabalho das alas operacionais sobre contaminações diversas são precárias ou inexistentes. As entrevistas dizem sobre reutilização de material descartável; falta de material básico como macacão sanitário; dinâmicas do cotidiano que não permitem o adequado cuidado antes, durante e depois da exposição à contaminação, muitas vezes em função de manter um ideal de masculinidade; licitação, compra e troca de materiais de qualidade inferior, com acidentes para os combatentes. As normas existentes não são valorizadas ou fiscalizadas regularmente. O que nos leva a pensar que a preocupação com a saúde é acionada quando faz parte de uma política sexual, mas ignorada ou pouco observada quando diz das dinâmicas de trabalho.

A heteronormatividade faz parte da criação e manutenção do regime interno.

Tomamos aqui a norma como uma ficção que configura uma realidade dramática/performativa. Estão implícitas, são de difícil leitura e a eficácia de sua atuação está no fato de não precisarmos pensar sobre ela. Logo, é a partir de seus efeitos que poderemos discerni-la (BUTLER, 2006, p. 61).

Santos (2001), Carreiras (2004), Prado et al. (2013) e Minayo et al. (2016) chamam atenção para a prática corrente de utilização de termos depreciativos e ofensivos para aqueles que se supõem ou de fato assumam uma orientação sexual não heterossexual dentro das corporações, além de práticas de isolamento e marginalização do profissional perante a tropa, o que pode levar a uma atitude de abandono voluntário que, afinal, funciona como uma punição e atribui ao próprio sujeito a responsabilidade pela sua incapacidade profissional.

As inserções em campo corroboram essas ideias e indicam como, nas corporações militares pesquisadas, as homossexualidades de homens e mulheres terão significados e regulações diversas nesse espaço. Enquanto aos homens gays se constata um rebaixamento na hierarquia das masculinidades que compromete o *status* diferenciador do militarismo e sua legitimidade em portar os símbolos institucionais, em mulheres, a suposta excelência operacional que uma performatividade lésbica acarretaria não pode desconsiderar o zelo por uma imagem social coerente com as normativas de gênero. Ambas experiências expõem os profissionais a uma situação de maior vulnerabilidade em relação ao assédio moral e sexual e exigem o silêncio sobre a vida conjugal. O uso dos espaços coletivos (alojamentos) e a visibilidade pública da identidade são os primeiros a serem monitorados para permitir uma convivência nesses espaços.

Manter uma imagem heteronormativa do bombeiro padrão é preocupação constante entre a tropa. Em outra ocasião, uma das entrevistadas comenta a preocupação de colegas de seção com um dos atendentes civis da MGS⁵⁰, que teria a voz ‘afeminada’. O militar pedia providências da coordenação uma vez que, no imaginário social, eram os próprios bombeiros quem atendiam ao telefone, e a situação “prejudicaria” a corporação. Fica evidente que mesmo uma identidade construída sob forte teor de heroísmo e excelência física pode ser “ameaçada” por ambiguidades vocais.

Estamos falando de um contexto em que é permitido que um CAP BM fale abertamente que “*nós (militares) sabemos que não pode mais bater, o que não pode é ser um oficial*”. A declaração dialoga tanto com a relação entre normas militares e normas de gênero (como será visto em capítulos seguinte) como com outro dado da pesquisa que mostra que 16% dos respondentes acham que homossexuais e bissexuais não devem exercer as mesmas funções e cargos que os heterossexuais. Ainda que formalmente essa proibição não ocorra, mesmo quando o setor de inteligência atesta a orientação sexual (homossexual) dos

⁵⁰ MGS é uma das Empresas terceirizadas contratada pelo Estado para, nesse setor, atender às ligações com demandas da sociedade para as corporações militares.

candidatos, esse tipo de comentário está baseado no imaginário que a legislação vigente produz e mantém.

Segundo o Código Penal Militar (2004),

da mesma forma, o artigo 100 do CPM declara a **indignidade para o oficialato**, in verbis: fica sujeito à declaração de indignidade para o oficialato **o militar condenado, qualquer que seja a pena**, nos crimes de traição, espionagem ou covardia (artigos 355, 366 e 363, todos eles em tempo de guerra), ou em qualquer dos definidos nos artigos 161 (desrespeito a símbolo nacional), **235 (pederastia ou outro ato de libidinagem)**, 240 (furto), 242 (roubo e latrocínio), 243 (extorsão), 244 (extorsão mediante sequestro), 245 (chantagem), 251 (estelionato), 252 (abuso de pessoa), 303 (peculato), 304 (peculato mediante aproveitamento do erro de outrem), 311 (falsificação de documento) e 312 (falsidade ideológica). Grifo nosso

Ou seja, observa-se que, para a parcela superior da hierarquia militar, há um enquadramento da hierarquia das sexualidades. Aqueles punidos pelo crime de “praticar ato libidinoso em áreas de administração militar”, homossexual ou não, não seriam dignos do oficialato. No entanto a permanência desnecessária do termo “homossexual ou não” reforça na cultura um local de inadequação para as homossexualidades. A orientação da Comissão Nacional de Verdade de retirada desse termo do código assim como outros projetos de revisão da lei que foram arquivados fazem referência a esse efeito.

Minayo *et al.* (2016) encontrou resultados que indicam como são grandes as resistências dos órgãos de segurança em aceitar o policial gay ou a policial lésbica. Nos grupos, os agentes narraram muitos casos de superiores homofóbicos que não aceitam trabalhar com gays, que os perseguem, boicotam e os rejeitam em determinados cargos. (p.26) Uma das interlocutoras BM lésbica relata como deixou de ser promovida no tempo previsto após a publicização da sua orientação sexual, que foi considerada ofensiva à masculinidade do oficial que ela namorou anteriormente e estava em sua mesa de promoção.

Para Minayo *et al.* (2016)

Policiais de distintas orientações sexuais homoeróticas e identidades de gênero transexuais foram indagados sobre a existência, a convivência e a discriminação dos agentes de segurança pública LGBT dentro das corporações. Praticamente todos os entrevistados relataram várias situações constrangedoras de flagrantes de práticas homoafetivas por parte de policiais de diferentes cargos e patentes das Polícias Civil, Militar, do Exército e da Guarda Municipal. Comentaram que antes o policial gay ocupava na corporação a função de cabeleireiro ou de rancheiro nos quartéis, e que hoje, ainda mantém-se longe da linha de frente das ações ostensivas, ocupando, em sua maioria, cargos administrativos. Apesar de considerarem suas funções administrativas cômodas, muitos destacaram que a força e a autoridade exigidas pelo trabalho policial são igualmente executadas pelo policial LGBT (p.26).

Militares gays entrevistados revelam a manutenção de situações similares como a sua constante designação às funções “tipicamente femininas da seção” como decoração e

“bandejinha”. As maiores perseguições estão assentadas sobre aqueles cuja performatividade de gênero não pressupõe a heterossexualidade, os chamados “mais femininos”. A visibilidade dessa orientação associada à inscrição institucional permanece um dos grandes entraves desse pertencimento. Um dos militares gays entrevistados recebeu uma ordem direta do setor de comunicação da Instituição para que retirasse das redes sociais informações e imagens que declarassem sua orientação sexual. De forma geral, além das políticas de investigação pessoal (que teoricamente ocorrem para todos os candidatos), militares gays entrevistados indicam situações de assédios morais e sexuais vivenciadas.

Como observa Minayo *et al.* (2016), profissionais LGBTQIA+ precisam desenvolver uma reputação de “bons policiais” para que seu desempenho como profissionais concorram com sua imagem dissidente, comumente vista apenas sob a ótica da orientação sexual.

A militar lésbica não está na literatura, não aparece nos recentes espaços de discussão de gênero nas corporações, mas está cada vez mais visível. A explicação reducionista de que “parecem ser melhor aceitas do que o militar gay” reflete o pouco investimento na investigação das experiências das lesbianidades e as distorções que as normas de gênero produzem sobre as experiências. Essa lógica não permite visibilizar onde, no ordenamento dos gêneros e sexualidade, elas estão alocadas.

Em contextos militares, o controle das sexualidades pelas regulações de gênero aparece no pânico moral de serem “confundidas” com lésbicas em função do teor (operacional) da atividade que realizam. Aquelas que de fato têm essa orientação relatam como são cobradas sobre um (bom) desempenho ou demanda pela atuação no setor operacional, uma vez que a leitura sobre essa identidade diz de uma performatividade masculinizada, atlética.

Ao mesmo tempo, o quadro de aceitação condicionada a que são submetidas permite que digam de sua orientação, porém que mantenham uma aparência feminina (com uso de maquiagem, roupas cinturadas, etc.). E mais importante, que “saibam se comportar”, ou seja, não deixem explícito seus relacionamentos nem na conversa cotidiana nem presencialmente nas confraternizações e atividades coletivas. O uso do nome (em detrimento da referência à relação, por exemplo “a maria falou... em vez de “minha namorada falou”) é um recurso para essa inserção condicionada.

Tanto para João como para Francisco, a categoria da lesbianidade era uma forma de tradução do exercício do desejo. Como eram reconhecidos como mulheres, foram designados ou se entenderam como lésbicas. Era também uma forma de estilizar o corpo para se sentir

mais confortável, mais masculino. No contexto militar, essa performatividade era também uma chave de acesso para uma sociabilidade masculina.

Fui de cabelo solto e uma sargento veio cheia de grampos e pediu pra ele prender o cabelo, e as meninas começaram a ajudar. Tinha problemas para lidar com o cabelo. Cortei o cabelo, e foi o início da libertação. Já tinha formado no curso de soldado, foi quando comecei a sentir mais preconceito, pra que, foi como se tivesse escrito na minha testa, sou sapatão [...] Eu tomava mais que os outros, sempre senti diferenciação, um bullingzinho, piadinha, não tem jeito neh. Tipo assim, chegou um caminhão de móvel, vamos descarregar, chama fulano, beltrano, e eu. Tá fazendo isso só porque eu sou sapatão? Pode ser coisa da cabeça, mas acredito que não, instituição é muito machista mesmo (João)

Como eu nunca me vi como mulher, muitas vezes eu não relacionava meus problemas a isso. Quando é sapatão, eles meio que tratam como homem. Rodinha conversando putaria na minha frente. Eu andava com “os caras”, forte grande e eu achava que eu era que nem eles. Eu nunca me vi como a FEM (João)

Os caras já me tratavam como os meninos (Francisco)

O que para João e Francisco não era um incômodo, para muitas outras entrevistadas é. Essa suposição de que, em função da orientação sexual, você quer ser incluída na verborragia sexual. Sd BM Michelle sobre as lesbianidades diz que ou “*As pessoas vão julgar o seu serviço por aquilo [lesbianidade]. Ou achar que você é o brother e pode te mostrar filme pornô*”. Para João, a performatividade lésbica masculina é uma forma de inclusão (nas sociabilidades masculinas) e de punição, pois é lida como um enquadramento no “*sistema macho*”, por isso deve ser penalizada com os serviços mais pesados e braçais. Essa performatividade revela efeitos também no atendimento à população civil. João lembra de uma situação, ocorrida antes da transição, em que sofreu lesbofobia ao socorrer uma paciente. A família da vítima não queria que ele fizesse a massagem cardíaca. A imagem ambígua ou masculinizada do militar foi a justificativa para o preconceito.

João observa ainda como as lésbicas de performatividade mais femininas são jogadas para outra teia, a da fetichização. São as desejadas, “*como se ela fosse recuperável*”. A questão do assédio a militares lésbicas foi trazido tanto por João e Francisco como por outros entrevistados.

Mesmo identificado como sapatão os caras assediam ‘você não encontrou o cara certo, se você dá pra mim...’ eu já estava hormonizando e fui cantado por outro militar. [...] tava lá os machos bebendo...’ se eu te comer você vai mudar de idéia’. (João)

O assédio às militares lésbicas (ou identificadas como tal) tem essa conotação, tanto de exercício violento de poder das masculinidades como de ferramenta de correção normativa. Outra Tenente BM entrevistada conta que, após se desvencilhar dos assédios de

um superior hierárquico, foi retirada da função que exercia. A questão do assédio no ambiente militar é tão endêmica que se comenta nos corredores sobre os principais assediadores, e as medidas de prevenção são sempre individuais.

Nesse contexto, Eve Sedgwick (2007) afirma que, “Mesmo num nível individual, até entre as pessoas mais assumidamente gays, há pouquíssimas que não estejam no armário com alguém que seja pessoal, econômica ou institucionalmente importante para elas” (p. 22). Essa situação é muito comum entre militares LGBTQIA+. Resguardar algum âmbito da vida privada é buscado de forma geral no contexto militar, cujas regulações impostas pelo regime institucional fazem com que essa seja uma forma de proteção individual. No entanto, entre as homossexualidades, pode ser uma medida de prevenção de perseguições e outras violências.

No entanto, o armário tem um custo alto para as dinâmicas do cotidiano. Duas militares entrevistadas vivenciam um relacionamento que não é público no quartel. Em uma ocasião, umas das militares que acompanhava a rede de rádio ouve a notícia de uma outra militar (sua namorada) gravemente acidentada em serviço. Para não romper com o silenciamento sobre a sua situação conjugal, acompanha em desespero silencioso toda a condução da ocorrência. Se manifestar como gostaria era jogar na “rádio peão” mais uma “saída do armário” como tantas outras realizadas na ilegalidade após atuação da PM e BM em ocorrências com militares.

Nos contextos militares, o armário é um modo de pensar a realidade, de mover-se nela. No entanto, nesse lugar não se disputa o discurso, você aceita o conteúdo corrente para não colocar em dúvida a sua orientação. Militares que tornaram públicas suas orientações têm criado outro espaço de negociação, forçando a naturalização de suas vivências no cotidiano.

E não é um caminho simples, pois, a despeito das conquistas civis no campo de direitos, como afirma Paula (2010), dignidade, decoro e reputação seriam valores importantes para o exercício e reprodução dos principais pilares militares: hierarquia e disciplina (mais importantes do que a liberdade, na legislação) e no ordenamento militar são incompatíveis com as homossexualidades. Os rumores das tentativas de tipificação da homofobia chegaram ao quartel, no entanto os sujeitos buscam alternativas de continuar agindo da mesma forma sem parecerem homofóbicos.

Assim como observado por Minayo (2016), os militares LGBTQIA+ desconhecem “quaisquer iniciativas institucionais para lidar com a proteção de seus direitos dentro das corporações. Para eles, as questões de orientação sexual e identidade de gênero são rechaçadas “varridas para debaixo do tapete”. Não existe qualquer tipo de proteção, acolhimento ou aconselhamento para quem está sofrendo perseguição homofóbica”(p.26). As

instituições tendem a “administrar ”as situações de denúncias sem promover ou reconhecer publicamente direitos.

A visibilidade, as experiências da militância (externas) e as iniciativas individuais de promoção do debate nas corporações são apontadas como fatores importantes para a decisão de publicizar a orientação sexual e buscar equivalência de direitos. Nessa linha, procurar reverter a lógica institucional e usar dos aparatos normativos para registrar denúncias de perseguições e abusos também é uma forma de resistência interna.

Não há normativas legais que impeçam a entrada e permanência das homossexualidades na caserna. No entanto, o atrelamento da heteronormatividade aos preceitos militares estabelece os parâmetros para o que pode ser visível e o que deve ser punido internamente. Ao mesmo tempo, mantém concepções estereotipadas sobre as identidades que refletem tanto nas dinâmicas internas como no atendimento ao público externo. Os novos campos de preenchimento do REDS no estado e a resistência expressa em preenchê-los indicam mais uma vez a necessidade de treinamento não apenas sobre a forma protocolar, mas também quanto aos fundamentos dos direitos humanos que lhes conferem cidadania.

Conforme apontado em outro trabalho

a homofobia deve ser vista como um sistema de humilhação cotidiano e generalizado que se expressa através de ações de indivíduos, grupos e instituições de forma a manter ou criar mecanismos coercitivos de adequação dos indivíduos às normas hegemônicas de gênero/sexualidade. Este sistema de humilhação se retroalimenta do silenciamento e da ausência de políticas específicas de combate ao preconceito e de promoção dos direitos de minorias. A homofobia enquanto um sistema de humilhação coercitivo constitui elemento decisivo na educação e na formação profissional indo desde as formas de exclusão mais sensíveis até as formas de violências físicas e psicológicas mais cruéis. (PRADO et al., 2014, p. 8)

As hierarquias sexuais estabelecidas por esse sistema agregam complexidades para entender os debates sobre direitos humanos, muitas vezes interpelando o caráter universalizante que tendem a assumir em concepções mais tradicionais. É um dos desafios para se pensar a formação em direitos humanos na contemporaneidade. A heterossexualidade produzida e tomada como norma por um regime de sexualidade tanto une os indivíduos a partir de uma base ética e política quanto funciona como um procedimento de racionamento da ordem social (BUTLER, 2006), estabelecendo um regime de verdade sobre o sexo que impossibilita uma vivência democrática da sexualidade, tocando diretamente na questão dos direitos humanos e dos direitos sexuais (PRADO et al., 2014).

4. A CASERNA

Eu lembro de um dia, a gente em forma na quadra do 2ºBBM, aquela gritaria, o pessoal dando ordem, fazendo inspeção. A gente imóvel, rígido, não podia olhar pro lado, só podia olhar pra frente, pra nuca de quem estava na frente. O pessoal gritando e eu não podia virar a cabeça pra saber de onde vinha ou quem falava... eu pensei... 'Getúlio Vargas, direito trabalhista, redemocratização depois da ditadura militar...' nada disso chegou aqui.
(Sgt BM Quitéria)

“O que faz com que sujeitos marcados pelo gênero e/ou sexualidade divergentes do normativo busquem se inserir nessas instituições?”, perguntou uma professora do programa de pós-graduação ao ouvir sobre esta pesquisa. Respondo a ela que talvez outra pergunta seja mais interessante: “Baseados em que pressupostos essas instituições julgam alguns sujeitos como incapazes de pertencê-las, em função desses marcadores?” O que é ser militar? Como isso influencia e diferencia as trajetórias que acompanhamos? Em que medida a transexualidade tensiona as configurações militares? Mapear o processo de tornar-se militar e trabalhar é relevante para essa investigação uma vez que diz respeito a processos psicossociais que não só orientam regimes de trabalho, mas modelam identidades, inscrições sociais, atravessam relações e estão interligados à configuração da sociedade como um todo.

Em algumas situações, observei João e outros interlocutores avaliando colegas como mais ou menos adequados a ocuparem determinadas funções em razão de serem “pouco” ou “muito militar”. O que estava por trás dessa afirmação, muitas vezes, era se o/a sujeito/a em questão tinha a farda em alinhamento, cumpria horários com rigor, era normativo e legalista no cumprimento das funções, respeitava hierarquias e exibia disciplina. Justificando maior adequação para uma função nas Academias Militares, por exemplo, do que necessariamente o domínio de técnicas de ensino ou uma formação acadêmica elevada. Uma avaliação positiva de João sobre si refere-se a essa formatação, ao respeito e à adesão aos parâmetros militares, como um oficial padrão, o que teoricamente deveria resultar em um posicionamento institucional a seu favor.

Os cursos de formação foram citados em todas as entrevistas formais e informais como partes significativas do processo de imersão institucional e dos quais ninguém tem saudades. Seriam os responsáveis principalmente pela constituição de sujeitos militares,

centralizados muito mais no repasse dos símbolos, ritos e ordenamentos do que necessariamente na formação operacional, como também observou Turge-Cavadinha (2016) sobre a PM. Através das narrativas sobre a história das corporações e seus heróis, de seus cerimoniais burocraticamente coreografados, da obsessão com o alinhamento dos fardamentos mas também pelo linguajar partilhado e o escrutínio físico, construirão identidades institucionais forjadas na unicidade ao mesmo tempo que criam o sentido da diferenciação dos civis, agora construídos como “paisano” (CASTRO, 1990; LEINER, 1997; MOREIRA, 2011).

Os cursos, assim como as relações que serão estabelecidas nesse contexto, serão responsáveis também por introduzir na teoria e prática os princípios fundamentais de funcionamento e reprodução militar: a hierarquia e a disciplina. Corpo, mente e desejo serão testados, compactuarão em obedecer e vigiar, a abrir mão, em alguma medida, do controle do corpo e do tempo para fazer parte. Terão as dimensões do institucional e do pessoal borradas, assim como as do individual e do coletivo. O militarismo opera em um paradoxo no qual quanto mais se integra ao coletivo mais indivíduo (militar) você se torna, porque quanto mais se adere, mais se destaca. O reconhecimento não resulta da singularidade, mas da adesão ao padrão.

A criação simbólica da divisão entre paisanos (civis) e militares sugere processos de diferenciação que conferirão a ‘nós’ (militares) a recompensa de portar o título, caso se prove capaz e merecedor do mesmo. As corporações são organizadas de modo que externamente dominem a arte de se sobrepor com a utilização da força e a competência para a ação. E na autoridade baseada no nós *versus* eles, inimigo que precisa ser neutralizado e no “medo de ser contra” (ser o inimigo) e deixar de fazer parte do grupo, ser “desigual”, em um dos usos dessa expressão comum à caserna.

Há nos regimes militares uma distribuição geográfica de lugares e saberes que organizam o sensível (RANCIERE, 2005): produzem prescrições sobre o que deve ser visível nos corpos (biotipo, vestimenta, cabelos, etc.), sobre as relações estabelecidas (continências, deferências, relacionamentos sociais e amorosos) e sobre a distribuição física de lugares e recursos (alojamentos próprios, diferenças salariais e uso de recursos institucionais). Essa distribuição reparte também valores, reconhecimento e poder. Militares deixam seus respectivos cursos de formação orientados por essa hierarquia que não diz só o quanto você pode agir, mas também do quanto você pode reagir. Essa determinada ordem (sensível)

produz um certo fechamento de compreensões e relações no mundo, e quando conjugadas ao gênero e à sexualidade, interferem nas possibilidades de experimentação dos corpos e do desejo. (PRADO E MONTEIRO, 2018, no prelo)

No organograma institucional, aos soldados, cabos, sargentos e subtenentes, integrantes do ciclo das praças, reserva-se a base da pirâmide⁵¹. Em maior número, com menores salários, são responsáveis pelas funções de execução, internamente designados como os braços da corporação. Deles se espera obediência e, em alguma medida, alienação. Tenentes, capitães, majores e coronéis ocupam o meio e o topo da pirâmide, compondo o ciclo dos oficiais. Desde sua formação são treinados para planejar e gerir, simbolicamente traduzidos como as cabeças da instituição. Prescritos como os guardiões dos preceitos institucionais devem “conduzir e orientar a tropa”.

É possível notar que a divisão das atividades se assenta no princípio da divisão da corporação em dois grandes círculos de convivência: oficial e praça. Os oficiais representam classicamente os postos de comando, enquanto as praças representam as funções de execução. Somando-se essa distinção maior à prescrição para a obediência, cabe aos executores executar, e aos pensantes, pensar. No entanto, “todos os policiais, independentemente do lugar ocupado na escala hierárquica, parecem possuir algum grau de limitação ao seu pensamento” (AMADOR, 2002, p. 87). Ou seja, esse ordenamento, protegido pela norma materializada tanto nas letras (documentos) como no fazer cotidiano, resulta em algum tipo de alienação do trabalho, em todos os níveis, uma vez que tem sempre uma sequência hierárquica com maior/menor poder de decisão sobre a ação.

Castro (2009) observa que aquilo que não é rotineiro ou previsto nos regulamentos é entendido como uma fonte de risco para os militares, pois “sempre se pode ser chamado a prestar contas, por um superior, por ter assumido a responsabilidade de decidir algo novo, especialmente em se tratando de algo inusitado” (p.23). Esse posicionamento de só agir baseado em pressupostos normativos ou aguardar decisão judicial é prática corrente na gestão militar, tanto para “não fazer” (“não segurar”, no jargão militar) demandas do cotidiano como para barrar o que não é do interesse da gestão.

Nesse sentido, seja na dimensão das prescrições para a divisão das tarefas ou em relação à própria minuciosidade das prescrições, o que se nota é o que Amador (2002) chama

⁵¹ Vide anexo 2. A hierarquia da instituição em questão é especificada no artigo 9ª da lei 5.301, de 16 de outubro de 1969.

de clivagem entre pensamento e ação. Essa clivagem é bastante formalizada se pensarmos nos símbolos que determinam as patentes. Para a identificação das praças, usa-se a divisa no braço. A divisa se associa ao símbolo da virilidade, da força. Para a identificação de oficiais, usam-se estrelas no ombro. A estrela é o símbolo da iluminação, daquele que iluminará a sua tropa. Quanto mais baixa a posição hierárquica, maior essa clivagem. Acerca dessa tentativa da prescrição máxima, que nega a distância entre a regra e o trabalho real, Trinquet (2010) afirma revelar a “utopia e o fantasma gerencial, por ser completamente contra a natureza e anti-humano por considerar os humanos como robôs, autômatos” (p. 96). Na Grécia antiga, a violência intrínseca ao trabalho é explicitada na clivagem entre corpo e espírito sob o símbolo da escravidão. Dentro dessa concepção, o escravo era só mão de obra, não tinha alma (AMADOR, 2002). O soldado, por sua vez, seria mero executor, estando a capacidade de planejamento e criação em níveis hierárquicos superiores.

As prescrições estabelecem padrões hierárquicos também em nível micro, além do ciclo de oficiais e praças ou mesmo além dos postos e graduações. Há que se considerar a antiguidade (superioridade por tempo de posto/graduação). “No militarismo, ninguém é igual a ninguém”, comenta Sgt BM Quitéria, “há sempre uma forma hierárquica de se diferenciar do colega”. A hierarquia também diferencia os mecanismos de controle e regulação.

A hierarquização é pautada na subordinação – sujeição à disciplina militar que possibilita a instrumentalização do corpo. Os corpos são colocados em um regime de codificação/decodificação de sinais que exigem uma resposta obrigatória: “Entre o corpo e o objeto que o manipula, o poder vem se introduzir, amarra-os um ao outro” (FOUCAULT, 1987, p. 130). O controle dos gestos e a economia dos movimentos regularizam o corpo material e simbólico dos militares. Esse corpo, fator de diferenciação e identificação desses profissionais com as carreiras militares, será também um dos fatores de diferenciação daqueles que se identificam com as transexualidades.

Nessa linha, Foucault (1987) aponta como o “detalhamento” do corpo, “as minúcias dos regulamentos, o olhar esmiuçante das inspeções, o controle das mínimas parcelas da vida e do corpo” distribuem os indivíduos no espaço que os definem, tanto pelo lugar que ocupam quanto pela distância demarcada com o outro (p.121). Esse detalhamento incide sobre as performatividades de gênero, sobre a estética, uma vez que devem espelhar os princípios institucionais. Novaes (2011) aponta o valor do corpo como um capital, que adquire *status* a partir das insígnias que carrega. Condensadas naquilo que se convencionou como belo, esse

corpo traduz valores da sociedade de consumo em geral. As normas de gênero vão atuar novamente atribuindo significados e consequências diferentes para homens e mulheres que sustentam determinadas diferenças. Um bombeiro avaliado como “fora de forma” será censurado, porém eventualmente é avaliado como “alguém que já trabalhou muito”, que “pede descanso”, “que deu uma relaxada mas pode voltar ao eixo”. Uma bombeira considerada gorda, além de irresponsável com a aparência (pecado feminino), atribui a si mais uma justificativa para manter-se afastada das atividades operacionais e cursos de especialização.

Nesses termos, Sd BM Angélica relata a situações de sua colega de ala que, após retorno da licença maternidade (e aumento de peso pós-gravidez) descobre ter sido realocada para o setor administrativo, após anos de trabalho na ala operacional. Ao contestar a transferência compulsória, tem como justificativa que “é necessário alcançar um certo padrão físico para ocupar esse lugar”, o mesmo ocupado por vários homens “fora de forma”, sem treinamento e muitas vezes limitados fisicamente por motivo de saúde, sob recomendação médica, condição na qual ela já não se encontrava.

Cabe, nesse momento, um questionamento: quem é o bom profissional hoje para o CBM? A resposta a essa pergunta pode passar por uma representação que se aproxima do imaginário social do bombeiro. A representatividade física do bombeiro operacional⁵² (de corpo jovem e atlético), que ostenta os brevês e divisas dos cursos de qualificação⁵³ operacional (ainda que passe 30 anos no setor administrativo) e que busca “se graduar” (se elevar na hierarquia militar através dos cursos militares⁵⁴, visto que é mais fácil ser reconhecido pelo posto ou graduação do que pela competência).

Para João, o oficial padrão são as “*peçoas que estão dispostas a trabalhar e fazer diferente, peçoas que têm empatia e não querem fazer o “velho serviço público”, gerenciar para a instituição crescer. Valorizar a tropa, peçoas, não tratar como número mas como peçoas, de forma mais sensível e humana. E mesmo frente à cultura institucional, “tem gente tentando fazer diferente, trabalhar fora de uma lógica machista, e eu sou uma delas”.*

⁵² Para efeitos deste trabalho, o termo operacional é utilizado em menção ao bombeiro militar cuja função reside no atendimento a ocorrências, dos chamados de emergência.

⁵³ Brevês são adereços costurados ao fardamento do militar quando este se forma em um curso de determinada temática (chamados cursos de qualificação como combate a incêndio urbano, resgate veicular ou atendimento pré-hospitalar, cursos que acarretam grande exaustão física), como um brasão que representa a qualificação.

⁵⁴ Alguns cursos são exigência para algumas das promoções dentro da carreira militar (como o Curso de Formação de Sargentos - CFS ou o Curso de Formação de Oficiais - CFO), conforme Lei 5.301, de 16 de outubro de 1969.

Tanto na trajetória de João como na de Francisco, a construção de um corpo masculino atlético é parte fundamental da transição. Para se integrar às masculinidades, em especial às militares, é preciso deixar visível na carne a assimilação dos preceitos institucionais. João, após a mastectomia e uma grande tatuagem no peitoral que atenua as cicatrizes, povoa seu vocabulário com debates sobre nutricionistas, alimentação e treino físico. A construção de um corpo largo, definido e socialmente associado às masculinidades é, ao mesmo tempo, um desafio (aos discursos que o deslegitimam) e uma prova de adesão à masculinidade militar. A própria construção da masculinidade trans-militar é, em si, confronto e conformação.

Para Francisco, a preocupação com o corpo também é evidente. As redes sociais registram as “conquistas”, o processo de masculinização pelo emagrecimento e pela musculação, ainda que a mastectomia seja um plano futuro. O corpo pré-cirúrgico, em seu entendimento, ainda incompleto e inadequado ao reconhecimento da masculinidade, é também sua principal justificativa para a não interpelação institucional. É o que dá origem ao argumento da espera, do “*ainda não*”, do “*eles não vão aceitar até que*” indicando como “o tempo da gestão nem sempre é o tempo da subjetivação” como afirma Prado (2018, p. 49).

O “perceber-se” enquanto grupo no interior das profissões militares, segundo Celso Castro (2004, p. 34), está ancorado na afirmação de superioridade física e moral de seus integrantes, uma representação coletiva diariamente forjada na coesão e homogeneidade da tropa. A ideia de excelência do grupo é construída pelo distanciamento com os “civis/paisanos”, acompanhada de uma representação de nobreza e altivez moral que se funda no corpo resultante desse processo. Ser trans e ser militar para os interlocutores é demonstrar que esse padrão não será rebaixado, que essa diferenciação ainda estará presente.

Os pressupostos militares se entrelaçam às normativas de gênero numa dinâmica em que a norma militar tem seus contornos de naturalidade reforçados quando é coerente com as construções cis-heteronormativas. É na contradição, e não na coerência, que se abrem algumas das possibilidades do questionamento da hierarquia nas microrrelações interpessoais assentadas na rotina de homens trans e seus colegas militares, sejam superiores ou subordinados. Fortemente enraizada nos cursos de formação, reiterada a cada interação nos quartéis e cuidadosamente prescrita em legislações, a hierarquia militar parece se vulnerabilizar em alguns momentos: seja na desilusão do testemunho de ações corruptas, da má gestão, na experiência cotidiana reveladora mais de ingerências que de eficiência.

Contudo, aqui destacamos como os preceitos militares podem ser fragilizados quando os corpos que carregam estrelas no ombro carregam também os marcadores do gênero feminino, das homossexualidades ou das transexualidades. Na relação entre mais antigos e mais modernos, a legitimidade garantida pela norma parece não se bastar. Quando categorias sociais “inferiores” ocupam postos de comando, são a própria hierarquia e disciplina que estão em questão. Aquela “superioridade” aprendida e pressuposta não é legitimada. Aqueles corpos parecem não caber no tipo ideal militar.

Os corpos nos regimes militares de organizações das instituições de segurança pública são representados por uma leitura sexual dimórfica e biologicista, cuja capacidade de suportar e infligir violência, supostamente necessárias ao combate, encontra-se encarcerada no corpo de homens (cis). Corpo este biologicamente pensado como detentor de força física e também força moral de proteger os demais corpos carentes de virilidade: os corpos infantis, os corpos das mulheres e os corpos envelhecidos ou doentes (MOREIRA, 2011).

Ao ingressarem na instituição, as mulheres também se tornaram herdeiras do sistema simbólico institucional. Todavia, possuidoras de um corpo cujas diferenças biológicas objetivavam uma construção de significações sociais identificadoras do feminino que não corresponde ao corpo dos agentes que, historicamente, incorporam o sistema simbólico institucional. Esta resulta em uma contradição entre a herança, construtora da identidade institucional, e o herdeiro que fala e age em nome da instituição, “de modo a dar um corpo biológico a um corpo constituído” (BOURDIEU, 1998b, p. 83 apud SCHACTAE, 2013, p.34)

As mulheres passaram a compor as tropas, porém os ritos e aqueles responsáveis por repassá-los tendem a reconhecer sua presença pela prescrição e controle. Ao mesmo tempo, as colocam à prova acionando o discurso da homogeneidade e desconsiderando suas especificidades. Chadud (2015) entende o uso da maquiagem como uma forma de resistência à masculinização dos fardamentos. Por outro lado, percebe-se como a demanda institucional por uma imagem feminilizada das militares pode ser também uma forma de demarcação e controle sobre as performatividades possíveis. O controle do gênero para garantir o controle da sexualidade.

Os pressupostos militares, pois, desenham um corpo-fôrma que servirá de molde para a construção do imaginário social acerca da categoria militar. Os cursos de formação são momentos em que cada corpo que se candidata ao pertencimento, e esse grupo terá seus contornos colocados à prova. É o momento em que se ajustam proporções e se faz caber. Tendo por molde as masculinidades cis-heteronormativas, os corpos divergentes sempre

estiveram presentes no contexto militar como representação antagônica do modelo ideal. Com a experiência das últimas décadas que evidenciou a vivência da diversidade sexual e de gênero no seio da caserna, os corpos divergentes saem do campo simbólico e ganham concretude entre aqueles que, desafiados pela fôrma ideal, desafiam a rigidez das paredes que oferecem os contornos.

4.1 Tirando o ranço de paisano⁵⁵”:

Bombeiro não é igual polícia, deveria estar ali para ajudar todo mundo,
independente se é bandido ou não, mas o foco do curso é testar sua resistência.
Tanto que a gente está ali até hoje, fomo ensinadas a resistir (risos) Cb BM Angélica

Os cursos de formação básica⁵⁶ (Curso de Formação de Soldados - CFSd - e Curso de Formação de Oficiais - CFO) são os lugares clássicos de transmissão da cultura militar no CBM, tanto aquela prescrita em normas e legislações como a implícita nas relações e tradições. São períodos lembrados pelos entrevistados e descritos na literatura sobre a cultura militar (CASTRO, 2004; LEINER, 1997) como um teste entre os capazes e os desistentes. Esses cursos caracterizam-se pela supressão do tempo como forte aliado no processo de sujeição (FOUCAULT, 1987), exaustão física e estafa mental, além da exigência de respostas coreografadas a comandos e controle minucioso da aparência. Além disso, trazem também a complexidade entre uma forte solidariedade entre a tropa, importante para a criação de unidade e homogeneidade desejadas e, ao mesmo tempo, a ferrenha competição entre os mesmos, já que a colocação final será um parâmetro para leitura de sua competência e promoção no exercício profissional.

O campo corrobora o observado na literatura sobre os momentos de curso muito mais como momentos de transformação de civis em militares do que de preparação para as

⁵⁵ Jargão repetido por instrutores militares em cursos de entrada de civis em instituições militares, como cursos de soldado PM/BM. Revela o teor do processo de adestramento que está por vir, cujo objetivo é moldar e diferenciar esses corpos supostamente inferiores (paisano) em corpos e mentes superiores (militares).

⁵⁶ Aqui destacam-se o CFSd e o CFO, porque são os únicos cursos em que a condição anterior do aluno era a de civil para, então, tornar-se militar. Existem outros cursos de formação no interior das instituições em que o propósito é a progressão na carreira.

atividades fim. Nesses termos, atribuir um caráter teatral para esse período como uma encenação didática que será relativizada no cotidiano, como é comum ouvir entre militares, parece uma maneira de abrandar a desumanização do trato, como um ritual necessário para o exercício da profissão.

Figura entre as características dos cursos militares (não só do CBM) serem reconhecidos e temidos pela brutalidade da exigência física. Se busca essa avaliação para ganhar legitimidade, independentemente se as atividades propostas estão efetivamente relacionadas com o tema dos cursos. Em campo conversei com um oficial PM que foi para outro estado fazer um curso de Choque Montado, ou seja, de estratégias de contenção de multidões e manifestações urbanas com utilização da tropa em cavalos. O curso consistiu em sua quase totalidade a uma imersão em um ambiente florestal, no qual os alunos foram submetidos a severo racionamento de comida, sem banho, dormindo ao relento sob a chuva ou em baias junto aos cavalos, por semanas. Sem nos aprofundarmos das dinâmicas pedagógicas da formação, fica evidente que não há nenhuma conexão lógica com os objetivos da especialização (conter conflitos urbanos), o que parece estar em teste e em construção é um corpo e uma avaliação (superestimada) de si: “Eu consegui, eu sou melhor, eu estou autorizado”.

Assim, pedagogias da humilhação e violências de caráter sexista e homofóbico também são estratégias de formação. Em um curso de mergulho no Exército, uma das militares BM entrevistadas viu seus colegas (homens) obedecerem ao comando de sair da água cantando a música “O amor e o poder”⁵⁷ em frente a civis, numa caricatura do feminino. A mesma militar, durante o curso, era constantemente alertada de que só não estava ganhando tapa na cara (como os outros alunos) porque “*se não, dá Maria da Penha pra gente*”, em referência à legislação sobre violência de gênero. Posicionamento que nos indica a forma como as instituições lidam com as legislações de reconhecimento de direitos, as quais passam a ser parte da prescrição, mas continuam sendo utilizadas como um lembrete sobre as reais dinâmicas institucionais. A militar conta ainda que a alimentação (ração) ofertada produzia gases que atrapalhavam as atividades aquáticas, e assim toda a tropa de alunos se empenhava em liberá-los antes das atividades de submersão aquática. No entanto, ao final do curso, a militar (única mulher do grupo) que ocupava a posição 01 na classificação geral foi chamada pela coordenação e informada que havia perdido “pontos de conceito”, uma vez que não tinha

⁵⁷ Música interpretada por Rosana, cuja letra faz referência a uma personagem feminina (como uma deusaaaaa!!!).

“postura de mulher” (em referência aos gases, arrotos e ao seu palavreado), perdendo assim o mérito de destaque da formação.

Nesse relato, podemos identificar como a norma de gênero atua como norma auxiliar na manutenção dos valores institucionais. Seja na ordem que transforma a representação do feminino em algo vexatório, como um rito de submissão inerente ao processo de formação militar, seja como critério de manutenção da excelência e prestígio do curso, que estariam em risco caso uma FEM figure com o maior rendimento da tropa.

Nessa linha, pesquisa realizada pela Senasp (2013) com Polícias Militar, Civil e Rodoviária e Corpos de Bombeiros observa como é pequeno o percentual de mulheres militares dedicadas às áreas de ensino, sendo a maior representação encontrada na Polícia Militar, onde a área foi mencionada em 6,16% das respostas. O documento não problematiza esse dado, porém ele parece representativo das concepções vigentes sobre os gêneros. Que características são necessárias para formar outros militares? A que conjunto de símbolos a tropa deve obedecer e copiar?

A pedagogia de socialização militar parece conceber o recruta ou o aluno de modo infantilizado, regulado, vigiado e moldado. No linguajar da caserna, o recruta “chegou amanhã”, ou seja, é aquele que, além de estar em processo de diferenciação, “tirando o ranço de paisano”, ainda está bem abaixo na hierarquia da antiguidade. Utiliza-se como recurso pedagógico a equiparação do quartel à ideia de família, naturalizando a hierarquia e a disciplina como tradição e funcionalidade para o bom funcionamento da tropa.

É necessário considerar que, em muitas instituições, a entrada de mulheres foi tardia, o que conseqüentemente faz com elas ocupem postos hierárquicos mais baixos, além de serem numericamente muito inferiores, em função das restrições percentuais de entrada⁵⁸. O regime militar prescreve que os processos de formação sejam conduzidos por postos e graduações superiores àqueles em formação e que os instrutores (assim como as demais funções da educação) sejam exemplo de adesão à normativa e rígidos na relação com o aluno.

Interlocutores constantemente indicam a relativa diferença entre alguns colegas atuando nos setores de ensino das Academias (intransigentes, normalistas, carrascos) e

⁵⁸ Em Minas Gerais, está previsto em lei que o efetivo feminino da corporação não pode ultrapassar 10% do total. Em referência a esse número, os concursos de entrada (Soldado e Oficial) limitam 10% das vagas ofertadas a mulheres. Em outros estados, esse percentual varia, como em SC (6%) , no RJ não há limite, no entanto as tabelas de avaliação seguem um parâmetro de desempenho masculino.

posteriormente como colegas de trabalho em outras seções (supostamente educados e cooperativos) e justificam a suposta incongruência de personalidade/comportamento como uma incorporação necessária de determinados papéis para o desempenho nas formações militares. “Não ter o perfil” é uma justificativa que acompanha a exclusão de muitas mulheres das designações de formação.

Entrevistados observam também como a hierarquia eventualmente se sobrepõe ao conhecimento e à formação na designação dos formadores. Com um sentimento de impotência silenciada, denunciam como disciplinas específicas são retiradas do domínio de profissionais formados (graduação, especialização, mestrado) para serem ministradas por alguém mais influente hierarquicamente, a despeito de sua competência para tal.

Se os lugares autorizados ao feminino não legitimam o repasse dos conteúdos formais (remunerados, inclusive), para aqueles informais elas serão imprescindíveis. Nos cursos militares, é comum em alguns momentos em que a tropa está formada o repasse de “costumes militares” ou das normativas que regem as relações e não estão necessariamente documentadas, por exemplo: “*no quartel se cumprimenta com continência, não com abraços e beijinhos*”, pois, teoricamente, qualquer proximidade pode ser entendida como um inadequado excesso de intimidade. No entanto, com as alunas militares, há ainda reuniões separadas, preferencialmente presididas por outra mulher, superior hierárquica, para repasse de “condutas apropriadas” durante o curso.

Fato bastante relatado nas entrevistas como um processo violento, nos quais se instaura um clima de vigilância e competição pela moral sexual entre mulheres em vez de instruções que as empoderem ou auxiliem a se estabelecer frente ao que as aguarda (“90% homens”, como elas dizem). Com a entrada das mulheres no quartel, não havia ainda superiores hierárquicas para exercerem essa função, logo as esposas dos coronéis⁵⁹ ficavam incumbidas do repasse e controle da moral sexual adequada. Assim se estabelece internamente uma separação imaginária entre “assuntos de mulher” e “assuntos coletivos”. Aqueles considerados gerais, de interesse coletivo, devem ser tratados entre os homens, publicamente, porém aqueles avaliados como inerentes ao campo feminino (desde menstruação, roupas, equipamentos até a conduta sexual e social adequada) são preferencialmente tratados entre mulheres, no privado.

⁵⁹ Dados do caderno de campo, observado durante um evento militar em que a saia de uma sargento estava supostamente muito curta e a esposa de um militar superior na hierarquia militar veio chamar sua atenção e aproveitou para contar esse fato. As mulheres ingressaram no CBM em 1993.

Mulheres recebem esse tipo de orientação, pois é de conhecimento geral o assédio e o relacionamento entre militares, inclusive entre instrutores e alunas. O que deixa aqueles em posição de subordinação, suscetíveis a todo tipo de consequências em função de uma recusa ou desfecho não satisfatório para uma das partes.

Um relato de João sobre seu percurso de incursão no CBM, durante o CFSd, revela o incômodo com o lugar reservado ao feminino nesse contexto

No CBM nunca gostei de água, ao contrário da infância. Acho que a questão do uniforme, maiô, tensor com coisa colada, polichinelo com os peito pulando, correr com a bunda pulando. E aquele tanto de gente olhando, os caras que estavam correndo atrás da gente estava olhando o que? bunda. 'Nossa você tem o maior corpão', isso me incomodava, eu queria era ser forte. O meu corpo é agora o meu corpo. Antes parecia que eu estava usurpando o corpo de alguém. (João)

Sgt BM Teresa, durante a realização de uma atividade de campo mais afastada de seu grupo, no curso de formação de sargentos, ouviu de seu instrutor que deveria parar de tentar e “*ir pra casa lavar umas roupas e pilotar fogão*”. Diz ter respondido com o mesmo grau de violência e, a partir de então, ser perseguida até a sua formatura. A ela eram designadas as atividades mais exaustivas, as piores notas e o tratamento mais agressivo a ponto de os colegas perceberem e tentarem ajudar, sendo imediatamente proibidos pelo instrutor.

Situações como a relatada por Souza (2009), no trecho a seguir, também foram relatadas por militares de vários estados em um Encontro Nacional de Mulheres em que estive presente, assim como nas entrevistas desta pesquisa

Em várias ocasiões, as atividades de treinamento a que éramos submetidos costumavam ser seguidas das observações de colegas policiais e superiores hierárquicos sobre a presença das mulheres na corporação, sobretudo através da exposição das diferenças físicas e morais que “naturalmente” definem homens e mulheres. Em diferentes espaços de formação policial da PMSE, as expectativas de uma forma ampla tendiam a reservar às mulheres um desempenho físico “menor”, assim como uma coragem “vacilante” frente aos desafios apresentados, de modo que o desempenho melhor de algumas mulheres era quase sempre seguido pelas expressões de surpresa dos superiores e de cobranças endereçadas ao público masculino, visto que “se elas conseguiram...” ou “até mesmo elas fizeram...” (SOUZA, 2009, p.13)

No militarismo, o público e o privado estão irremediavelmente entrelaçados, assim como o pessoal e o institucional, principalmente quando atreladas à matriz heterossexual reguladora. Desde a entrada e a investigação da “idoneidade” dos ingressantes (pelas Seções de Inteligência locais, como as B2), até as prescrições normativas de informe institucional sobre a vida privada. Uma cadete BM relata como foi repreendida pelo Chefe de Curso⁶⁰ por

⁶⁰ Simbolicamente o “pai da turma”, ou seja, o militar do setor de ensino designado a se responsabilizar pelo desempenho da turma, monitorando e acompanhando os ingressantes durante toda a formação.

não ter “informado” à instituição que havia terminado um relacionamento com um civil e supostamente iniciado um novo relacionamento com outro militar da mesma turma. A intervenção não foi realizada com o outro militar (masculino) envolvido na suposta relação.

O “teatro” dos cursos de formação, como se referem nossos interlocutores, constroem uma paisagem de organização, domínio do corpo e distinção moral que serão, em alguma medida, desfiguradas na solidez do cotidiano. Diretrizes que continuarão a orientar o ordenamento institucional e, em alguma medida, moldarão o olhar dos combatentes sobre o mundo, no entanto as observações em campo apontam também a complexidade identitária resultante desse processo. A superação das provas físicas e psicológicas gera uma nova carne, supostamente uma outra moral, um outro lugar social de reconhecimento, resultando numa diferenciação do cidadão civil. A farda, no entanto, não cega as limitações do sistema. Quem “compra” o militarismo por inteiro? Quais negociações serão demandadas?

Outras ações de resistência, todavia, são desenvolvidas durante esse processo. Mulheres militares relataram como, em alguns momentos, utilizam em seu favor o despreparo e desconforto dos masculinos para questões que julgam “de mulher” (menstruação, TPM, dinâmicas conjugais...). Uma cadete BM entrevistada relata que, em uma ocasião, atrasou poucos minutos para se juntar à tropa formada. O responsável do dia a repreendeu publicamente, tendo como resposta, também pública, “*Eu estava trocando meu absorvente interno, Senhor*”, para total constrangimento do mesmo frente à naturalidade de sua defesa. Outra, ao ser repreendida pelo descumprimento de um rito militar, desatou a falar sobre o seu relacionamento conjugal com outra mulher, para o desespero do superior que a dispensou rapidamente.

É importante destacar que, ao longo dos anos, os alunos recém-admitidos em instituições militares passaram a perceber o Ministério Público e outros órgãos civis de regulação sobre as instituições militares como um auxiliar de vigilância das dinâmicas de formação militares. É frequente, na fala dos entrevistados, relatos de denúncias, por exemplo, de carga horária excessiva e trotes violentos, ou mudanças resultantes dessas denúncias e dos debates sobre direitos civis nos cotidianos das Academias (por exemplo, o respeito à linha hierárquica para a designação de tarefas aos alunos, o controle sobre as ordens absurdas como flexões, e mesmo a recente mudança na cor dos alvos de treinamento de tiro, antes todos pretos). No entanto, parece que ainda não é possível entender como possíveis denúncias aquelas dinâmicas que envolvem abusos no campo do gênero e da sexualidade. Nesse

contexto, inúmeros casos de assédio, perseguições e comportamentos abusivos ainda não são denunciados.

Muitos interlocutores relataram um caso emblemático dessa relação de violação envolvendo relações de gênero e sexualidade. A história de uma Tenente BM que engravidou durante o seu período de formação e foi alvo de inúmeras situações vexatórias. Em conversa com a militar, soube como a sua condição de grávida e solteira teria agravado sua posição de vulnerabilidade como aluna, tornando-a alvo de comentário violentos de colegas e instrutores como “*quantas bombadas foram necessárias para encher essa jabulani*”⁶¹?. A militar chegou a ser assediada por outro aluno, e formalizou uma denúncia contra o mesmo, que penalizado administrativamente estimulou a ira dos colegas contra a denunciante, que o estaria prejudicando por motivo fútil. A militar, que teve momentaneamente a formação (CFO) interrompida pela gravidez, sendo designada a atividades administrativas, era constantemente repreendida e constrangida em frente a subordinados, em uma prática que fere inclusive os preceitos institucionais.

O caso revela a política sexual militar que criminaliza o exercício sexual da mulher, ainda mais fora dos pilares moralizadores do casamento: rompe com a cultura institucional quando engravida de um combatente fora do seu círculo hierárquico (pertencente ao círculo de praças); prioriza a vida privada em detrimento da carreira profissional (engravidando durante um curso de formação). Nesses termos, mostra a banalização do assédio e a política sexual que promove o assediador e não a vítima. E ainda a flexibilização da norma militar, quando esta promove a norma de gênero.

As possibilidades de resistência serão emolduradas em consonância com o lugar na hierarquia militar e na hierarquia de gênero em que está situado o sujeito. Porém mudanças normativas quanto aos instrumentos legais de supervisão e controle desses corpos também impactarão nos repertórios de enfrentamento que se farão possíveis, distinguindo-se as vivências do bombeiro ao longo dos estados no Brasil. A maior ou menor proximidade com uma instituição policial militar também oferece as cores das consequências às ações de contestação que se tentarão desenhar.

⁶¹ Essa gestação se deu durante uma das Copas do Mundo de Futebol, e a referência à bola (jabulani) era usada para indicar sua barriga.

4.2 A história e a norma

A fim de entender de que maneira o militarismo passou a constituir a estrutura institucional das instituições estaduais e a orientar seus regimes de atuação, neste capítulo será retomado, de forma resumida, o percurso histórico de criação do CBM e brevemente da PM, no estado, em relação às políticas governamentais de segurança pública, destacando como esse processo deixou de herança as normativas que regulamentam a atuação desses profissionais hoje. Nesse contexto, será visto adiante em que medida esse regime orienta o processo exaustivo e intensivo de tornar-se militar e trabalhar, para nossos interlocutores. A tessitura dessa trama é importante para compreender em que contexto as experiências de trânsito de João e Francisco se darão, e em que medida esse processo identitário que marca corpo e mente atravessa suas experiências trans.

A história da criação e consolidação das instituições de segurança pública ajudam a compreender seus regimes de funcionamento e trazem pistas para pensar sobre suas formas contemporâneas de atuação. Revelam também as gestões estaduais e nacionais de controle social.

O texto constitucional de 1988 (§ 5 do artigo 144) atribui às polícias militares estaduais as atividades de policiamento ostensivo e a preservação da ordem pública, e aos corpos de bombeiros militares a execução de atividades de defesa civil – funções que podem ser entendidas como civis, uma vez que estão voltadas para a defesa da sociedade e do cidadão. Na mesma Constituição de 1988, todavia, forças policiais e corpos de bombeiros militares estaduais serão designados forças auxiliares e reservas do exército (§ 6 do artigo 144), associando-os às Forças Armadas, historicamente responsáveis pela defesa da “soberania e integridade nacionais”. Karam (2015) e outros estudiosos do tema apontam a necessidade de repensar não somente essa vinculação, mas a “militarização ideológica” que rege a segurança pública nacionalmente e tem forte apoio popular.

As atuações genocidas e abusivas das polícias militares e civis vêm sendo denunciadas em pesquisas e reportagens nacional e internacionalmente ⁶². O debate sobre a

desmilitarização das corporações policiais está nas reivindicações civis coletivas, nas pesquisas acadêmicas e inclusive entre alguns agrupamentos militares⁶³. Algumas representações constroem o sistema militar como capaz de blindar seus sujeitos e instituições dos corrompimentos possíveis no servidorismo público, porém o fato de o próprio militarismo ser colocado em questão pela comunidade que lhe é externa ou interna põe em evidência a suspeita de que essa blindagem talvez seja insuficiente. Posto em berlinda, é preciso entender de que forma o militarismo tem orientado as instituições de segurança em “tempos de paz”. Que consequências se têm para o serviço prestado? E para os trabalhadores? Que tipo de trabalho tem sido autorizado pelo Estado?

Sgt BM Quitéria brinca que, “se nós aprendemos a ‘bater na polícia’ e ela a se defender, produzindo internamente seus pensadores, o CBM nem alcançou *status* de visibilidade para entrar no controle social. As reportagens continuam a louvar a atuação dos combatentes após contabilizar perda total nas ocorrências”. A imagem heroica e de grande aprovação social (CHADUD, 2014) é acionada tanto pela população em geral quanto pelos servidores quando questionados sobre a escolha da profissão:

o heroísmo associado à imagem do Bombeiro Militar representou uma parte significativa de suas motivações na busca dessa carreira: a nobreza da função corresponde a 14,3% desses motivos e a possibilidade de ajudar a comunidade a 10,9%. (SENASP, 2013, p. 33)

João teria prestado concurso para o posto de soldado no CBM porque seu pai o inscrevera, por volta dos 18 anos. Apesar de admirar a corporação desde criança, para ele o CBM funcionava como os paramédicos nos EUA, não havia de sua parte ciência do caráter militar da instituição quando concordara em se submeter às provas.

Parte de nossos entrevistados faz menção a esse imaginário de heroísmo e excelência física oriundos da atividade de bombeiro e do regime militar como um fator motivador da escolha profissional. E observam também como ele será relativizado, em parte desconstruído, ao longo da profissão. Em grande medida, são as motivações relacionadas ao quesito financeiro o principal fator de escolha. Estamos em contato com uma geração de bombeiros militar que usufruem da valorização salarial da segurança pública, em Minas Gerais, conquistada no final da década de 1990, conforme será visto adiante.

⁶³ Por exemplo: <http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2014/07/30/um-terco-dos-policiais-brasileiros-pensa-em-deixar-corporacao-diz-pesquisa.htm>

As pesquisas⁶⁴ citadas anteriormente, realizadas por Prado et al. (2013) e Minayo et al. (2016), apontaram a necessidade de maior investigação das dinâmicas e concepções institucionais sobre gênero e sexualidade que influenciavam tanto o atendimento à população LGBTQIA+ como a vida profissional de militares gays e lésbicas. Em ambas, os CBM não foram incluídos. Não havia uma justificativa plausível do órgão financiador para o questionamento dessa ausência, nem pesquisa equivalente que os considerasse. Obviamente não se pode comparar o poder de ostensividade que a PM possui em relação ao efetivo do CBM⁶⁵ nem igualar a natureza de atuação das corporações (para no imaginário social a equivalência: polícia/problema *versus* bombeiros/ajuda). No entanto, essa suposta invisibilidade permite que dinâmicas de violações se perpetuem, sejam elas contra a população atendida, em especial aquelas historicamente em situação de vulnerabilidade, seja em relação aos trabalhadores que a compõem ou mesmo ao uso de recursos e efetividade das políticas.

Nessa lógica, voltar a atenção para a qualidade da atuação, para possíveis falhas institucionais e também para os processos de formações militares estabelecidos⁶⁶ revela um panorama mais complexo sobre a segurança pública e o exercício dos direitos humanos para trabalhadores militares, conforme será visto a seguir:

Em 2011, o Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais comemorou seu centenário. Em função da comemoração dessa data, foram iniciadas pesquisas para organização e registro oficial da história de criação da corporação que culminou na publicação de um livro institucional⁶⁷. As informações históricas coletadas para esta tese são oriundas principalmente deste livro, mas também de outras publicações sobre a Polícia Militar no estado, segurança pública, além de entrevistas com militares responsáveis pela pesquisa e publicação do CBM, o que proporcionou informações e reflexões adicionais àquelas oficialmente divulgadas revelando inclusive epistemologias que silenciam narrativas no registro das histórias oficiais.

Em 1911, autoriza-se em lei⁶⁸ a criação do Corpo de Bombeiros (CB) em Minas Gerais, prevendo utilização de efetivo da chamada Guarda Civil, órgão de âmbito estadual responsável, na época, pelo policiamento ostensivo e condução de investigações policiais. Em

⁶⁴ Pesquisas “Segurança Pública e População LGBT”, realizada entre 2013-2014, numa parceria entre NUH/UFMG e o Instituto DH, sob o financiamento da SENASP

⁶⁵ O CBM está presente em menos de 10% dos municípios do estado, segundo dados do Plano de Comando 2015 – 2026, do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais.

⁶⁶ Sobre a atuação e formação das polícias militares, existe uma vasta e significativa literatura.

⁶⁷ “Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais: cem anos de história e reflexão”.

⁶⁸ Lei 557, de 31 de agosto de 1911 (Minas Gerais)

1913, porém, inaugura-se definitivamente o serviço de bombeiros com efetivo oriundo da Força Pública, instituição militar que à época atuava aos moldes de um exército estadual, coerente com o caráter federalista da Primeira República brasileira. A vinculação do CB à Força Pública se dá então não somente pela origem do efetivo, mas como parte do organograma da mesma.

Em 1934, a corporação ganha autonomia da Força Pública, porém herdando o caráter militar de seu efetivo assim como de seus comandantes em exercício. Em 1939, o governo ditatorial de Getúlio Vargas, após sucessivas medidas de empoderamento da gestão federal (em detrimento das estaduais), estabelece que as Forças Públicas passem a se denominar Forças Policiais, culminando, em 1946, na nossa conhecida Polícia Militar (COTTA, 2006). Em Minas Gerais, a PM gradualmente passa a atuar também no policiamento ostensivo. Primeiro, em colaboração à Guarda Civil, para depois assumir todo o imaginário social e investimentos públicos acerca daquela atividade, processo cultural confirmado em legislações posteriores.

Anos depois, no esteio das políticas públicas de segurança, o então chamado Corpo de Bombeiros de Minas Gerais atua junto às forças militares estaduais e nacionais na efetivação do Golpe de Estado em 1964. Com o novo regime ditatorial, se estabelece uma gestão monopolicial dos órgãos de segurança em toda a nação e incorporam-se às Polícias Militares órgãos como o Departamento de Trânsito e os Corpos de Bombeiros (COTTA, 2006). Nessa gestão federal, a Guarda Civil é extinta, e a nova Polícia Civil assume majoritariamente seu caráter investigativo.

Essa integração subordinada do CB em relação à PM oficialmente só terá fim no estado em 1999, como parte dos desdobramentos da Greve de 1997⁶⁹. Com a recusa do Comandante PM de anistiar e reintegrar os policiais grevistas expulsos (182 militares, do corpo das

⁶⁹ Em 1997, fica conhecida nacionalmente a primeira greve das polícias e bombeiros militares no Brasil. Em Minas Gerais, policiais e bombeiros do corpo das praças reivindicavam principalmente: aumento salarial (concedido anteriormente apenas aos oficiais pelo governador Eduardo Azeredo/PSDB) e revisão do regulamento disciplinar – RDPM, legislação elaborada como um espelho daquela que rege os Exércitos nacionais. Como resultado tem-se: a execução pública de um dos militares grevistas, Cabo Valério, com um tiro na cabeça, 182 militares expulsos da PM e, anos após, reincorporados pelo agora independente CBM (após anistia concedida em lei); inicia-se um processo de valorização salarial dos militares estaduais (praças e oficiais), além da adoção do Código de Ética e Disciplina dos Militares de Minas Gerais, substituindo o RDPM no estado. A Associação de Praças (ASPRA-PM/BM) refere-se à mesma como “Movimento Cívico dos Praças de 1997”, numa aparente tentativa de legitimar historicamente a iniciativa das praças que conquistaram mudanças fundamentais para todos os militares mineiros. A evitação do termo greve pode estar relacionado ao fato de que aos militares está vedado o direito de greve/motim, no código penal militar e na Constituição Federal. Em outro âmbito, foi neste mesmo ano de 1997 que a Resolução 1.482/97 do CFM regulamentava as cirurgias de mudança de sexo nos Hospitais públicos do país.

praças), oficiais lotados em frações de Bombeiros negociam com o então governador Itamar Franco a reincorporação desses militares em troca da autonomia da instituição.

O agora Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais renasce como órgão autônomo no seio da Secretaria de Segurança Pública, sob a égide de uma conquista singular para os trabalhadores militares. A Greve de 1997 tem como um dos resultados a inédita substituição do Regulamento Disciplinar – RDPM pelo Código de Ética e Disciplina dos Militares Estaduais de Minas Gerais (Lei 14.310/2002), inédito na regência de instituições militares no Brasil e em sua forma de elaboração, uma vez que contou com a consulta das entidades de classe (praças), e não somente oficiais e o comando geral, como dita os ritos hierárquicos. Essa conquista tem vieses importantes para nossas análises, uma vez que incidem de forma concreta na gestão institucional e possibilidade de ação/reação do trabalhador militar⁷⁰. A substituição do RDPM pelo Código de Ética é levada pelos militares mineiros a outros estados do país como alternativa à desmilitarização, como solução para o fim dos maus tratos na caserna. É importante observar, contudo, que sua implantação em Minas Gerais não garantiu por inteiro a extinção de algumas práticas punitivas, que nessa nova formatação se mantêm assentadas na cultura, tensionando até que se rompam pressupostos do direito administrativo.

Também desenha o campo das ações/reações possíveis à desvinculação do CBM em relação à PM em si. Em muitos dos estados brasileiros, as emancipações dos CBM ocorrerão após o processo de redemocratização. Apesar desse processo, estados como São Paulo e Paraná manterão seus CBM vinculados ao organograma da PM. No I Encontro Nacional de Bombeiros, relatos de mulheres militares apontavam a possibilidade de ser transferida de uma unidade bombeiro militar para unidades policiais militares como forma de punição existente naquele contexto. E então, sujeitos que sempre tiveram a atividade bombeiro militar como carreira passariam a ter de exercer o policiamento ostensivo compulsoriamente.

Interessante destacar que o conteúdo relativo à Greve de 1997 não figura no texto do livro institucional do CBM, apesar de seu atrelamento causal à conquista da autonomia institucional. Mesmo a entrada de mulheres na corporação é apenas mencionada, sem detalhamento sobre os processos acionados em torno dessa inclusão.

⁷⁰ É preciso frisar que a substituição do RDPM pelo Código de Ética torna Minas Gerais a exceção normativa. Estados como Rio de Janeiro e Pernambuco, por exemplo, ainda têm as condutas de seus militares prescritas pelo RDPM. Dentre as diversas diferenças possíveis de se elencar, faz-se menção ao fim das prisões disciplinares. Sob a regência do Código de Ética, não há privação de liberdade por motivo de transgressões administrativas. Nada se altera, todavia, no âmbito do direito penal militar.

A composição desse cenário ajuda a compreender minimamente a relação entre Exército, Polícias Militares e Corpo de Bombeiros em relação aos regimes institucionais. Em minha percepção, há um equívoco em pensar que o CBM seria “menos militar” do que as outras instituições. Em função das formas de atuação, observa-se a construção de identidades institucionais distintas, porém marcadas por essa história, pelo regime de gestão (militar) e pelo organograma da Segurança Pública no estado.

Historicamente a gestão nacional da segurança pública hierarquizou o poder político, a dotação orçamentária e conseqüentemente o número do efetivo entre as instituições. Todas são regidas pelos Regulamentos Disciplinares Militares ou documentos derivados deste, como o Código de Ética e Disciplina Militar que regem PM e CBM em Minas Gerais. A PM como instituição mais antiga, de maior efetivo e orçamento e maior poder político parece estabelecer no estado uma relação colonizadora em relação às outras instituições. É ela quem dita a gramática da segurança pública no estado, seja pelo poder de sua atuação seja por sua presença e influência na gestão política estadual. Essa centralidade e disparidade nos informa o projeto de sociedade delineado pelos governos e suas políticas, escancaradas também na disparidade de investimentos (número de efetivo, aparato logístico, capilaridade no estado, orçamento anual, etc.) entre as instituições de segurança pública no estado. Contudo, também tem efeitos nas identidades profissionais e nas relações estabelecidas entre as instituições militares. Comentando acerca do momento histórico em que, durante a ditadura militar, o CBM retorna ao seio do organograma policial, Marçal e Vasconcelos (2018, no prelo) desenham algumas das conseqüências da relação entre as instituições.

O Corpo de Bombeiros de Minas Gerais que vivera consideráveis 30 anos se reinventando e se aperfeiçoando enquanto instituição, se veria novamente mesclado a um órgão policial. Desse período, apesar de alguns ganhos, como a instalação de unidades do Corpo de Bombeiros em mais municípios mineiros nas décadas de 70, 80 e 90, tem-se como herança o ofuscamento da identidade bombeiro militar. A confusão identitária do bombeiro policial. Durante anos, foi bastante a narrativa da história da Polícia Militar em detrimento da história do Corpo de Bombeiros (p. 5).

A presença em campo e as entrevistas corroboram uma percepção comum entre alguns militares do CBM, de que são os “primos feios” da PM. Tal percepção e sentimento revelam também a marcada deferência que muitos ainda têm pela “gloriosa”⁷¹. Interessante pensar que essa representação depreciada da própria identidade profissional ocorre a despeito da forte imagem de heroísmo atrelada aos bombeiros militares no imaginário social. As entrevistadas militares que foram alunas do Colégio Tiradentes da Polícia Militar de Minas Gerais (sob a

⁷¹ Adjetivo utilizado entre policiais e bombeiros para fazer referência à PMMG, alusão a jargões comuns na Academia de Polícia Militar como “gloriosa e bicentenária PMMG”.

coordenação da PMMG) lembram como filhos de bombeiros eram discriminados entre os alunos. As associações de classe que deveriam representar as duas instituições têm organogramas e projetos em que a PM é foco e público majoritário. O debate interno sobre os benefícios e perdas de uma possível reintegração do CBM à PM ainda é recorrente nos quartéis de bombeiros. Durante os anos em campo, sempre me pareceu que aqueles militares BM designados para compor o Gabinete Militar, órgão de assessoria direta ao governador do estado, eram aqueles que sabiam respeitar e não questionar essa hierarquia entre as instituições. A regência militar do campo da segurança pública pode ser percebida em alguns comportamentos (nomeados pela Cb BM Angélica como ‘wanna be polícia’) de alguns dos profissionais bombeiros: uso excessivo da força nas situações em que se deparam com a necessidade de mediar uma ocorrência conflituosa. Dessas situações, podem-se citar como exemplo: em ônibus onde passageiros se recusam a pagar passagem⁷², em conflitos entre travestis e possíveis clientes⁷³, eventuais suspeitas de uso de entorpecentes nas vias urbanas⁷⁴.

Em 2014, quando pesquisas e reportagens apontavam cerca de 70% de adesão de militares na pauta da desmilitarização, militares mineiros que ocupavam cargos políticos (vereadores, deputados estaduais e federais) iniciaram uma jornada pelas instituições militares de todos os estados do país. Nessa cruzada, observaram que um dos principais motivos de tamanha adesão significava uma demanda expressa de melhoria de condições trabalhistas e direitos humanos para os servidores em relação às dinâmicas hierárquicas e restritivas do regime militar. A literatura aponta principalmente as subordinações resultantes da dupla entrada, da diferença salarial praças *versus* oficiais e a corrupção como fatores de descontentamento interno. (KUCINSK et al., 2015)

Diante disso, esses atores políticos argumentaram com as tropas de outros estados que a saída mais interessante para a classe era a adoção de um Código de Ética, em substituição aos Regulamentos Disciplinares, como ocorreu em Minas Gerais. Nesse sentido, seria possível estabelecer normativas mais democráticas de gestão institucional, atendendo, em alguma medida, às suas reivindicações, sem colocar em risco benefícios que somente os servidores

⁷² Um dos batalhões do CBM é situado em avenida ampla e de intenso fluxo na cidade. Dada a localização, é comum que ônibus coletivos urbanos adentrem ao quartel evocando a intervenção de bombeiros diante de quaisquer problemas com seus passageiros.

⁷³ Outro batalhão se situa próximo a ponto de prostituição de mulheres travestis. Com isso, é frequente que carros se aproximem da Prontidão de Incêndio com homens acusando as travestis de roubo e, do outro lado, travestis acusando homens quanto ao não pagamento do programa

⁷⁴ Diferentemente dos exemplos de situação conflituosa elencados anteriormente, as intervenções de bombeiros ante a possibilidade de uso de drogas ilícitas em vias urbanas não ocorre por convite ou chamado, mas de iniciativa do militar.

públicos militares possuem em melhores condições, como: salários, previdência e assistência à saúde⁷⁵, por exemplo. O militarismo é marcado pela crueza do trato, mas também por prestígio e reconhecimento social. Internamente, desmilitarizar não significa somente mudar o regime institucional, parece haver a percepção de um rebaixamento ao serviço público comum, de menor escalão no estado (civis)⁷⁶.

Sem negar os ganhos substanciais que a mudança na legislação acarretou para o trabalhador militar, conforme será visto adiante, parece necessário pontuar algumas nuances dessa argumentação. O caráter reformista dessa proposta não dialoga com muitas questões pertinentes tanto às dinâmicas internas quanto externamente no plano da gestão estadual. Ela invisibiliza, por exemplo, a manutenção da violência hierárquica entre praças e oficiais, expressa na substancial diferença salarial e plano de carreira além do assédio moral institucionalizado, em condições precárias de trabalho, por exemplo. Externamente ela retira da discussão a possibilidade de observar os desiguais investimentos em educação e segurança pública em Minas Gerais, quando equiparam-se vencimentos e planos de carreira de profissionais estaduais de segurança (PM, BM, Agentes) e de educação (professores, diretores), por exemplo.

Voltando ao nosso campo de análise, a mudança na legislação que rege os servidores militares de MG se destaca em três pontos principais, que modificam determinantemente o reconhecimento do militar enquanto um cidadão de direitos. Ela elimina a pena de prisão para punições referentes à falta disciplinar⁷⁷ e reconhece o seu direito a um processo legal, com ampla defesa e exercício do contraditório. Estabelece ainda que a denúncia seja analisada e julgada por um conselho local (Conselho de Ética e Disciplina Militares da Unidade - CEDMU)⁷⁸, composto também por um representante de mesmo ciclo - posto ou graduação

⁷⁵ Diferentemente dos servidores públicos civis do estado, em Minas Gerais militares gozam de um sistema previdenciário no qual os vencimentos da reserva/aposentadoria são pareados ao dos servidores da ativa. No campo da saúde, não são atendidos pelo sobrecarregado e precário sistema público do estado (IPSEMG), e sim por uma rede própria, gerenciada e executada por militares. Por outro lado, militares não possuem os mesmos direitos trabalhistas de servidores civis. Nos últimos anos da pesquisa, esteve em forte debate nacional a inclusão de militares nas recentes reformas previdenciárias, colocando em risco essa situação. O que levou muitos deles às ruas, vestidos à paisana como forma de pressão aos governos. Ironicamente, são essas mesmas forças policiais que foram acionadas pelo estado para conter, de forma agressiva, os manifestantes e grevistas civis.

⁷⁷ Falta disciplinar designa quaisquer comportamentos previstos no Código Disciplinar (ou RDPM antigamente) e são referentes ao Direito Administrativo. Crime militar são aqueles previstos no Código Penal Militar, referentes ao Direito Penal Militar.

⁷⁸ Decreto 42.843, de 16 de agosto de 2002: Regulamenta o Conselho de Ética e Disciplina Militares da Unidade - CEDEMU, de que trata a Lei nº 14.310, de 19 de junho de 2002, que dispõe sobre o Código de Ética e Disciplina dos Militares do Estado de Minas Gerais - CEDM e dá outras providências.

(diferentemente dos tribunais militares, que só possuem oficiais em sua composição e julgam praças e oficiais) e estabeleçam um parecer após a conclusão das investigações, que orientará o veredito do comando geral.

Decreto 42.843 de 16 de agosto de 2002

Art. 38:

§ 2º - A designação para atuar como membro do CEDMU constitui um encargo a ser cometido pelo Comandante da Unidade, o qual, na composição do Conselho, deverá pugnar por uma participação democrática e legítima de oficiais e praças, inclusive do mesmo ciclo, porém mais antigos.

Ou seja, antes sob a vigência do RDPM, qualquer superior hierárquico podia decretar a prisão de um subordinado, verbalmente, de acordo com o seu julgamento, sem necessidade de fundamentação registrada e avaliada e sem direito à defesa do acusado. É necessário pontuar que a legislação prescreve ao oficialato um pressuposto de infalibilidade, que a despeito da mudança da legislação ainda reserva aos subordinados a exposição constante ao assédio moral.

Podemos ter uma ideia de como essa situação se materializava pelo relato de dois oficiais. Um Tenente BM reformado me relatou ter sido preso no quartel, quando ainda era soldado, porque o oficial do dia avaliou que o vinco da calça de seu fardamento não estava marcado devidamente. Outra Tenente, pertencente às primeiras turmas de mulheres da corporação, relata como foi presa por cumprimentar com um beijo no rosto (cumprimento comum no estado), um conhecido de infância que passava pelo pátio do quartel. Nesse contexto, supostas transgressões disciplinares⁷⁹ são punidas com restrição de liberdade/prisão sem direito à defesa, por qualquer militar hierarquicamente superior. Tal regulamentação estabelecia em normativas oficiais a possibilidade de ingerências motivadas pelas mais diversas ordens (pessoais, morais, raciais, sexuais ou clássico abuso de poder) nas quais a sua localização na cadeia hierárquica deixava-o mais ou menos alvo, certo, de punições e abusos.

Esse ponto marca uma diferença significativa entre nossos interlocutores João e Francisco, militares em Minas Gerais, e Sérgio, da PM de outro estado, no qual o RDPM rege a corporação. Segundo relato da psicóloga que o atende no ambulatório, atualmente Sérgio vem sofrendo diversas prisões disciplinares. A punição tem sido executada por seus superiores à medida que ele contesta ou denuncia perseguições, escalas ou ordens avaliadas por ele como abusivas. Possivelmente, as militares transexuais pertencentes às Forças Armadas, com

⁷⁹ Por exemplo, aquela prevista no Inciso III, artigo 15 do Código de Ética.

legislações próximas aos RDPM, podem ter sido vítimas de violações similares.

A mudança oferecida pela transição do RDPM para o Código de Ética e Disciplina Militar (CEDM) oferece ainda melhores limites à possibilidade de regulamentação do quartel sobre a vida pessoal dos militares. Diversos tipos disciplinares anteriormente previstos no RDPM desaparecem do CEDM, como a proibição em “contrair dívida ou assumir compromissos superiores às suas possibilidades, comprometendo os seus vencimentos e o nome da classe” (inciso 35, artigo 13, Decreto 23.085, de 10 de outubro de 1983)⁸⁰. Cabe nota ainda a obrigatoriedade de “garantir ou contribuir para a assistência moral e material do lar e se conduzir de maneira modelar na vida familiar” (inciso XV, artigo 10). A inadimplência de pensão alimentícia poderia ser punida com prisão administrativa na normativa anterior.

No entanto, seria ilusório pressupor que as fronteiras entre público e privado estão agora garantidas com o CEDM. A nova normativa manteve alguns tipos disciplinares em que as duas instâncias se interferem. Percebe-se que alguns conceitos como o “decoro da classe” são manipulados como forma de manter a submissão da vida pessoal ao crivo moral das instituições. Assim, caberá também à política sexual vigente a distinção entre os comportamentos aceitáveis e os inadmissíveis, estando intrinsecamente interligada à definição do fato escandaloso a pergunta sobre *quem* transgride.

Lei 14.310 de 19 de junho de 2002

Art. 13 – São transgressões disciplinares de natureza grave:

III - faltar, publicamente, com o decore pessoal, dando causa a grave escândalo que comprometa a honra pessoal e o decore da classe;

A ASPRA-PM/BM⁸¹, em texto de abertura do caderno que contém o Código de Ética, avalia que a nova legislação auxilia na equiparação dos ritos de punição e recompensas para praças e oficiais. Para entender essa afirmação, é necessário conjugar o prescrito com o real, as normativas com as relações do cotidiano. No texto da lei, algumas punições são agravadas caso o culpado integre o corpo de oficiais. No entanto, os relatos dos entrevistados, as observações em campo e as notícias da mídia evidenciam que grande parte das punições exemplares é reservada às praças (base da hierarquia) ou àqueles considerados ilegítimos (*a*

⁸⁰ Aprova o regulamento Disciplinar da Polícia Militar de Estado de Minas Gerais.

⁸¹ ASPRA-PM/BM – Associação de Praças da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar, CSCS – Centro Social de Cabos e Soldados – e o AO-PM/BM – Associação de Oficiais da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar, assim como o CO-PM – Clube de Oficiais são instituições equivalentes aos sindicatos, caso esses fossem permitidos aos militares. São legalmente diferentes, porém deveriam cumprir função social similar.

priori) ao oficialato (mulheres, homossexuais, etc.). Em ambos os casos, é necessário conjugar outros marcadores (além dos postos e graduações) para entender seu funcionamento. Formas de gestão e especificidades da instituição de segurança serão também parte das decisões.

Acerca desse caráter punitivista, são recorrentes nas entrevistas casos em que se revela grande poder discricionário exercido no cotidiano institucional na definição da transgressão que será denunciada ou não, das ações que serão passíveis de exame sob o ponto de vista disciplinar e das ações em que a supervisão não se exercerá. O soldado na sentinela é monitorado para que não escore em pilares durante o turno de vigília, ao passo que o Comandante da Guarda⁸² não é questionado pela sua desatenção ao serviço. Trata-se da perda do “a postos”,⁸³ que só é levada ao nível da transgressão quando é praticada pelo militar mais moderno da guarnição.

Nesse sentido, diz-se que a máxima do militarismo é a supervisão e o controle. O que os exemplos trazidos pelas entrevistas evidenciam é a pergunta: “coordenação e controle de quem?”.

Nessa perspectiva, pode-se continuar indagando: “Coordenação e controle *do quê?*”. Percebe-se, na fala dos entrevistados, que os ritos apuratórios assumem rigor maior nas questões que envolvem patrimônio do estado quando comparadas a ações e empregos de técnicas que revelam baixa qualidade nas ações de resgate de pessoas. Assim, acidentes de viatura e extravio de materiais seriam objeto de controle mais frequente do que a qualidade na prestação de serviço em si.

Nacionalmente, o debate sobre o fim das prisões disciplinares é tema polêmico entre sujeitos e entidades no campo dos Direitos Humanos. Projetos de Lei que propõem acabar com a prisão disciplinar para policiais em exercício, por exemplo, são fortemente combatidos visto que podem ser entendidos como uma diminuição do controle social sobre a atuação desses profissionais. Esse receio está relacionado a uma descrença na punição somente em âmbito penal, já que os tribunais militares são conhecidos por seu caráter corporativista. Logo a manutenção desse mecanismo em âmbito administrativo seria de grande importância.

⁸² As unidades de bombeiro têm estruturado o chamado serviço de guarda do quartel. Em algumas unidades, esse serviço é composto pelas Sentinelas que trabalham em revezamento e também pelo Comandante da Guarda, que deve estar de prontidão para apoio às sentinelas ante qualquer intercorrência que ameace a segurança do quartel.

⁸³ O termo “A postos” é definido na Instrução Técnica Operacional 01 (2015) e refere-se ao tempo máximo aceito entre o momento em que se toca o alarme sonoro de emergência e a chegada do bombeiro na viatura na qual fará o atendimento da ocorrência: 60 segundos.

As disputas pelas formas de regulação e controle, tanto interno quanto externo, indicam a forte incidência política de militares. Em 2015, por ocasião de votação de projeto de lei federal de criminalização da homofobia, a assessoria parlamentar do gabinete do comandante do Exército assinou nota técnica contrária à regulamentação, alegando que a mesma surtiria “efeitos negativos”⁸⁴ para as Forças Armadas. Recentemente, com a efetivação da intervenção militar no RJ, o Coronel Vilas Bôas, comandante do Exército, em manifestação pública, pediu ao governo garantias de atuação sem que houvesse futuramente “uma nova comissão da verdade”.

Neste estado, se as punições de prisão estão extintas para transgressões disciplinares, outras formas de penalização parecem manter nítidas as fronteiras hierárquicas estabelecidas. Transferências compulsórias (precariamente justificadas, como a genérica “necessidade de serviço”), perda de funções, comunicações disciplinares, atraso na promoção⁸⁵ configuram formas de regulação e controle institucionais mencionados por nossos entrevistados.

a existência do processo disciplinar está vinculada a um conjunto de instrumentos disciplinadores – a vigilância, o exame e a punição. A vigilância é exercida por todos. Os olhares dos agentes institucionais compõem o olhar da instituição que controla a ordem e produz poder. Todos são responsáveis pelo controle do comportamento dos agentes, porém a aplicação das punições é um poder que pertence aos agentes nomeados pela instituição para exercê-lo. O exame “é um controle normalizante, uma vigilância que permite qualificar, classificar e punir”. No exame, o poder da escrita descreve, qualifica, compara, julga e pune, afirmando a diferença e a norma. (SCHACTAE, 2015, n.p)

O campo normativo prevê três formas de comunicação administrativa de transgressões que vão desenhar as possibilidades de ação e reação dos militares. A Comunicação Disciplinar (1), acionada quando um superior informa transgressões de um subordinado, relativa a qualquer ato que pareça irregular. Aos subordinados, a previsão de informar uma ofensa pessoal do superior se dá via Queixa Disciplinar (2), e via Relatório Reservado (3) – RR, quando o subordinado informa qualquer comportamento irregular de um superior.

Ainda que exista a possibilidade de denúncia de alguma relação irregular entre

⁸⁴ “Ao se opor à criminalização da homofobia, o Exército brasileiro reabre debate sobre discriminação nas Forças Armadas”, disponível em: <http://operamundi.uol.com.br/conteudo/samuel/39164/ao+se+opor+a+criminalizacao+da+homofobia+exercito+b+rasileiro+reabre+debate+sobre+discriminacao+nas+forcas+armadas.shtml>

⁸⁵ De forma geral, a legislação estabelece tempo mínimo (pode ser) e máximo (deve ser) para a promoção, e nesse intervalo os candidatos, divididos em grupos, são também avaliados por antiguidade e merecimento. No campo do “merecimento”, regulamenta-se uma somatória de critérios que passam por notas de avaliação de desempenho institucional (resultados de provas físicas, exames, etc.), formação acadêmica, tempo de serviço e aquela de maior peso e subjetividade: o Conceito da Comissão de Promoção de Oficiais (CPO). As promoções significam aumento salarial e ascensão na hierarquia militar. – Decreto 46.298, de 19 de agosto de 2013. Contém o regulamento de promoção de praças do estado de Minas Gerais e Decreto 46.297, de 19 de agosto de 2013. Contém o regulamento de promoção de oficiais das instituições militares de Minas Gerais.

superiores e subordinados, por parte deste último, na normativa são citadas prescrições que guardam os lugares valorativos de cada um, conforme segue:

RESOLUÇÃO CONJUNTA N. 4.220, DE 28 DE JUNHO DE 2012. Cria o Manual de Processos e Procedimentos Administrativos das Instituições Militares de Minas Gerais (MAPPA), visando à proteção dos direitos dos militares e o interesse público da Administração Militar e o reconhece como Trabalho Técnico-Profissional.

Art. 63. O uso do RR não se presta para que o subordinado fiscalize o superior hierárquico, uma vez que o poder disciplinar e o dever de fiscalizar decorrem sempre do superior em relação ao subordinado. O relatório reservado deve ser utilizado nos casos da prática de condutas que afetem os Princípios da Moralidade e da Legalidade, em face da gravidade da conduta do superior (Seção IV, MAPPA, 2012).

Esse tipo de aviso, além de guardar os lugares hierárquicos, ajuda a configurar o campo de descrença da efetividade e sigilo desses recursos. Muitas situações relatadas em entrevistas e em campo nunca foram formalmente registradas. São comuns relatos de vazamento institucional de informações/denúncias sigilosas que geraram perseguições e constrangimentos para os denunciantes. Em especial, quando a isso se articulam as normativas de gênero que reservam às mulheres e às homossexualidades o lugar da histeria, do exagero e do “erro de interpretação”, avaliação essa compartilhada entre os interlocutores.

Por outro lado, esses recursos administrativos também são utilizados como forma de perseguição e discriminação a sujeitos supostamente marcados pelo gênero e pela sexualidade. Pesquisa SENASP (2015) registrou que mais de 70% dos militares entrevistados, de ambos os gêneros, se referem a um superior hierárquico como algoz, sendo que, dos poucos mais de 10% que formalizaram uma queixa, cerca de 70% não ficaram satisfeitos com a resolução. Indica ainda que 62,8 % dos respondentes deixaram de registrar queixas por não confiarem nos canais existentes.

Os regimes de controle da sexualidade ajudam a configurar o pano de fundo da gestão institucional e, orientados pela norma de gênero, estabelecem inclusive os parâmetros de avaliação de desempenho dos profissionais. Em campo, muito se comentou sobre uma Capitã PM que, no processo de debate da sua promoção, foi desconsiderada como candidata merecedora, uma vez que, supostamente, sua conduta sexual não era digna. Os avaliadores entenderam que a sua separação conjugal de um oficial militar, e posterior namoro com outro militar do ciclo das praças (ocorrido muitos anos antes, em outra cidade), a desabonava como boa profissional. Uma Tenente BM, após ter sua orientação sexual (lésbica) tornada pública em data próxima ao debate da promoção, viu seu nome ser o único a ficar de fora de uma lista

sequencial de promoção de outros 30, na qual estavam previstos vários nomes, inclusive o seu (1/3). O fato de ter sido namorada de um dos avaliadores em período anterior parece não ter contribuído na situação. Militares grávidas relataram o clima de tensão que acompanha os processos de promoção, uma vez que a gravidez é concebida nos processos avaliativos como motivador de ausências, pouca dedicação institucional, incapacidade laboral, fazendo com que fossem preteridas, ainda que sua atuação em todos os outros anos fosse exemplar.

A atuação da Comissão de Promoção de Oficiais (CPO) e o seu equivalente no círculo de praças (CPP) são *locus* de análise para o possível entrecruzamento sexo, gênero e posto/graduação no exercício das políticas institucionais por se constituírem em ocasião de julgamento das “transgressões morais”, ainda que não encontrem tipificação no código disciplinar, sem que para isso se siga o rigor dos procedimentos disciplinares. E mais uma vez, as políticas sexuais concorrerão com outros norteadores na definição de quem merece ou não ser recompensado.

4.3 Tornar-se militar e trabalhar

A cultura militar se faz na prática cotidiana, não somente na apreensão de um conjunto abstrato de valores e regras. Tanto a PM como o CBM são instituições com unidades inseridas ao longo de todo o estado, realizando atividades diversas, tanto aquelas previstas em suas legislações como aquelas que emergem na tradução das demandas civis. A influência do sistema militar, ou os contornos desse pertencimento, podem aparecer de diferentes formas para cada trabalhador, de acordo com o seu local de trabalho, a sua trajetória na instituição, além da interseccionalidade com seus marcadores sociais como idade, raça, classe, gênero e sexualidade. O engajamento de cada profissional no próprio trabalho e nos preceitos militares parece estar muito relacionado à sua avaliação institucional, mas também à sua trajetória de vida e outras inserções externas que fornecem elementos para uma reflexão sobre seu próprio pertencimento.

Os processos de diferenciação hierárquicos continuam atuando ao longo das trajetórias profissionais. A legitimidade da patente do oficialato, por exemplo, também está relacionada a como você chegou até ela, se a promoção foi por concurso externo (CFO - os que entram no militarismo para as posições de comando) ou por outro concurso interno (CHO - após uma

longa trajetória anterior como praça), o que os torna menos “puros”. Sgt BM Quitéria também observa como se constrói o lugar de inferioridade das praças na afirmação cotidiana de que “*se você é bom, se você trabalhar pensando estrategicamente você deveria ser oficial, e não praça*”. Como se não houvesse um lugar possível de reflexão e produção nesse círculo hierárquico. Francisco também observa as regulações sobre a “promiscuidade” entre círculos hierárquicos “*Tem um oficial que ele ficou agarrado muito tempo [sem ser promovido], ele era muito da praça, ele conversava com todo mundo, foi prejudicado*”. A vigilância sobre esse contato parece tentar garantir o exercício e a reprodução do regime, como se o contato pudesse revelar o caráter ficcional das diferenças tão cuidadosamente construídas pelos cursos de formação.

Alguns entrevistados observam que essa distribuição geográfica de lugares na hierarquia militar fornece avaliações diferentes para transgressões semelhantes, de acordo com o lugar (posto/graduação).

O oficial que bate na mulher ‘ele é doente vamos internar ele?’. O oficial que usa drogas ‘ele é doente, vamos internar. A praça que faz isso é vagabundo, marginal, tem que sair. (Francisco)

As entrevistas e conversas informais trouxeram elementos sobre a insatisfação em não poder prestar um bom serviço, em se ver impedido de trabalhar bem, de atender bem, em função da má gestão (falta de equipamentos, distanciamento entre as esferas de decisão e de execução, por exemplo), agravados pela rigidez da arquitetura institucional que dificulta críticas, avaliações ou decisões conjuntas. A ciência sobre diferentes atos e regimes de corrupção ativo e passivo, individual e da gestão tem sido apontado como um dos fatores que interferem sobremaneira no engajamento do trabalhador na rotina e nos preceitos militares. O que acaba desconstruindo tanto um imaginário sobre o sistema militar quanto o da própria instituição.

Francisco, ao tecer avaliações institucionais, observa como ele e muitos colegas sentem que os trabalhadores de seu círculo hierárquico (praças PM) são descartáveis para a instituição. Como se condições precárias de trabalho fossem negligenciadas pela gestão. Nessa linha, o risco iminente de morte em serviço, em especial, seria banalizado, uma vez que em breve poderiam ser substituídos no próximo concurso.

Pra polícia a gente não vale nada, a gente é totalmente descartável. Porque morre um hoje, quantos não tem no curso de formação? Não perdeu nada não. A gente só vale para os nossos familiares e amigos... ‘Ah mas tem um psicólogo que está à

disposição', mas você já chegou para conversar com o cara? Já quis saber o que está passando na vida dele?"(Francisco)

Ele não está sozinho nessa análise. A pesquisadora Jacqueline Muniz, em debates públicos como em sua participação no programa Voz Ativa (2018), alerta como PMs tendem a receber das corporações, junto com a farda, uma carta de morte, que pode acontecer em algum momento da sua atuação, no modo como as políticas de segurança têm sido executadas.

Turte-Cavadinha (2016), em sua tese sobre saúde mental de policiais militares, observa que

Existe uma guerra ao crime declarada no Brasil, e policiais se alistam quando entram para a instituição por meio de concursos públicos em busca de melhor remuneração ou estabilidade no emprego. Passam a ser parte de um exército que está disposto a matar e a morrer em função do trabalho. Ao mesmo tempo em que são trabalhadores prestando um serviço e lidam com pessoas que não compreendem a dimensão bélica e portanto não atuam de forma correspondente (p.71)

Durante a pesquisa de campo, soube de muitos suicídios entre policiais militares e bombeiros militares ao longo dos anos da pesquisa. Entrevistados relatavam esgotamento mental, tratamentos psiquiátricos, estafa. Em grande parte, as reclamações, assim como as de Francisco, estavam relacionadas a lógicas institucionais.

Em outro ano teve um mês que tivemos mais de 20 suicídios e ninguém falou nada "Eu nunca vi um comandante perguntar sobre a escala, sobre a família. Ai chega ao extremo do cara tentar fazer isso e "ah mas é um vagabundo, covarde, não tinha que estar aqui, não tem esse cuidado. O comando quer que a gente esteja na rua e a comunidade esteja satisfeita. (Francisco)

O militar elenca ainda outros fatores de estresse e adoecimento como a tensão de andar armado, do fato de ser policial e prender muita gente e nem sempre reconhecê-los, mas correr o risco de ser reconhecido. *"Eu sou militar, mas minha família não é, e eu tenho que prezar pela segurança delas também"*.

Por outro lado, os percursos institucionais vão habilitando os combatentes a gerir seu pertencimento às instituições. As estratégias experimentadas pelos bombeiros para revelar o caráter ficcional das divisões hierárquicas, ou mesmo para lidar com sua materialidade, são interessantes. Para Sgt BM Quitéria, a lógica de embate oficiais *versus* praças ainda mantém as hierarquias. Somente quando as praças deslegitimam ou desreconhecem seu lugar, é que se diminui essa distância. Sgt BM Cássio comenta como é possível colocar a divisão praças *versus* oficiais em suspeita pela ironia. Para ele, *"se você fala rindo, você consegue falar as verdades para os superiores"*. Nesse contexto, algumas estratégias como concordar para

discordar, ou implantar uma ideia (deixar que o superior pense que ele sugeriu algo que você introduziu na conversa) representam mecanismos de sobrevivência que garantem a saúde mental nos 25 ou 30 de anos de serviço.

Os diferentes momentos do trânsito de João pela instituição revelam o exercício e a negociação com muitas dessas lógicas. Segundo colegas de sua turma de soldado, e em sua própria narrativa, sua trajetória no primeiro curso de formação foi bastante conturbada em função de perseguições e embates institucionais decorrentes de lesões que dificultavam a execução das atividades de formação e poderiam comprometer a sequência dos fluxos da carreira. Sd BM Romão conta como ele e João chegaram a ser percebidos como “*filhinhos de papai que resolveram ser bombeiros*”. Essa avaliação seria decorrente também do fato de ambos entenderem que conhecer a legislação é uma forma de gerir o pertencimento às instituições. Parte-se do pressuposto de que essas leis te regulam, mas teoricamente regulam a todos. Desse modo, acaba reagindo a situações em que se sentiram prejudicados, segundo o soldado BM, inclusive com vieses de homo-lesbofobia, utilizando mecanismos formais de denúncia como relatório reservado (possíveis aos subordinados) e o acionamento do Ministério Público, ainda que não confiassem totalmente em sua efetividade. O conhecimento dos processos normativos de denúncia era uma forma de proteção contra abusos internos ou ameaças.

A pecha de uma “personalidade difícil”, que marca sua trajetória institucional para alguns colegas, explica a forma como lida com os preceitos militares e com uma leitura sobre a sua própria história. Assim, respeitar e cobrar que respeitem a coreografia das deferências (continências, pronomes de tratamento, anúncios, licenças, diferenciações hierárquicas), na sua forma de compreensão das relações, é honrar um caminho percorrido: “*Não achei minha passadeira no chão*”.

5 FAZENDO GÊNERO

“ Marque a opção mais adequada à sua realidade no quartel:

- 1) Maria carregava a ferramenta quando de repente, ela caiu no chão. Isso aconteceu porque:
 Mulheres são mais fracas que homens;
 Mulheres não deviam ser bombeiras;
 Maria é muxiba⁸⁶
- 2) Paulo carregava a ferramenta quando de repente, ela caiu no chão. Isso aconteceu porque:
 a ferramenta era muito pesada;
 Paulo tropeçou;
 a ferramenta não foi bem projetada”

Com a brincadeira supracitada, uma Soldado BM buscava mobilizar outras colegas a pensar nas condições e relações de trabalho a que estavam submetidas, em um *post* na internet. O conteúdo é bastante revelador dos discursos que concebem os lugares das masculinidades e das feminilidades em contextos militares. Revelam as formas de leituras sobre aquelas que chamam de FEM (abreviação de bombeiro/policial feminino) e os homens (não é usual se referir aos bombeiros/policiais masculinos como MASC, uma vez que eles representam a norma). O que nos faz perceber como a singularidade é privilégio da norma, ao passo que os “desvios” são sempre remetidos ao coletivo que representam.

Conforme Schactae (2013), a instituição é um espaço que institui diferenças de gênero a partir de uma linguagem simbólica institucional, que constitui os discursos e as identidades, reafirmando as construções históricas estereotipadas de divisão natural e material entre o masculino e o feminino.

Quando se coloca em questão as relações de gênero que operam nesse contexto, é possível perceber não só as condições de mulheres militares, mas sua realidade em relação às experiências masculinas, representantes do padrão institucional. Podemos pensar que o gênero funciona como uma previsão sobre a nossa experiência, supostamente baseada em nossa anatomia. Incerta, porém com peso de verdade, acaba gerando uma série de expectativas e significados para cada uma de nossas características e comportamentos. Nesse contexto, a partir de uma socialização que estimula e ensina a agir e pensar orientadas por essas previsões, as ressignificações individuais também viram um processo.

Desse modo, gênero não é algo que somos, é algo que fazemos (BUTLER, 2003). Se o concebemos como um processo de estilização repetida do corpo, ou seja, conjunto de atos repetidos no interior de uma estrutura reguladora altamente rígida, a qual se cristaliza no tempo para produzir aparência de uma substância, de uma classe natural de ser”, podemos pensar tanto as experiências cis como trans. No entanto, enquanto esse processo se dá como

⁸⁶ Em contextos militares, faz referência a uma personalidade preguiçosa, “ruim de serviço”.

materialização da norma para as experiências cis, nas vivências trans ela se dá como uma busca contrária e ativa, que não irá resultar *a priori* no campo da verdade e da naturalidade em que a primeira habita (BUTLER, 2003).

Ao contrário do que supõe parte da literatura que se apressa em se afirmar antifeminista⁸⁷ e dos discursos que circulam internamente, não se trata de negar diferenças biológicas. E sim de colocá-las em questão, pensar sobre os significados e valores que atribuímos a essas diferenças localizando-os em um contexto histórico, social, geográfico, racial e sexual. Desse modo, é possível perceber como generificamos comportamentos, habilidades, temperamentos e estabelecemos um parâmetro normal (com ares de essência e naturalidade) que na realidade mais prescreve do que descreve os contornos identitários do binarismo de gênero.

5.1 Ao meu comando!

Diversos são os estudos (SOARES E MUSUMECI, 2005; CAMPPELLE, 2006; MOREIRA, 2011; SCHAETAE, 2014) que abordam o contexto de ingresso de mulheres nas instituições militares, seja nas Forças Armadas, seja nas instituições estaduais de segurança. Vincula-se a entrada de mulheres nas polícias militares ao momento de transição da Ditadura para a Democracia no Brasil. Quando o Estado precisa abandonar a imagem da repressão, estimula-se a entrada de mulheres nos órgãos de segurança pública sob a retórica da humanização daquelas instituições.

Esse percurso analítico, embora relevante no entrecruzamento das dinâmicas de gênero com as questões militares, contribui pouco para o entendimento de fenômeno similar nos Corpos de Bombeiros. Em Minas Gerais, data de 1981 o primeiro concurso destinado à inclusão de mulheres nas fileiras da PM. Todavia, um lapso temporal de mais de 10 anos separa a primeira turma de mulheres policiais da primeira turma de mulheres bombeiras (que somente ocorreria em 1993), indicando que outros elementos ainda precisam ser colocados sob análise para o entendimento da realidade bombeiro militar.

O bom prestígio e a aceitação popular blindaram à época os Corpos de Bombeiros Militares da demanda de “humanização”. Essa mesma demanda, contudo, inscreveria no

⁸⁷ Uma das pesquisas consultadas, realizadas por uma militar, afirma inclusive que conseguiu em seus resultados privilegiar uma postura crítica que permitiu *superar a análise polarizada pró-feminista heterossexista*”.

sensível, campos de atuação possíveis à mulher policial. O serviço de policiamento era identificado como uma atividade tipicamente masculina, perigosa, que requer virilidade. Mas para as mulheres policiais, ainda haveria a possibilidade de desempenho em ações de cunho comunitário, voltadas para a abordagem de populações vulneráveis, nesse contexto, idosos, crianças e outras mulheres.

O mesmo argumento não foi estendido à atividade bombeiro militar, que prevaleceria por anos limitada à caracterização da extrema necessidade de força física (devido à natureza de suas atividades fim). No caso mineiro, é a negociação em torno da instituição de política pública de atendimento pré-hospitalar no seio do Corpo de Bombeiros que desenhará pela primeira vez os contornos de uma figura feminina dentre os demais combatentes do fogo (DAVID, 2003).

Somando-se o número de mortos e acidentados em rodovias que sofriam sem socorro adequado, na década de 1990, numa parceria entre Secretarias de Saúde e CBM, surgem as ambulâncias vermelhas. O conhecido Sistema Resgate é inaugurado em janeiro de 1994. Formava-se, em dezembro de 1993, a primeira turma de mulheres, as “pioneiras do fogo” (AQUINO E MARÇAL, 2013).

Tanto em 1981 quanto em 1993, o CBM ainda figurava no organograma da PM. Ainda que fossem instituições distintas, o projeto de formação de mulheres policiais não fez com que fosse óbvia a mesma possibilidade para o CBM.

Ainda que traçadas as especificidades do ingresso de mulheres bombeiras, retomam-se a seguir algumas considerações acerca da experiência de formação das primeiras mulheres policiais em Minas Gerais, que muito orientou o mesmo processo no CBM. A análise dos registros existentes nesse período revela semelhanças e repetições: as narrativas das primeiras mulheres bombeiras confundem-se com aquelas que ostentariam pela primeira vez na história estadual a farda caqui da PM

Em campo, tive acesso a uma Revista, em edição comemorativa do ano de 1981, chamada *Polícia Feminina. Novos Horizonte na Polícia Militar*, editada pela Seção de Assuntos Cíveis – PM5 da PM em Minas Gerais. Toda a publicação documenta a entrada⁸⁸ e formatura da primeira turma de mulheres a ingressarem na PMMG como 3º Sargentos, e formarem a pioneira “Companhia de Polícia Feminina”. Composta por imagens e textos do Comando Geral e das próprias alunas, registram tanto as justificativas e planos institucionais

⁸⁸ O Decreto 21.336, de 29 de Maio de 1981, estabelece a formação da Companhia de Polícia Feminina, regulamentando a entrada de mulheres na PMMG para policiamento ostensivo.

para o novo efetivo como o processo seletivo, a estrutura e o cotidiano da formação assim como discursos de autoridades da época, sobre a novidade.

A Companhia vem tornar a PM mais versátil, enquanto mais dócil, sem ser menos coerente com o modo de conduzir suas obrigações legalmente instituídas. Vem ela, garbosa e disciplinada, minorar as dificuldades do policiamento ostensivo (p.1).

Com a entrada das mulheres, a estrutura física foi modificada para demarcar suas possibilidades de trânsito e separação dos corpos, todas cobertas e reguladas pela legislação vigente. O estabelecimento de espaços físicos distintos que demarquem e limitem as hierarquias institucionais são atos importantes, até os dias de hoje. As estruturas que já separavam oficiais e praças agora deviam ordenar também os gêneros. As entrevistas indicam como a presença ou ausência de alojamentos adequados (lê-se separados por gênero) são usadas para justificar transferências e a impossibilidades da presença de mulheres em determinadas unidades ou operações até hoje, quase 30 anos após a chegada das primeiras combatentes.

A separação também indica uma necessidade de proteger a identidade institucional. Baseada em uma homogeneidade ilusória, a instituição se mantém como um espaço dos iguais, isto é, dos policiais militares; a alteridade é a polícia feminina e essa precisa ser nomeada e controlada pela instituição (SCHACTAE, 2013, p.103).

Os textos da Revista, assinados pelo Comando Geral e pelo Chefe do Estado Maior na época, buscam justificar a entrada argumentando sobre a “alta dinamicidade da corporação” para acompanhar a “evolução dos tempos”, considerando a crescente participação da mulher no mercado de trabalho, a abrangência e diversificação da operacionalidade da PMMG e a “maior preocupação da corporação em torno de proporcionar ao cidadão, ao homem de bem, a maior proteção possível” (p.1). Repetem em vários trechos como esse novo contingente será empregado “onde a sua presença for inegavelmente profícua para a comunidade, como a Feira de Artesanatos, o Parque Municipal, lugares onde o afluxo de crianças, senhoras e idosos seja mais intenso” (p.1). Destacam também suas preocupações em formá-las dentro do espírito militar e da obediência aos ritos e formalismos, o que aparentemente não foi um problema, e seguindo o regime vigente, dão ênfase ao alto grau de exigência das provas teóricas, aos testes de aptidão física “de causar medo em muita atleta de gabarito” (p.11), construindo e mantendo o caráter de excelência e diferenciação de militares. Outro ponto em destaque é a afirmação de que não se trata de “nenhum policiamento ornamental. Não será polícia de enfeite, de vitrine, mas polícia efetiva” (p.4). No entanto, “o que não quer dizer, que devem perder suas características de feminilidade, ao contrário, toda a instrução visou preservar esse

aspecto”(p.4).

Para Butler (2006), o controle explícito do gênero é também o implícito controle das sexualidades. Aquelas mulheres entravam em um terreno que poderia descaracterizá-las naquilo que está previsto para a formatação de gênero.

Sobre a atuação das mulheres policiais, afirmam que “suas componentes liberarão, assim, centenas de homens que se encontram nesse tipo de serviço, com envolvimento de menor risco, para locais e horários em que a presença deles se faz mais necessária”(p.4), em “atividades mais viris” (p.5).

A estratégia é interessante, pois ao mesmo tempo que libera os homens, legítimos portadores das fardas, das atividades administrativo-burocráticas (atividades meio) permitindo que atuem nos setores operacionais (atividade fim), faz também com que suas formas de atuação não tenham que ser revisadas, uma vez que cabe ao efetivo feminino a atuação “humanizada” (respeito, docilidade, capacidade para o diálogo, etc.). Os efeitos ‘cosméticos’ e de ‘marketing’ (SOARES E MUSUMECI, 2005) garantem que o efetivo masculino continue a ocupar os postos mais altos da hierarquia e sejam reconhecidos pelos atos de bravura e coragem no serviço operacional.

O tom moral da regulação se estende desde o recrutamento até às normativas internas para a permanência. A chamada para o concurso listava entre outras coisas, “idoneidade moral e político-social, e ser solteira” (p.11). Parte do processo seletivo consistiu em entrevistas domiciliares com familiares e vizinhos “inquiridos sobre a idoneidade moral das candidatas” (p.11).

Uma das seções destacava trechos do Regulamento da Polícia Feminina (REPFemPM) apresentando-o como um complemento aos já existentes, ou seja, tem vigência especificamente para as mulheres-policiais.

Art.14 – Constituem transgressões disciplinares:

- Manter relacionamento íntimo não recomendável, ou socialmente reprovável, com superiores, pares ou subordinados;
- Usar, quando uniformizada, penteados exagerados, perucas, maquiagens excessivas, unhas longas ou com verniz de cor extravagante; Usar jóias e adereços que prejudiquem a apresentação pessoal como policial-militar feminino.
- Usar gírias, expressões ou gestos incompatíveis com a conduta policial-militar feminina;
- Fumar em público, estando em serviço;
- Deixar de solicitar, com a devida antecedência, autorização para contrair matrimônio;

Art.17 – A policial-militar deverá zelar pela sua estética corporal e apresentação pessoal, procurando prevenir-se contra a obesidade e mantendo-se fisicamente nos padrões proporcionais de estatura e peso. (p.12)

Fica clara a tentativa de estabelecer os limites entre a diferença e a norma, demarcar o que seria permitido entre o comportamento de uma mulher militar e o de outras mulheres em geral. Esses novos corpos também devem ser diferenciados e distanciados dos corpos paisanos, não só na forma, mas também nas possibilidades de trânsito e ação, uma vez que agora também carregam os símbolos institucionais. “Para afirmar a norma, a instituição torna visível o comportamento desviante” (p.100) e usa a punição como ferramenta educativa no processo de formação e condução da tropa.

A despeito do Art.17, que regula o peso das militares, Novaes (2011) aponta o valor do corpo como um capital, que adquire *status* a partir das insígnias que carrega. Condensadas naquilo que se convencionou como belo, esse corpo traduz valores da sociedade de consumo em geral.

os gordos são os novos feios, categoria na qual se enquadram todos aqueles cuja reprodução das normas sociais da *polis* se dá de forma tosca, aparentando, aos cidadãos que ditam as regras locais, tratar-se de um estrangeiro, um desviante que, por definição, é aquele que as transgide por meio dos maus costumes. (p. 489)

As instituições militares de segurança são aquelas que supostamente exigem e produzem os corpos mais atléticos⁸⁹. No CBM, as atividades de resgate e salvamento, assim como as exigências de condicionamento para combate ao incêndio, por exemplo, exigem treinamento e grande preparação física, o que efetivamente é diferente de um limite específico de peso. Sem treinamento adequado, o mais magro dos combatentes será ineficiente. No entanto, representar um porte físico fora dos limites socialmente estabelecidos como adequados indica transgressões como aquelas identificadas na citação acima. Um corpo gordo representa uma imperfeição na assimilação das normas locais, e conseqüentemente destoa da homogeneidade desejada, da disciplina e virilidade que deve sustentar a farda. Esse sujeito também será tratado como um estrangeiro ou um combatente de segunda classe.

As normas de gênero vão atuar novamente atribuindo significados e conseqüências diferentes para homens e mulheres nessa condição. Um bombeiro avaliado como fora de forma será censurado, porém eventualmente é avaliado como “alguém que já trabalhou muito”, que “pede descanso”, que “deu uma relaxada mas pode voltar ao eixo”. Uma bombeira considerada gorda, além de irresponsável com a aparência (pecado feminino), atribui a si mais uma justificativa para manter-se afastada das atividades operacionais. Cb BM Angélica relata a situações de sua colega de ala que, após retorno da licença maternidade (e

⁸⁹ Na escala administrativa PM e BM, parte do horário semanal de trabalho é dispensado da atividade comum para ser reservado à prática de atividades físicas.

aumento de peso pós gravidez), descobre ter sido realocada para o setor administrativo, após anos de trabalho na ala operacional. Ao contestar a transferência compulsória, tem como justificativa que “é necessário alcançar um certo padrão físico para ocupar esse lugar”, ironicamente o mesmo ocupado por vários homens “fora de forma”, sem treinamento e muitas vezes dispensado/licenciados, o que ela teoricamente não tinha mais.

Um último ponto a ser destacado na publicação são os textos atribuídos às novas policiais. Eles parecem responder aos aspectos de inquietação do contexto. Primeiramente justificam a escolha de um General do governo vigente como paraninfo, por ser “um expoente da moralidade profissional e extremado defensor da família”, identificando-o como aquele que permitiu a existência da Companhia Feminina. O discurso do homenageado, reproduzido na íntegra, exalta a Ditadura Militar vigente e, em expressão típica da caserna, afirma: “O estado de Minas Gerais e o Brasil veem surgir, bem selecionadas e *a destradas* a mulher-policia mineira” (p.30).

Seguem alguns destaques que revelam as preocupações da época:

Senhores. Desprezados os excessos de um feminismo exagerado, a mulher tem obtido nos últimos anos, um reconhecimento de seu valor; (...) até mesmo um pouco indisciplinadas pelas ideias feministas que supostamente as levaram a tentar carreira em um campo predominantemente masculino; (...) Nunca pensaram em transformarmos em pessoas frias, insensíveis ou masculinizadas, mas que conjugassem conhecimento e técnica com o “típico jeitinho feminino, sem contudo ferirmos a hierarquia e a disciplina (p.30).

O militarismo constrói uma irredutível conexão entre pessoal e grupo, porém essa aliança parece acionada de diferentes formas em diferentes contextos. Parece se configurar uma política extraoficial na qual aos agregados (como mulheres e homossexuais, por exemplo): norma e punição, ao passo que para os legítimos (homens heterossexuais padrão): justificativa e corporativismo. Essa é a regra que deve ser articulada a outros marcadores militares, como postos e graduações, antiguidade, raça, para definir formas de controle e punição diferentes em cada caso.

Honra, moral e bons costumes são conceitos que perseguem mulheres desde sua entrada até as dinâmicas contemporâneas. A conduta sexual de mulheres será diariamente observada e qualificada por militares no dia a dia pela instituição em processos formais, de modo a verificar em que medida guardam o que foi convencionado como honra e imagem institucional. A concepção de honra estabelece que a conduta individual afeta a coletividade, logo, se desviante, afeta a honra da instituição e de seus agentes, rompendo com o padrão estabelecido, pois está vinculada à identidade institucional. O processo disciplinar que legitima essa ligação é um recurso construtor de normalidade (SCHACTAE, 2015) e, em

grande medida, será acionado segundo a lógica dos agregados *versus* legítimos supracitada. Talvez hoje não se gerem tantos processos disciplinares, mas os julgamentos e punições às supostas transgressões de mulheres acontecem em outros termos: na língua afiada da rádio peão, nas gestões dos espaços e nas políticas de transferências.

5.2 Problemas de gênero

“...este mundo, que sempre pertenceu aos homens, conserva ainda a forma que eles lhe imprimiram.”

Simone de Beauvoir (1986, p.880)

Com a chegada das mulheres, foi necessário disputar com elas os significados da identidade profissional e estabelecer processos cotidianos de diferenciação entre as experiências. Vimos, na seção anterior, que as instituições criaram todo um aparato normativo complementar para o controle de sua presença. Controle moral, corporal e sexual que visava “não descaracterizá-las” em seu gênero (uma vez que passariam a atuar fora do âmbito previsto para mulheres) e diferenciar as suas motivações de um possível feminismo que a tivessem motivado e poderia atrapalhar tanto a submissão ao regime quanto a imagem institucional. Ao contrário da PM, os CBM não criaram batalhões exclusivos para mulheres, nem atividades (sociais e comunitárias) previstas para a sua inclusão institucional. No entanto, ancoraram leituras sobre capacidade laboral em uma leitura binária sobre os corpos, na qual o sexo/gênero é equivalente à sua biologia. E ainda as diretrizes da política sexual que ordenará as relações. Ou seja, 1) sexo/gênero = biologia = capacidade de trabalho; 2) a política sexual é dada pelas masculinidades. Com essas premissas, conseguem definir e justificar toda uma dinâmica de gestão de corpos e de exercício das masculinidades.

A fala de um dos bombeiros entrevistados ajuda a compreender como esses pressupostos se naturalizam entre os combatentes.

Hoje eu sou muito frustrado, quero que a ala se ferre. Fiquei muito chateado, quase fui pro psicólogo. Você forma, fica apaixonado com a instituição e eles tiram tudo [sair da atividade fim, na ala]. Eu trabalho por causa do salário. Tem umas FEM que mostram mais desenvoltura, você sente mais confiança. Aquelas que estão anotando dados é porque não mostram isso, normal. O serviço de bombeiro é muito diversificado, não tem como ser bom em 100%, o gestor tem que te colocar onde você tem habilidade (...) Se for por muita mulher no operacional não vai dar certo, dependendo da vítima, local, peso, elas não vão dar conta. Eu aumentaria o

percentual, porém colocaria mais FEM na adm e liberaria os homens para a ala. No curso deveriam falar, parte operacional e parte administrativa e avisar que as FEM vão pro administrativo, pra elas não se sentirem enganadas. Aula inaugural [para FEM] mostrando essa realidade. [eu questiono se as colegas que foram para a administração não sentiram a mesma frustração que ele sentiu, uma vez que passaram pelo mesmo curso de formação] Elas se sentem frustradas? eu não sei, parece que elas aceitavam mais. Essa coisa da sociedade de aceitar mais, o próprio pai, já acostumam, não costumam ser rebeldes não (Sgt BM Geraldo).

A revolta do militar está relacionada ao que a ala representa para a sua inscrição institucional. Como parte do corpo de praças (execução) e como homem, o sargento esperava atuar “entre os seus”, em uma escala operacional (24h por 72h) que permite alguma autonomia na vida privada e em atividades operacionais priorizada entre os masculinos. Em sua leitura institucional, reflete o pensamento comum. É funcional que as habilidades ditas femininas sejam investidas no serviço administrativo e a força masculina seja direcionada para o operacional. O militar fala também de um “tempo de uso do corpo” em algumas atividades do CBM, que é ignorado para mulheres. *“Quando eu tiver 45 anos não quero ir pra rua não. Está tudo invertido. Eu nunca mais vou trabalhar na rua?” (Sgt BM Geraldo)*

Essa demanda e essas leituras institucionais devem ser lidas contextualmente em função da escala operacional, do posto/patente, da sua constituição física e das preferências individuais, por exemplo. Esses fatores vão influenciar no delineamento possível de sua trajetória profissional, no entanto para mulheres, esses fatores irão competir com uma irremediável leitura sobre gênero naquele espaço.

O bom desempenho de mulheres não resulta em um questionamento sobre os limites discursivos sobre o gênero (que as concebem como menos potentes), mas na criação das exceções operacionais *“A Cb BM Joana⁹⁰ pode colocar em qualquer lugar, mas igual ela não tem. Se bem que da Sgt BM Quitéria também falam bem”*. (Sgt BM Geraldo). Essa dinâmica é observada pelas próprias militares, como relata Cb BM Joana *“Eles me tratam diferente” das outras mulheres. Eu fico ouvindo os caras falar mal das mulheres. ‘FEM não serve para trabalhar no bombeiro, só você’. Eu fico estressada, eu sinto que não consigo fazer a cabeça desses caras não, eu fiz o mesmo curso que elas, mas eu tive oportunidade de trabalhar, que elas não tiveram”*.

A noção de biologia é ideológica e funcional. Enquanto é tratada como verdade última sobre o corpo, impede que seja feito um debate sério sobre a divisão do trabalho⁹¹, o

⁹⁰ Nomes substituídos pelos nomes fictícios das militares na mesma pesquisa.

⁹¹ Levantamento da SENASP/MJ (2013) indica que somente 37,66% das mulheres da segurança pública estão em atividades operacionais.

percentual de mulheres na corporação e a desigualdade entre os gêneros, tanto entre homens quanto entre muitas mulheres. Nesse sentido, também observa Turte-Cavadinha (2016)

Quando o gênero não é usado como primeiro critério da avaliação da capacidade de trabalho, a percepção sobre a pessoa avaliada pode diferir radicalmente, sobressaindo competências necessárias ao desempenho profissional baseada em fatos, tais como destreza manual e bravura, e não noções pré-concebidas. (p. 195)

Seja no desempenho físico ou no repasse de instruções, demarca-se a supremacia masculina do autêntico combatente militar. A demarcação desse lugar se dá não só nesses espaços, mas também na construção de uma atmosfera em que o feminino é o estrangeiro. Nos momentos de sociabilidades nas alas e seções, nos deslocamentos dentro das viaturas, nos múltiplos grupos de *whatsApp*, nas mesas de discussão sobre promoções e punições, todos são momentos em que os gêneros e as sexualidades são avaliadas, construídas e moldadas⁹². Piadas, comentários machistas e homofóbicos, flertes e assédios a civis nas ruas acontecem como se toda a guarnição compartilhasse desses códigos. Durante as entrevistas, eu perguntava a elas se reagiam a esse tipo de situação, e a resposta que se repetia era: “*as vezes a gente fala, mas pensa: são 90% homens, 90% homens*”.

Haveria um suposto contexto de exaustão física (principalmente nas alas operacionais) e disponibilidade irrestrita (incompatíveis com as funções familiares e maternais) típicas de contextos militares, que seriam prejudicadas com o aumento do efetivo feminino. Argumentos que remetem à brincadeira do início do capítulo. Quando se coloca em questão a avaliação de desempenho e a capacidade física de homens, busca-se o melhoramento dos equipamentos, das técnicas, das condições de trabalho. Ao fazer o mesmo em relação às mulheres, determina-se previamente (baseados em discursos biologicistas) os seus limites e sua incapacidade. Do mesmo modo, o contexto doméstico e as dinâmicas familiares são previamente designadas como um gerador de impossibilidades, enquanto o efetivo masculino pode acessar essa esfera da vida privada sem que seja julgado por isso.

Lombardi *et al.* (2009), ao descreverem as dinâmicas que circunscrevem a maternidade em profissões militares, indicam aquelas que engravidam como profissionais inferiores, preteridas das seções administrativas (pelo tempo de licença) e também das alas operacionais (pelas escalas de trabalho). Interessante notar como cumprem a expectativa social (da heterossexualidade procriadora), porém traem a identidade militar.

⁹² Pesquisa SENASP observa que 51,6% dos homens não consideram piadas ou comentários sobre aparência física, orientação sexual ou capacidade cognitiva como forma de violência de gênero.

Esses fatores, aliados à inadequação de fardamentos e insuficiência de alojamentos (em todas as unidades), viram recursos argumentativos para manter a ideia de que o espaço não lhes pertence.

Observa-se que o lugar de saber também é construtor da legitimidade institucional, principalmente aqueles referentes às atividades-fim. Em momentos de formação com as instruções operacionais que costumam ocorrer em tropas, militares relatam as interferências de masculinos que questionam e desacreditam publicamente suas instruções. As deslegitimações ocorrem não somente nas dinâmicas internas, mas também no atendimento ao público interno. Militares entrevistadas relatam ocorrências em que as vítimas ou acompanhantes das mesmas se recusaram a serem atendidas “por mulheres” ou foram deslegitimadas frente aos colegas (MASC), mesmo em posições de comando. É nesse contexto que as militares têm a possibilidade de se aliar à autoridade que a farda lhe proporciona e condicionar o atendimento aos seus termos, sem ceder ao machismo e sexismo.

Nessa perspectiva, TAFS e tabelas diferenciadas para homens e mulheres reconhecem uma diferença de preparação (social) do corpo, em função do gênero, mas também marcam a diferença que justifica a desigualdade nesse contexto, reafirmando o discurso de que a “verdade” está no corpo.

O corpo feminino militar é aquele que está sempre colocado à prova. É o que vai estabelecer inclusive o parâmetro de desempenho mínimo da tropa nos cursos e instruções, conforme revelam as entrevistas. Uma das características que garantem os processos de diferenciação militar são a exaustão e os limites das capacidades físicas, muitas vezes a medida do prestígio dos cursos é o número de desistentes ou lesionados. São inúmeros os relatos de mulheres militares que, ao alcançarem a posição 01⁹³, foram inexplicavelmente punidas com perda de pontos de modo a perderem posição, ou mesmo nomeadamente depositas, em função da “necessidade” de manter a moral do curso. Em alguns casos, a divulgação dos classificados deixa de ser por colocação para que o destaque feminino não fique visível. Como diz uma das militares entrevistadas, “*entre FEM temos que perguntar quem foi 02 do curso, e assim a gente vai saber como a gente foi bem*”.

Uma vez nas alas operacionais, outros entraves marcarão a atuação de mulheres. No CBM, são frequentes as designações de mulheres para as viaturas de resgate (onde a atuação é menos valorizada e está mais próxima do cuidado médico) em detrimento das ocorrências de salvamento (mais prestigiadas, com uso de equipamentos de grande porte e de maior

⁹³ Os desempenhos são hierarquicamente avaliados, o 01 é aquele de maior rendimento do grupo, logo, de maior prestígio.

visibilidade midiática). Ou a designação para as atividades administrativas dentro dos batalhões operacionais como a organização das escalas, funções do almoxarifado, ou o recolhimento de dados durante as ocorrências.

Sgt BM Quitéria conta como vestia todos os equipamentos ainda com a viatura em deslocamento, para no momento da chegada, conseguir negociar a atuação (se tornando a alternativa mais célere de atendimento) com o chefe. Outra militar entrevistada conta como era sabotada nas ocorrências ao chegar ao local e perceber que o seu equipamento não havia sido colocado nas viaturas, obrigando-a a realizar as atividades administrativas das ocorrências (coletar dados, preencher documentos, etc.)

Francisco relata o mesmo constatado por Neves (2008) e Campelle e Melo (2010), em que os gabinetes de Comando (secretaria), as funções de visibilidade nas cerimônias militares (bandejinha⁹⁴) e eventualmente a participação em vídeos⁹⁵ e fotos institucionais que visam ilustrar a diversidade interna dos combatentes selecionam combatentes que revelam os parâmetros da “boa aparência” na corporação, que envolve raça, corporeidade (peso) e performatividade de gênero.

É interessante observar como a entrada de mulheres estabeleceu uma possibilidade para que alguns MASC se beneficiassem com o aprendizado da técnica. Sgt BM Cassio conta como procura colegas para buscar aprimoramento técnico em algumas atividades que não consegue realizar “no muque”.

Ao contrário do identificado entre policiais do DF por Turte-cavadinha (2016), as bombeiras do estado não são obrigadas por normativa a colocar na identificação (targeta) o primeiro nome (em detrimento da escolha do sobrenome por PM MASC), mas muitas vezes o fazem para demarcar a presença feminina na Corporação. Como as tintas rosas em muitas pichações e grafites, na marcação de um trabalho realizado por mulheres.

Essas relações são dinâmicas e não se referem somente a processos opressivos sobre as mulheres. As militares, ao longo do tempo, vão criando possibilidades e forçando caminhos de se inserir nesse sistema com alguma autonomia. Seja se qualificando e exigindo o reconhecimento desse saber, seja utilizando do próprio sistema normativo como defesa. Criar

⁹⁴ Militar responsável por amparar a bandeja que carrega as medalhas, brevês ou premiações das cerimônias, entregues por alguma autoridade.

⁹⁵ Em comemorações do dia internacional da mulher em 2015, o Ministério da Defesa postou um vídeo em seu perfil oficial do facebook homenageando as mulheres militares e civis do Ministério da Defesa. De fundo musical sexy, com a trilha sonora de Nina Simone “Feeling good”, o vídeo mostra mulheres passando rímel, mesas com detalhes rosa, porta caneta em forma de salto alto, indicando a forma como as feminilidades são previstas para aqueles espaços.

um caminho é mais do que lutar por uma relação igualitária, muitas vezes é a possibilidade de trabalhar e dar sentido para o cotidiano.

5.2.1 A política sexual do assédio

Algo que caracteriza a vida na caserna é o assédio. Assédio moral como efeito das normas militares, e assédio sexual como parte importante da dinâmica do seu funcionamento. Quase sempre aparece enquanto uma previsão nas relações, estabelecido nos acordos informais do “nós”. E se materializa como uma política institucionalizada quando a sua previsão determina impedimentos formais de trabalho e qualificação para as vítimas, e não para os agressores. Tem como efeito organizar os corpos “em seus lugares” pela ameaça constante de violação e impunidade.

A possibilidade de assédio é usada com um argumento institucional para impedir mulheres de realizarem cursos de especialização em que sejam as únicas mulheres ou mesmo que trabalhem em determinadas localidades/funções nas quais não estejam acompanhadas também de outras mulheres.

As referências constantes a masturbação, cantadas, atividades sexuais, piadas estabelece pelo discurso um padrão machista e misógino, mantendo as masculinidades como padrão que orientam as relações e os espaços. Quando se assedia, afirma-se que esse lugar não é de mulher, e que as práticas anteriores a sua chegada continuarão a acontecer.

Funciona também como um mantenedor das normas de gênero, como um teste entre as “honestas” e as “promíscuas” (que supostamente cedem). É uma das ferramentas de manutenção do controle da vida privada de mulheres.

É uma forma de regulação, de manter as hierarquias e os lugares. E não vitima somente mulheres. Em geral, não é preciso portar nenhum padrão (estético) específico. Qualquer sujeito aproximado da experiência do feminino pode ser alvo (incluindo nesse escopo, homens cis gays e hetero em que se supõe feminilidade, quaisquer mulheres ou sujeitos com vagina, ou qualquer outra experiência aproximada de vulnerabilidade), uma vez que o que está em jogo não é o desejo, mas o exercício violento do poder, da dominação e do constrangimento pela força.

Foram frequentes em campo os relatos de assédio masculino às militares lésbicas. Deslegitimam-se as experiências das lesbianidades (ao ignorar sua afirmação de um desejo diferente), e no exercício violento do poder, se impoe a vontade/força alheia. Como tenho mais poder, vou exercer o meu desejo. Conforme visto anteriormente, tanto João quanto

Francisco foram assediados antes da transição.

Nesses termos, vitimar as homossexualidades masculinas funciona como um mantenedor da hierarquia das masculinidades, pois mantém a imagem de hetero e concebe esses homens, como mais uma, das mulheres disponíveis. A suposta abordagem sexual é identificada por interlocutores inclusive como um dos recursos do setor de ‘inteligência’ para averiguar a orientação sexual de combatentes, ou seja, uma das ferramentas do regime.

A sua impunidade faz com que seja banalizado no cotidiano, cuja denúncia do assédio é motivo para mais assédio. E só começa a ser tratado como um problema institucional quando pode "atrapalhar" a carreira do agressor.

Nesse sentido, fica evidente uma estrutura institucional que facilita: acesso a dados pessoais, deslegitimação da denúncia enquanto violência, descrédito nos caminhos institucionais em função da impunidade.

Atualmente, os caminhos formais para sua denúncia não observam as particularidades da violação. A queixa, que é prevista para quando o subordinado se vê afetado em sua honra pessoal), ou seja, quando o superior faz alguma ação que prejudica a honra do subordinado, acaba servindo para denúncias genéricas (administrativas), pois não existe rito específico nem para violência doméstica nem para assédio sexual. O máximo que acontece é levar a uma acareação, onde se coloca o denunciante e denunciado frente a frente.

Nessa linha, a busca de denuncia muitas vezes tem acontecido nos consultórios e, em consequência, tem tido efeitos individuais, como por exemplo o afastamento das vítimas do agressor.

Todo o exercício dessa política sexual que orienta as relações de trabalho se reflete na inabilidade de muitos combatentes para os atendimentos a ocorrências de violência de gênero e na alta frequência de violências de gênero por parte de militares, contra familiares e outros civis.

5.2.2 Masculinidades Militares e o encontro no T

La performatividad de género no se limita a caracterizar lo que hacemos sino también a determinar cómo el discurso y el poder institucional nos afecta, conстриñéndonos y moviéndonos en relación a lo que hemos acabado por llamar nuestra “propia” acción (BUTLER, n.p.⁹⁶)

⁹⁶ Disponível em: <https://paroledequeer.blogspot.com/2014/06/repensar-la-vulnerabilidad-por-judith.html>

Nesse ponto da tese, já ficou claro que a identidade militar padrão é destacadamente caracterizada por um ideal de corpo e masculinidade (MOREIRA, 2011; SCHAETAE, 2014). Esse *status* de sujeito padrão implica, entre outras coisas, que o mérito da autoridade seja a própria lei (patente/posto), ao passo que os estrangeiros (os outros, os desiguais) precisam provar que são merecedores. Essa relação será exercida de forma diversa, conjugada às mais variadas naturezas de atuação como bombeiro militar no estado e de marcadores hierárquicos (praça/oficial), etários, geográficos (capital/interior) e sexuais, atravessando tanto a hierarquia das masculinidades quanto a sua relação com as outras diferenças.

Cb BM Joana, em sua trajetória nas alas operacionais de batalhão especializado, observa como “*Antigamente, quanto mais o bombeiro trabalhava mais ele sujava, então esse símbolo se mantém, burrão na ala é elogio. Quem questiona é o pingão*”(…)“*Não pode passar protetor solar não, nem lavar a mão, brutão macho não faz isso*”. A manutenção de um perfil de masculinidade rude e heteronormativa, apoiada na força (em detrimento da técnica), no heroísmo medido pelo risco corrido (em detrimento dos equipamentos e medidas de segurança, como EPI, vacinação), na afirmação da heterossexualidade e sem preocupação com a saúde sexual (desde sexo sem camisinha, até falta de acompanhamento médico regular), dialogam com o imaginário sobre a primeira geração de bombeiros militar. Tempo em que, de fato, a atuação da corporação se baseava muito mais na prontidão para a ação do que no domínio do saber sobre a atividade. Os “mais antigos” comentam como os combatentes circulavam pendurados nas viaturas, atuavam com fardamentos e equipamentos rudimentares, e os quartéis serviam muitas vezes de “refúgio sexual” nos plantões operacionais. O consumo de álcool era parte importante dessa performance, costume esporadicamente lembrado pela tropa ainda hoje. Como citado pela militar, essas performatividades ainda são valorizadas entre alguns bombeiros que exercem atividades operacionais mais próximas ao imaginário social do bombeiro. Essas representações da “masculinidade do Guerreiro”, cultuada por exemplo nos vídeos institucionais que muitas vezes parecem *trailers* de filme de ação, expõem um dos formatos de masculinidade que disputam a proximidade com a identidade militar padrão.

As masculinidades mantêm os pilares heteronormativos que sustentam o regime militar. A homofobia, enquanto ferramenta de manutenção da ordem, está presente nas conversas, nas formas de interação, como recurso pedagógico e como base da política do assédio. Para Prado e Junqueira (2011), a homofobia se articula em torno de emoções, condutas e dispositivos ideológicos e institucionais, sendo um instrumento que cria e reproduz um sistema de diferenças para justificar a exclusão e dominação de uns sobre outros. Como

observa Francisco, no quartel “*Não pode dar abraço que é boiolagem, não pode elogiar que é viado*”.

A masculinidade heterossexual é um pilar tão importante da identidade profissional que vincula a sua visibilidade ao “decoro da classe”. Militares homossexuais são coagidos a não associarem sua orientação sexual com sua inserção profissional (manifestações públicas de afeto enquanto fardados, postagens em redes sociais, etc.). Externamente, as performatividades de gênero devem se manter coerentes com a expectativa normativa. Na PM do estado mulheres eram proibidas de raspar a cabeça, por exemplo. Regulamentação que é justificada em torno da primazia de uma homogeneização da tropa, mas pode ser também relacionada a uma negação do exercício de uma performatividade masculina por corpos não designados como tal.

As masculinidades militares estão relacionadas também a um “jeito de corpo” (TEIXEIRA, 2009). Resultante tanto da estilização dos ritos militares (marcha, postura,) quanto à sua forma de apresentação (peso, músculo, cabelos) e também (na falta de) adereços, impensáveis na simetria (heteronormativa) da tropa. “*CFO nunca, se eu tiver que estudar mais 2 anos, eu faço outras coisas. Fico lá cabeludo, com brinco, sou doído pra colocar brinco*” (SGT BM Geraldo). As regulações que solapam subjetividades atingem também as heterossexualidades, como é o caso do SGT BM Geraldo. É comum encontrar militares à paisana, no período de férias, irreconhecíveis pela barba, pelos cabelos, vestimentas, em um exercício de autonomia do corpo frente às regulações do cotidiano profissional.

Para alguns militares, em especial aqueles inseridos em competições esportivas, ou mesmo para muitos “caras da ala”, como se referem nossas entrevistadas, o corpo será matéria de grande investimento. É ao mesmo tempo símbolo de virilidade e de dedicação profissional, o que inclui atividades físicas, musculação, dietas e inclusive uso de substâncias para potencializar o corpo. Durante pesquisa de campo, muito se falava de um médico consultado por muitos militares, o “*Dr. Morte*”, que prescrevia dietas de baixíssimas calorias/dia e ciclos de testosterona.

Medicamentos como a testosterona ou outras drogas de estilo de vida tornam esse limite entre o corpo natural ou artificial ainda mais esfumado. Até que ponto seus usuários não entendem tal uso como uma forma de externar seu verdadeiro eu, inibido pelos constrangimentos da vida moderna? Seja como anabolizante, como reposição na velhice, ou na transexualidade masculina, a testosterona é frequentemente vista como algo que amplia ou revela características do corpo que estavam dormentes ou enfraquecidas. O resultado é o corpo “como deveria ser”, ou melhor, “como verdadeiramente é, mas ninguém via”. Uma vez que a testosterona não é um composto estrangeiro, mas uma molécula comumente sintetizada pelo organismo (endógena), sua visão como uma intervenção antinatural é ainda mais difícil. (TRAMONTANO, 2017 p.22-23)

Assim como outras pesquisas têm apontado (VASCONCELOS, 2014; TENÓRIO E PRADO, 2016), nossos interlocutores não relataram dificuldades de se sentir homens antes das cirurgias ou da hormonização. A partir da identificação (homens), de se entenderem nessa posição (transexuais), puderam ressignificar uma materialidade que muitas vezes era incompreendida, sem sentido e, a partir disso, orientados pelas normas de gênero, a moldassem para garantir o reconhecimento social como homens. Como se a hormonização e as demais intervenções colorissem de significados aquele corpo.

“Eu sempre me vi como um homem, só que eu não sabia que a forma como eu me via, que isso era um homem. Hoje eu consigo ver que eu sempre agi como homem, dentro de um padrão social binário eu sempre agi como um homem, mas eu não tinha essa consciência na época (...) dentro de uma instituição machista, dentre outras coisas, militar, eu sentia que eu precisava construir isso [passabilidade]” (João).

Nesses termos, o corpo é o campo da insegurança quando produz dúvida ou nega a sua afirmação de identidade, por isso vira um terreno que precisa ser trabalhado para produzir inteligibilidade. A hormonização é uma dessas ferramentas.

Na primeira vez que encontrei Francisco, o reconhecimento social como homem acontecia fora do quartel, longe das testemunhas de um percurso anterior de vida. Ao longo do tempo, os efeitos da hormonização, da masculinização e um moldar da personalidade vão ficando visíveis. A alta rotatividade do trabalho permite conviver com outras guarnições que, desconhecendo os registros institucionais oficiais, passam a tratá-lo como o homem que é. Francisco ainda não oficializou à instituição sua (nova) identidade, mas nos exames e consultas regulares, informa o uso de hormônios, explica o motivo quando questionado e, aliado aos laudos psicológicos que constam no sistema interno com o CID F 64.0, vai costurando internamente um registro sobre a sua transição.

Pero algo ha cambiado con la nueva forma de mi torso. Tenía miedo a sentirme mutilado o herido, pero no es así. Me siento aliviado. Me siento bien teniendo pezones más pequeños, teniendo um pecho que hace que el carniceiro y la gente de detrás del mostrador de la oficina de correos me llamen señor en vez de señora. (CALIFIA, 2015, p.164)

Tanto Francisco como João vão construindo discursos sobre a própria experiência, e os efeitos da testosterona tornam visíveis algumas facetas da personalidade. Francisco indica como o processo de hormonização o tornou mais objetivo, potencializando a falta de paciência que já existia. Assim como Ramón em Vasconcelos (2014) e o auto relato de Califia (2015) no exercício da masculinidade em T:

Es más difícil registrar los cambios psicológicos y emocionales de estar tomando testosterona que los físicos. Pero creo que los primeros superan a los últimos. No es que la testosterona me haya convertido en una persona diferente. Siempre tuve un gran apetito sexual, me gustava el porno y el sexo casual, dejar de masturbarme era algo imposible de imaginar, sabía como expressar mi enfado, y asertividad. Pero todas estas cualidades han adquirido más fuerza. Durante los primeros seis meses de testosterona, el apetito aparecia con tremenda virulencia. (...) Mi cuerpo y todas las sensaciones físicas que surgian de él habían adquirido una fuerza y una inmediatez que resultava gracioso y a la veze incomodo. Moverse por el mundo es mucho más divertido, es más estimulante que antes; la vida está más em el aquí y ela hora, tine que ver más con cuerpos y objetos y menos con pensamientos e sentimientos (p.168).

Em certa ocasião, colegas brincam com João sobre a fama de mulherengo, e a resposta foi “*Ah mas eu estava sob efeito da testosterona*”. Para Preciado,

Já não necessitamos de hospital, de quartel, da prisão, pois a partir de agora o corpo mesmo tornou-se o terreno de vigilância, a ferramenta definitiva. O que tomamos quando ingerimos a testosterona ou a pílula? Engolimos uma série de signos culturais, uma metáfora política que traz consigo toda uma definição performativa de construção do gênero e da sexualidade. O gênero, feminino ou masculino, surgiu com a invenção das moléculas (PRECIADO, 2008. sp.⁹⁷)

As masculinidades cis e trans no quartel se encontram no que Tramontano (2017) observa,

os hormônios não são vistos necessariamente como remédios para combater uma doença, mas podem ser usados como uma forma de aprimoramento, de modificação corporal. Uma ferramenta para expor, explicitar e/ou tonificar certos atributos desejáveis para um estilo de vida, para uma apresentação de si ou, em última instância, para a masculinidade. (p. 21)

Para nossos interlocutores, a identidade militar é um parâmetro de masculinidade, mas como inserção profissional é também um caminho para corresponder a determinadas demandas sociais da masculinidade heteronormativa, como a independência financeira, a possibilidade de ser o provedor de uma família. Para João, “*no mundo que a gente está vivendo estabilidade financeira conta muito... [as pessoas imaginam] o marido perfeito... oficial do bombeiro...*”.

Acreditam que, por se aproximarem da identidade militar padrão, têm possibilidades de reinserção:

Por mais que as pessoas falem ‘ah isso é errado, não é de Deus’, mas eu estou tendendo para o masculino. Acho que seria mais difícil se fosse uma mulher trans. Eu estou indo em direção a ‘tendência da instituição’. Machismo, homem como o centro de tudo, ...até as mulheres em alguma medida são masculinizadas. As

⁹⁷ Disponível em <https://resistaorp.blog/2018/05/08/a-vida-nao-e-a-identidade-a-vida-resiste-a-ideia-da-identidade/> :

mulheres trans ficariam na contramão dos valores institucionais, pregados pela tropa culturalmente, não tem como negar isso. (João)

No entanto, eles sabem que essa condição não garante equivalência com as masculinidades cis. Pelas normas de gênero, somente corpos designados ao nascimento como masculinos têm a marca da autenticidade, ou seja, têm no exercício das masculinidades os efeitos de naturalidade e essência. As transmasculinidades militares terão que negociar essa legitimidade no exercício cotidiano.

Eu já coloquei pra mim o seguinte, como transexual vou ser muito mais cobrado do que qualquer outro homem. Por exemplo o tempo das práticas físicas no masculino é muito menor do que o feminino, então se eu correr e não aguentar, 'ah quer falar que é homem mas não dá conta do recado'. Ser homem é uma série de determinados privilégios. Sobre ser homem trans, a palavra que melhor define é cobrança, você tem que provar que você é melhor. O homem trans é estigmatizado como fraco, como menos competente. (Francisco)

Todavia, Grau (2016), assim como Almeida e Murta (2013), indicam que, mesmo rompendo com a correlação morfologia corporal/gênero, muitas pessoas trans podem ter noções de masculinidades heteronormativas e estereotipadas, como qualquer pessoa cis. No entanto, o que os movimentos feministas, movimentos LGBTQIA+, os ativismos, a academia e a vida cotidiana têm produzido enquanto discursos críticos em relação aos códigos sexuais e de gênero, e as categorias conformes ao sistema sexo/gênero, não tem passado despercebida dos sujeitos. Francisco, refletindo sobre esse contexto e as lógicas militares machistas, identifica um conjunto diverso de influências, mas enfatiza a autonomia do sujeito nesse processo “*tem muitos caras babacas, trans ou não. Mas a quantidade de homem trans babaca que tá surgindo é enorme. É da pessoa, mas a convivência com as pessoas ao redor influencia. Vou meter o pau pra me enturmar?, o cara tem que pesar. Cabe a gente refletir.*”

Connell (1987, 2003); Halberstam (1998); Guasch (2006); Mas Grau (2016) indicam as múltiplas vivências das masculinidades. Interessante pensarmos como o que é identificado como a masculinidade hegemônica (CONNELL, 2003) do homem branco, heterossexual e de classe média não é uma categoria rígida nem imutável, devendo ser entendida nos marcos de um sistema de relações de gênero, socioculturais, étnicas, etárias e de classe. Como afirma Mas Grau (2016), sem dúvida são as mulheres e aqueles homens que mais se afastam dos parâmetros normativos da masculinidade (homossexuais, dependentes, impotentes) quem experimenta de forma mais intensa os efeitos da violência da hegemonia. Porém a masculinidade, como um ideal normativo, também constrange a vida daqueles homens cujo

dever constante de reafirmar sua masculinidade exige a vigilância permanente de palavras e atos, conforme visto na citação de Francisco acima. Nesses termos, Mas Grau (2016):

Por otra parte, la masculinidad hegemónica no se sostiene tan solo a través de la violencia, la opresión y la exclusión. Su carácter flexible y cambiante le permite adecuarse a cada contexto sociohistórico mediante la incorporación estratégica de ciertos elementos de la feminidad y de las masculinidades subordinadas (Demetriou, 2001; Connell Y Messerschmidt, 2005 apud Mas Grau, 2016, p.36-37).

Como observa Mas Grau (2016), toda a hegemonia deve ser continuamente renovada, recriada, defendida e, às vezes, modificada.

Los discursos, representaciones y prácticas que los hombres trans ponen em marcha a lo largo de sus procesos de (re)construcción identitaria y corporal reflejan a la perfección esa tensión constante entre la resistencia y la reproducción de la masculinidad hegemónica. (MAS GRAU, 2016 , p.37)

Desse modo, podemos pensar que as transmasculinidades disputam um lugar na hierarquia das masculinidades. O militarismo é um meio de disputar socialmente um lugar nessa hierarquia. E internamente, no contexto militar, as transmasculinidades (militares) disputam um lugar na hegemonia (identidade padrão) das masculinidades.

5.3 “Eles não gostam de FEM”: Ocorrências de Destaque

Aprendi em campo que ‘ocorrências de destaque’ são aquelas que envolvem grandes desastres ou perdas para as vítimas e que, ao mesmo tempo, demandam uma atuação mais complexa das corporações, visibilizando suas técnicas e seus profissionais. São de grande interesse da tropa, tanto nos círculos da execução como da gestão, pois podem gerar premiações e representam também a possibilidade de publicizar o exercício da profissão e os simbolismos do militarismo naquilo que lhe é mais idealizado (heroísmo, coragem), reafirmando seu valor social.

O jargão “não gosta de FEM” apareceu em todas as entrevistas realizadas, assim como nas conversas informais e observações em campo. Essa expressão é simples e característica do cenário descrito acima, indica a construção cultural de uma permissividade a escolher com quem (não) trabalhar, ou mesmo justificar um tratamento diferencial (prejudicial,

discriminatório) a uma categoria de sujeito. Ele é um falseador da norma militar como norma absoluta, pois denuncia a sua fragilidade frente a outras normativas sociais. O regime de gênero e sexualidade que governa as relações e normativas na instituição produz e legitima o seu lugar, em detrimento da outra. Nesta última seção, elegi duas tristes situações vivenciadas em campo que merecem ser destacadas como representativas da materialização desse regime. São excepcionais no sentido da frequência, porém revelam conceitos, práticas formais e informais de gestão e aplicação normativa que contornam as dinâmicas institucionais militares, casos extremos que, na sua excepcionalidade, revelam o mais basilar.

A primeira delas se refere aos acontecimentos que levaram uma Tenente BM a enfrentar processos administrativos demissionários (PAD). De forma bastante resumida, serão apresentados os principais fatos, baseados nos materiais divulgados à época, nas conversas com ela e seus familiares e os documentos produzidos na sua defesa, assim como nos relatos de outros militares. A militar, chamada ficcionalmente de Tenente BM Samanta, havia trabalhado com alguns dos interlocutores da pesquisa, e com o decorrer dos processos, pediu também que sua família entrasse em contato com eles em busca de auxílio. O fato desencadeador da situação atual foi uma ocorrência em que a PM foi acionada por seu namorado, também militar (Cabo BM), durante uma suposta briga do casal em seu apartamento. Seguindo os protocolos, como se tratava de militares, um outro oficial BM (de maior patente) foi acompanhá-los. A ocorrência gerou por parte da PM a confecção de um REDS cujo texto, sob o ponto de vista do namorado, caracterizava de forma vexatória a conduta da Tenente BM, como alguém descontrolada psicologicamente que o havia ameaçado em busca de sexo. A condução da ocorrência ainda gerou um mandado de prisão para a mesma, por alegação de crime de desrespeito ao outro Oficial BM presente, que alegou não ter sido tratado como “Senhor”. Imagens do REDS com foco no texto do histórico junto a uma fotografia da Tenente BM foram massivamente divulgadas nas mais diversas redes de contatos BM e PM, assim como em grupos civis, em questão de horas após a ocorrência. Grupos de *WhatsApp* usados para fins funcionais de trabalho (divulgação de escalas, comunicados do comando, etc.) receberam e compartilharam o material. No outro dia, Tenente BM Samanta é sumariamente transferida de unidade, sob a justificativa de “necessidade de serviço”, sob grande repercussão interna.

Posteriormente, em tratamento psicológico, a Tenente BM foi novamente detida em ocorrências. Em uma delas, foi sistematicamente provocada verbal e fisicamente pela guarnição que a conduzia até o quartel, onde foi algemada e filmada, na presença de outros militares. Um dos militares fez exame de corpo delito no intuito de comprovar possível

agressão física (mordida) da mesma. O vídeo, produzido ilegalmente, foi mais uma vez massivamente compartilhado interna e externamente, virando assunto inclusive de *blogs* policiais e jornais sensacionalistas. A instituição se posicionou publicamente sobre o caso, enviando uma Oficial do quadro de saúde a um programa de notícias locais, no qual informou sobre o acompanhamento psiquiátrico a que a Ten BM Samanta estava submetida, assim como a apuração de possíveis contravenções penais cometidas. Ten BM Samanta acabou sendo internada em uma clínica psiquiátrica por certo período, não foi promovida no tempo previsto e, além de ter sido desmoralizada pessoal e profissionalmente, teve como resultado dos processos administrativos e penais a sua exclusão do quadro da BM.

As considerações a seguir não ignoram que ações cometidas pela Tenente BM possam ser enquadradas nos tipos penais previstos em leis. No entanto, importante destacar que, dentro de um quadro complexo e extenso, que envolve vários sujeitos e instituições, de esferas de atuação e competências múltiplas, somente algumas delas foram recortadas para produzir a narrativa oficial sobre o caso.

Poderíamos começar questionando a atuação das corporações PM e BM na primeira ocorrência. A abordagem e a produção do REDS não deveriam suspeitar de violência de gênero? Ao contrário, o documento cria uma narrativa que tenta ridicularizar uma mulher por demandar sexo, seria esse inclusive o “motivo extraordinário” para tamanha divulgação do mesmo. Não se considera a narrativa da mulher envolvida, nem a possibilidade de outras violências estarem implícitas, além daquela denunciada pelo namorado. O outro Oficial BM que os acompanha supostamente deveria garantir a conformidade da condução, no entanto se porta como um dos agressores ao acionar uma medida extrema, como a prisão, por motivo banal, como a exigência de deferência em um momento de crise e ânimos acirrados.

Previstas em normativas e presente nas práticas cotidianas, ocorrências envolvendo oficiais deveriam ser tratadas com o devido sigilo nos círculos hierárquicos correspondentes. Esse princípio basilar nas dinâmicas militares parece ser sumariamente superado por outro princípio normativo, o de gênero. As especificidades relativas ao seu pertencimento ao oficialato se tornaram evidentes somente na amplitude das punições, como a transferência administrativa usada como sanção disciplinar sem devido processo legal, a celeridade dos processos administrativos e criminais, além da pena máxima que encerra sua permanência na instituição.

A massiva exposição do episódio tem origem entre profissionais da PM e BM que atuaram nas ocorrências. Seu compartilhamento contou com o aval de diversos militares, inclusive superiores hierárquicos presentes nos grupos funcionais de trabalho pelos quais foi

compartilhado. Não há registro, até o momento, de responsabilização ou advertência para quem filmou, divulgou e/ou compartilhou o material, como supostamente deveria ocorrer em caso semelhante. No entanto, Ten BM Samanta responde a processos sob a alegação de falta de decoro da classe e grave escândalo em decorrência dessa divulgação, que expôs a corporação militar.

Outros dois pontos decorrentes do Regime Militar que rege as instituições de segurança estaduais merecem destaque. A legislação atual não deixa clara a aplicação da Lei Maria da Penha para mulheres militares, cabendo aos magistrados avaliar a situação. O segundo ponto é o fato de as ocorrências envolvendo a militar terem origem em âmbito privado e individual, e no entanto gerarem severas consequências para o seu âmbito de trabalho.

Foram citadas pelos interlocutores ocorrências em que atuaram nas quais homens militares (praças e oficiais) estavam envolvidos em casos de agressão a idosos, violência doméstica, invasão e ameaça com arma de fogo, embriaguez e uso de drogas, por exemplo e que não tiveram repercussão nem divulgação semelhante. As noções de corporativismo, solidariedade e resguardo da imagem institucional, tão caras aos preceitos militares, pareceram funcionais nessas ocasiões. Não com a Tenente. O corporativismo apareceria enfim na argumentação medíocre dos documentos iniciais de sua defesa, produzidos por um advogado militar que, com excesso de deferência, sugeria possíveis ações delituosas de outros militares na condução das ocorrências.

A distorção dos fatos fez com que o debate interno fosse pautado na discussão sobre a sua dignidade e capacidade para o oficialato, e não na sequência de violências e negligências institucionais ou nas dinâmicas que não nos permitem enxergá-las. Algumas militares (praças) sensíveis às violências discursivas se juntaram para pensar estratégias de apoio. Além de visitá-la na internação (o abandono e ostracismo profissional também figuram formas de punição), começaram a produzir contradiscursos internamente, questionando as narrativas que somente criminalizavam as suas condutas e patologizavam suas demandas.

Cabe destacar que, segundo a própria Tenente, os pronunciamentos mais desfavoráveis a ela nas comissões de julgamento foram de outras mulheres (oficiais). A Juíza da esfera criminal, por exemplo, chegou a orientá-la a “controlar suas emoções”, confirmando as funções de policiamento previstas ao feminino, conforme já foi discutido anteriormente aqui.

O segundo relato é referente à morte em serviço de uma militar, aqui chamada de Sgt BM Miranda, tema de muitas discussões durante os anos em pesquisa de campo. Após

atuação de sua guarnição em uma ocorrência de incêndio residencial na capital, a militar foi encontrada morta em um dos elevadores do prédio. Pouco depois, o CBM realizaria um Seminário em comemoração aos 20 anos da entrada de mulheres na corporação, e por ordem expressa do Comando da época, palestrantes e organizadoras foram proibidas de mencionar o ocorrido. O marido⁹⁸, também militar da corporação, publicizou uma série de críticas à forma como a fatalidade foi conduzida pelo CBM e suas posteriores investigações. Desacreditado internamente, esse militar acabou saindo da Corporação. Há relatos de que, nos quartéis, a tropa foi reunida com orientações para não mencionar publicamente o ocorrido, com a ameaça de investigação e punição pelo setor de inteligência que monitoraria as redes sociais. O Inquérito Policial Militar que investigou o acidente inocentou o oficial responsável pela operação.

A retomada dessa história não pretende estimular a busca de um culpado, mas destacar como o cenário de silenciamento imposto sobre o ocorrido colocou em foco não o absurdo e a dor da perda de uma colega em atividade, ao contrário, focou no sofrimento do Oficial, bem quisto internamente, que conduzia a ocorrência. Entre os militares, construiu-se uma narrativa sobre o suposto despreparo e equívoco da atuação da Sgt BM Miranda, que a teria levado à morte, enquanto o Oficial, na condução de uma atividade de risco, havia tido a falta de sorte de perder um combatente sobre a sua responsabilidade. O luto era por ele, e não por ela. O teor da narrativa não permitia que as normas operacionais, os planos de ação em equipe e os equipamentos de segurança, por exemplo, fossem colocados sob revisão, mas acabou suscitando um questionamento sobre o trabalho de mulheres em alas operacionais e suas (in)capacidades de execução e atendimento às demandas da profissão. Para nossas interlocutoras, que se viram espelhadas tanto no gênero como nas limitações impostas pela graduação (praça), fica a certeza de que nem a Sgt BM Miranda nem um outro militar gay que se suicidou no quartel trazido em outra entrevista vão participar oficialmente da ‘Galeria de Heróis’ que as histórias institucionais promovem e elevam.

Nessa perspectiva, o exercício das normas administrativas de regulação do trabalhador militar silencia a tropa, além do marido também bombeiro e demais familiares que queriam o direito ao luto. Sua carreira e sua integridade psíquica serão questionadas frente as suas denúncias. O corporativismo de classe pode ser observado quando o silenciamento imposto

⁹⁸ https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2013/09/02/interna_gerais,443540/marido-de-bombeira-morta-apos-incendio-critica-investigacao-da-corporacao.shtml; <http://www.otempo.com.br/cidades/sepultado-com-honras-militares-corpo-da-sargento-dos-bombeiros-morta-ao-combater-inc%C3%AAndio-na-savassi-1.683577>; https://www.diariodoaco.com.br/ler_noticia.php?id=39148&t=a-conduta-dos-bombeiros-tem-que-ser-questionada

visava resguardar a integridade do oficialato. As normas de gênero darão a coerência necessária à política da ineficiência feminina, a criminalização do gênero e a impossibilidade de luto. O esquecimento funciona, assim, como um instrumento da norma.

Os dois casos ajudam a entender a interseccionalidade entre gênero e posição hierárquica, que se revela no uso seletivo da punição e do controle. Para a Ten BM Samanta, a condição de oficial não a protege, pelo contrário, funciona como agravante disciplinador, o argumento para as punições exemplares que confirmarão tanto a rigidez normativa característica do regime militar como o aviso às outras mulheres sobre como se comportar. No caso da Sgt BM Miranda, a postura institucional resguarda tanto o Oficial que deveria responder pela atuação da guarnição quanto reafirma a excelência militar, acima de qualquer crítica ou revisão. As previsões normativas sobre os gêneros serão a sustentação ideológica necessária, reafirmando o feminino como defeituoso, seja na instabilidade mental de uma, seja na incapacidade profissional da outra.

6. A GESTÃO MILITAR DA DIFERENÇA

6.1 A Marcha do Debate

Não concebo a revolução sob a forma viril da luta, da transformação heroica. Para mim, a revolução é o que faz parte do domínio do possível, unicamente nos microatos. Essa forma de microrrevolução é possível. Depois, a questão final é como se manter vivo nesse mundo de guerra total em que vivemos. Necessitamos de uma nova política da experimentação e não unicamente aquela da representação (PRECIADO, 2008).

A primeira vez que ouvi as mulheres do CBM conversando sobre trabalho, elas falavam de gênero. As atividades a que eram designadas, a inadequação das estruturas, o desejo de resguardar a vida privada da regulação institucional, tudo em alguma medida denunciava um marcador que mediava o exercício de seus postos e graduações. No entanto, as suas leituras sobre essa situação nem sempre identificavam o gênero como algo relevante nessa análise.

No CBM, a primeira turma de mulheres bombeiras ficou quase 10 anos como o único agrupamento feminino que, na visão das entrevistadas de outras gerações, em grande medida estabeleceu mais processos de distanciamento pela regulação e hierarquia do que formas de solidariedade com as que chegavam. Esse sentimento exteriorizado em diversas afirmações, quando analisado com cautela, revela muito das dinâmicas institucionais. Não havia no período qualquer demonstração de “feminismo” estampado em camisetas e nas letras de cantoras pop, era (era? é?) algo a ser combatido com orgulho, conforme visto em outro capítulo, na referida Revista Militar da época. Esse feminismo teria sido construído como um posicionamento “radical”, que descaracterizava a feminilidade, tão resguardada naquele contexto que não era o mais tradicional para mulheres.

As pioneiras do fogo no estado tiveram que construir estratégias para trabalhar e se relacionar internamente, uma vez que não havia modelo semelhante a ser seguido. Os méritos de reconhecimento eram individuais, o coletivo era sinônimo de bombeiro (homem), não de mulheres bombeiras militares, pois isso era a marca da diferença que as inferioriza ou limitava. O regime das sexualidades as marcava como supostamente promíscuas, uma vez que estavam ainda mais visíveis, por serem as únicas e por serem julgadas a partir de critérios morais específicos ao gênero. Os valores institucionais, os modelos de sucesso, os impedimentos de sindicalização valorizavam o que se aproximava das masculinidades, construídas como a norma genérica. A recepção às recrutas, 9 anos depois, aparentemente reflete esse contexto: não havia, por exemplo, instruções sobre os procedimentos/fluxos de denúncias a possíveis violações nem estímulos a isso, havia instruções sobre como o ‘nós’ (mulheres) deveriam se “comportar”. O repasse da tradição, entrecortado pelo gênero, simbolizava o controle, e não a solidariedade e a reflexão.

A partir disso, neste capítulo, busco traçar alguns marcos que evidenciam as iniciativas de criação de espaços para o debate de gênero no CBM, tanto localmente como nacionalmente, no período em que estive em pesquisa. Esses fatores são importantes porque indicam as disputas e a construção de entendimentos sobre as “diferenças” internamente às instituições. Além disso, ajudam a visibilizar as construções coletivas sobre os gêneros e as vivências da sexualidade no contexto em que as transexualidades começam a se tornar visíveis e demandar reconhecimento. Referem-se majoritariamente ao CBM, ainda que pontualmente a PM esteja incluída em algumas atividades.

Dois marcos que antecedem o período em campo marcam a mobilização de mulheres para pensar questões relativas às suas condições no trabalho: 1) em 2005, a realização do I Encontro de Mulheres Militares, PM e BM, que Sgt BM Quitéria descobre por acaso ao ler o

verso de uma folha de rascunho na sessão, porém não consegue outros registros institucionais do evento; 2) em 2007, a mobilização de mulheres pertencentes à PM, BM, PC em busca da aposentadoria especial (opcional a partir de 25 anos de contribuição) a qual não tinham direito, como as trabalhadoras civis. Na ocasião, chegam a fundar uma associação de classe, a Associação de Mulheres Profissionais da Segurança Pública (AMPROSEG), que atualmente parece estar desativada. Após a conquista, não localizei outras atuações da Associação. Esse tipo de mobilização é mais frequente nas Instituições em que um número limitado de militares se articulam para a conquista de um direito (pelo qual serão diretamente beneficiadas), apoiadas por lideranças políticas (deputados, vereadores militares) e se dispersam após o desfecho. A pauta não é construída nem articulada coletivamente como uma pauta de gênero.

O ano era 2013. Ainda no mestrado, fazia pela primeira vez outras pesquisas no Nuh/UFMG no campo da segurança pública, quando iniciaram as movimentações de Maria, minha namorada, para mobilizar o tema no quartel. Como atividade preliminar ao Seminário que comemoraria o marco de 20 anos de entrada das mulheres no CBM, Maria convence seu chefe a trocar o tradicional desfile matinal de 8 de março por uma Roda de Conversa entre mulheres. Qualquer ideia que substituísse o “presente” de acordar mais cedo para marchar deveria ser interessante. O tema proposto era a revisão da Instrução Técnica Operacional 9 - Bombeiro Feminino (ITO), que, além de outras coisas, previa normatizar também as calcinhas sob o fardamento (branco) da área de saúde. A dimensão de tamanha regulação escancarou o lugar das mulheres naquele espaço. A quem e a que essa regulamentação protegeria? As normas não previam somente continências, cabelo, esmalte, maquiagem, fardamento, também podiam também regular o que se imaginava. O meu espanto ainda foi maior quando soube que alunas que participaram do debate foram advertidas por dois oficiais BM de que poderiam ser acusadas de motim e presas, caso entrassem na sala. Nem a norma nem a prisão se efetivaram, porém escancaram o terreno que entraríamos.

As negociações para a realização do Seminário de 20 anos também indicavam as dinâmicas militares de pensar o gênero. Maria, soldado à época, desdobrava-se para, com muita deferência, justificar ao grupo de superiores porque convidar a Secretária Nacional de Segurança Pública como palestrante poderia ser mais interessante, no momento, do que uma fala genérica de uma atriz global. Ou que as rodas de conversa teriam maior proveito se somente mulheres estivessem presentes. Ou, ainda, que mais uma mesa de debates talvez fosse mais oportuno, considerando a raridade da oportunidade, do que um “dia de beleza”. Não bastava somente negociar temas e formatos, era preciso escalar hierarquias e antiguidades para criar consensos provisórios e espaços de fala.

O Seminário ocorreu no conjunto de outros eventos celebrativos: baile, culto e solenidade. Como um momento de comemoração e também de reflexão, ficou evidente que, 20 anos após a entrada de mulheres na Corporação, ainda se mantinha o controle específico sobre os gêneros, como as normativas que preveem o uso de tensores (*shorts*) sobre os leotardos (maiôs) nas atividades aquáticas, medida exclusiva para mulheres, a despeito das dificuldades que eles acarretam no desempenho das atividades (como a perda de agilidade em provas aquáticas de tempo controlado). O evento foi importante por apresentar os espaços coletivos como momentos propícios de compartilhamento de experiências e tensionamento institucional, embora ficasse clara a dificuldade em se apropriar do feminismo, seja enquanto teoria, militância, símbolos ou repertório de ação. As hierarquias, as dinâmicas de controle e vigilância, a identidade militar e o afastamento dos debates acadêmicos e militantes sobre sexo/gênero contribuíam para o compartilhamento de um pânico moral sobre o termo “feminista”.

Na abertura do I Encontro Nacional de Bombeiras Militares (2017), mostrou-se importante para uma maioria se posicionar “isentas de um posicionamento feminista”. A abertura oficial pela Comissão Organizadora assim o caracterizava, para meu desespero no meio do mar de fardas de todas as cores (que demarcavam o CBM de diferentes estados), postos e graduações, que deixavam meu “à paisana” ainda mais em evidência. A palestra de abertura ministrada por uma Coronel BM dizia que “se houve preconceito, ele ocorreu no passado, e que na verdade nem foi preconceito, foi ‘o novo’ que chegava”. Falava também em pensar as reivindicações “de mãos dadas com os homens”, e agradecia a todo momento ao Comando Geral a gentileza de permitir o evento. Minha fala, programada para o início da manhã do outro dia, estava impregnada de denúncias e só me fazia pensar: “a única ‘estrangeira’ nesse espaço vai falar de discriminação e preconceito? De assédio? De lésbicas e transexuais? Fiquei até quase 2 horas da manhã no hotel, fazendo ajustes na palestra para soar menos “exata”. As referências à religião também me impressionaram, de modo que, ao longo dos anos em campo, pude observar como certas alianças se mantêm ao longo da história e como a espada militar continua muito próxima ao crucifixo e à Bíblia.

As conversas ao longo do evento com uma Capitã BM e outras praças de MG (capital e interior) foram fundamentais para entender algumas lógicas. Ainda que o teor dos debates no evento fossem exatamente as desigualdades e violências de gênero na instituição, afastar-se do termo (feminista) era uma via de possibilidade para pautá-lo nesse contexto sexista e misógino. Ser percebida como feminista acarretaria deslegitimação, perda da possibilidade de

diálogo internamente. Nesse sentido, por diversas vezes, fomos advertidas pela Cap BM de que “nesse formato” não conseguiríamos dialogar.

O evento era dividido entre palestras, cursos/oficinas operacionais e uma competição esportiva entre estados. A oferta dos cursos/oficinas operacionais era simbolicamente muito importante frente ao afastamento que as mulheres militares têm dessas oportunidades em seu cotidiano. Criou-se uma oportunidade para compartilhar também um saber técnico-operacional, que internamente qualifica e legitima seu portador. Nos intervalos, era perceptível o clima de competição, preparação e divertimento entre as atletas militares. As competições esportivas marcavam, assim como a prescrição dos fardamentos para as participantes e a ritualística dos cerimoniais, o (explícito) caráter militar do evento.

Os temas das palestras prometiam abordar assuntos que eu avaliava como urgentes nos relatos que ouvia em campo, porém fiquei muito surpresa ao olhar para a seleção e me deparar com a deferência à “normalidade das relações” que marcaram a abertura do evento. Assédio sexual, violência contra mulher, serviço operacional, saúde, teste físico, mulheres em liderança, tudo isso mostrava que nacionalmente os campos de maior tensão pareciam os mesmos. No entanto, o que ocorrera, tanto nesse evento como no II Encontro Nacional no ano seguinte (2018), é que a chave de compreensão não era o tema, e sim a abordagem. Era completamente possível “falar do tema, sem falar do problema”. Acerca do tema assédio sexual, muito se falou sobre os protocolos (civis) regulares de denúncia e os (protocolos) militares como um acréscimo final; acerca da “violência contra a mulher”, ouvimos sobre amor e a Bíblia como saídas possíveis, em falas motivacionais de civis e outras militares.

Chamou atenção uma palestra intitulada “Comunicação nas posições de liderança”, ministrada por um doutorando em neurociências e especialista em voz, que tinha como objetivo informar sobre formas mais efetivas de comunicação, “o padrão do bom orador”. Considerando como o debate feminista denunciou o silenciamento das mulheres dos espaços de fala e uma socialização que não a habilita para tal, a escolha é muito interessante. De forma bem resumida, as orientações estavam relacionadas a não deixar transparecer marcadores de gênero, escolaridade e regionalidade na sua fala. O evento reunia mulheres de todo o país, de formações diversas, em um estado do Nordeste onde a sinfonia dos sotaques dava a cadência de todas as atividades. As orientações pareciam dizer que, para sermos ouvidas, não podíamos ser nós mesmas. Fiquei aliviada quando uma militar BM da plateia pediu a palavra no final da apresentação e compartilhou o mesmo desconforto. Moldar a voz (corpo) para se fazer ouvir talvez fosse exatamente o que elas haviam aprendido nos cursos

militares, o que gostariam de saber realmente é como moldar os ouvidos que as percebem como ruídos.

Outro ponto merece destaque nos dois Encontros Nacionais: o debate racial. Em minha pesquisa de campo, essa temática aparecia de forma mais evidente na perseguição aos cabelos crespos e na liberdade insuportável que eles representam para os protocolos disciplinares formais e informais. “Empoderamento feminino e autoestima” anunciava o palestrante referindo-se a uma assessora dos cachos. Quando li o programa, achei que não havia entendido algum termo técnico e fui surpreendida por uma oficina descontraída que exaltava a beleza negra e o empoderamento dos cabelos. A atividade foi muito bem recebida pelas militares, que participaram inclusive dos “gritos de guerra” ensinados pela palestrante civil. No meio da sonoridade, havia uma forma de comunicação silenciosa entre aquelas militares: “sabemos o que passamos, só não vamos falar alto”. Porém podemos pensar, se não se sabe como reagir a determinadas prescrições que obrigam as militares a deixar o cabelo (crespo) a ponto de ser contido por um coque, ou sem estilizações como clareamentos e obrigatoriamente “harmonizar” o seu delineamento com grampos, só poderiam se sentir bem e bonitas fora das horas de trabalho? No Encontro do ano seguinte, o tema do racismo viria nomeado no título da palestra e seria ministrado por uma Cap PM do estado que atuava em um “Grupo de Trabalho de enfrentamento ao racismo institucional”. A abordagem foi mais direta, falou de forma muito clara e acessível sobre as dinâmicas raciais no país, os jargões culturais que revelam o racismo estrutural (como o “limpar a barriga” do processo de branqueamento à brasileira ou as violências contidas nos termos “moreninha”, “mais melanina”, por exemplo) e chegou a citar a seletividade policial, marcando-a como uma atuação de “alguns policiais e não da corporação”. Apesar de sua participação em um espaço institucionalizado de debate (G.T) na sua corporação, nenhuma denúncia, estatística, ação ou política implementada foi mencionada pela palestrante.

Os dois Encontros contaram com palestras que consideravam a marcação de certa diferença no corpo das militares, como os temas da saúde e prevenção (infarto e AVC, perante as estatísticas de prevalência em mulheres), desempenho em testes físicos e gravidez, por exemplo. Por um lado, funcionaram como uma reiteração normativa dos discursos que constroem na biologia as diferenças de sexo/gênero e justificavam seus corpos como defasados em força, ou fragilizados por “condições próprias das mulheres”. Por outro, compartilhavam caminhos para trabalhar com esses discursos internamente. Em especial, o debate sobre gravidez, no II Encontro, contou com forte participação da plateia que ia descobrindo coletivamente as diferenças normativas entre os estados. E como o direito ao

fardamento adequado (ou a dispensa dele na gravidez), a amamentação, a rotina e o local de trabalho, e a readaptação às tabelas de rendimento físico eram heterogêneas e coerentes com o reconhecimento e equidade de direitos conquistados naquele estado/corporação. Essas trocas são fundamentais para perceber violências, prejuízos e provocar demandas de melhorias nas próprias corporações.

As possibilidades de fala nos eventos também estavam relacionadas à estruturação militar. As diretrizes institucionais que constroem o oficialato como o lugar de saber e de orientação também distribuíam de forma majoritária as oficiais entre as palestrantes e as praças como público. Em determinados momentos, as oficiais “mais antigas” de cada estado eram convocadas para reuniões separadas, onde decidiam e depois comunicavam encaminhamentos importantes ao coletivo, como a criação de um Comitê Nacional de Gênero, no I Encontro. Essa dinâmica não passava despercebida ao grupo, que frente ao curto tempo de debate em algumas atividades e o desprestígio da formação acadêmica/técnica em relação à patente (posto), por exemplo, chegaram a fazer discursos emocionados sobre essa relação de silenciamento hierárquico. Nos dois encontros, soubemos de censuras (pelos Comandos Gerais) aos conteúdos compartilhados, acusações do que eu chamo de “crime militar do feminismo”, boicotes e impedimentos institucionais para a participação no evento, assim como disparidades de financiamentos em relação a atividades que envolviam outros assuntos institucionais, de maior interesse dos Comandos. O caráter (implícito) militar se revelava então.

Nos dois eventos, o tema das transexualidades esteve presente na programação oficial. Quando soube do I Encontro por milhares do meu estado observei que no *site* não previam a participação de civis. Enviei um e-mail à comissão listando meu histórico de parcerias com o CBM e explicando minha pesquisa, solicitando a participação como ouvinte. Algum tempo depois, recebo (feliz) a resposta com um convite para ministrar uma palestra sobre o tema e acompanhar as outras atividades. Diante da oportunidade, e sem conhecer o tema das outras apresentações, decido abordar tanto as relações de gênero como as vivências da sexualidade no contexto das corporações militares de segurança pública, fruto (parcial) do doutorado e de outras pesquisas nossas no Nuh/UFMG.

Na tentativa de acalmar os efeitos da angústia da noite de abertura, resolvo assumir o lugar de “estrangeira”. Além da trajetória acadêmica, assumo o lugar de quem acompanha de perto, e apesar de não vivenciar diretamente certas realidades institucionais (por ser civil), sente os seus efeitos (como parte de uma família com militares) e tem a possibilidade de falar o que muitas gostariam e, por motivos diversos, não poderiam. Uso termos e expressões (da

caserna) que apreendi em campo (e em casa) para problematizar o termo “feminista” aproximando-o exatamente do que elas já faziam, convidando-as a pensar não somente sobre mulheres mas sobre gênero. Falo de assédio, trago os marcadores estéticos (peso/corporalidade) como fatores de regulação interna sobre o gênero e falo das dinâmicas envolvendo as lesbianidades. Mais profundamente abordo os desafios impostos pelas transexualidades, marcando um posicionamento despatologizante e visibilizando legislações vigentes que poderiam ser úteis. O atraso na programação faz com que somente uma pergunta seja possível, e uma Cap BM do sul do país me questiona “como” trabalhar essas questões internamente. Respondo brevemente sobre a potência das parcerias, tanto dos movimentos sociais como da Universidade, para construir caminhos.

Após a palestra, um pequeno grupo de militares me espera para almoçarmos, eufóricas por ouvirem sobre suas vivências (lésbicas). Relatam a surpresa com o tema abordado e compartilham histórias tanto de reconhecimento como de preconceito institucional, como a luta por equidade de direitos em caso de casamento e adoção homoparental. Na ocasião, fico sabendo da Rede de Operadores de Segurança LGBT (RENOSP/LGBT) e seu grupo de comunicação no *WhatsApp*, assim como de outros casos de militares transexuais ao longo do país. Tomo conhecimento também de toda uma sociabilidade lésbica efervescente durante o Encontro e nos cotidianos institucionais.

No II Encontro Nacional⁹⁹, as transexualidades voltam a ser tema específico de uma das exposições, por iniciativa da própria comissão organizadora. A palestra é ministrada pela psicóloga que coordena o atendimento a transexuais em um Ambulatório do Hospital das Clínicas do estado, credenciado ao Programa do Processo Transexualizador nacional. Sua abordagem é focada em uma explicação breve sobre conceitos (usa o “bonequinho das identidades”), amplia a noção de saúde, cita as formas de atendimento do ambulatório, assim como normativas nacionais que regulamentam direitos trans. Sua abordagem é importante ao combater o caráter patologizante do diagnóstico, ao associar os sofrimentos a preconceitos e violências e ao insistir na autodeterminação do sujeito sobre suas performatividades de corpo/gênero.

Mais uma vez, fica a cargo da plateia costurar o tema com as realidades institucionais, e isso se dá de forma muito plural. Militares citam outros casos de transexuais em suas

⁹⁹ Dessa vez, o grupo de militares BM que seria enviado por MG me informa do evento. A corporação, através de Maria, envia um e-mail solicitando a minha participação como ouvinte e colocando duas Ten Cel BM que me conheciam como referências institucionais que legitimariam minha participação. Porém não recebemos nenhuma resposta. Eu viajo na companhia de Maria e somente lá, por intervenção da Psicóloga Oficial BM que acompanhava João em MG consigo liberação para participar de todo o evento. Reencontro várias militares do ano anterior que me recebem com muito carinho.

corporações ao longo do país, as expulsões das Forças Armadas e a questionam sobre os problemas mais recorrentes nos quartéis (nome social, alojamentos, fardamentos). Em resposta, a palestrante cita situações semelhantes vividas por um de seus pacientes que também é militar na PM do estado. As perseguições institucionais (piores escalas), as prisões disciplinares (por questionar superiores) e as cobranças sobre uma masculinidade padrão (que supostamente não reclama, que não chora, não incomoda). Situação análoga à de João no que se refere à deslegitimação da masculinidade, porém divergente nas possibilidades de punição, uma vez que, conforme visto em capítulo anterior, no estado, a vigência do Código de Ética em detrimento do Regulamento Disciplinar comum em outros estados diminui (ainda que não as elimine) determinadas punições, como as prisões arbitrárias.

O que registrei em meu caderno de campo foi a expressão “explosão do encontro, independente do medo do feminismo”. Se as falas (tanto de civis quanto de militares) possíveis eram mais “genéricas”, elas lançavam faíscas aos ouvidos da plateia em polvorosa, que apesar do limitado espaço reservado ao diálogo livre, queriam conversar, compartilhar, denunciar! E costuravam “o tema ao problema”, como muitas palestras não haviam feito. As rodas de conversa, com relatos vivenciais, provocaram mais debates e reflexões do que as palestras magnas. Os momentos de sociabilidade, o cafezinho entre as atividades, eram fundamentais para esse momento de elaboração que muitas vezes não cabia nas falas públicas. O distanciamento da vigilância dos pares, ainda que regulada por um ordenamento militar geral, permitia que reflexões e desabafos acontecessem. Momentos basilares de politização de demandas como situações coletivas, e não individuais.

Outro ponto a ser destacado no II Encontro Nacional é o que chamei de uma ‘reapropriação do feminino’. O evento contou com vários depoimentos espontâneos de mulheres das primeiras turmas de bombeiras ao longo do país (conforme visto anteriormente). No entanto, em uma das palestras, uma TenCel BM conta que, em sua trajetória profissional, sempre teve que negociar com a nomeação de “puta” ou de “lésbica”. Interessante que essa classificação não era resultante de um exercício sexual ou de um desejo, mas de uma performatividade de gênero. Se aparentava vaidade, feminilidade, era classificada como “ruim de serviço”, por não aparentar competência, e “puta”, porque devia estar se “oferecendo” aos masculinos. Se era “bruta”, conseguia trabalhar (operacional), porém era pejorativamente aproximada das lesbianidades¹⁰⁰. Em continuidade, a militar diz que, em revisão a sua

¹⁰⁰ Apesar de sabermos que historicamente as instituições policiais fizeram uso das características ditas “femininas” para atividades mais sociais e administrativas, conforme visto em outro capítulo, muitas atividades do CBM as desvalorizava. Se portar de forma séria, diretiva, demonstrar força física, ou evitar adereços, chamados em alguns

história, não se encontram dúvidas sobre sua competência profissional e que cansou de tolher sua subjetividade e de se regular. Então, em meio à palestra, solta o cabelo, desfaz o coque, e dança um funk no meio do evento, para o espanto de muitas e felicidades de tantas outras.

A quebra de protocolo não se refere só à ritualística do evento, e o que se espera (postura) de uma Oficial Superior, mas também de uma forma de pensar o gênero no CBM. Do que cabe dentro do “militar padrão”. Tanto episódio como outras iniciativas observadas em campo (p. ex., relatos espontâneos de ressignificação da própria performance, tensionamentos institucionais) evidenciam um movimento contínuo de ressignificação do feminino, não somente como característica funcional em determinados espaços (compreensão, organização, delicadeza para assuntos “sociais”), mas como algo que não é incompatível com atividades operacionais e com a identidade profissional no CBM como um todo.

Localmente, o 08 de março é hoje o único espaço institucionalizado no calendário possível para debates relativos a gênero no CBM do estado. Ao longo dos anos, esses eventos têm se transformado, agregando às tradicionais rosas (representativas aqui das demais iniciativas estereotipadas sobre a data) espaços de debate coletivo. Em 2017, a Assessoria de Comunicação Organizacional do CBM (provocada por Maria) promove um Seminário na capital e respalda outros que ocorreriam no interior. Coloca-se toda uma seção mobilizada para a organização do evento, o que tem um peso considerável institucionalmente. Esse é um ponto interessante, lembrar que o CBM é estadual, e o apoio da Sede pode ser um fator importante de legitimação do tema. Algumas cidades no interior realizaram outros Seminários locais na data, tanto em 2017 como em 2018, mostrando reorganizações nos formatos das comemorações também ao longo do estado. Outros estados pelo país realizam, há alguns anos, eventos regionais de encontro de mulheres militares.

Em 2017, o evento na capital, como resultado de consensos provisórios de um grupo sobre os aspectos identitários (mulher), reflete as visões sobre gênero internamente. Nesse evento, foram discutidos temas como assédio (e a possibilidade de instituir uma política de prevenção), mobilização política (estimuladas pelo debate do filme “As Sufragistas” – 2015- , após convencimento da organização de que era “feminista”, mas não era ruim), como também contou com uma palestra sobre alimentação com uma nutricionista famosa entre os combatentes por grandes emagrecimentos. Era visível, pois, como nesse contexto há disputa e

estudos de “se masculinizar”, era uma estratégia para ganhar respeito, autoridade ou simplesmente trabalhar. “Se masculinizar”, o que acredito, aliás, não ser o melhor termo, por reforçar a ideia de que existe uma forma única de ser mulher/homem, generificando características que poderiam ser apropriadas por quaisquer corpos.

construção sobre aquilo que é de interesse das militares, mas também sobre o que é um debate de gênero.

Um efeito visível do andamento do debate internamente se deu no momento reservado para o repasse do I Encontro Nacional às militares da capital. A Cap BM supracitada (que conheci durante o I Encontro, em 2017), ao contrário da visão que havia compartilhado conosco durante parte do evento, faz um lindo relato, iniciado com a afirmação da urgência de se compreender melhor o feminismo, uma vez que a ignorância poderia acarretar posicionamentos equivocados como os que presenciara no evento. Era evidente uma reflexão e abertura após os compartilhamentos e diferentes posicionamentos no evento nacional. O peso de sua fala está assentado no fato de ser uma Oficial BM, que saiu e se misturou a outros discursos, refletiu sobre isso e agora trazia uma nova proposta às demais (internamente). A “descriminalização” do termo feminismo tem acontecido lentamente no CBM, à medida que também percebem o seu apoio por outras pessoas de legitimidade social como juristas, gestores civis (como a Secretária de Políticas para Mulheres, no II Encontro Nacional), agregando legitimidade e outros contornos ao mesmo.

Em 2018, alunas da Academia do CBM, motivadas por uma capitã daquela unidade, organizaram uma atividade de debate no 08 de março, convidando militares e pesquisadores civis. Na plateia, todos os alunos participam e não somente as mulheres, como nos outros eventos. Os comentários sobre a atividade indicam um outro fator a ser considerado nesse percurso. O formato de fala marcado como acadêmico é identificado como um fator de distanciamento sobre o conteúdo. O diálogo com a universidade e os movimentos sociais muitas vezes perdem importância frente às personalidades “motivacionais” que ganharam visibilidade nos últimos anos, que traduzem suas falas (muitas vezes rasas) ao cotidiano e linguajar dos não acadêmicos, se é que essa é uma expressão válida, uma vez que parte da tropa também está inserida nos meios universitários.

Em outro âmbito, algumas iniciativas também podem estar tensionando e mobilizando reflexões internamente. A Associação de Oficiais da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar (AOPMBM) criou, no seu organograma interno, um “Departamento Feminino” (2016). A entidade, que busca uma representação da categoria (oficiais), tem função similar aos sindicatos (proibidos aos militares). O novo departamento tem a função de institucionalizar a pauta “mulheres” na luta de classe. Marco a categoria mulheres em detrimento da categoria gênero, em função das formas de compreensão inicial de suas pautas no momento da criação (maternidade, filhos, casamento). Também utilizaram o 08 de março, nos últimos 2 anos, para promover seminários com pautas interessantes como linchamento

virtual e gênero nas políticas públicas. Em 2016, a Associação Feminina de Assistência Social (AFAS¹⁰¹), uma entidade de políticas sociais para o público interno (PM e BM), na ocasião do 8 de Março, promoveu um evento no qual o Chefe do Estado Maior da PM inicia sua palestra com uma piada machista (algo como: “quem bateu o carro pra chegar no evento?”), seguida da apresentação de uma encenação considerada também machista pelas presentes. As atividades geraram um grande burburinho na tropa, que passa a não mais aceitar silenciosamente alegorias do cotidiano (machista) que já vivenciam, fantasiadas de homenagem. Nos 2 anos seguintes, a Associação promoveu uma corrida em comemoração à data.

São nas dinâmicas do cotidiano que alguns efeitos são percebidos e efetivados. No auge das perseguições abusivas a uma Oficial BM (conforme visto em outro capítulo), algumas militares (praças) se reuniram para pensar formas de resistência aos discursos machistas e equivocados que sustentavam o caso, no entanto, nenhuma oficial se juntou ao grupo ou publicizou formas de apoio institucional à colega. Outras militares têm feito do cotidiano um campo de resistência como: se apresentar com desleixo na aparência para não ser escalada como bandejinha¹⁰²; fingir que não tomam ou não sabem fazer café para não ter que fazê-lo para toda a seção; se candidatar a vários cursos de formação na tentativa de resistir ao trabalho continuado no setor administrativo. Os alojamentos aparecem na fala das entrevistadas não somente como um espaço que geograficamente separa os gêneros e postos, mas também onde vão “sacando juntas” as violências de gênero, construindo conjuntamente no cotidiano formas de resistir e se apoiar.

O uso do termo FEM nesta escrita, por exemplo, é uma forma de apoio à ressignificação que muitas militares têm feito ao caráter pejorativo que ele evoca internamente. Tomando para si, elas almejam associar outros significados a ele. A expressão comum que justifica a exclusão ou preterimento do efetivo feminino de alguns espaços, como o “não gosta de FEM”, vem cada vez mais sendo interpelada, muitas vezes pelos mesmos mecanismos institucionais de regulação, como a comunicação por escrito. Processo semelhante ao uso do termo “*queer*” por sujeitos e teorias. A expressão pejorativa que era utilizada como um insulto na designação de pessoas estranhas, inconformes, dissidentes passa a ser reapropriada para nomear algo da trajetória incapturável ou imprevisível de uma vida sexual, que muitas vezes não cabe nem nas categorias identitárias não normativas. É uma ocupação, um grito de visibilidade e reconhecimento além da previsão.

¹⁰¹ Frequentemente presidida pela esposa do Comandante Geral PM.

¹⁰² Função afeta ao cerimonial militar: quem carrega a bandeja contendo a premiação ou homenagem.

Ciente das dificuldades e implicações pessoais que a elaboração de eventos de qualquer dimensão com essa temática (mulheres), em um ambiente militar, pode causar, pode-se considerar o panorama acima um avanço significativo no estímulo ao debate de gênero nos Corpos de Bombeiro Militar. Por sua recente e heterogênea dependência das Polícias Militares, os CBM ainda organizam estruturas e identidades profissionais próprias, e as mulheres são parte importante dessa história.

Nesses espaços, o debate sobre gênero, ou a condição de mulheres como elas nomeiam (e entendem), ainda está muito vinculado a aspectos estruturais (fardamentos adequados, alojamentos) que, há quase 30 anos (só em MG), ainda não foram regulamentados e são fundamentais para a criação de condições equivalentes de trabalho. No entanto, se é possível hoje discutir a criação de novos alojamentos, não se questiona ainda a sua divisão por sexo/gênero (como os alojamentos mistos do SAMU¹⁰³, por exemplo). De nada adianta discutir sobre o papel da mulher, mas não estender o debate para um conceito mais ampliado de gênero, que colocaria em pauta temas como violência de gênero (muito comum entre militares), masculinidades, desigualdades de acesso a formação continuada, e demais problemas mencionados anteriormente.

Muitas pautas só ganham consistência se articuladas ainda em conjunto com a PM no estado, em função de seu poderio político na gestão estadual. O debate sobre o aumento do efetivo feminino (entre 5% e 10% ao longo do país), por exemplo, ainda não é uma realidade concreta nos estados, nem enquanto ponto de consenso entre mulheres, apesar de várias iniciativas isoladas aparecerem e morrerem. Supostas limitações de base biológica são o principal argumento entre tropa e gestão, a despeito dos rendimentos de diversas combatentes, construídas como exceção a uma regra normativa sobre o gênero.

As questões de assédio e os impedimentos e negligências institucionais para denúncia e punição foram alarmantes, mas não passaram dos relatos, ou seja, ainda não se vislumbra nenhuma medida coletiva e institucional para lidar com o assédio como um problema estrutural e não pessoal e que reconheça a insuficiência dos caminhos já existentes.

O debate sobre as vivências sexuais não heteronormativas, as lesbianidades em especial, apesar de visivelmente presente no cotidiano institucional e nos eventos “de mulheres”, não faz parte dos tópicos de discussão, nem dos espaços de fala. Ainda que seu exercício seja latente e reconhecido nas brechas normativas como nos casamentos (licenças) e na inclusão em planos de saúde. As homossexualidades são concebidas de formas pejorativas

¹⁰³ Alguns quartéis do CBM em Minas Gerais contam com dependências para uso exclusivo de equipes do SAMU que possuem suas ambulâncias baseadas nessas unidades. Seus alojamentos, todavia, são únicos para homens e mulheres.

e estereotipadas, porém o prestígio institucional de algumas experiências promove revisões nesses conceitos, flexibilizando convivências.

No estado, em 2016, o tema da transexualidade foi pauta oficial em uma Reunião do Alto Comando, conforme será visto de forma mais detalhada no próximo capítulo. Ainda que essa eleição temática não tenha gerado nenhuma mudança efetiva nas políticas institucionais naquele momento, foi tomada como interesse daqueles que definem as diretrizes da corporação. Pensando em hipóteses para tal, imagino que a visibilidade de João e suas demandas na corporação chamaram atenção também para candidatos transexuais nos concursos BM e à publicidade dos processos judiciais de combatentes transexuais contra as Forças Armadas. Dessa forma, a necessidade de se preparar para alguma mudança estaria latente.

Nesses termos, João muitas vezes me convidou para conversar sobre o correto preenchimento dos novos campos dos REDs (nome social, identidade de gênero e orientação sexual) ou mesmo o atendimento à população LGBTQIA+ no quartel. O convite que se originou no período em que atuava na ala operacional acabou acontecendo quando estava no setor administrativo. Na manhã combinada eu o aguardava na entrada do Batalhão quando, muito nervoso, ele chega atrasado, dizendo que talvez a atividade não ocorra. Um Major BM havia o interpelado dizendo que ele “*não promoveria palestras para defender sua condição ali dentro*”. Tentamos pensar uma estratégia para contornarmos a situação, uma vez que o “assunto” não era esse, e mesmo se fosse, não havia nada de errado. Usamos a hierarquia a nosso favor ao acionarmos a Oficial BM Psicóloga (de patente superior ao Major em questão, que trabalhava no mesmo Complexo de Unidades), para nos ajudar na negociação. Muito solícita, além de fazer uma extensa apresentação legitimando o tema e a palestrante, essa psicóloga ficou presente durante toda a atividade e almoçou conosco depois. O argumento da “causa própria”, “militância”, “radicalidade” ou mesmo “feminismo” foram constantemente usados como empecilhos para promover o debate interno desse tema, conforme visto no capítulo anterior.

As dinâmicas que envolvem o trabalho nos quartéis da Capital e no interior também devem ser levadas em conta, uma vez que as possibilidades de ingerências do exercício de práticas machistas, homofóbicas e transfóbicas podem ser intensificadas. Os espaços tanto de reflexão como de denúncias podem estar menos acessíveis, uma vez que os círculos de sociabilidade ficam mais próximos e restritos no interior do estado. Ao mesmo tempo, mulheres têm assumido postos de comando fora da Sede, com possibilidades de gestão e

criação mais distantes dos órgãos de regulação central. Essas relações merecem ser melhor investigadas.

A presença de mulheres em altos postos de comando é uma previsão, uma aposta de que as relações de poder sejam tensionadas e algumas pautas sejam abordadas, mas não é uma garantia de melhoria. As posições mais altas da hierarquia são lugares de fala e possibilidade de ação. Porém também são altamente reguladas. “Fazer política”, ou melhor, politizar relações é se sujar, colocar em evidência um posicionamento que pode prejudicar sua carreira e/ou seu cotidiano, por ir em desacordo com práticas institucionais e sociais executadas por aqueles que definem os rumos da sua carreira e as dinâmicas do cotidiano de trabalho. O contexto institucional tende a valorizar trajetórias individuais, apagando a influência de marcadores sociais nessas trajetórias e desmobilizando a criação de pautas coletivas. Ingerências resultantes da hierarquia, abuso de poder e assédio moral são fatores de forte desmotivação daquelas que tentam implementar mudanças e projetos.

“Ser praça” muitas vezes pode excluir dos espaços formais de proposição e debate, porém tem menor regulação direta dos Comandos.

As formas de mobilização também são um ponto de inflexão. Se as formas de conceber as pautas de gênero estão em disputa, as possibilidades e motivações para participar desses espaços também são diversas. As participações nos eventos quando institucionalizados (por ordens de serviço) são recebidos por muitas pessoas como mais um encargo institucional. Nas ocasiões de participação voluntária, muitas combatentes têm encontrado resistências e boicotes das chefias locais para impedir a liberação. O fato de o público-alvo ser misto ou exclusivo para mulheres também está em negociação. João, por exemplo, não participou de nenhum dos eventos supracitados, nem daqueles acontecidos antes da transição.

As discussões de gênero não estão no conteúdo programático das formações regulares, porém alguns instrutores têm pontualmente incluído essa abordagem dentro das disciplinas. As novas gerações, embebidas pela popularização do feminismo no mundo civil, se ainda não têm atuado de forma expressiva na condução desses debates, têm, por outro lado, tensionado expressões cotidianas nos quartéis, insistindo em ocupar lugares onde são preteridas, ou mesmo em tornar visível um trabalho que fazem com orgulho e competência.

O olhar para as tentativas de debate acerca das questões de gênero nos CBM dá pistas de uma metáfora do contexto militar, desenha esboços do substrato onde se vê emergir publicamente as vivências trans. A disputa de formatos, temas, abordagens, quem ocupará lugar de fala, o que será silenciado, quem será silenciado, quais repertórios de ação serão selecionados, quando tais debates serão possíveis no calendário institucional, quem irá aderir,

se a adesão é voluntária ou forçada... todas essas questões são curvas, fronteiras, formas do palco em que as transexualidades tentam existir. A inexistência de grandes marcos de conquista nas mobilizações pontuais ou cotidianas até aqui não devem ser confundidas com águas calmas. Os “microatos” a que se refere Preciado na epígrafe do capítulo tentam produzir no ambiente cultural e organizacional do CBM as mesmas agitações que o helicóptero produziu na piscina do quartel de acordo com o relato dos primeiros dias de João na caserna. Muito ainda se encontra em disputa, e os riscos são latentes. Quanto essas mobilizações de mulheres “querem” discutir sobre gênero? Quanto coube até aqui da reflexão sobre as masculinidades e sobre as relações de gênero nos tensionamentos atuais. Se as homossexualidades ainda ocupam o lugar do que deve ser mantido abaixo do limiar dos sentidos, haverá espaço para (des)construções, estiramentos, acerca de um “militar padrão” que faça caber as transexualidades militares?

6.2. O “rebento¹⁰⁴” da gestão do trânsito

A minha vida se confunde com a minha vida no bombeiro.

(João)

Un movimiento tal conlleva un desplazamiento y un autodesplazamiento: dejar o abandonar un lugar que es conocido, que es un “hogar”- físicamente, emocionalmente, lingüísticamente, epistemológicamente - y cambiarlo por otro que es desconocido, que no es familiar ni emocionalmente, ni conceptualmente; un lugar desde donde hablar y pensar son, en el mejor de los casos, tentativos, inciertos, no-autorizados. Pero la partida no es una elección, ya que en primer lugar, no es posible vivir allí. Por lo tanto todos los aspectos del desplazamiento, desde lo geopolítico a lo epistemológico, a lo afectivo, son dolorosos y arriesgados, ya que conllevan un constante ir y venir, una redefinición de las fronteras entre cuerpos y discursos, identidades y comunidades.
(DE LAURETES, 2001, p.7)

De Lauretes faz referência, no trecho acima, aos processos resultantes do afastamento do eixo heteronormativo (para as lesbianidades), sendo que esse rearranjo que ela anuncia também atua de forma similar nos trânsitos de sexo/gênero. Esse outro lugar, em que homens e mulheres (transexuais) buscam ser reconhecidos, está previamente não autorizado para seus corpos, o caminho até lá pode ser silenciador e exigir uma reconceituação do sujeito, das

¹⁰⁴ Em contextos militares, frequentemente se usa a expressão “rebento” para se referir a tarefas, pessoas ou atividades indesejadas, trabalhosas, difíceis.

relações de subjetividade com a realidade social e em uma posição de resistência e agência que é particular, em relação ao aparelho sociocultural da instituição heterossexual, como afirma a pesquisadora.

Para Barboza (2012), a transexualidade “pode ser compreendida como uma forma de expressão da identidade pessoal, multifacetada e dinâmica, na medida em que pode ser alterada ao longo da vida, em função das vivências individuais”. Assim, transexual é o indivíduo que, “de modo contínuo, sente e afirma ser do sexo contrário ao que lhe foi atribuído ao nascer, vive o gênero correspondente a esse sexo e deseja obter o reconhecimento dessa identidade, independentemente de modificações de sua genitália e de sua orientação sexual (p.6). Lembrando que esse “contínuo” não é sinônimo de eterno ou definitivo em nenhuma experiência, cis ou trans. Comumente pessoas trans entendem que a não correspondência entre sexo/gênero atribuído e o autoafirmado requer a modificação de seu corpo mediante hormonização e cirurgias (COLL-PLANAS, 2010), ainda que cada vez mais venham construindo vivências da feminilidade, masculinidade e outras possibilidades entre elas ou com ambas, a partir de materialidades corporais diversas.

Parte-se do pressuposto de que as transexualidades não são processos homogêneos que possuem um ponto de partida e outro de chegada, capazes de serem previstos em diagnósticos. Representam possibilidades de materialização das masculinidades e feminilidades diversas, convergentes com os contextos sócio-histórico e biopolítico em que estão inseridas. Interseccionais, são mescladas a outros marcadores sociais como raça, idade, localização geográfica, classe social e também podem ser significadas e ressignificar os espaços a qual pertencem e produzem, como as inserções profissionais.

O recorte que caracteriza esta pesquisa atrela vidas trans a uma inscrição institucional, a um fazer profissional que articula contornos identitários totalizantes (CASTRO, 2009), se quisermos utilizar um termo recorrente na literatura do tema. Tanto a identidade militar como os regimes (hierárquicos, disciplinares e sexuais) que criam e exercem os seus delineamentos no cotidiano das instituições serão os interlocutores dessas trajetórias. Esse recorte também é evidente para João e Francisco. Quando questionados sobre o que os diferenciava de outros ‘meninos’ (trans), ambos referenciaram o fato de “serem bem-sucedidos”, ou seja, ter inserção profissional, estabilidade financeira e “um fator a mais de cuidado” por serem militares. Com Butler (2006), fomos provocadas a perceber o duplo aspecto da norma, a entendê-la como aquilo que nos ata, que nos conecta com o comum estabelecido. Mas também a entender que o que cria a unidade produz exclusão. Esses dois aspectos serão importantes para pensar as relações investigadas nesta pesquisa.

A trajetória de João assim como a de Francisco estão em andamento. De forma mais extensa com João, oficial BM, acompanhamos a sua identificação com as transmasculinidades, a afirmação pública de sua masculinidade no quartel em busca de uma nova inscrição de gênero naquele espaço, até a conquista do reconhecimento jurídico dessa demanda que viabilizaria oficialmente esse registro. Com Francisco, Cb PM, de forma mais pontual, buscamos compreender as negociações para a vivência da masculinidade, ainda não reconhecida institucionalmente. O emprego no servidorismo público militar estadual confere a eles, ao mesmo tempo, campos de possibilidade e impedimentos.

Com certa estabilidade financeira, ao contrário da condição de muitos transexuais no país, um rearranjo em suas prioridades permitiram a João ter acesso a equipes multidisciplinares em saúde na rede privada (psicóloga, psiquiatra, nutróloga, endocrinologista) e seus respectivos laudos, assistência jurídica particular, viagens e cirurgia. Francisco, inscrito no círculo de menor remuneração no sistema militar estadual (praças), assim como muitos outros transexuais no país, aguarda a possibilidade de cirurgia (mastectomia masculinizadora) em um dos Programas do Processo Transexualizador (SUS), porém tem uma rede de assistência à saúde (militar) para realizar exames e acompanhamentos médicos rotineiros.

A questão da moradia também não é um problema para nossos interlocutores. Ambos conseguem custear uma moradia individual, fora do âmbito familiar, com o salário que recebem.

No Brasil, essa diferença é bastante significativa. As vidas trans são marcadas por precariedades resultantes da exclusão familiar, baixa escolaridade e alto grau de violência social (ALMEIDA, 2013; ALMEIDA E MURTA, 2013; VASCONCELOS, 2014; ÁVILA, 2014; BRAZ, 2017;).

Ademais, há uma relação de espera (BRAZ, 2017), onde o tempo é desejo mas principalmente negociação. Não é somente “o tempo que passa em relógio, mas é contado com o corpo em vida” (PRADO, 2018, p.47). Essa espera revela a estreita relação com o campo da saúde, que ao mesmo tempo em que proporciona ferramentas para construir corpos e reconhecimento, pode solapar subjetividades ao tentar produzir sua formatação diagnóstica.

A condição militar permite a nossos interlocutores um lastro social, condições de legitimidade para a (re)inserção pública, seja provendo-os financeiramente, seja construindo um corpo palpável ao portar aos símbolos institucionais. Suas fardas remetem minimamente a uma trajetória (formação escolar, concurso, cursos militares) que atestou certos parâmetros de capacidade/estabilidade àquele corpo/sujeito. Assim, se por um lado atravessam as

possibilidades de reconhecimento social, também foram centrais na negociação das (novas) posições com as famílias.

Nesses termos, as famílias representam não somente possibilidades de afeto, mas uma rede de apoio fundamental para esse processo, ainda que não participem ativamente do mesmo. Almeida e Murta (2013) indicam como, para muitos transexuais

as famílias frequentemente representam não apenas um espaço de trocas emocionais, mas um espaço de cuidados recíprocos e de auxílio mútuo também do ponto de vista econômico. Ser privada/o do convívio familiar é para alguns perder tudo isto, para outros, é só a reiteração do abandono experimentado desde a infância e, para outros ainda, é uma possibilidade de reinvenção da relação com os familiares e amigos (p. 394).

Tanto João como Francisco têm experimentado essa possibilidade de reinvenção da relação com os familiares. Os conflitos restantes de uma identificação (auto ou hetero designada) anterior com a lesbianidade dão lugar aos desafios de entender a afirmação das transmasculinidades. As novelas, os filmes e a mídia vão ajudar a ambientar aquilo que também se transforma entre eles. Nas narrativas de ambos, uma das preocupações centrais dos familiares quando cientes da identidade trans foi o receio quanto a perda do emprego. As preocupações com as possíveis perdas materiais ou com a exposição familiar perante o escrutínio público em detrimento de uma preocupação com o bem-estar (psicológico) dos filhos será motivo de conflitos, porém são entendidos como parte de um processo de reconstrução lenta de laços. O novo nome e o tratamento no artigo correto também fazem parte de um processo lento, que muitas vezes não acompanham a velocidade das mudanças físicas.

As negociações no ambiente de trabalho visibilizam algumas nuances das diferenças entre as condições de Praça e Oficiais. Para Francisco, a reivindicação de reconhecimento se atrela ao tempo de transformação do corpo.

Sabem que tem alguma coisa diferente, mas eles não sabem o que é. 'Que você está tomando? Tem alguma coisa estranha aí'. Estou condicionando tudo a minha cirurgia. Porque aí depois que eu estiver livre, eu estarei relativamente mais confiante e porque eu acho que vai ser mais fácil para as pessoas entenderem. (Francisco)

Ah porque eu sou homem trans, preciso ser tratado no masculino e a pessoa olha pra mim e tipo, 'cara, eu tenho peito'. Como homem tem peito? É uma questão pra eles, talvez uma falta de compreensão, eu acho que fica mais fácil de compreender. Estou com uma expectativa boa. (Francisco)

Para João, o espaço-tempo entre a identificação como homem e a afirmação pública dessa identidade no quartel foi relativamente reduzido em função de uma combinação de fatores. Os laudos psiquiátricos descrevem o sujeito típico previsto no diagnóstico de Transexualismo CID.10 F64.0

Apresenta, desde criança, identificação sexual do gênero masculino. Teve e tem orientação sexual bem definida, escolha objetual por mulheres. Seu corpo feminino (agora tem isto bem claro) não está em sintonia com sua identidade masculina. Não há nenhum indício de doença mental presente que comprometa sua capacidade de julgar e decidir. [...] e há plenas recomendações para que mude seu corpo, seu nome e sua posição frente à sociedade como um homem, como já o é psiquicamente. (BRASIL, 2016)

O documento aciona o dispositivo da transição: o início do tratamento hormonal, as tecnologias de masculinização do corpo pela alimentação e musculação, assim como a cirurgia de mastectomia masculinizadora que moldaram seus contornos. O novo formato constrói terreno para se sentir seguro com o próprio gênero e começar a demandar rearranjos ao seu redor para caber em seu ambiente de trabalho, que toma boa parte de sua rotina e sociabilidade. João não cabe mais entre as ‘FEM’, ainda que nunca tenha se entendido como uma. Se o acesso privado aos recursos em saúde não impôs a ele “o tempo de espera” comum a tantos transexuais e o sistema público de saúde no país, será o CBM quem vai lhe impor esse pedágio.

A afirmação de si como homem se dá para João no último ano do CFO, sua segunda entrada no CBM, agora no corpo de oficiais. Segundo ele, depois de um período de inércia em que digeriria a constatação (e pesquisava autonomamente sobre o assunto). Seguindo um percurso padrão entre psicologia, psiquiatria e enfim endocrinologia dá início à hormonização. Sua trajetória institucional anterior o informa sobre a vulnerabilidade e precariedade de sua condição de ‘aluno militar’, o que faz com que esse seja um período de sigilo absoluto e de contenção dos efeitos da masculinização. A preocupação não era com uma possível exclusão, ele mesmo chegou a pensar em sair, fugir daquele ambiente mas optou por enfrentar. João, como Francisco no trecho acima “*queria tomar um pouco de corpo [...] queria que fosse uma coisa legítima*” e decide “*segurar até hora que não der mais para segurar*”.

A expressão “tomar corpo” é interessante nesse contexto. Tanto João quanto Francisco tinham corpos funcionais para o trabalho, o que lhes faltava? Como efeito da patologização das transidentidades, o corpo é construído no paradigma do erro. Nesse

formato, ele não legitima o entendimento de si, contradiz a demanda de reconhecimento, desempodera, impõe um ordenamento do tempo e da vida.

Para a cirurgia, João se informa sobre o melhor profissional entre outros transmasculinos na internet. Observa fotos com resultados de suas intervenções e, mesmo assim, vai até outra capital para realizar uma consulta preliminar. *“Fiz uma consulta antes, queria saber quem e como era, ter certeza do que eu estava fazendo”*. O procedimento é pago por ele, e os exames pre-cirúrgicos são realizados via plano de saúde militar.

Foi o preço que eu paguei para uma coisa que eu queria muito. Era um desejo tão grande meu, que eu pensei, era agora ou nunca, nem a grana eu não tinha, juntei dinheiro, peguei empréstimo, to pagando por muitos anos uma liberdade que não tem preço. (João)

Sua condição de aluno, ainda no Aspirantado¹⁰⁵, não permite que a negociação de folgas seja uma possibilidade. Falar da cirurgia para uma instituição que desconhece todo o processo não era uma via possível. Assim, aproveita o tempo de recesso após o plantão e consegue mais dois dias de afastamento com a justificativa de uma pequena cirurgia, pela qual não precisaria angariar grandes comprovações. No dia da cirurgia, esteve acompanhado da namorada, e nos outros dois seguintes, recuperou-se sozinho na casa de um familiar. De volta ao trabalho *“todo costurado, com colete, não podia levantar nem o braço, fazendo aquela continência mais cachorrenta”*, João está feliz.

Algumas nuances de seu pertencimento institucional auxiliaram nessa possibilidade. Por exemplo, o fato de o oficialato não executar muitas atividades braçais (por estarem em posição de comando) permite com que possa assumir uma postura mais contida durante os turnos de trabalho, nos dias de recuperação. De todo modo, não anulam a precariedade da situação que o sigilo sobre a própria condição impõe. Em outro âmbito radicalmente oposto, recordo-me das travestis em prostituição que voltavam às pistas um ou dois dias após o implante de silicone, ainda com pontos, pois precisavam trabalhar para custear a intervenção. Tanto a ilegitimidade da demanda que produz um silenciamento em regimes de trabalho formais (como o serviço público militar) quanto a precariedade de direitos trabalhistas sobre os trabalhos informais (como a prostituição) cobram mais do corpo de sujeitos transexuais.

Apesar de localizar na incompletude (ou no excesso) do corpo a justificativa para não interpelar a PM sobre a mudança de registro para a masculinidade, é por meio da saúde que

¹⁰⁵ Condição de transição, como um estágio geral nas atividades do CBM entre a condição de aluno e a promoção a Tenente, após o Curso de Formação de Oficiais – CFO.

Francisco registra a sua transição. Nos exames regulares, informa o uso de hormônios masculino, explica a sua vinculação à transição de gênero quando é demandado. Não sofreu constrangimentos nem consequências posteriores a esses anúncios. Da mesma forma, os laudos produzidos pelo setor de psicologia e que ficam disponíveis no sistema também fazem referência à identidade masculina, costurando internamente registros sobre esse processo.

Em sequência, já na função de CBU¹⁰⁶, João trabalhava em uma escala de 24/72, ou seja, durante 24 horas ficava à disposição do serviço no interior do quartel. Os novos pelos que começam a contornar seu corpo e face têm de ser administrados no final dessa rotina, independentemente do gênero em que fosse identificado, haveria previsão para o seu controle. No RUICBM (resolução interna), masculinos fardados devem estar barbeados, pois nas normas de gênero, mulheres não têm barba. O fardamento operacional (4ºA), sem marcações precisas de gênero, continuava com as estilizações anteriores (sem os ajustes na cintura e pernas, comuns entre FEM), coerentes com a performatividade masculina preexistente.

No entanto, outras divisões binárias da estrutura organizacional se tornam limitadoras. O (novo) tórax masculino não cabe no leotardo das atividades aquáticas, nem nos fardamentos de gala que preveem saias e abotoamentos específicos para mulheres. As feições e a consciência de si não são as mesmas, assim o alojamento feminino deixa de ser uma possibilidade, enquanto o masculino tem proibições legais para sua entrada. O nome de guerra escolhido para a tarjeta desde o ingresso no oficialato era somente o sobrenome, no entanto as previsões de deferências hierárquicas exigem o pronome generificado - senhor/senhora.

Tal função dava a João bastante visibilidade, tanto interna quanto externamente ao CBM, uma vez que, durante seus plantões, ocupava o lugar de referência institucional nas atuações de resgate e salvamento de sua unidade. Dessa forma, coordenava equipes de até 40 pessoas, tanto presencialmente em seu batalhão como em postos destacados, via rede de rádio.

Nas entrevistas, apareceram relatos de como outros colegas, e ao se darem conta de que João falava na rede de rádio, faziam questão de tratá-lo no feminino “*Sim, SENHORA*”, mesmo diante de tom de voz modelado pelo hormônio. Na rede, usualmente, os militares se apresentam por um código específico (Alfa, Bravo) dispensando-se os tratamentos de senhor

¹⁰⁶ O atendimento a ocorrências no CBM é majoritariamente feito por praças da instituição. As viaturas são tripuladas por guarnições compostas por sargentos (comandantes de guarnição), cabos e soldados. Cada Batalhão é responsável por proteger uma área específica no estado, possuindo, portanto, inúmeras viaturas e guarnições no atendimento a ocorrências. Para organizar, coordenar e supervisionar o atendimento a ocorrências durante o plantão de 24h, tem-se a figura do CBU, que é o único oficial (tenente) de plantão na equipe de cada Batalhão. Além da gestão do pessoal de serviço no dia, ao CBU é obrigatória a presença em ocorrências ditas de maior complexidade. Na ocasião do campo dessa pesquisa, havia quatro oficiais Comandantes Bombeiros da Unidade por dia na RMBH.

e senhora como sinais de respeito. Muitos deles não viam João há algum tempo, porém informados pelas histórias que circulavam, tratavam de demarcar o seu não reconhecimento da masculinidade, ao usarem os vocativos femininos como forma manifesta de discriminação e tentativa de constrangimento.

O exercício da função de CBU colocou João em um paralelo de visibilidade e invisibilidade. Nas diversas entrevistas que concedeu para imprensa, informava somente o sobrenome e, orientados pela aparência masculina, jornalistas se referenciavam a ele como *Sr. Tenente W*. *“Um tenente do corpo de bombeiros dormindo no chão, sem poder tomar banho, falta dignidade, falta empatia”*. Integrante do corpo de oficiais, denunciava constantemente em sua fala a perda de reconhecimento institucional de seu lugar. *“Eu ja tô adaptado. Tenho respeito do pelotão. Trabalho bem. Dou resultados. Inclusive tenho sido a cara do CBM no momento. A própria mídia me legitima”*, no entanto, *“Eles (superiores hierárquicos) não me reconhecem”*. *“Eles fingem que não veem. Deve ser porque um (homem) trans já chegou longe demais”*. Nesse período, “a guerra fria” com a instituição conduzia sua transição.

A atuação do campo da saúde, em especial a psicologia, dará início ao seu protagonismo nessa história, nesse contexto. João, desde o tempo em que era soldado, fez acompanhamentos esporádicos¹⁰⁷ com uma psicóloga Oficial BM do Quadro de Saúde da unidade. *“Me acompanha desde soldado, quando eu era uma pessoa infeliz que ia lá xingar todo mundo”*. Essa mesma oficial BM, mais uma vez acionada, tem um acolhimento cuidadoso de sua situação e, para garantir sua integridade física e psicológica em meio ao vazio normativo da nova situação, concede a ele uma liberação das atividades físicas por motivo de saúde.

Nesse momento, é necessário retomar que as dinâmicas militares se pautam pela máxima da prescrição. As decisões são tomadas fundamentadas em previsões normativas, o seu vazio é justificativa para evasivas e proibições. A psicóloga, ciente da imprevisibilidade da situação, mesmo assim se posiciona e toma uma medida que busca resguardar a integridade do sujeito. Também é ela quem, silenciosamente, vai buscar soluções alternativas para uma acomodação minimamente satisfatória de João nas madrugadas de serviço. Não é de sua esfera de competência autorizar o uso dos alojamentos masculinos, mas será alguém que ajuda a buscar soluções ainda que precárias (colchonetes, sofás) para um Tenente que passa

¹⁰⁷ A busca de atendimento psicológico entre militares é frequente, e as unidades oferecem esse serviço tanto internamente, com psicólogos militares quanto em uma rede conveniada com civis.

24 horas de trabalho sem direito a alojamento, banheiro e dormitório. Ao contrário do posicionamento de muitos profissionais no país, a Oficial BM não usa os discursos psicodiagnósticos para enquadrá-lo em uma categoria pré-concebida, um diagnóstico que poderia gerar consequências para o seu pertencimento institucional. Passa, então, a buscar¹⁰⁸ informações sobre a melhor forma de atendimento frente à nova demanda.

Francisco também é atendido durante um tempo por essa mesma psicóloga (a partir da rede militar de saúde). Ambos se sentem confortáveis por ela compreender as dinâmicas militares e confiam em sua atuação profissional, diferentemente de outros profissionais que, na narrativa de Francisco, *“ja teve situações do PM conversar com o psicólogo e ele ligar direto pro comandante do cara”*.

Nos anos que antecederam a identificação de João como homem, o quartel foi o lugar das divisões claras entre alunos e combatentes, homens e mulheres, praças e oficiais, ele havia passado por todos eles. Em um espaço onde tudo tem seu devido lugar, é metafórico a sua condição de “lugar nenhum”. A transexualidade vai lhe ensinar sobre os vazios normativos e a fragilidade das hierarquias militares frente às diferenças.

As precariedades impostas pela sua condição vão continuar se materializando à medida que tenta negociar sua tratativa no masculino. O primeiro processo judicial impetrado por João o caracterizava como militar e descrevia a situação a que estava submetido em função da incongruência entre identidade e registro institucional. Solicitava não só a retificação de nome e gênero, como o direito ao uso de pronomes, fardamento e alojamento masculinos, assim como garantia de manutenção do posto de CBU no CBM.

Ao longo dos anos em campo, três¹⁰⁹ normativas foram publicadas para regulamentar o uso do nome social por servidores públicos. No período em questão, duas estavam vigentes, a Resolução Conjunta SEPLAG/SEDESE nº 8.496/2011, e o DECRETO Nº 8.727, DE 28 DE ABRIL DE 2016, somente a última menciona explicitamente os servidores militares como parte do público atendido e é também aquela de maior densidade jurídica. Nesse contexto, isso é importante, pois quaisquer brechas serão interpretadas pela instituição como algo que os diferencia dos servidores civis: ‘se não nos evoca explicitamente, não são para nós’, como

¹⁰⁸ Depois de algum tempo em campo, descobrimos juntas que o pedido de uma conhecida em comum, por minha dissertação de mestrado (sobre transmasculinidades) era para auxiliá-la na compreensão das novas demandas que chegavam ao consultório.

¹⁰⁹ Resolução Conjunta SEPLAG/SEDESE nº 8.496/2011: assegura às pessoas transexuais e travestis a identificação pelo nome social no âmbito da Administração Pública do Poder Executivo; Decreto Presidencial nº 8727, de 28 de Abril de 2016: dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis ou transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional; Decreto nº 47.148, de 27 de janeiro de 2017: dispõe sobre a adoção e utilização do nome social por parte de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública estadual,

relatam os entrevistados.

Apesar de ter ciência¹¹⁰ desses documentos, João opta por não fazer nenhum requerimento formal ao Comando, antes de um posicionamento definitivo da justiça quanto as suas demandas de retificação e proteção. Em seu entendimento, tensionar a instituição para que decida sobre o exercício desse direito levantaria questionamentos sobre a legitimidade da demanda em função da ausência de prescrição interna, o que poderia ser considerado uma “afronta” (o que o classificaria desde já como um ‘traidor’ do ‘nós’), ou ainda o colocaria como alvo de possíveis perseguições. A decisão é por acionar uma gramática inteligível ao militarismo, a decisão judicial, sem se colocar em litígio ou em evidência para o Comando antes disso.

O posicionamento é o mesmo inclusive quando acessa o Hospital Militar (HPM). Apesar de realizar os acompanhamentos de sua transição na rede conveniada ou com médicos particulares¹¹¹, quando aciona o hospital por motivos diversos prefere explicar individualmente a situação ao médico (militar) que o recebe com surpresa frente a incoerência do nome e da imagem e não negociar o uso do nome social na recepção. No entanto, na rede conveniada e privada de saúde, onde as equipes são civis, João não deixa de solicitar o uso de nome e tratamento coerentes.

Há uma desconfiança na gestão dessa demanda por outros militares, sua postura parece indicar que não se pode deixar espaço para a dúvida, pois a linguagem respeitada nesse espaço é o “cumpra-se”. Caso contrário, como também observa Souza (2009)

Despistar, encaminhar para outra seção ou responsável, informações que não chegam ou devem ser reescritas ou mais bem elaboradas, tudo isso são processos frequentes no contato com militares e acompanham a lógica do “estamos dissuadindo” e procuram inverter a ordem da situação, pois nesse caso, quem (segundo a concepção nativa) questiona e busca as informações são eles, (p.155)

No exercício da função de comando como CBU, e no trato com a tropa, João aos poucos começa a solicitar outro tipo de tratamento:

Pedi para não me chamar de “senhora”, e as pessoas achavam que era porque eu era gente boa, brother. E não eh, uma coisa que eu não gosto. Eu sou Tenente, eu não aceito isso, no fundo do meu coração. Exatamente por treinar uma boa convivência eu falo ‘uhum pra não render’, mas me incomoda. Eu sou sistemático,

¹¹⁰ Eu mesma os enviei a ele em algumas ocasiões e ofereci ajuda para contribuir na produção do documento que faria a solicitação ao comando. A oferta sempre foi gentilmente declinada.

¹¹¹ João era acompanhado por uma famosa endocrinologista que acompanhava transexuais na capital, e foi operado também por um cirurgião reconhecido entre transexuais no país. A indicação desses profissionais foi obtida nas redes sociais em contato com outros transexuais, no início da identificação.

eu nunca liberaria as pessoas de me chamar de algo que eu conquistei, eu não achei minha passadeira no chão não, eu conquistei ela, 'a César o que é de César'. Eu não conseguia me expressar direito e as pessoas tinham convivido muito pouco comigo para conseguir montar o quebra-cabeça. Aos poucos é que foi caindo a ficha, o povo acha que é tudo, menos trans, ninguém te ensinou...hoje em dia está muito mais na mídia do que estava a 3 anos e meio atrás. Eu sempre fui muito cuidadoso, eu não queria ser constrangido, mas não queria invadir, me colocar de uma forma agressiva. Eu queria 'eu sou uma pessoa igual a você.., assim assado que eu me sinto e gostaria de ser tratado'. Eu sentia que as pessoas precisavam olhar e ver [coerência entre a demanda de tratamento e a imagem] e que isso ia ser muito mais efetivo do que a imposição. (João)

Entre seus subordinados diretos, certa parcela recebeu a mudança aparentemente sem problemas, principalmente entre aqueles em que João era muito bem avaliado enquanto gestor, conforme relatos do mesmo e de outros entrevistados. No entanto, as resistências e deslegitimações vão se disseminar entre a tropa na velocidade das moléculas dos hormônios que ingere. Nas conversas cotidianas, nas perguntas aos professores dos cursos de formação, grupos de *whatsApp*, tanto na capital como no interior. Querem saber como, por que, se alguém já viu...

É importante destacar que muitos desses combatentes foram testemunhas de sua trajetória no CBM, que começou como soldado, FEM e lésbica. A dinâmica institucional de grande rotatividade do efetivo entre unidades e a eficiência do fluxo de informações, que chamamos de rádio peão, não deixam que esse percurso seja esquecido, mais do que isso, constroem e divulgam versões sobre essa história. Esse jogo entre memória e esquecimento em relação às vidas trans tem como objetivo falsear a afirmação da identidade, jogar com a ideia de uma verdade escondida no corpo, numa biologia incontestável.

A transexualidade aparece para os militares em geral como uma perda da particularidade e da especificidade militar. “O comandante está deixando qualquer coisa” (...) “Até a segurança pública está autorizando isso?”¹¹² Tanto na diferenciação inscrita no corpo quanto na moral, em um contexto sócio-histórico de polarizações políticas no país, as dissidências sexuais serão associadas até a um imaginário ‘equivocado’ sobre a esquerda: “Parece que a esquerda entrou no corpo de bombeiros e agora está podendo tudo”.

Essas narrativas constroem as intervenções corporais como mutilações “O que que essa mulher fez com o corpo dela, ela é doida, que bizarro”. O corpo (transexual), tão caro ao militar, vai sendo associado à monstruosidade, à anormalidade, ao adoecimento físico e psicológico, produzindo inteligibilidade no campo da impropriedade.

Outro ponto de preocupação latente são as “possíveis vantagens” que essa condição proporcionaria a João nas provas físicas, em decorrência do uso de hormônios. Assim como

¹¹² Anotações do caderno de campo.

indica Pires (2016), nas grandes competições esportivas, atletas (em especial mulheres) com altos desempenhos são testadas em intervenções antidoping

De modo que de justificativas claramente sexistas no início do século XX, em que questionavam o lugar da mulher no esporte, os comitês e as federações esportivas passam a argumentar aos poucos a favor de uma proteção para a categoria de mulheres. Mas é preciso esclarecer que, ainda hoje, essa proteção pressupõe que regulações e procedimentos sejam feitos para garantir a elegibilidade de atletas em competições a partir de uma distinção sexual. (p.221)

A cultura de alta competitividade militar esboça preocupação com uma equidade competitiva, enquanto estabelece também controle discursivo sobre esse corpo incompreendido. *“Teve gente que se sentiu injustiçada. Ah mas não pode fazer nessa tabela X.. nessa tabela XX, tem que fazer na tabela XY [risos]. Pra algumas coisas queriam me colocar no XX, para outras queriam me colocar no XY.”*

Os questionamentos sobre o uso dos alojamentos revelam também as formas de conceituar as experiências dissidentes *“Então eu posso falar que eu sou gay e posso entrar no banheiro feminino?”*. Ambas estão relacionadas às construções sobre as diferenças sexuais e de gênero como um perigo, possíveis violadores sexuais.

Para evitar embates e não gerar justificativas para esses receios, João se abstém de concorrer a qualquer seleção interna em que se avaliem provas físicas. Isso significa deixar de concorrer a vagas de cursos (de especialização) muito disputados, em um momento de sua trajetória profissional de plena capacidade física. Na profissão de bombeiro militar, o exercício das potências corporais é algo muito valorizado. No cotidiano da caserna, comparam-se rendimentos, músculos, dietas, horas dedicadas à atividade física. E os cursos de especialização significam reconhecimento institucional, são marcadores da continuidade da excelência militar naqueles corpos ao longo do tempo.

Para não passar por esse tipo de julgamento, eu não fiz nada. Enquanto meus colegas de cursos tinham um tanto de brevê, eu não tinha nada. O que contribuiu muito para minha frustração profissional. Ninguém me proibiu, foi uma escolha minha, porque eu não queria passar vergonha. Na hora de entregar os certificados, em uma situação que legalmente não tinha nada de errado mas moralmente, psicologicamente estava muito errado. Então eu comecei a fugir de tudo, de situações que podiam me constranger. (João)

Nesse período, os testes físicos anuais (TAF) foram feitos ainda na tabela feminina, não havia um comunicado oficial sobre a “nova” condição, de nenhum dos lados. Segundo João, não houve variação no percentual de rendimento dos outros anos (nota máxima).

Para alguns militares, o posicionamento frente a João e sua demanda por

reconhecimento vai passar por sua “personalidade difícil”. Esse discurso acaba desviando a atenção da violência de muitos comentários e provocações dirigidos a ele, para dar destaque à forma como se reage a elas. Sua personalidade será justificativa para o exercício continuado da transfobia, como se para merecer ser tratado como um igual, ou mesmo de forma respeitosa, fosse necessário sempre demonstrar humildade, gratidão mesmo quando o interlocutor não faz jus ao tratamento.

Eu levei ferro por causa disso [chamar no masculino], eu conheci como soldado, cabelo grande, fiz estágio com ele, trabalhei...ai quando voltei esse ano fui chamar de senhora... pq ela, ele... “Aqui, agora é senhor”, e me chamou atenção na frente de todo mundo. No telefone de novo, ferro de novo, porque eu confundi. Mas é isso mesmo. Ele é muito estourado, devia dar tempo ao tempo. (Sgt BM)

Ele discutiu feio com esse povo mais velho, praças, e falaram com ele, ‘vou chamar a senhora de senhor quando o juiz mandar e você tiver que fazer tudo que tem que fazer pra ser homem’. Ele falou: ‘isso é ordem’, e outros retrucaram que a norma não é legal. (Sgt BM)

O legalismo oportunista, comum nas dinâmicas militares, será justificativa para o exercício de violências simbólicas, cuja categoria da “ordem absurda ” ou suposição de ilegalidade será acionada para deslegitimar sua demanda de reconhecimento.

Além do desrespeito com o pronome, surgem também provocações quanto a sua performatividade, cobrando-se o exercício das masculinidades militares hegemônicas, brutas, coerentes com a lendária identidade institucional “*mas homem pra mim faz é assim...*”. A masculinidade militar se torna o verificador da veracidade de sua identidade e, ao mesmo tempo, a garantia de um ordenamento do desejo (no sentido das heterossexualidades). Entre outros homens militares, a demarcação da ilegitimidade de João é importante para garantir a sua diferenciação e superioridade das masculinidades cis e militares. Ao comentarem sobre sua aparência, presença de barba, engrossamento da voz, revelam também outro incômodo, como na fala de outro Tenente BM “*daqui a pouco tá pegando nossas mulheres também*”, coisa que João já fazia, bem antes da transição.

As transmasculinidades entram em disputa na hierarquia das masculinidades. Nesse contexto, seu exercício representa uma possibilidade, uma via de conformação/retorno à identidade militar. O corpo é uma forma de compartilhar a linguagem institucional, desse modo a transexualidade coloca a categoria militar em disputa.

Por mais que as pessoas falem ‘ah isso é errado, não é de Deus’, mas eu estou tendendo para o masculino. (...) Acho que seria mais difícil se fosse uma mulher trans. Eu estou indo em direção a ‘tendência da instituição’ [masculino]. Machismo, homem como o centro de tudo, até as mulheres em alguma medida são

masculinizada. As mulheres trans ficariam na contramão dos valores institucionais, pregados pela tropa culturalmente, não tem como negar isso. (João)

A rádio peão também será ferramenta para disseminar histórias fantasiosas, espalhar boatos sobre possíveis transgressões e abuso de poder ‘*apareceu de sunga na piscina [...] tirou a camisa após instrução*’ de modo a afetar sua credibilidade institucional e instaurar um clima de desrespeito. A instituição muitas vezes em detrimento da infalibilidade pressuposta na (hierarquia e disciplina) do oficialato, o chama para prestar contas, para dar satisfação. No entanto, João resiste a essas intervenções solicitando que seja dado prosseguimento às denúncias, e que os fatos sejam apurados, intimando também os denunciantes. Frente à possibilidade de acareação, a denúncia é abandonada.

Esse é um período de grande angústia e revolta para João, marcado pelas precariedades nas condições de trabalho, os embates com a tropa, a deslegitimação de superiores e a iminência de ser transferido da função que lhe dava tanto orgulho profissional. O posicionamento público de um de seus superiores negando a legitimidade de sua demanda de tratamento, até decisão judicial, indica uma relação importante nas nossas análises. A quebra significativa nas dinâmicas hierárquicas militares, em função da manutenção de um regime normativo do gênero, um superior hierárquico foi contestado, avaliado e denunciado por subordinados, e não foi polpado pelos pares, não por punição a qualquer transgressão disciplinar, mas por destoar da norma sexual.

A gestão do trânsito, cujos efeitos se fazem visíveis no cotidiano, coloca a instituição frente a decisões entre dois pilares – hierarquia e disciplina (norma maior, inclusive velada pelo código penal militar) e heteronormatividade (normal social). Em grande parte, a resposta passa por um negligenciar do maior pilar do militarismo (hierarquia e disciplina) para legitimar a heteronormatividade.

O fato de João compor o corpo de oficiais atribui a ele poderes e limites nas formas de negociação com a instituição. É o lugar da fala, da voz de comando, e também de maior cobrança e responsabilidade, uma vez que, pelas normativas, é responsável pelas diretrizes morais que guiarão a tropa. Na prática, é também uma base normativa para justificar maiores punições aos “desiguais”, ou seja, àqueles que destoam do padrão.

O oficialato é uma promessa de diferenciação e privilégio que a transexualidade põe em risco. De repente, João não é vulnerável somente em relação aos superiores, mas também aos subordinados. Ouço em campo uma Sgt BM dizendo “*oficial é que fica revoltado, nós praças estamos acostumadas a ser injustiçadas*” ao responder à notícia de uma transferência compulsória, e penso ainda que a afirmação seja uma generalização obviamente, e em alguma

medida, representativa dessa dinâmica. Fico a imaginar como a militar (praça) Carolina da tese de Flavia Teixeira teria suportado o martírio de dormir na viatura por 22 anos, se tivesse passado pelas promessas de diferenciação e prestígio do oficialato.

O tema da transexualidade chega a ser pauta de uma Reunião do Alto Comando. Por indicações diversas¹¹³, acabo sendo convidada a ministrar a apresentação sobre o tema. Durante a reunião preliminar, percebo que os presentes desconheciam meus contatos anteriores com João, e não fiz qualquer movimento para dissuadi-los. No entanto, expliquei e conversei sobre a pesquisa que estava em andamento¹¹⁴.

O contexto de chegada desse tema ao mais alto escalão da corporação é curioso e ajuda a compreender a dimensão das regulações de gênero naquele espaço. Um Coronel BM, ciente dos burburinhos da situação, percebe que eles (coronéis) ‘não entendem’ essa diferença. Por isso, solicita que a Assessoria de Saúde leve a pauta como uma demanda dessa assessoria, uma vez que poderia ser questionado pelos colegas pelo “teor” de tal demanda. Na ocasião, ainda brinca, manifestando “chateação” com algumas representações sobre o bombeiro nas mídias. Segundo ele, ‘a culpa era do Wagner Moura’ (ator), pois tinha dado à PM o personagem “Capitão Nascimento”, representação da identidade militar (operacional, bruto), e ao bombeiro tinha dado o “vergonhoso bombeiro gay” do filme *A praia do futuro* (na ocasião circulava na rádio peão um vídeo caseiro de um militar BM mostrando toda a sua indignação com o personagem e o “desserviço” com a imagem da corporação).

Interessante pontuar como “a via da saúde” é acionada como um caminho para a condução do tema à gestão. Nenhuma das demandas de João naquele momento diziam respeito diretamente à saúde, porém é ela que será acionada mais uma vez a lidar com as diferenças do âmbito das sexualidades.

¹¹³ Os Coronéis BM se reúnem periodicamente para o debate e determinação de políticas institucionais e assuntos pertinentes. Coincidentemente, três fontes consultadas pela assessoria de saúde me indicam como palestrante possível. Uma Coronel ouviu uma entrevista minha para uma rádio local; indicação da Comissão Estadual de Políticas de Enfrentamento às Fobias Relativas à Orientação Sexual e à Identidade de Gênero (CEPEF) após demanda do próprio CBM; e outros militares consultados no quartel, como minha namorada e a Oficial BM Psicóloga que falamos acima. Sugiro que a Oficial BM Psicóloga que acompanhava João também participe, o que foi negado pelo Comando.

¹¹⁴ Uma situação curiosa merece ser mencionada. Enquanto os coronéis faziam o convite e cuidadosamente explicavam que não haveria retribuição financeira para tal, uma outra oficial presente corta o assunto falando que eu era “estudante e ficaria feliz com um certificado de participação”. Obviamente o ineditismo da situação e a possibilidade de participar em atividade de tamanha inacessibilidade me motivavam muito mais do que a expectativa de pagamento por uma consultoria, porém a levianidade com que o assunto foi tratado por essa militar me fez pensar como alguns saberes do campo social e psi são desvalorizados. Tenho dúvidas se ela teria feito a mesma observação, ou da mesma forma solicitando a consultoria voluntária de um/a Juiz, médico, estatístico/a ou engenheiro/a, por exemplo.

O material que apresentei ¹¹⁵ abordava uma conceituação breve que distinguia orientação sexual de identidade de gênero assim como as identidades representadas pela sigla LGBT e um posicionamento despatologizante sobre as experiências trans ¹¹⁶; citava as mudanças nas instituições militares desde a entrada de mulheres, as homossexualidades e de forma mais extensa em casos semelhantes de transexuais nas Forças Armadas (destacando as vitórias judiciais de reintegração) e nas instituições estaduais de segurança (PM, PC e seus respectivos rearranjos institucionais); um resumo sobre as mudanças na segurança pública em relação aos temas LGBTQIA+ (normativas de ensino da SENASP, legislações sobre uso do nome social para servidores; inclusão de campos nos REDs, revisão nos sistemas prisional e socioeducativo); normativas para participação de atletas transexuais em esportes de competição e as novas políticas estadunidenses de acolhimento de combatentes transexuais nas Forças Armadas dos EUA ¹¹⁷. Esse recorte respondia, em alguma medida, às questões que avalei como latentes na época, em função da pesquisa e da conversa com outros militares. João chegou a me enviar uma série de materiais que poderiam ajudar a “comprovar” a sua situação (homem), como fotos de diferentes etapas e *links* para reportagens da mídia local nas quais foi identificado como tal, caso o assunto chegasse a esse ponto, porém as referências diretas a ele foram pontuais, era como se falássemos sobre uma hipótese. Havia uma preocupação manifesta com a entrada de outras pessoas transexuais, que supostamente já haviam prestado os últimos concursos sem sucesso.

No centro de um círculo com 18 Coronéis (somente uma mulher, do Quadro de Saúde), a apresentação e o debate durou o dobro do tempo previsto. A recepção de forma geral foi polida e controversa, perguntaram sobre a legitimidade dos concursos, usaram argumentos preconceituosos de cunho religiosos, conversaram paralelamente como alunos alvoroçados, até que um dos Coroneis presentes foi porta-voz do posicionamento institucional: A despeito do que ocorria em outras corporações, o reconhecimento e qualquer mudança institucional (em relação às transexualidades) só serão autorizadas via ordem judicial. Ao final do debate (e das hilárias fotos com o certificado em mãos, presentes em toda

¹¹⁵ O material foi escolhido por mim sem interferência da instituição, somente a Comissão (CEPEF) que havia sido buscada pelo CBM pediu que eu apresentasse a eles previamente o conteúdo e sugeriam que eu fosse acompanhada por outros integrantes da comissão, o que também não foi aprovado pelo CBM.

¹¹⁶ Em reunião inicial para formalização do convite com dois Coroneis BM, percebi que havia um total desconhecimento sobre os termos e diferenciações. Um dos militares presentes falava em “pederastia”, “homossexualismo” como sinônimo de transexualidade. Na mesma reunião, percebi como o “fator novidade” da transexualidade deixava-os mais dispostos a ouvir sobre a questão do que a discussão sobre a condição das mulheres (e a limitação de 10% do efetivo, por exemplo).

¹¹⁷ À época, pré-Trump, começavam a ser destituídas as políticas que impediam a entrada e permanência de transexuais nas Forças Armadas do EUA.

atividade militar que participei), dois Coronéis se aproximaram, agradecendo e elogiando a apresentação. Um deles mencionou que a esposa participava de Comissões sobre o tema representando a PM, e o outro, Comandante da Academia CBM na época, disse da importância do assunto para o cotidiano da Academia e me convidou para palestrar na mesma. O coronel que articulou (secretamente) o tema não deu uma palavra durante a apresentação nem fez menção de me (re)conhecer. A homofobia realmente silencia.

Não soube de nenhuma consequência direta da reunião na situação de João. Avaliei que buscavam minimamente informações para justificar um plano de ações que já estava traçado e em andamento: o silêncio que ignora precariedades e mantém a normalidade ilusória.

Sem o respaldo judicial, João acaba transferido para o setor administrativo, com escalas regulares de 8h/dia de serviço. Em entrevista posterior, explica que a transferência se deu dentro da previsão habitual no quartel, e que outros oficiais também foram substituídos na mesma época. A nova seção, em especial, tinha contornos bem específicos. Conhecida no organograma da época como B2, correspondia ao Setor de Inteligência da unidade. As mudanças em sua rotina de trabalho não se limitariam ao horário de permanência no quartel, suas novas funções demandam que se trabalhe internamente e “à paisana”, ou seja, sem fardamentos e símbolos institucionais. Um banheiro perto da sua nova seção aparece sem classificação de gênero na entrada. A nova configuração é comentada entre os pares (oficiais) como uma medida que buscou preservar seus superiores, “para não terem prejuízos na carreira”, o que parece indicar que, para evitar situações em que teriam que se posicionar frente à legitimidade das demandas de João, optam por silenciar a situação. Ao comentar sobre o fato, João entende que foi poupado de sanções maiores pelos superiores.

Talvez se eu fosse comandante teria feito a mesma coisa [...] Eu tive oportunidades de me destacar. A questão da barba foi muito importante, foi uma forma muito empoderada de me colocar como homem. As pessoas começaram a não ter mais como fugir do óbvio. Podiam ter me colocado em várias atividades de merda, onde eu ficaria frustrado e desinteressado. Me colocaram numa atividade dinâmica e que eu tive oportunidade de realmente esfregar a masculinidade na cara das pessoas no momento certo, de forma sutil: ‘eu to vivo, ta crescendo’ [indicando a barba]. Foi uma oportunidade que eu soube aproveitar. (João)

É inegável que a decisão tenha efeitos materiais e simbólicos na trajetória profissional de João. Sua identidade militar, motivo de orgulho e empoderamento, foi colocada à prova entre os pares e deve ser reconstruída sem aparatos simbólicos importantes nessa cultura institucional, como o fardamento e a atividade operacional. O trabalho em um setor administrativo, longe do público civil e das mídias, também é significativo. É como se o

quartel tivesse fechado as portas e guardado “o problema” dentro de seus muros, e mesmo aqueles que o vissem pelas frestas não o identificariam imediatamente com a instituição. Pelos corredores, nossos entrevistados eram questionados por outros oficiais: *“E João, ainda está escondido na B2?”*

Por outro lado, como avalia João, pode experienciar e publicizar no cotidiano de trabalho uma outra faceta da masculinidade, como andar com roupas à paisana tipicamente masculinas, a presença da barba, a estilização do cabelo, alimentando e confirmando os comentários sobre sua identidade. Nesse processo, para alguns, a “novidade” perde o caráter do absurdo para ser aproximada de uma necessidade quase lógica *“olha pra ele, tem como insistir no contrário?”* ou mesmo *“Voces têm que aprender isso aí, procura no google. Fica dando pau no kit gay mas não sabe nem o be-a-bá do negócio”*. A imagem da masculinidade em harmonia com a norma de gênero desperta outros questionamentos mais complexos. *“Vou te perguntar porque eu tenho liberdade: Tem uma FEM que namora com ele, então ela gosta de homem não eh?”*

As expressões dos militares frente à performatividade de João se aproximam do que afirma Prado (2018)

...quando nos deparamos com um corpo que não corresponde totalmente a ordem classificatória de gênero, exclamamos a “incoerência” mas quando nos deparamos com um corpo trans que corresponde totalmente a ordem binária então exclamamos o “inacreditável”. Ou seja, aos olhos patologizadores os corpos trans estão sempre em terreno de abjeção seja pela sua suposta coerência absoluta ou incoerência à norma social dos gêneros. Então, esses corpos estão sempre em dívida com uma suposta verdade do gênero, mesmo que não exista nada verdadeiro e absoluto no que diz respeito às posições de gênero e sexualidade (p.32).

No trabalho administrativo, João foi criando estratégias para gerir o cotidiano. Foi impedido de assinar somente o sobrenome, com a justificativa de que, segundo o padrão normativo, deveria registrar o nome completo nos documentos da seção. No entanto, para marcar o exercício de sua identidade, construía os textos com artigos e referências ao masculino. Francisco usa de uma estratégia similar: quando tem que produzir algum documento, deixa em negrito ou sublinhada a referência à patente (graduação) e ao sobrenome, em detrimento do primeiro nome. Nas relações com os subordinados que remetiam a ele no masculino

Foi em um momento em que eu já estava mais moderado. Revertia o constrangimento, buscava uma figura feminina quando era chamado dessa forma.

Fui aprendendo formas de neutralizar isso, reagir de maneira mais adequada para o momento. (João)

Se entre a tropa começava a construir alguma inteligibilidade pela imagem, esse efeito não sensibilizou o reconhecimento institucional. Certa vez, durante um grande evento, os oficiais foram convocados a comparecer com fardamento de gala, que são normatizados e diferenciados pelo gênero. João foi informado de que estava dispensado da atividade pois não havia autorização do Comando para que utilizasse o fardamento masculino (reconhecia-se que não havia mais outra possibilidade para aquela configuração corporal e identitária, porém não se permitia). Era uma ocasião em que ficaria exposta para grande parte da tropa a coerência de suas demandas de reconhecimento: rosto, corpo, fardamento, nada indicaria o nome que (ainda) figurava em seu registro institucional.

Tanto João quanto Francisco negociam com a invisibilidade, com o “segredo” relacionado à transexualidade. No caso de João, a ponto de mais uma vez se negligenciar um pilar dos ritos militares, como a hierarquia. Os oficiais de todas as outras seções estavam presentes na cerimônia, apenas a seção de João não pode estar completa.

Teixeira (2009), sobre sua interlocutora Carolina, afirma que

A visibilidade da transexualidade de Carolina sinaliza para o lugar abjeto que ela passou a ocupar quando desestabilizou as normas do gênero, materializando no corpo as idéias de que a biologia não aprisiona o gênero, que gênero está deslocado do sexo e que a reprodução não sustenta a heterossexualidade. Enfim, essa visibilidade tornou-se ameaçadora ao evidenciar que as normas militares são insuficientes para a produção de um cidadão militar masculino. (p.145)

A visibilidade desse recorte (transexualidade) da experiência de nossos sujeitos, homens que não revelam em sua materialidade esse processo de construção subversiva, ou seja, são “passáveis” para usar um termo comum na literatura sobre o tema, evidencia que as masculinidades militares produzidas também pelas normas institucionais podem prescindir da diferença anatômica do pênis. Os efeitos discursivos desses processos (sociais e institucionais – de gênero e militares) se encarnam também nesses corpos (trans), torcendo a biologia e produzindo gênero.

Nem João nem Francisco querem o apagamento das suas vidas, muitas vezes querem ficar livres desse marcador da diferença. Para João, outros âmbitos da vida privada, como família e relacionamento conjugal, também são lugares de negociação. Nas redes sociais, troca o sobrenome pelo qual era reconhecido, zela com a publicidade do nome civil buscando

resguardar a família. A situação conjugal também trouxe suas questões. Durante algum tempo, o relacionamento com outra militar fez com que recusasse lugares, evitasse “se colocar em situações de visibilidade” para não expô-la – não associá-la ao “transexual da instituição”.

O “tempo de espera” imposto a Francisco pelas normas de gênero, que o informam que a legitimidade de sua afirmação está assentada em um corpo conforme (sem seios) e pelas normas militares, que só reconhecem os mandatos judiciais, o colocam em situações como a seguinte. Em um dos plantões na seção de radioperadores, uma viatura tripulada somente por homens solicita na rede a presença de uma FEM para acompanhá-los numa ocorrência. O Chefe da seção, orientado pelo registro interno, começa então a procurar entre eles uma militar disponível. Francisco, que não trabalhava originalmente com esse agrupamento, era lido até o momento somente pelo sobrenome na tarjeta e na performatividade masculina. Relata o seu sofrimento, desespero e suor nos minutos em que se procurava por uma FEM. O que a imagem e performatividade construíram podia ser facilmente destruído somente com uma conferência ao registro institucional, que indicava uma inscrição pela qual não mais responde, porém é a de maior valor naquele espaço.

Como resultado do primeiro processo impetrado por João, os juristas, assim como o MP, não só desacreditam suas alegações como negam seu pedido, conforme será visto no próximo capítulo. O acionamento da justiça está relacionado aos procedimentos regulares do dispositivo da transição no país (para retificação), mas também a uma forma de proteção a possíveis violações institucionais, porém encontra nesse sistema mais uma faceta das violências normativas.

Somente um segundo processo, isento de qualquer referência à inserção profissional o levará à retificação de nome e gênero. De posse de todos os documentos retificados, João se encaminha à Diretoria de Recursos Humanos para oficializar sua demanda.

*Demorou um mês para eles definirem como iam fazer as modificações no sistema. Acredito que eles estavam procurando se respaldar, estudar, saber onde estavam pisando... Já sai de lá com a minha carteira nova. Desde então não tive problema.
(João)*

A decisão judicial estabelece/cria uma verdade/realidade que a instituição geriu, em alguma medida ignorando. Naquele ponto, não houve qualquer mudança material ou subjetiva no corpo, na performatividade ou no trabalho de João com a decisão judicial. O

reconhecimento institucional se baseia unicamente no poder que emana do controle judicial sobre o reconhecimento das identidades trans.

De forma geral, mas em especial no círculo de oficiais, a promoção é um fator de preocupação constante na carreira militar. João sempre ponderava essa variável na escolha de seus posicionamentos e nos enfrentamentos. A promoção, que além de fonte de recursos financeiros também representa uma elevação na hierarquia institucional, assim como a promessa de se manter entre os seus e compartilhar prestígios, é muito funcional na lógica institucional. Representa a sedução dos preceitos militares, ao mesmo tempo que compromete os sujeitos a uma adesão institucional, deixando-os amarrados ao plano da gestão.

No final de 2017, época em que a parcela (1/3) de sua turma seria promovida a 1º Tenente, uma lista enumerada informava as promoções. Em último lugar, porém promovido, João é elevado ao posto de 1º Tenente BM. Se considerado seu histórico de desempenho profissional, é possível que seu nome figurasse em uma posição muito anterior nessa lista, todavia considerando o recente histórico da recepção das transexualidades em contextos militares, poderia nem ser promovido. Talvez essa tenha sido uma solução institucional simbolicamente interessante, mais silenciosa do que a negação e ruidosa o suficiente sobre os lugares hierárquicos sociais e militares. Em um efeito em cadeia, as próximas promoções serão influenciadas por essa posição, ou seja, tem consequências a longo prazo na carreira de João.

O panorama descrito indica que a marginalização das vivências trans funciona como um importante mantenedor das fronteiras. A gestão não os exclui, porém regula sua participação na cultura dominante, cria a noção de uma suposta relação de tolerância, contudo parece tutelar cada mudança na manutenção da ordem preestabelecida. Foi visto anteriormente que, em relação às mulheres militares, temos quase 25 anos de inclusão no estado (CBM) e demandas de condições basilares de trabalho como infraestrutura e equipamentos adequados, além do distanciamento dos cursos de formação com maior prestígio, as limitações nas possibilidades de atuação e nos planos de carreira. Impedimentos para certos usos do corpo na profissão que o tempo não volta, não devolve. Nesse contexto, seriam as transexualidades também um marcador de trajetórias institucionais adulteradas?

Com a promoção surge uma nova transferência para o mesmo setor, porém no Estado Maior, a convite de um de seus superiores mais resistentes no início do processo. João entende o convite como um ponto positivo no seu percurso, pois estaria relacionado a um reconhecimento da sua capacidade laboral, a despeito de uma manifestação de apoio “à sua diferença”. *“Consegui mostrar pra ele que isso [transexualidade] é o de menos. Me levou*

para me valorizar, para me dar uma oportunidade de me destacar [...] Não é pra defender minha causa, é para defender meu trabalho.

João não comenta mais sobre o teor das atividades que realiza, mas o tempo em campo me ensinou que se referem ao setor de monitoramento, estatísticas e vigilância interna. Nas últimas entrevistas, parece satisfeito e se posiciona em revisão de sua própria trajetória, relativizando inclusive as intenções e materialidades de muito que se passou, buscando lógicas normativas para as atuações e omissões institucionais.

Não é porque é uma questão LGBT, é porque [direito] tem que ser demandado, tem que mostrar a origem e requerer. (João)

Hoje em dia eu acho que consegui me libertar da mágoa, tanto que eu fui promovido. Eu tenho esperança de ser reconhecido. Estava muito nebuloso tudo sabe.. 'ah qual é o nome? qual é o gênero? Qual é o sexo?' .. agora não. Foi conseguido judicialmente? Sim. Mas ninguém me tira. Então se eu ganhar uma premiação todo mundo sabe que nome vai aparecer lá, não existe uma dúvida. Tá muito bem definido. (João)

Talvez a modificação da natureza do trabalho tenha contribuído para uma outra leitura sobre a instituição. Talvez para trabalhar bem, para continuar se orgulhando do trabalho, não poderia concordar com certas leituras críticas. Relativizar o que se passou parece uma forma de achar um lugar para o presente, se ancorar em algo que observa como estável.

Você quer ter razão ou quer ser feliz? Eu demorei 30 anos para poder estar bem igual eu estou agora. (João)

Alcançar um lugar de poder ou estabilidade, em um sistema fortemente hierárquico, tende a silenciar violências anteriores? O que sabemos é que os desafios não se esgotam. O fator “novidade” em alguma medida se esgota, demandas basilares de reconhecimento foram atendidas, mas a equivalência de direitos e acessos também se dá no exercício cotidiano das relações.

O poder da lei no dispositivo da transição, assim como no contexto militar, é tão forte que faz com que apareça como garantidor de “normalidade”, como a chave para uma vida possível.

hoje em dia tem problema? tem um ou outro que às vezes tenta fazer alguma referência. Mas eu já cheguei a conclusão que eu não posso dar ibope. Então eu finjo que não escutei. Parece que o que a pessoa quer é que eu questione alguma coisa e eu não vou questionar, porque eu não preciso questionar o que um qualquer fala. Eu tenho minha certidão de nascimento, RG, carteira especial de identificação, eu tenho tudo. [...] Além da certeza de saber quem sou eu, eu tenho tantos documentos que a opinião de fulaninho de tal que me viu no corredor e falou 'senhora' não vai fazer diferença”(João)

Pergunto a João em que medida as formações do CBM preparam os combatentes para trabalhar com as diferenças. Ele aposta na mudança a partir das ações individuais “*As ideias boas estão contaminando*”. O perfil institucional estaria aos poucos mudando com o maior grau de instrução da tropa.

O acompanhamento de seu percurso se encerra após a conquista judicial e alteração da inscrição institucional. O tempo vai dizer em que medida a sua história será contraposta ao seu registro legal. E como uma instituição baseada no dimorfismo sexual, na heterossexualidade compulsória, no privilégio do masculino, no silenciamento sobre a diversidade sexual que explicitam a regulação das normas de gênero e colocam a matriz heterossexual em funcionamento (TORRES, 2012) irá propiciar as negociações cotidianas dessas diferenças.

6. 2. 1 PROCESSO (JUDICIAL) DO CORPO

Tanto Francisco quanto João sabem que existe uma relação entre o corpo e o reconhecimento, assim como entre a justiça e o sistema militar. Ambos ancoram o reconhecimento público de suas identidades como resultado de uma (nova) materialidade do corpo. E acionam a justiça para protocolar esse reconhecimento e se instrumentalizar nas negociações com seus ambientes de trabalho. As alterações corporais, quando relacionadas a um certo grau de autonomia, são fundamentais para o conforto psíquicos dos e das sujeitas trans. Muitas pessoas trans têm construído formas de vivências das masculinidades e feminilidades a despeito dessas alterações. No entanto, essa não é a regra, e por mais que os percursos de transição sejam particulares e subjetivos, estão em diálogo com uma normativa sexual que tende a reconhecer determinadas características como próprios das masculinidades ou feminilidades.

A busca da intervenção judicial no caso de João tem como objetivo (além da retificação de nome e gênero) também resguardar a sua integridade no trabalho durante esse percurso (através do uso dos pronomes, dos fardamentos e alojamentos coerentes) e buscar se

pecaver de possíveis consequências punitivas como transferências compulsórias. Todavia, em busca de órgãos que deveriam realizar o controle social das Instituições Militares, João encontra uma máquina de regulação e poder sobre corpos e subjetividades.

Se a transexualidade interfere em seu fazer profissional como militar, o fato de se inserir em uma instituição militar interferiu em seu processo judicial para reconhecimento da identidade. A menção dessa inserção profissional nos autos parece ter direcionado a condução do primeiro processo de retificação por uma via ainda mais conservadora. Conhecer os discursos que foram acionados nesse litígio ajudará a dimensionar os efeitos da patologização das transexualidades no Sistema de Justiça e consequentemente nas vidas trans.

O primeiro processo judicial (2016) impetrado por João está relacionado exatamente à fragilidade da situação descrita aqui. A execução do Código de Ética em detrimento do RDPM não garante que sanções punitivas não aparecerão nas margens da legislação. Ao contrário da trajetória de muitas travestis e transexuais pertencentes às Forças Armadas no país, não foi para se defender de uma exclusão iminente nem de sucessivas prisões administrativas que João acionou primeiramente a justiça, mas para tentar garantir judicialmente o tratamento adequado no masculino, antes da retificação do registro, com a garantia de não ser punido.

O Processo demandava

a concessão de medida liminar permitindo que o Autor seja formalmente reconhecido sob o gênero masculino, incluindo o uso de fardamento, alojamento e banheiros masculinos, bem como para impedir que lhe seja imposta qualquer sanção no Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais em função de sua identidade de gênero. Necessária será, ainda, a medida definitiva de retificação dos dados de seu registro civil alterando seu nome de [...] para [...], conforme já é reconhecido entre as pessoas de seu convívio, e da designação sexual do registro para “masculino”. (BRASIL, 2016)

Assim, apresentou como documentação depoimentos de outros militares, carta de familiares, laudo sigiloso da Oficial BM Psicóloga que o atendia na unidade, laudos médicos (psiquiatra, nutróloga e endocrinologista), assim como laudo médico comprovando mastectomia. Fotos dos últimos anos indicavam o progresso da transição, e reportagens midiáticas delineavam seu reconhecimento social como homem. Durante o processo, também foram presencialmente ouvidas como testemunhas um tenente e uma sargento BM. Tanto a petição quanto os depoimentos construíam o cenário vexatório a que estava submetido.

Negada em primeira instância, a sentença que se refere a ele em artigo feminino alega que não haveria prova das proibições, nem de que o mesmo sofra constrangimento ou qualquer tipo de dano à sua psique ou que esteja em iminente perda de função. Foi utilizado o

argumento da limitação das vagas femininas, na qual foi aprovado, para endossar a negativa do pedido. Uma vez acionado a dar parecer, assim o Ministério Público se pronuncia

Portanto, incabível, pela via do presente feito, se jurisdição voluntária, seja imposta ao Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais as obrigações de fazer e não fazer, pretendidas na exordial, devendo a autora buscar a satisfação de suas pretensões pelas vias próprias. Como consequência, bem como tendo em vista o teor da r. decisão prolatada pelo E. TJMG no Agravo de Instrumento aviado pela requerente, opina o Ministério Público se determine seja dada ciência do presente feito ao Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais, a fim de que a Corporação manifeste sua aquiescência ou resistência às pretensões deduzidas em juízo pela autora. (BRASIL, 2016)

Nesse contexto, o Juiz ignora os relatos apresentados; o Ministério Público, que deveria fazer parte do controle social das instituições, isenta-se da intervenção indicando que o militar “busque a satisfação de suas pretensões por vias próprias” ignorando um campo de implicações de fragilidades institucionais frente a questões de gênero e sexualidade.

Ainda que não se veja como portador de um transtorno, é baseado nos diagnósticos psiquiátricos que João e a advogada fundamentarão seu processo. Para caracterizar a sua condição, citam a resolução do CFM na definição da disforia. Como afirma Teixeira (2009), o “termo transexualismo é o ato linguístico, um enunciado médico que valida e constitui o sujeito transexual” (p.156). Traduz e torna esse sujeito passível de defesa, de legitimação.

Importa pensar que, nessa percepção, a psique seria a chave para atribuir sentido a um corpo cuja materialidade é inquestionável, a despeito das divergências principalmente entre as ciências psi e a neuro-endocrinologia sobre a origem da transexualidade, em todas as explicações, a mente seria a chave através da qual se acessaria a representação do corpo. Corpo e mente estáticos e hermeticamente guardados em locais distintos (TEIXEIRA, 2009,p.158)

A resposta negativa do processo traz ainda uma citação do Desembargador Carreira Machado. A referência a uma suposta realidade biológica e cromossômica como definidora de um sexo real, que seria imutável. Logo, independentemente se a demanda viria de um transtorno, não poderia a justiça atestar uma inverdade. O gênero é compreendido enquanto “ideológico” no sentido de um falseamento da realidade.

O assento de nascimento deve conter a realidade e, na hipótese, o fato de o autor ser acometido do indigitado transtorno, não o torna, do ponto de vista genético, pessoa do sexo feminino. Destarte, geneticamente, o apelante sempre será do sexo masculino, pela presença dos cromossomos sexuais “XY”, que são imutáveis. [...] não há como proceder a alteração da designação do sexo no assento de nascimento do recorrente, pois esta alteração, na realidade, não ocorreu. (grifo nosso) (BRASIL, 2016)

É nessa gramática que tanto o processo quanto as respostas judiciais vão se comunicar.

Uma cadeia de significação (morfologia-gênero) socialmente naturalizada e estatalmente ratificada será a base para a negativa de sua identidade pela Justiça.

É sabido que no caso em tela, mister se faz para o deferimento seja de antecipação da tutela ou como decisão definitiva, que a autora se submeta às cirurgias de retirada de útero, das trompas uterina e ovário, o que não foi feito pela mesma até o momento. Diz ela em seu interrogatório judicial que fez apenas as cirurgias de mastectomia bilateral, ou seja, retirada dos seios, o que implica dizer que ela pode, no estágio em que se encontra, engravidar-se e procriar, daí a necessidade de ser submetida às cirurgias de “histero-salpingo”, “ooforectomia (retirada de útero, trompas e ovaries)”, necessita, ela, ainda a tratamento clínico – hormônio de terapia masculino (sic), e segmento com psicólogo ou psiquiatra ou psicanalista de pelo mínimo 02 anos para ter ou não perfil de homossexual (grifo nosso). (BRASIL, 2016)

O processo aciona uma argumentação que inviabiliza o reconhecimento da identidade masculina enquanto seu corpo possuir capacidade de gerar e reproduzir, ou seja, a identidade transmasculina deve ser compulsoriamente esterilizada. Não obstante, remete aos critérios do Processo Transexualizador do SUS na produção de um diagnóstico diferencial, a fim de verificar os contornos diagnósticos do “transexual verdadeiro”. A afirmação da insuficiência da mastectomia para a afirmação da identidade indica a falta de limites para o escrutínio corporal dessas experiências, no exercício do poder do reconhecimento.

Não existindo evidência, ainda, de que a autora teria sido submetida a cirurgia de redesignação sexual, a mudança de gênero pleiteada que não lhe é inerente à sua condição corporal atual poderá ter o condão de colidir com o direito público de todos terem conhecimento de sua condição sexual atual, daí porque a alteração de gênero somente se mostraria viável diante de prévia modificação do sexo através de intervenção cirúrgica. (grifo nosso) (BRASIL, 2016)

Nesses termos, os corpos trans são aqueles que se demanda autenticidade (PRADO, 2018). Afirmar que todos possuem “direitos públicos de terem conhecimento de sua condição sexual” nega às vidas trans o direito à privacidade, integridade física e o resguardar de sua história. O Juiz insiste ainda que João pague por uma perícia médica de modo a “confirmar sua condição sexual”, mesmo com afirmações reiteradas no texto do petição de que não havia intervenções nesse sentido.

A manifestação do Ministério Público no processo é tão absurda e conservadora quanto a decisão do Juiz. Ignora documentos já anexados ao processo, como o laudo psiquiátrico que iniciou o percurso de João (baseados em protocolos do CFM para o diagnóstico) e, apesar de reconhecer entendimentos judiciais anteriores que negam a compulsoriedade de cirurgias para o reconhecimento das identidade trans, reafirma sua posição patologizante ao estabelecer a verificação de outros critérios diagnósticos como um

laudo multidisciplinar que ateste a sua afirmação de gênero.

Todavia, no caso em análise, não há nos documentos que instruem a petição inicial qualquer referência de ter o autor se submetido aos protocolos do Conselho Federal de Medicina para o diagnóstico da transexualidade. Sem tais providências, pode ocorrer, também, ser o autor adepto ao travestismo ou eonismo, prática associada ao ato ou efeito de travestir-se, consistente no indivíduo de vestir-se ou disfarçar-se com roupas do sexo oposto. O termo eonismo é utilizado de forma mais específica e associado ao travestismo masculino, inclusive com a adoção de maneiras femininas, mantendo-se, contudo, todos os aspectos morfológicos do sexo biológico, sem a intenção de sua alteração. Ainda que haja corrente doutrinária e jurisprudencial favorável à tese de que não cabe exigir de um “transexual” a submissão à cirurgia de mudança de sexo antes que ela possa pleitear a mudança no registro civil, porquanto tal exigência atentaria contra o princípio constitucional da dignidade humana, ainda assim, necessário um laudo firmado por equipe multidisciplinar. (grifo nosso)

(...)

Quanto à perícia determinada, entende o Ministério Público que, por ora, a mesma se mostra desnecessária, sendo certo que a autora, para obtenção do deferimento do seu pedido, além do laudo multidisciplinar acima requerido, deverá comprovar ter se submetido à histerectomia, de molde a extirpar seus órgãos sexuais internos do gênero feminino. (grifo nosso). (BRASIL, 2016)

O MP dá continuidade à previsão de intervenções corporais como critérios de reconhecimento, reafirmando a necessidade de “extirpar seus órgãos sexuais internos”, com toda a violência contida na expressão. Em nome de “prevenir arrependimentos” ou “confirmar diagnósticos”, reafirma protocolos psicoterapêuticos de atenção às pessoas trans que generalizam procedimentos que não podem ser uniformizados como pré-requisitos, pois se para alguns é um caminho de vivenciar a masculinidade, para outros pode ser concebido como mutilações ou riscos desnecessários. As cirurgias de histerectomia e transgenitalização não apareciam como demandas primordiais para João, porém a urgência em tentar conseguir a concessão de apoio da justiça o fez passar a considerá-las fortemente. No processo, foi necessário alegar para o juiz que insistia tanto na perícia quanto nas cirurgias que as mesmas poderiam colocar sua vida em risco, visto que eram eletivas e consideradas experimentais.

O documento elaborado pelo Nuh/UFMG e pela Clínica de Direitos Humanos da Faculdade de Direitos da UFMG, como parece multidisciplinar, não foi aceito como tal. A ideia de multidisciplinaridade acionada pela Justiça parecia ter contornos específicos na afirmação de seus pressupostos biomédicos. O documento produzido subvertia essa gramática, invalidando suas estruturas.

Durante o processo, outros militares foram convocados para testemunhar e interpelados com perguntas sobre “a frequência de João em saunas gays” ou induzidas a contestar as denúncias de discriminação no ambiente institucional. O fato de o concurso prestado por João para o cargo no oficialato ser em vaga feminina, o que significa que venceu um concorrência muito mais expressiva (em função do limite de 10%) do que se fosse para a

masculina, foi inacreditavelmente utilizada como desfavorável no julgamento de sua demanda.

João e a advogada decidem abrir mão do processo após, além dos pareceres desfavoráveis, o Juiz anunciar que iria citar o CBM para se manifestar como Instituição. Receosos quanto à exposição de dados tão pessoais e de um possível posicionamento desfavorável ou desqualificante quanto às suas demandas, resolvem não dar continuidade. Curiosamente após a desistência formal do processo, supostamente por algum erro do Sistema de Justiça, os documentos foram enviados ao CBM, e segundo relatos, queimados após a ciência da situação processual. Somente um segundo processo judicial, sem qualquer menção ou demanda ao campo de trabalho, concederá a João a retificação de nome e gênero, nos trâmites regulares que muitos transexuais têm conquistado na região.

Em relação à junção entre sistema militar e sistema de justiça, é interessante demarcar algumas questões.

A justiça, nas dinâmicas militares, parece servir para gerir os vazios da prescrição. A decisão judicial não se baseia em nenhum fato novo quanto à performatividade ou corporeidade de João, no entanto cria uma verdade reconhecível para os critérios institucionais. Importante pontuar que esse não é um posicionamento regular nas instituições com o mesmo regime, e pode estar vinculada a outros fatores prováveis (à flexibilização normativa frente aos processos judiciais contra as Forças Armadas, e/ou à passabilidade de João).

Como lembra Teixeira (2012)

A sentença judicial parecia não ter eficácia junto a esse universo. A concessão da nova identidade militar de Carolina foi marcada por entraves, por solicitação constante de novos documentos e reencaminhamentos para diferentes órgãos. Todos os procedimentos pareciam orquestrados para provocar a desistência. (p.505)

Essa situação remete ao receio de nossos interlocutores para acionar as regulamentações sobre o uso do nome social vigentes no estado e no país. Ela se mostra coerente nas falas de oficiais BM que, cientes das legislações, buscavam interpretar/justificar a sua não implementação afirmando que, se o texto não estivesse estritamente referenciando os militares, eles não seguiriam. Isso evidencia mais um uso seletivo da diferenciação militar (do servidorismo público civil). É possível que a nova legislação de retificação de nome e gênero via ato cartorial, dependendo de como chegar ao quartel, possa ser recebida nessa mesma lógica, por não ter o lastro da batalha judicial.

Ao contrário do que alguns posicionamentos tendem a anunciar, a justiça está

informada sobre argumentações mais democráticas e menos patologizantes de conceber direitos e reconhecimento, porém tem escolhido considerar e visibilizar determinados discursos em detrimento de outros. Por isso, os ganhos na leitura do voto dos magistrados para a conquista da retificação do nome/gênero nos cartórios. Como mencionado por Viana (2018), os textos dos votos indicam uma tímida porém destacável incidência dos estudos de gênero no debate jurídico, em um

processo de rearticulação das normas sociais de reconhecimento. [...] Abre espaço para a afirmação da própria compreensão das posições de gênero enquanto posições socioculturais. É um enfrentamento direto às posições patologizantes da transexualidade. Essa possibilidade de reconhecimento coloca em questão as compreensões mais estanques do gênero. Conviveremos diariamente com corpos que possuem expressões de gênero reconhecidas pelo Estado independentemente de suas características morfológicas. Isso não é pouca coisa. (IGOR VIANA para o site da SPW em 21 de março de 2018)

6.3 Normas militares e normas de gênero

No estamos hablando simplemente de un cambio de régimen institucional, de un desplazamiento de las élites políticas. Hablamos de la transformación de “los dominios moleculares de la sensibilidad, de la inteligencia, del deseo”. Se trata de modificar la producción de signos, lasintaxis, la subjectividad. Los modos de producir y reproducir la vida. (PRECIADO, 2014.p.12)

Que relações o militarismo estabelece com as normas sexuais? Podemos apontar inicialmente pelo menos dois pontos: (1) ambas podem ser lidas em seu caráter performativo; (2) as normas militares se fazem valer quando são consoantes com as normas de gênero, ou seja, as dissidências sexo/gênero revelam o caráter ficcional das normas militares.

1) Esse primeiro ponto, na verdade, é um convite, um desafio analítico a tentar compreender o caráter performativo de exercício do militarismo. Não estamos aqui afirmando que os processos de subjetivação de gênero e militares são idênticos, mas fazendo uma provocação, uma aproximação inicial. Essa proposta vai ajudar a compreender melhor o segundo ponto, a seguir.

Nesta tese, compartilhamos do conceito de gênero como “a estilização repetida do corpo, um conjunto de atos repetidos no interior de uma estrutura reguladora altamente rígida, a qual se cristaliza no tempo para produzir a aparência de uma substância, de uma classe natural de ser” (BUTLER, 2008, p. 59). Um conjunto de normas instituídas, mantidas e repetidas sobre o corpo que geram essa aparência de substância e torna vidas culturalmente viáveis (ou inviáveis). Está atrelado a uma ordem compulsória que exige a coerência total entre um sexo, um gênero e um desejo/prática que são necessariamente heterossexuais.

“A performatividade não é um ‘ato’ singular, porque sempre é a reiteração de uma norma ou um conjunto de normas e, na medida em que adquire a condição de ato no presente, oculta ou dissimula as convenções de que é uma repetição”. (Butler, 2002, p. 34, tradução minha). “Essa repetição é a um só tempo reencenação e nova experiência de um conjunto de significados já estabelecidos socialmente; e também é a forma mundana e ritualizada de sua legitimação” (BUTLER, 2008, p. 200).

Ser militar é algo que se faz, não algo que se é. Se constitui a partir de uma matriz ficcional, e ganha materialidade e substância no seu fazer continuado, no exercício cotidiano de reiteração de um conjunto de normas. É também não natural, não tem uma relação necessária/indispensável e orgânica entre a atividade realizada e o regime.

Assim como o gênero na perspectiva performativa abordada ao longo da tese, o militarismo ganha aspectos de naturalidade como efeito da reiteração citacional de seus pressupostos.

Externamente, buscam naturalizar sua existência na ideia de que é “natural”/necessário/funcional que o país tenha uma força militar para se proteger em contexto de guerra, que a sociedade civil precise de trabalhadores militares para os contextos de policiamento, e defesa civil, por exemplo. Ou seja, busca produzir esse efeito articulando discursos sociais que justificam a sua existência e exercício, tanto interna quanto externamente. É como se os atributos da organização, excelência física, coragem, idoneidade, disponibilidade, especialização fossem características articuladas somente a partir da identidade militar. Cria-se funcionalidade para seus pressupostos, para o respeito à hierarquia, para a disciplina injustificada.

Os cursos de formação iniciam o processo de subjetivação da identidade militar, uma “formatação de subjetividades” para Calazans (2004). Na repetição (exaustiva) de normas, ritos, símbolos, constroem corpos e subjetividades que darão diretrizes para a vida pública e privada, extrapolando as relações de trabalho. Transformar civis em militares, “tirar o ranço de paisano”, subjetivar.

Assim como existe um pânico moral no ensino da diversidade sexual e de gênero a crianças, como se pudessem ser corrompidas nas verdades construídas em torno da linearidade do sistema sexo-gênero-desejo heteronormativo, entre militares preserva-se a separação entre alunos e formados (ainda estão aprendendo as regras) e posteriormente entre oficiais e praças, pois poderiam flexibilizar ou falsear os distanciamentos construídos.

Nesse contexto, tanto a homofobia quanto o sexismo e demais políticas de controle mantêm os limites normativos das expressões de gênero e sexualidade. A noção de promiscuidade mantém os distanciamentos construídos entre os círculos hierárquicos. Para proteger seus valores máximos, cria mecanismos de regulação específicos como o Código Penal Militar, guardando a hierarquia e disciplina, e não a vida. Por exemplo, é mais grave um ato de desrespeito ao Comandante do que de desrespeito aos direitos humanos. A garantia de seu exercício e reprodução se dá por mecanismo de regulação e punição.

A “identidade militar” produz também a fictícia noção de estabilidade, em que a matriz hierarquia-disciplina estaria assegurada por dois eixos fixos e coerentes, os quais se opõem e complementam como todas as oposições binárias: oficial *versus* praça; macho *versus* fêmea; antigo *versus* moderno; civis *versus* paisano. E todo um discurso que leva à manutenção da tal ordem compulsória.

Assim como o masculino e o feminino são modelos de prescrição ideal, ficcional, o militarismo e sua prescrição máxima, na divisão absoluta de lugares na hierarquia, é ficcional, é impossível, não há sujeito, não há trabalho (real), não há subjetivação absoluta.

Por ser absurdo, é que vai ser subvertido por aqueles que o constituem, nas práticas cotidianas. Ainda que orientadas pela prescrição, serão cópias com modificação, pois as próprias atividades profissionais (o real do trabalho e da vida) demandam essas modificações.

2) O segundo ponto diz respeito a uma análise dessa relação. As normas militares se fazem valer quando são consoantes com as normas de gênero, ou seja, as dissidências sexo/gênero revelam o caráter ficcional das normas militares.

As normas militares vão se estabelecer em consonâncias as normas de gênero. A gestão da diversidade é um “rebento”, pois obriga o sistema a desrespeitar os próprios preceitos em favor da manutenção heteronormativa, ou seja, das normas sociais. Logo, em contextos militares, ou para sujeitos militares, a defesa da norma sexual é a defesa do próprio sistema.

Se escapa nos variados processos de seleção e formação heteronormativos um dissidente sexual, em lugar de poder se tensiona a hierarquia no reconhecimento desse poder, que cede (ou é deslegitimada) em função das normas de gênero.

Revelando outra ficcionalidade da norma, essa especificidade/diferenciação do militarismo é mais coerente com as normas sociais do que se deixa parecer, aproximando civis e militares.

As mulheres ocupam a baixa posição na hierarquia de gênero, logo as normas militares são insuficientes para garantir o seu poder, assim têm que agregar outros valores. No CBM, a prescrição para mulheres se fará na cultura, na designação para as atividades de regaste, na política do assédio, na exclusão dos espaços de saber, na aplicação seletiva da lei, garantindo a sua deslegitimação frente a normas militares. Cria-se um lugar na norma (é estabelecido lugar de trabalho específico na PM e forças armadas) que também vai ser aos poucos deslegitimado pela mesma norma, nas práticas cotidianas, internamente.

Nessa linha, as homossexualidades, à medida que tornam visíveis e exigem o reconhecimento de seu exercício e equivalência de direitos, fazem com que a instituição tenha que rever os parâmetros de exercício das normas internas, legitimando o que a norma sexual deslegitima.

As transexualidades evidenciam que as masculinidades militares produzidas também pelas normas institucionais podem prescindir da diferença anatômica do pênis. Os efeitos discursivos desses processos de subjetivação se encarnam também nesses corpos (trans), torcendo a biologia e produzindo gênero.

Assim, Butler, ao pensar a teoria da performatividade e sua relação com o reconhecimento, tentou compreender como determinados marcos favorecem ou desfavorecem a ocorrência de certos tipos de violência para distintas formas de vida e como transformar a atribuição desigual do reconhecimento socialmente. Para ela, se existem normas estabelecidas que são anteriores ao próprio sujeito, ou as quais ele está submetido, é dentro dessas mesmas normas que os sujeitos podem conceber subversões e alterações normatizadas.

Como afirma Caminhas (2017), em uma leitura sobre o tema,

se existem normatividades que atuam performativamente condicionando e enquadrando a existência social dos sujeitos, e se não é possível simplesmente abandoná-las, então é preciso pensar nas possibilidades de subversão abertas pelas normas mesmas. É essa a emancipação política da performatividade: uma inversão e revisão das leis reguladoras a partir daquilo que elas mesmas expõem como seu excesso (p.11).

6.4 Crise e/ou Revolução?

O que estou interessado em contribuir tem a ver com isso, porque acho que o sistema no qual vivemos absorverá o fato trans e o converterá em mais uma opção de catálogo que uma pessoa pode consumir. O fato trans não tem que servir para reforçar as categorias de gênero, mas para pensá-las criticamente e colocá-las em questão. [...] Temos que defender políticas trans ou fazer com que as críticas do movimento trans sirvam para transformar a instituição, em lugar de nos transformar em um departamento? Estamos pedindo uma gaveta ou um questionamento das normas de funcionamento? (MISSÉ, 2018, .n.p.)
118

Podemos recusar e mudar gêneros, tentar viver fora das normas, mas lidamos com um mundo social que vai desafiar isso. Mesmo a quebra mais radical de gênero tem de lidar com instituições, discursos e autoridades que buscarão designações pelo gênero. É uma luta (BUTLER, 2015, n.p.)¹¹⁹

Os debates em torno da permanência de pessoas homossexuais e transexuais em instituições militares têm sido caracterizados por alguns segmentos como parte de uma “virada conservadora atual” em alguns movimentos sociais, conjuntamente à demanda pelo casamento igualitário e a criminalização das violências com motivação LGBTfóbicas, como aponta o pesquisador espanhol Lucas Platero. Essas ponderações são muito relevantes quando indicam âmbitos de violações negligenciados por pautas coletivas que ignoram interseccionalidades importantes, como raça, classe, território, ou mesmo as especificidades de cada experiência da sigla, como determinadas conquistas as contemplam ou mudam de fato sua qualidade de vida e reconhecimento social.

O ativista e jurista estadunidense Dean Spade (2015) indica uma outra alternativa de relação com essas demandas

Las personas queer y trans sufren violencia y discriminación en el ejército. Soluciones oficiales de gays e lesbianas: Eliminar las prohibiciones de participación de gays y lesbianas en el ejército de Estados Unidos. Postulados políticos trans y queers críticos: Unirse a movimientos que rechazan las actuaciones militares racistas, sexistas e imperialistas estatales e internacionales; exigir la reducción/eliminación del presupuesto de defense. (SPADE, 2015, p.81)

O sociólogo e ativista Miquel Missé (2018) também levanta ponderações importantes

¹¹⁸ Em entrevista publicada em 23 de fevereiro de 2018, traduzida para o português no seguinte endereço: <https://resistaorp.blog/2018/07/25/com-algumas-politicas-trans-pensamos-que-estamos-fazendo-uma-revolucao-quando-estamos-colocando-um-remendo/>

¹¹⁹ Em entrevista à Folha, pode ser acessada em <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2015/09/1683172-sem-medo-de-fazer-genero-entrevista-com-a-filosofa-americana-judith-butler.shtml>

Este é o dilema eterno sobre como vamos mais rápido, se conseguindo essas pequenas coisas ou tentando fazer uma mudança mais estrutural. É um dilema muito difícil de resolver. Respeito muito as pessoas que elegem outras estratégias políticas para conseguir coisas. Algumas pessoas acham interessante ter em mente que faz falta uma crítica mais estrutural. Estamos entrando em uma dinâmica de normalizar o fato trans, de convertê-lo em uma casinha a mais, sem colocar em questão coisas que são fundamentais. Não pensemos que com algumas políticas trans estamos fazendo uma revolução quando estamos pondo um remendo. (n.p)

Sugiro outros pontos a serem considerados para continuar esse debate tão importante. É necessário lembrar também que, no contexto estadunidense, militarismo é sinônimo de Forças Armadas, mas em nosso contexto brasileiro, devemos considerar também as instituições estaduais de segurança (PM, BM).

Gostaria de chamar atenção inicialmente para três pontos:

A exclusão ou impedimento de acesso e permanência a determinados espaços, profissões ou pertencimentos em torno da patologização da transexualidade é uma violência, independentemente de onde seja.

Outro ponto é que, para muitas pessoas trans, a vivência cotidiana está relacionada a um cálculo de riscos que direcionam como e quando realizar cada intervenção e quais possibilidades de emprego e renda, inserção social e afetos serão possíveis a partir daí. A precariedade que envolve as vidas trans está muito relacionada a uma precarização financeira, ainda que inegavelmente, não se resume a ela. Assim, o que essa inserção laboral também representa, ou uma das motivações a buscar essas profissões em nosso contexto envolve: salário coerente com os estudos, alguma estabilidade profissional (concurso público), vínculo social, estabilidade financeira. E um último ponto, não menos importante: há sempre que se considerar a escolha do sujeito sobre o próprio destino.

A partir dessas considerações, corroboro do ponto de vista de Platero (2015) e Spade (2014) e Missé (2018), ao reafirmar como as questões relativas à segurança pública no país são urgentes, em especial no que se refere ao genocídio da população LGBTQIA+, pois foram incontáveis as mortes durante os anos de pesquisa, muitas delas com indicação do envolvimento de militares, conforme visto no início desta tese. O que esta pesquisa pode proporcionar nesse cenário é uma aproximação das dinâmicas institucionais, formas de gerir e agir, para qualificar nosso debate, para que haja diálogo. A discussão quando dividida entre os de dentro e os de fora produz ruído, chiado, não se escuta. É necessário, em alguma medida, conhecer discursos, linguagens e funcionamentos para produzir trocas, negociar mudanças, fazer controle social e articular batalhas conjuntas.

Silva (2009) e Turte-Cavadinha (2016), em revisão de estudos sobre policiais militares

e saúde mental, indicam uma lacuna em considerar a subjetividade desses sujeitos. Apontam como possíveis causas tanto a dificuldade de acesso às organizações militares quanto uma resistência por parte das pesquisas em considerá-los trabalhadores, suscetíveis ao adoecimento mental como em outras profissões.

O debate maior sobre a necessidade de desmilitarização da segurança pública, para que de fato seja segurança para muitos, deve ser feita com todo mundo, inclusive com militares LGBTQIA+, porque suas identidades de gênero, ou uma trajetória de violações em outros âmbitos, não garantem um entendimento democrático sobre essas questões. Como aponta¹²⁰ a pesquisadora Amara Moira, masculinidades e feminilidades tóxicas (cis e trans) podem ser do interesse do Estado e do Capital: “aquele corpo que não tem medo, que aguenta tudo, que não chora, que se arrisca e gosta de ir até o limite... tudo o que mais se deseja nos trabalhos precarizados e nas Forças Armadas”.

Outro fator interessante é buscar desromantizar o militarismo. Por um lado, há que se considerar que as características positivas no exercício dessas profissões (excelência física, solidariedade, disciplina, comprometimento, honra, por exemplo) não precisam estar vinculadas a normas militares, não são inerentes aos regimes militares. Por outro, é que tem uma faceta do “matar e morrer” por uma gestão política, que é real e cruel. Se nas Forças Armadas e nas Polícias esse risco fica mais evidente, nos Corpos de Bombeiros também estão presentes na cobrança de prontidão absoluta para o trabalho, a despeito de procedimentos de segurança, por exemplo.

Outro ponto preocupante é a constatação de uma tendência nacional para a militarização de escolas estaduais, para que militares ocupem cargos (civis) no governo federal, para eleição de políticos militares, demandas por intervenção militar... Ou seja, há uma demanda social que confunde segurança com militarismo, ordem com militarismo, profissionalismo com militarismo, e isso é um equívoco monstruoso e inconsequente.

Essa crítica deve observar também a atuação de outros órgãos que não estão fazendo o controle social, ou estão contribuindo para as dinâmicas desiguais e discriminatórias vigentes nessas instituições como o Ministério Público, Corregedorias e Ouvidorias, o Sistema de Justiça como um todo, e as políticas de segurança dos governos estaduais e nacionais.

Nessa perspectiva, Spade (2015) indica como a comunidade LGBTQIA+ ao longo dos países tem buscado pensar alternativas ao acionamento desse sistema tradicional de “segurança e justiça”, por desacreditar na eficiência tanto das políticas para um julgamento da

¹²⁰ Em postagem nas redes sociais.

cena e do possível delito, como dos encaminhamentos das instituições de punição e justiça, por exemplo, formas de mediação de conflitos internamente às comunidades.

No Brasil, identifico como potentes as iniciativas de formação, inclusão no mercado de trabalho e politização de pautas coletivas como os sites “Transempregos” e “Transerviços”, criados por trabalhadores trans (ou conjuntamente com eles/as) para propiciar a contratação de pessoas trans e serviços de consultoria. Gerando renda e inserção social, muda-se o exercício de cidadania de pessoas LGBTQIA+, inclusive para melhor negociar com essas instituições.

Por fim, a que se considerar o que Missé (2018) aponta como uma tendência para a tradução das demandas trans em políticas de inclusão

Não me serve nada que me diga que temos políticas trans se, com todo o resto de políticas, fomenta-se uma ideia de corpo determinada, uma ideia da identidade fixa, rígida, exclusiva e excludente. Tudo o que me causa desconforto nessa sociedade continua alimentando você. A única coisa é que, quando decido fazer uma transição de gênero, você me ajuda a fazê-la. Mas você não questiona nada do que me levou a tomar essa decisão. Que existem pessoas tão, tão, tão desconfortáveis com sua identidade que necessite mudá-la, isso está te dizendo algo das identidades iniciais: que são rígidas e limitadas. Você faz políticas para acompanhar-me na transição de gênero? Muito bem. Mas eu gostaria que você fizesse políticas para que as pessoas não sentissem desconforto por terem nascido com o corpo com que nasceram. Acho muito perverso fazer políticas *a posteriori*, para a pessoa que ‘fracassou’ na gestão de seu próprio corpo, em uma sociedade que é profundamente hostil com a diversidade. Transformar o imaginário passa a promover outros referentes culturais e teria que intervir em todas as políticas públicas para consegui-lo. (n.p)

6.5 Conclusões

Estamos localizados em um contexto histórico que vem desenhando entendimentos sobre a matéria tecno-organo-psíquica que chamamos de corpo, fundamentalmente como algo que é significado socialmente. Localizado em um espaço-tempo próprio, vai sendo moldado e ganhando as marcas dessa cultura. Cultura que tem contornos e significados específicos para hábitos alimentares, para as marcas da passagem do tempo, para os limites entre saúde e doença, assim como desenvolveu distintas formas de obtenção de prazer e múltiplas formas de intervenções médicas e psicológicas. (LOURO, 2001)

Da mesma forma, cada mudança nessa matéria será consentida ou negada (pelas convenções sociais, pelas instituições, pelas legislações), ou ganhar simbologias diferentes de acordo com quem as demanda, e para que:

não à toa, muitas mulheres tratam de seu corpo com profunda tirania, privando-o de alimentos, mortificando-o em inúmeras cirurgias ou submetendo-o a exercícios físicos torturantes. Significativamente, o verbo mais empregado é malhar – como se faz com o ferro. Não é sem razão que a expressão é utilizada nas academias de ginásticas na tentativa de adquirir a estética desejada. Tais técnicas apreendidas inicialmente como uma disciplina, com o passar do tempo são incorporadas ao cotidiano do sujeito e, sem que este perceba, acaba por reproduzi-las sem que haja uma dimensão crítica ou reflexiva sobre tais atividades/comportamento: é a “pastoral do suor”, da qual fala Coutrine. (NOVAES, 2011, p.493,494)

Percebe-se que os corpos são *locus* de grande investimento. Orientados pelas mais diversas expressões culturais, construímos nossos contornos seguindo (ou negando) critérios estéticos, sanitários e morais. Convencionamos modos de ser e viver que estabelecem o que é saudável, o que é belo, e nos submetemos a treinamentos, vestimentas, adornos, aromas, buscando atender a essas convenções. No entanto, esses parâmetros e orientações não são únicos para todos os sujeitos. Processos anteriores nos informarão, ao longo de toda vida, que contornos inscreverão em nossos corpos marcas de identidades, de diferenciação

Treinamos nossos sentidos para perceber e decodificar essas marcas e aprendemos a classificar os sujeitos pelas formas como eles se apresentam corporalmente, pelos comportamentos e gestos que empregam e pelas várias formas com que se expressam. (LOURO, 2001, p.19)

Um dos marcadores primeiros que orientam a leitura desses corpos é o que chamamos de sexo. Mais do que a presença ou ausência de determinada parte anatômica, representa aqui “as normas pelas quais o alguém se torna viável”, tornando-o inteligível nesse arranjo cultural. Esse processo de diferenciação estabelecerá, ao potencial sujeito, um modelo ideal

de características psicossociais, estéticas e emocionais, supostamente mais coerentes com a fisiologia da sua diferença, que deve orientar a construção cotidiana, reiterada e citacional de si: o gênero. Os discursos sobre o sexo vão regular, normatizar, instaurar saberes alçados ao *status* de verdade sobre os sujeitos (LOURO, 2001). Conseqüentemente serão estabelecidas possibilidades do exercício da sexualidade, formas de expressar os desejos e prazeres, de modo a possibilitar determinadas identificações sexuadas e impedir ou negar a legitimidade de outras.

Reconhecer-se numa identidade supõe, pois, responder afirmativamente a uma interpelação e estabelecer um sentido de pertencimento a um grupo social de referência. Nada há de simples ou de estável nisso tudo, pois essas múltiplas identidades podem cobrar, ao mesmo tempo, lealdades distintas, divergentes ou até contraditórias (LOURO, 2001, p.23).

A pesquisadora observa ainda que, na construção das nossas “narrativas pessoais”, precisamos de algo que dê um fundamento para nossas ações que lhes garanta coerência e, nesse processo, o corpo é uma referência central. Ao nos propormos a observar como determinados sujeitos, identificados *a priori* por seus marcadores de gênero e sexualidade, são alocados no interior de instituições militares, estamos visibilizando o entrecruzamento de processos de subjetivação distintos.

Ao mesmo tempo, estamos visibilizando como essas instituições, orientadas por uma normativa hetero-cis-sexista resiste a uma revisão de sua estrutura e fundamentos, produzindo e acionando discursos que silenciam e valoram negativamente algumas experiências, de modo a tornar a sua fala ininteligível naquele ordenamento.

Visibilizar determinadas experiências (homossexual, transexual) utilizando essas nomeações só é possível se considerarmos o tempo histórico que compartilhamos. Esses nomes e essas concepções carregam uma bagagem histórica e atendem hoje às teorias e às tecnologias que produzimos para conceber as vivências e as estruturas sociais.

Aprendemos com as teóricas feministas que a normalização de um conjunto de características psicossociais como naturais e desejadas é muito mais prescritiva e reguladora do que descritiva de uma experiência coletiva. Com Haraway (2009), concluímos que “depois do reconhecimento, arduamente conquistado de que o gênero, a raça e a classe são social e historicamente construídos, esses elementos não podem mais formar a base da crença em uma unidade “essencial”. Não existe nada no fato de ser “mulher” que naturalmente una as mulheres. Para a autora, não existe nem mesmo uma tal situação – ser mulher. Trata-se ela própria de uma categoria altamente complexa, construída por meio de discursos científicos

sexuais e de outras práticas sociais questionáveis” (p.47).

Conforme destaquei em outro trabalho (VASCONCELOS, 2014), para os corpos transexualizados denunciam a plasticidade tecnológica do gênero, sendo parte da multitude de corpos marcados não pela adesão a uma natureza essencialista, e sim pela produção de ficções de um sistema farmacopornográfico que irá constituir humanos sexuados. Assim, a materialidade dos corpos não pode ser entendida como natureza prescritiva, e sim como potencialidade. Os hormônios que durante séculos contribuíram para atrelar às mulheres os adjetivos das destemperanças e histerias, nessas teorizações ganham o *status* de ferramentas políticas de materialização de subjetividades, potencializador de possibilidades de existência sexuada (PRECIADO, 2008):

No entanto, ser uma representação não impede de ter efeitos reais, concretos, ambos sociais e subjetivos, na vida material dos indivíduos. Ao contrário, a realidade do gênero consiste precisamente nos efeitos de sua representação: o gênero se “realiza”, chega a ser real, quando essa representação se converte em autorrepresentação, quando se assume individualmente como uma forma da própria identidade social e subjetiva. Em outras palavras, o gênero é tanto uma atribuição como uma apropriação: outros me atribuem um gênero e eu o assumo como próprio – ou não (DE LAURETIS, 2018¹²¹)

A entrada dos que chamamos estrangeiros na caserna denunciam a articulação entre normas de gênero e normas militares. Todos os sujeitos na experiência constroem e destroem essas normas militares. Viver, ser sujeito é desobedecer essas duas normativas, porque, em seus modelos ideais, tanto as normas militares quanto as de gênero são absurdas e impossíveis. Mesmo quem está “conformado” com as normas militares, crente na funcionalidade das hierarquias vai desrespeitá-las quando elas forem divergentes das normas de gênero. O reconhecimento das “diferenças” internamente é um alargamento das normas militares.

Nas dinâmicas das relações, tanto entre heterossexuais como nas homossexualidades e nas experiências trans, em algum momento ou sob algum aspecto da vida, haverá tentativa de manter algum sentido de privacidade na vida. As regulações militares que borram os limites entre o institucional e o pessoal, o público e o privado ampliadas pela vigilância generalizada do convívio fazem com que muitos vivam em alguma relação de enquadramento e sigilo (para não tirar a especificidade da regulação heteronormativa trazida pelo conceito do armário).

A presença e visibilidade das lesbianidades no contexto são fundamentais para que a conquista “do feminino”, ou a reapropriação de valores associados à feminilidade, não seja uma defesa da heteronormatividade. Em suas práticas, visibilidade e exercício sexual também

¹²¹ Disponível em: <https://resistadotblog.wordpress.com/2018/06/05/genero-e-teoria-queer/>

demanda um alargamento dos estereótipos sobre a identidade lésbica e sua legitimidade frente as relações de sexo/gênero.

As transexualidades militares habitam um lugar que só é possível e imaginável em nosso contexto biopolítico, em que a biologia não é pré-requisito para identificações de gênero e os hormônios produzem corpos e subjetividades. E onde as noções de direito e igualdade constituem os horizontes democráticos. Seus percursos de seleção e formação, assim como o exercício profissional, conferem aos corpos transexuais atributos que tensionam as classificações patológicas e doentias, previstas em suas categorias diagnósticas.

Em pesquisa anterior analisando inquéritos policiais envolvendo travestis e transexuais, observamos nos documentos que as palavras travestis/transexuais eram utilizadas para fazer referências não descritivas e sim qualificantes e prescritivas e as expressões de gênero não cisgêneras tornam-se o elemento central da deslegitimação de direitos. Constatamos um reconhecimento da travestilidade em vez de um desconhecimento como se pode pensar *a priori*, e uma produção procedimental do gênero, seja pela reiteração de uma ideia de definição de homem e mulher ou mesmo pela ausência de determinadas definições (PRADO et al., 2018, no prelo).

Da mesma forma, nos cenários analisados por esta pesquisa, não se identifica um despreparo das instituições militares para receber e gerir seus combatentes transexuais. Orientados pelos discursos legitimados pela medicina, pelas ciências psi e pelo Direito, designam lugares e valores que os distinguem do militar padrão, heteronormativamente construído.

O fato de as instituições de segurança pública estaduais não terem *a priori* excluído aqueles que tornaram públicas suas identidades trans não significa que os compreenda fora de uma lógica patologizante e que não irão interferir em suas carreiras profissionais.

Torres (2012) analisou outras instituições fortemente orientadas pelas normas de gênero, o campo da educação, e sobre a emergência de professoras trans afirma:

isto é algo que ocorre porque muitas pessoas, ainda que de forma aparentemente isolada, articularam as condições de ocorrência dessas mudanças nas figurações sociais. A direção dessas mudanças pode assinalar tanto a normalização dos corpos trans como a absorção de direitos LGBT nas figurações, ainda que apenas pela formalização desses direitos. Com isso queremos dizer que ser aceita como professora não a retira necessariamente da posição de outsider, ela poderá continuar sendo a professora que precisa ter um rendimento acima da média, um histórico irrepreensível, um cuidado com os adereços femininos mais do que as mulheres e até suportar as dúvidas todas as vezes que for utilizar um banheiro. (p.115)

Nossos combatentes trans, a fim de garantir que as especificidades militares não foram

perdidas com as transidentidades, podem ser induzidos a compactuar com os planos da gestão, a se mostrar obedientes aos pilares institucionais e se fazer caber naqueles espaços. Esse possível enquadramento, ou “normalização dos corpos trans”, como afirma Torres (2012) acima, está relacionado não só a uma possibilidade de garantir o pertencimento e uma trajetória satisfatória na instituição, mas também, frente às deslegitimações impostas às dissidências sexuais socialmente, compartilhar de um lugar de autoridade e reconhecimento social associados a essas profissões.

Considerando as dinâmicas da gestão da diversidade pelas instituições militares, surgem os questionamentos: por que um consistente debate democrático sobre relações de gênero é tão rechaçado pelas mesmas? Ou por que seus representantes atuam de forma contrária às pautas democráticas como direitos LGBTQIA+, tipificação da homofobia, por exemplo? Uma das respostas possíveis é porque reconhecer e trazer para o interior da instituição esse horizonte é criar impedimentos para o aspecto totalizante das suas próprias normativas. Ou seja, resguardar a norma sexual (e com ela as violências de gênero e LGBTfóbicas) é resguardar o exercício das próprias normas militares.

É inegável o tensionamento que esses pertencimentos produzem, tanto para as dinâmicas de gestão como para os próprios sujeitos que a compõem. No entanto, a inclusão de pessoas LGBTQIA+ em especial de pessoas transexuais não deveria ser divulgada como uma bandeira de “modernização das instituições” enquanto essas medidas não fizerem parte de uma mudança maior de revisão sobre os próprios regimes de trabalho, de seus modos de execução das políticas de segurança e do lugar que ocupam no ordenamento social dos corpos.

Para os sujeitos trans que o compõem, o contexto militar estabelece um paradoxo em saúde, pois ao mesmo tempo que proporciona meios para o cuidado (através dos rendimentos que provê e do próprio sistema de saúde) também pode ser fator de produção de sofrimento e adoecimento, conforme indicam as perseguições às homossexualidades e as violações cometidas contra militares transexuais dos Exércitos. Além daquelas decorrentes das dinâmicas institucionais de trabalho, que estudos como os de Turte-Cavadinha (2016), Silva (2009) e muitos outros indicam.

Visibilizar as trajetórias de mulheres e das homossexualidades nessas instituições teve como objetivo indicar como as assimetrias impostas pela hierarquia interna tornam trajetórias radicalmente distintas em uma mesma corporação. Observar as formas de reunião e articulações políticas buscaram indicar também como as instituições e seus sujeitos são mais porosos e heterogêneos do que a categoria “militar” deixa imaginar.

A psicologia em contextos militares ocupa um lugar rebaixado no escalonamento do poder. As “fardas brancas” muitas vezes são consideradas menos militares e têm que articular alguma autonomia para a própria atuação. No entanto, a despeito de uma tendência à sua utilização como um tamponamento para as dinâmicas de trabalho adoecedoras, podem ser uma categoria de promoção de cuidado e de construção de mudanças internamente.

Em reportagem da Carta Capital, de 16 de maio de 2018, André Barrocal indica que “quem ganhou 10 mil reais por mês no ano passado faz parte dos 10% mais ricos, e renda acima de 27 mil bota [sic] a pessoa no clube dos 1%”(p.18). Os dois percentuais atingem o rendimento de diferentes posições do oficialato na Segurança Pública (BM e PM) no estado. Enquanto o oficialato representa uma pequena parcela das vagas nas corporações, o quadro de praças com salários significativamente menores, porém com previsão de promoções e estabilidade, abre grande número de vagas anualmente. Considerando o panorama socioeconômico do país, as precarizações das possibilidades de emprego e renda para LGBTQIA+, essas profissões serão eleitas por muitos em função do que representam em termos de rendimento e estabilidade a longo prazo, a despeito de um debate mais cuidadoso sobre direitos trabalhistas, que indique prós e contras. Se outros âmbitos do servidorismo público como a educação e a saúde (fora a medicina) não sofrerem mudanças significativas, os concursos militares continuarão a ter volumosas filas de corpos cis e trans, jovens e potentes a serviço das políticas de controle urbano racistas, sexistas e genocidas.

7 HOJE NÃO TEREMOS RECEITA DE BOLO¹²²

Voce põe o ponto final, e ali mesmo ele se transforma em reticências...
(Aleksiévitch, 2016, n.p)

As trajetórias acompanhadas ajudam a compreender o caráter ficcional dos discursos sobre as incapacidades das vidas trans e também revelam como as normas biopolíticas que as excluem dos espaços de formação, do mercado de trabalho e das dinâmicas sociais podem ser falseadas. E ao mesmo tempo como o acesso a recursos financeiros próprios pode modificar parte das “histórias de terror” que perseguem travestis e transexuais no país.

Não existe instituição despreparada para lidar com a diversidade. Elas estão muito bem informadas a partir de normas biologicistas, discriminatórias e se ancoram em um suposto conservadorismo social e da justiça para sustentar suas ações.

Esta pesquisa, situada entre as discussões da psicologia social e dos estudos das sexualidades, buscou oferecer uma análise sobre alguns pontos da relação da segurança pública e população LGBTQIA+, a partir dos relatos de seus trabalhadores sobre as suas dinâmicas internas.

O foco na trajetória de um combatente do Corpo de Bombeiros Militar coloca a instituição em questão, para também ser vista e ouvida, analisada e aprimorada, buscando contribuir para um campo de estudos que começa a entender “bombeiros” como parte da segurança pública e da defesa social no país.

É necessário observar que essas análises se referem majoritariamente às corporações da capital do estado, assim investigar melhor as dinâmicas que ocorrem nas cidades do interior pode revelar outras nuances da subjetivação militar, das trajetórias individuais e das dinâmicas de trabalho.

Seriam importantes maiores investimento e outras pesquisas que investiguem mais detidamente os efeitos da presença de militares LGBTQIA+ nas formas de atendimento à população. Que ouçam profissionais que atuam nessa esfera e também a população civil atendida.

As militares transexuais pertencentes às Forças Armadas que foram pioneiras na busca por reconhecimento e equivalência de direitos também merecem ter suas trajetórias

¹²² Este subtítulo faz referência a uma prática jornalista comum durante o período ditatorial no País. Os veículos de comunicação que tinham matérias censuradas, para não deixar espaços ociosos e ao mesmo tempo marcar a presença da censura, publicavam receitas, normalmente de bolo, em suas páginas.

registradas e analisadas em pesquisa própria, uma vez que como trabalhadoras estão reguladas por outro código, além de afirmarem uma identidade (feminina) que contradiz o militar “ideal”.

Durante a pesquisa, algumas questões que margeiam as perguntas norteadoras deste estudo, mas não são o seu foco, trouxeram muitas inquietações: como trabalhar os dados sobre corrupção nas instituições? Como elas afetam o trabalho e as políticas das instituições?

Para colaborar nesse sentido, Muniz e Proença (2007) indicam que

A proximidade ou mesmo o comprometimento com práticas criminosas é descrita no jargão policial brasileiro como correspondendo às frágeis fronteiras entre “conveniência”, “convivência” e “conivência”.” (p.161)

Nessa perspectiva, colocar em foco instituições públicas e a execução das políticas públicas é se deparar com um cenário complexo: falta material básico de trabalho; falta de protocolos de higiene e biossegurança; há equipamentos defasados ou de baixa qualidade que colocam os trabalhadores em risco de vida, em atividades rotineiras; descaso com a saúde dos trabalhadores; locais de trabalho infestados de dengue, próximos a depósitos, cheios de entulhos, escorpiões; exploração de empresas terceirizadas; bicos em horários de serviços, acobertados ou ignorados por superiores, tanto entre praças como entre oficiais do alto escalão; alteração de dados oficiais; trabalhadores impedidos de trabalhar por má gestão de recursos ou perseguições internas; trabalhadores que também são estudantes boicotados ou impedidos de ser graduar.

Se por um lado essas situações permitiram observar meus interlocutores (diretos e indiretos) como servidores públicos (além do caráter militar), outros pontos e relações me faziam querer distanciamento do campo.

Parte desta pesquisa foi desenvolvida em um contexto histórico em que parte da população que demanda intervenção militar parece desconhecer o próprio regime; Ministérios do Governo Federal voltam ao comando de militares anos após a redemocratização; jornais denunciam significativos investimentos federais nas Forças Armadas e cortes inimagináveis em educação e saúde; Alto Comando das Forças Armadas manda “recados” ao Sistema Justiça e à população; intervenção militar no RJ; assassinatos de lideranças políticas com viés de execução; nas ruas, batidas policiais compulsoriamente registram fotos de populares, exigem desbloqueio de celulares; militares ameaçam pessoas nos ônibus para que não participem de manifestações populares; revolta de militares com as mobilizações e a

premiação da medalha Tiradentes para a esposa de Mariele Franco; inúmeros casos de assédio, LGBTfobia e violências de gênero impunes.

Nesses termos, muitas vezes, foi preciso voltar o foco para as mulheres corajosas e persistentes que enfrentam diariamente um ambiente violador, para os muitos trabalhadores que buscam prestar o melhor serviço e que se orgulham do que fazem, para a radical diferença de oportunidades e possibilidades de nossos interlocutores trans em relação a outras pessoas trans no país e também para o que há de comum/paisano/civil entre os interlocutores, no intuito de recarregar energias e desejar a pesquisa novamente.

Esse percurso me fez pensar com Preciado (2014) que a revolução sexual tem que se aliar a outras revoluções para deixar de ser crise. A “revolução sexual” tem que ser pensada como uma revolução de classe, de raça, de territorialidade, de corpos e de saberes.

Ya sabemos que la paz es menos sexy que la guerra, vende menos un poema que una ráfaga de balas y una cabeza cortada pone más que una cabeza parlante. [...]. Hemos abandonado la política de la muerte: somos un batallón sexo-semiótico, una guerrilla cognitiva, una armada de amantes. Terror anal. Somos el futuro parlamento postporno, una nueva internacional somatopolítica hecha de alianzas sintéticas y no de vínculos identitarios. Dicen crisis. Decimos revolución. (p.13)

O privilégio de poder pesquisar é também negociar expectativas, daquelas que querem ver enfim seus relatos serem “ouvidos”, tanto “o que sofremos mas também o que fazemos bem”, como disse uma das interlocutoras. As expectativas das esposas civis que sofrem e se enfurecem com as mudanças dos e das companheiras a partir da inserção profissional; dos próprios interlocutores em ver a tradução de seus relatos; verificar se não esbarram nas arestas da regulação profissionais. Além de todas as cobranças acadêmicas de excelência, em um período de desvalorização e penalização do ensino superior, onde o desemprego é um futuro desconcertante.

No final da pesquisa, participei da celebração de um casamento entre um Tenente e uma Sargento. Entre os convidados, percebi que 90% correspondiam a outros militares, uma cúpula de oficiais fardados e embainhando espadas ornavam o corredor que levava até a cerimônia. Na fila de padrinhos, um casal gay abria e um casal de lésbica fechava o comboio das testemunhas. No altar, dispensam-se os representantes religiosos, e uma militar lésbica conduz a bênção, fazendo piada sobre a impropriedade do noivo usar branco (fardamento de gala) frente ao simbolismo da cor. O som da pista de dança traz funks dos últimos 10 anos, e o tradicional buquê lançado às solteiras era composto de sapos e pererecas, “para agradar a todos os gostos”, segundo a noiva. Tão tradicional na escolha do casamento e dos ritos militares para celebrar votos do casal, tão pouco normativo na união da praça com o oficial, e

tamanho contingente não heterossexual à vontade aos beijos na pista de dança. No entanto, João, que anos atrás fazia parte do círculo de convivência dos noivos, não está mais na lista de convidados. As mudanças acontecem a passos lentos e em linhas torta.

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Caio Fernando. *Morangos Mofados*. 9ª. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

AGUILA, Ursula Del. A vida não é a identidade! A vida resiste à ideia da identidade. Entrevista realizada para a **Revista Francesa *Têtu*** (n. 138). Novembro de 2008. Tradução de Luiz Morando, disponível em <https://resistaorp.blog/2018/05/08/a-vida-nao-e-a-identidade-a-vida-resiste-a-ideia-da-identidade/>. Acesso em: 15/05/2018.

ALBERTINI, Lauriani Porto. O exército e os outros. In: CASTRO, Celso; LEIRNER, Piero de Camargo (Org.). *Antropologia dos militares: reflexões sobre pesquisas de campo*. Rio de Janeiro: FGV, 2009. Cap. 6, p.75-90.

ALBUQUERQUE, Fernanda Faria; JANNELLI, Maurizio. *A Princesa – depoimentos de um travesti brasileiro a um líder das Brigadas Vermelhas*. Tradução de Elisa Byington. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1995.

ALBUQUERQUE, C. L. de; MACHADO, E. P. O currículo da selva: ensino, militarismo e ethos guerreiro nas Academias Brasileiras de Polícia. Capítulo criminológico. Vol. 29, nº4, dez, 2001. Disponível em: <<http://www.revistas.luz.edu.ve/index.php/cc/article/viewFile/163/159>>. Acesso em: 20 mai. 2011.

ALEKSIÉVITCH, Svetlana. *A guerra não tem rosto de mulher*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016. E-Book.

ALMEIDA, G. (2012). 'Homens trans': novos matizes na aquarela das masculinidades?. *Revista Estudos Feministas*, 20(2), 513-523. Retrieved December 03, 2012, from http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2012000200012&lng=en&tlng=pt. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2012000200012>.

ALMEIDA, G. S. (2010). Reflexões iniciais sobre o processo transexualizador no SUS a

partir de uma experiência de atendimento. In: ARILHA, Margareth; LAPA, Thaís de Souza; PISANESCHI; Tatiane Crenn. *Transexualidade, travestilidade e direito à saúde*. São Paulo, Oficina Editorial

ALMEIDA, Guilherme; MURTA, Daniela. Reflexões sobre a possibilidade da despatologização da transexualidade e a necessidade da assistência integral à saúde de transexuais no Brasil. **Sex., Salud Soc. (Rio J.)**, Rio de Janeiro , n. 14, p. 380-407, Aug. 2013 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-64872013000200017&lng=en&nrm=iso>. access on 11 Aug. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S1984-64872013000200017>

ALBERNAZ, E. Sobre legitimidade, produtividade e imprevisibilidade: seletividade policial e a reprodução da ordem social no plano de uma certa “política do cotidiano”. *Confluências*, Niterói, v. 17, n. 1, p. 109-122, 2015.

ALVES, Flavio; BARCELLOS, Sérgio. *Toque de Silêncio. Uma história de homossexualidade na Marinha do Brasil*. Geração Editorial. 2ª Ed. São Paulo, 2002.

AMADOR, F. S. *Violência Policial: verso e reverso do sofrimento*. Edunisc, 2002

AQUINO, W. A. S de; MARÇAL, M. M. *Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais: Cem anos de história e reflexão 1911-2011*. Belo Horizonte: 2013

ARÁN, Márcia. A saúde como prática de si: do diagnóstico de transtorno de identidade de gênero às redescrições da experiência da transexualidade. In: ARILHA, Margareth, LAPA, Thaís de Souza, PISANESCHI, Tatiane Crenn. *Transexualidade, travestilidade e direito à saúde*. São Paulo: Oficina Editorial, 2010.

ASSIS, Jorge Cesar de. *Comentários ao Código Penal Militar: parte especial*. 2ª. ed. Curitiba: Juruá, 2004.

AVELAR, Idelber. Revisões da masculinidade sob ditadura: Gabeira, Caio e Noll. *Estudos da Literatura Brasileira Contemporânea*. 2014, 43:49-68.

AZEVEDO, Aluísio de.
O cortiço. São Paulo: Ática. 1999.

Barboza, H. H. (2012). Proteção da autonomia reprodutiva dos transexuais. *Revista Estudos Feministas*, 20(2), 549-558. Retrieved October 28, 2012, from http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2012000200015&lng=en&tlng=pt. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2012000200015>.

BEATTIE, P. M. Ser homem pobre, livre e honrado: a sodomia e os praças nas Forças Armadas brasileiras (1860-1930). In CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik (Org.). *Nova história militar brasileira*. Rio de Janeiro, FGV/Bom Texto, 2004. P. 269-299.

BENEDETTI, Marcos Renato. *Toda feita: o corpo e o gênero das travestis*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

BENTO, B. *A reinvenção do corpo. Sexualidade e gênero na experiência transexual*. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

BENTO, Berenice. *Necrobiopoder: Quem pode habitar o Estado-nação?*. **Cadernos pagu**, 2018.

BRANDÃO, Priscila Carlos., LEITE, Isabel. Cristina. Nunca foram heróis! A disputa pela imposição de significados em torno do emprego da violência na ditadura brasileira, por meio de uma leitura do Projeto ORVIL. **Revista Anos 90**, Porto Alegre, v. 19, n. 35, p. 299-327, Jul. 2012.

BRANDÃO, T. O., & GERMANO, I. M. P. Experiência, memória e sofrimento em narrativas autobiográficas de mulheres. *Psicologia e Sociedade*, 21(1), 5-15. (2009).

BRAZ, Camilo. *Transmasculinidades, temporalidades: antropologia do tempo, da espera e do acesso à saúde a partir de narrativas de homens trans*. *Seminário Internacional Fazendo Gênero*, v. 11, p. 1-12, 2017.

BRUNER, J. Atos de significação. Porto Alegre: Artes Médicas. (1997).

BUTLER, Judith. *Deshacer el Género*. Barcelona, Paidós Iberica, 2006.

BUTLER, Judith. *Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade*. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2003.

BUTLER, Judith. *Corpos em aliança e a política das ruas. Notas para uma teoria performativa das assembleias*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2018

CABRAL, J. R. Imorais e subversivos. **Periódicus** – Revista de estudos indisciplinados em gêneros e sexualidades, Salvador, n. 4, v. 1, nov.2015-abr. 2016

CAMARGO, Kenneth; ROHDEN, Fabíola e CÁCERES, Carlos F. *Ciência, gênero e Sexualidade*. In Sessão 2 – *Ciência e política sexual*. Disponível em: <<http://sxpolitics.org/ptbr/atividades-do-spw-10/1131>>. Acesso em: 15/04/2018.

CAMINHA, Adolfo. *Bom-Crioulo*. Rio de Janeiro: Domingos de Magalhães-Editor, 1895

CAMINHAS, Lorena Rúbia P. *Butler além do gênero: a performatividade na política de reconhecimento*. Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2017, ISSN 2179-510X

CAPPELLE, Mônica Carvalho Alves. *O trabalho feminino no Policiamento Operacional: subjetividade, relações de poder e gênero na oitava região da Polícia Militar de Minas*

Gerais. 2006. Doutorado (Administração) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil

CARRARA, S.; VIANNA, A. R. B. “Tá lá o corpo estendido no chão...”: a violência letal contra travestis no município do Rio de Janeiro. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 16, n.

2, p. 233-249, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73312006000200006&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 8 set. 2009.

CARREIRAS, H. “Família, Maternidade e Profissão Militar”. **Revista Estudos Feministas**. Rio de Janeiro: IFCH/UFRJ, vol. 5, p.69-8, 1997.

CARREIRAS, Helena. Diversidade Social nas Forças Armadas: Gênero e Orientação Sexual em Perspectiva Comparada. **Nação e Defesa**. Primavera 2004, N.º 107 - 2.ª Série, p. 61-88

CARVALHO, Mario Felipe de Lima et al. Que mulher é essa?: identidade, política e saúde no movimento de travestis e transexuais. 2011.

CASTRO, Francisco José Viveiros de. Attentados ao pudor (Estudos sobre as aberrações do instinto sexual). Rio de Janeiro: Livraria Editora Freitas Barros, 1934

CASTRO, Celso; LEIRNER, Piero de Camargo (Org.). Antropologia dos militares: reflexões sobre pesquisas de campo. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

CASTRO, Celso. O espírito militar: um estudo de antropologia social na academia militar das agulhas negras. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990.

CASTRO, Celso, et al. (Org.). Nova história militar brasileira. Rio de Janeiro: FGV: Bom Texto, 2004.

CASTRO, Celso; LEIRNER, Piero de Camargo. Apresentação: por uma antropologia dos militares. Hierarquia Militar Brasileira. In: _____ Antropologia dos militares: reflexões sobre pesquisas de campo. Rio de Janeiro: FGV, 2009, cap. 1, p. 7-10.

CASTRO, Celso. Em campo com os militares. In: CASTRO, Celso; LEIRNER, Piero de Camargo (Org.). Antropologia dos militares: reflexões sobre pesquisas de campo. Rio de Janeiro: FGV, 2009, cap. 3, p.13-30.

CHINELLI, Fernanda. Pesquisa e Aliança: o trabalho de campo com mulheres de militares. In: CASTRO, Celso; LEIRNER, Piero de Camargo (Org.). *Antropologia dos militares: reflexões sobre pesquisas de campo*. Rio de Janeiro: FGV, 2009, cap. 7, p. 91-106

CHADUD, R. C. Bombeiras de resgate: uma forma atípica do setor de serviços militares. In: IV Seminário Internacional de trabalho e Gênero, 2012, Goiânia. *Protagonismo, ativismo, questões de gênero revisitadas*. Goiânia, 2012.

CHADUD, R. C. O serviço de bombeiras militares: conflitos de gênero, diferença e identidade. 2014. (Apresentação de Trabalho/Comunicação).

COLL-PLANAS, G. *Introducción*. In: MISSÉ, Miquel; COLL-PLANAS (Ed.) *El género desordenado – críticas en torno a la patologización de la transexualidad*. Barcelona-Madrid: EGALES, 2010.

COLL-PLANAS, G. *La voluntad y el deseo. La construcción social del género y la sexualidad. El caso de gays, lesbianas y trans*. Espanha, Madrid: Egales, 2010.

CONNELL, R. W. *Gender and Power* Sydney, Australia: Allen and Unwin, 1987

CONNELL, R. W. "Masculinities, Change and Conflict in Global Society: Thinking about the Future of Men's Studies." *Journal of Men's Studies*, v. 11, n. 3, p. 249-266, 2003.

CORONGES, K.A. A network evaluation of attitudes toward gays and lesbians among U.S. military cadets. *Journal of Homosexuality*, 2013; 60(11):1557-1580.

COSTA, Nicole Gonçalves da. Do disque denúncia ao call center: os limites do Disque 100 para a realização da denúncia de violência contra a população LGBT. 2016. 214f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social). Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte. 2016. Disponível em: <http://www.fafich.ufmg.br/pospsicologia/egressos/dissertacoes-mestrado/dissertacoes-mestrado-defendidas-em-2016/>. Acesso em: 12 jan. 2017

COTTA, Francis Albert. Breve História da Polícia Militar de Minas Gerais. Belo Horizonte: Crisálida, 2006.

CRUZ, Valéria Cristina de Assis. Teto de vidro: estudo de caso com oficiais do Corpo de Bombeiro Militar de Minas Gerais. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração) Pedro Leopoldo: Fundação Pedro Leopoldo, 2017.

CUEVAS, Clara Eliana. “Desnaturalizando o destino da humanidade”: homossexualidade, pátria e stonismo. **Revista Digital do Instituto Latino-Americano de Arte, Cultura e História** - UNILA. Foz do Iguaçu, v. 1, n. 4 (2014).

CUNHA, Maria Clementina Pereira. O espelho do mundo. Juquery, a história de um Asilo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

D'ARAUJO, Maria Celina. Mulheres e questões de gênero nas Forças Armadas brasileiras. Resdal, 2003. Disponível em <<http://www.resdal.org/producciones-miembros/redes-03-daraujo.pdf>>. Acesso em: 05/05/2018.

D'ARAUJO, Maria Celina. Mulheres, homossexuais e Forças Armadas no Brasil. In: CASTRO, Celso et al. (Org.). Nova história militar brasileira. Rio de Janeiro: FGV: Bom Texto, 2004, p. 439-459.

DAVID, Zoraide Guerra. Incêndio com amor de apaga. Montes Claros, MG: Editora Unimontes, 2003.

DE LAURETIS, Teresa. Cuando las lesbianas no éramos mujeres. Coloquio “Autour de L’œuvre Politique, Théorique et Littéraire de Monique Wittig” [“En torno a la obra política, teórica y literaria de Monique Wittig”], bajo la dirección de Marie-Hélène Bourcier y Suzette Robichon, Paris, 16-17 de junio, 2001.

DEL PRIORI, Mary; AMARANTINO, Marcia. História do corpo no Brasil. São Paulo: Ed.Unesp, 2011.

EDWARDS, Fernanda Carvajal. *Sexopolítica en los inicios de la dictadura de Augusto*

Pinochet: el “cambio de sexo” de Marcia Alejandra en los discursos de la prensa. Revista Latinoamericana. Sexualidad, Salud y Sociedad - n. 24, dez. 2016 - p.103-129.

FEDERICI, Silvia. *Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. São Paulo: Ed. Elefante, 2017.

FERNANDES, Eric Baracho Dore. O transexual e a omissão da lei: um estudo de casos paradigmáticos. **Caderno Virtual**. Brasília, Nº 21, v. 1, Jan-Jun/2010.

FICO, Carlos. Prefácio. In J. Green & R. Quinalha (Orgs). *Ditadura e homossexualidades: repressão resistência e a busca da verdade*. São Carlos: EdUFSCar. 2014.

FOUCAULT, M. *História da Sexualidade I: a vontade de saber*. Trad. M.T. C. Albuquerque e J. A G. Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1977

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: história da violência nas prisões*. Petrópolis: Vozes, 1989.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da biopolítica**: curso dado no Collège de France (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008

FOUREAUX, Rodrigo. O transexual nas instituições militares. 21/12/2011. Disponível em: <https://www.recantodasletras.com.br/textosjuridicos/3399802>

FRANÇA, Fábio Gomes. 2016. “Hierarquia da invisibilidade”: preconceito e homofobia na formação policial militar. Disponível em: <http://revista.forumseguranca.org.br/index.php/rbsp/article/view/700/244> Acesso em: 23 de ago. 2019.

FREIRE, Dirce de Sá. “Com açúcar sem afeto”. In DEL PRIORI, Mary; AMARANTINO, Marcia. *História do corpo no Brasil*. São Paulo: Ed.Unesp, 2011.

FRY, Peter. “Léonie, Pombinha, Amaro e Aleixo: prostituição, homossexualidade e raça em dois romances naturalistas.” *In: Caminhos cruzados: linguagem, antropologia e ciências naturais*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

GADELHA, Patrícia Silva. A prática da pederastia é crime militar. **Revista Jus Navigandi**, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 11, n. 1009, 6 abr. 2006. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/8206>>. Acesso em: 14 maio 2018.

GREEN, J. Abaixo a repressão, mais amor e mais tesão. Uma memória sobre a ditadura, e o movimento de gays e lésbicas de São Paulo na época da abertura. **Acervo**, Rio de Janeiro, V. 27, Nº 1, p. 53-82, jan.-jun. 2014, p. 53.

Guasch Andreu, Òscar: *Héroes, científicos, heterosexuales y gays: los varones en perspectiva de género*. Barcelona: Bellaterra, 2006.

GREEN, James; QUINALHA, Renan. (org). Ditadura e homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade. São Carlos: EdUFSCAR, 2014

Halberstam, Jack. *Masculinidad Femenina*. Madrid: Egales, 2008.

HARAWAY, D. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**. N. 5, pp.7-42, 1995.

HARAWAY, Donna; et al. *Antropologia do ciborgue: as vertigens do pós-humano*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009

KARAM, Maria Lúcia. Violência, militarização e ‘guerra às drogas’. *In: KUCINSKI, B (org)*. Bala Perdida: a violência policial no Brasil e os desafios para a sua superação. São Paulo: Boitempo, 2015

KUCINSKI Bernardo, et al. Bala perdida: A violência policial no Brasil e os desafios para sua superação. 1.ed. São Paulo: Boitempo, 2015.

LAMOUNIER, Gabriela Almeida Moreira. Gêneros Encarcerados: uma análise transviada da política de Alas LGBT no Sistema Prisional de Minas Gerais. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFMG, Belo Horizonte, 2018.

LEINER, Piero de Camargo. *Meia-volta, volver: um estudo antropológico sobre a hierarquia militar*. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

LEIRNER, Piero de Camargo. Etnografia com militares: fórmula, dosagem e posologia. In: CASTRO, Celso; LEIRNER, Piero de Camargo (Org.). *Antropologia dos militares: reflexões sobre pesquisas de campo*. Rio de Janeiro: FGV, 2009, cap. 4, p. 31-52.

LOURO, Lopes Guacira (org). O corpo educado: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

LOMBARDI, Maria Rosa; BRUSCHINI, Cristina; MERCADO, Cristiano. As mulheres nas Forças Armadas brasileiras : a Marinha do Brasil 1980-2008. São Paulo: FCC; DPE, 2009.

MACHADO, Gisele Terezinha; ROSS, Silvia de. Inimigas da pátria: Propostas educativas para a guerra contra as doenças venéreas na Marinha do Brasil nas décadas de 1920 e 1930. **Revista Latinoamericana**, *Sexualidad, Salud y Sociedad* - n. 28 – abr/2018 - p.206-225, 2018.

MARÇAL, M. M.; AQUINO, W. A. Corpo de Bombeiro Militar de Minas Gerais Cem Anos de História e Reflexão 1911 - 2011. Belo Horizonte: Rona Editora, 2013.

MARCUS, George. E. “Ethnography in/of the Word System: The Emergence of Multi-Sited Ethnography”. *Annual Review of Anthropology*, v.1, n.24, p.95-117, 1995

MARCUS, George. E. “Etnografía en/del sistema mundo. El surgimiento de la etnografía multilocal”. *Alteridades*, v.11, n.22, p. 111-127, 2001.

MARIA, Marina David. A mudança de gênero e os seus reflexos jurídicos na polícia militar de Santa Catarina. **Direito-Florianópolis**, 2015.

MAS GRAU, Jordi “¿Hombre sin pene? La construcción de la masculinidad en personas Trans.” En *Masculinidades disidentes*. Mérida Jiménez, R. (ed.) Icaria. Barcelona, 2016

MINAYO, Maria Cecília de Souza; OLIVEIRA, Queiti Moreira Batista de; SOUZA, Edinilsa Ramos de; NJAINE, Kathie; CECCHETTO, Fátima Regina; AVANCI, Joviana Quintes; RIBEIRO, Adalgisa Peixoto; RIBEIRO, Fernanda Mendes. A atuação dos órgãos de segurança pública junto à população LGBT. In: PARESCHI, Ana Carolina Cambreses; ENGEL, Cíntia Liara; BAPTISTA, Gustavo Camilo. *Coleção Pensando a Segurança Pública*. Brasília: Ministério da Justiça e Cidadania, Secretaria Nacional de Segurança Pública v.6, 2016

MISKOLCI, Richard. O desejo da nação: masculinidade e branquitude no Brasil de fins do XIX. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2013. E-Book.

MISKOLCI, Richard. *Desejos digitais: Uma análise sociológica da busca por parceiros*. Belo Horizonte, Autêntica, 2017.

MORANDO, L. Por baixo dos panos: repressão a gays e travestis em Belo Horizonte (1963-1969). In: GREEN, J.; QUINALHA, R. (orgs). *Ditadura e Homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade*. São Carlos: EduFSCar, 2014.

MISSÉ, Miquel. *A la conquista del cuerpo equivocado*. Egales. Barcelona. Pp. 23-40, . 2018

MOREIRA, R. Virilidade e o corpo Militar. **História: Debates e Tendências**. Passo Fundo, v. 10, n. 2, jul./dez, p. 321-335, 2011.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Modernizando a repressão: a Usaid e a polícia brasileira. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, vol.30, nº 59, p. 237-266. Jan. 2010.

MUNIZ, J. O. A crise de identidade das polícias militares brasileiras: dilemas e paradoxos da forma..o educacional. *Security and Defense Studies Review* , Winter, v. 1, p. 177-198, 2001.

MUNIZ, JACQUELINE DE OLIVEIRA; PROENÇA JÚNIOR, Domício . Armamento é Direitos Humanos: nossos fins, os meios e seus modos. *Sociedade e Estado* (UnB. Impresso), v. 28, p. 119-141, 2013.

NOVAES, Joana Vilhena. (2011) Beleza e feiúra.sociabilidade e usos do corpo em mulheres das camadas altas e populares da zona sul carioca. In: Del Priore (org.) *A história do Corpo no brasil*. Ed. Unesp. Pp 477-506

OLIVEIRA, Jonas Henrique de. O corpo como significado ou o significado do corpo: poder, violência e masculinidade da polícia militar. *Vivência*. nº 35, 2010, p101-117.

OLIVEIRA. Luana Farias. Quem tem medo de sapatão? Resistência lésbica à Ditadura Civil-Militar (1964-1985). **Periódicus**, Salvador, n. 7, v. 1, maio-out. 2017 – p.06-19.

PAULA, Pablo Rodrigues de. Dignidade Humana e militarismo: uma análise do crime de pederastia como sinal da discriminação sexual. **Fas@jus - e-revista da Faculdade de Direito Santo Agostinho** – vol. 1, n. 1, 2010.

PELUCIO, Larissa; CERVI, Mariana . Traições, Pequenas Mentiras e Internet: conjugalidades contemporâneas e usos de mídias digitais. *Revista Científica Gênero na Amazônia*, v. 01, p. 25-51, 2013.

PELÚCIO, Larissa. O cu (de) Preciado – estratégias cucarachas para não higienizar o queer no Brasil. *Iberic@l: Revue D'études Ibériques et Ibéro-américaines*, Paris, n. 9, p. 123-136, printemps 2016. Disponível em: <https://goo.gl/tBYosN>. Acesso em: 10 ago. 2016.

PINHEIRO, Douglas. Autoritarismo e homofobia: a repressão aos homossexuais nos regimes ditatoriais cubano e brasileiro (1960-1980). **Cadernos Pagu**, (52), e185213. Epub May 03, 2018.

PISCITELLI, A. Viagens e sexo online: a internet na geografia do turismo sexual. *Cad. Pagu*, 25, 281-326, 2005.

PORTELLI, Alessandro. A Filosofia e os Fatos. Narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. *Tempo*, vol. 1, n° 2, 1996.

Prado, M. A. M., Pinto, J. B. M., Barros, C. R., Dorigo, J. N., Costa, N. G., & Freitas, R. V. (2014). Segurança pública e população LGBT: formação, representações e homofobia. In: *Segurança pública e direitos humanos: temas transversais*. 1ª ed. Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Segurança Pública, v.5, p. 57-79. ISBN: 978858582848X.

PRADO, M.A.M. *Ambulare*. Belo Horizonte. PPGCOM UFMG, 2018.

PRADO, M. A. M., MACHADO, F. V. *Preconceito contra homossexualidades: a hierarquia da invisibilidade*. São Paulo: Cortez, 2008.

PRADO, M. A. M.; MONTEIRO, I. R. I. Psicologia, práticas Psi e perspectiva Queer: algumas questões em torno das ‘terapias’ identitárias. In: FERRÃO, D.; CARVALHO, L. H.; COACCI, T. (orgs). *Psicologia, Gênero e Diversidade Sexual: saberes em diálogo*. Belo Horizonte, MG: CRP 04, 2019.

PRADO, M. A. M.; JUNQUEIRA, R. D. Homofobia, Hierarquização e Humilhação Social. In: VENTURI, Gustavo; BOKANY, Vilma. (Org.). *Diversidade Sexual e Homofobia no Brasil*. São Paulo: Editoria Fundação Perseu Abramo, 2010.

PRADO, M.A.M; VASCONCELOS, R.; VIDA,J.S; LAMOUNIER,G.S; CARNEIRO, J. A construção institucional do gênero criminoso: travestis e transexuais no sistema de Justiça, 2018

PRECIADO, Beatriz. Testo yonqui. Madrid: Espasa, 2008.

PRECIADO, P. B. Após o livro, imprima a carne. Jornal eletrônico *Libération*, publicado em 3 de fevereiro de 2017. Tradução de Luiz Morando, disponível em <https://resistaorp.blog/2018/04/26/apos-o-livro-imprima-a-carne/>. Acesso em: 15/05/2018.

PRECIADO, P.B. Decimos revolución In: Transfeminismos. Epistemes, fricciones y flujos. 3 ed. San Isidro: Editorial Txalaparta, 2014

QUEIROZ, Isabela Saraiva. Normas de gênero e uso de drogas: normalização e diferença na experiência de mulheres. Tese de doutorado. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte. 2015

ROCHA, M.E.G.T. Iguais mas separados. Os homossexuais e as forças armadas. **Revista Brasileira de Direito Constitucional** – RBDC, n. 17 – jan./jun(2011).

SALGADO, Ricardo S. A Performance da Etnografia como Método da Antropologia. **ANTROPOLÓGICAS**, nº 13, pp. 27-38, 2015.

SANT`ANNA, Denise Bernuzzi de. Higiene e higienismo entre o império e a república. In: DEL PRIORI, Mary; AMARANTINO, Marcia. História do corpo no Brasil. São Paulo: Ed.Unesp, 2011.

SANTOS, José Vicente Tavares dos. A arma e a flor: formação da organização policial, consenso e violência. **Tempo social**. São Paulo, vol.9, n.1, p.155-167. 1997.

SCHACTAE, Andréa Mazurok. Vestir a Farda: a Constituição de um Espaço para o Feminino na Polícia Militar do Estado do Paraná (1977-2000). *Revista Latino-Americana de Geografia e Gênero*, v. 4, n. 2, p. 96-105, 2013.

SCHACTAE, Andréa Mazurock . -A gloriosa Polícia Militar do Paraná-: Masculinidade e identidade institucional (século XX). *Opsis* , v. 13, p. 36-57, 2014.

SCHACTAE, Andrea Mazurok. Definindo a ordem e a margem: ideal de feminilidade e de masculinidade na Polícia Militar do Paraná em 1979. **História, histórias**. Brasília, vol. 1, n. 5, 2015.

SEDGWICK, Eve Kosofsky. “A Epistemologia do Armário”. *Cadernos Pagu*. Tradução de Plínio Dentzien. Campinas Núcleo de Estudos de Gênero Pagu, 2007

SEGATA, Jean; RIFIOTIS, Theophilos (orgs.). Políticas etnográficas no campo da cibercultura. Brasília, ABA Publicações; Joinville, Editora Letradágua. 208 pp. 2016.

SENASP. Mulheres nas Instituições de Segurança Pública: Estudo Técnico Nacional. Brasília : Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), ISBN :978-85-85820-29-9, 2013

SOARES, L. E. Por que tem sido tão difícil mudar as polícias?. *In*: KUCINSKI, B (org). *Bala Perdida: a violência policial no Brasil e os desafios para a sua superação*. São Paulo: Boitempo, 2015

SOARES, M. B., MUSUMECI, L. Mulheres policiais: presença feminina na Polícia Militar do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SOLÀ, Mirian. Pre-textos, com-textos y textos. *In*: *Transfeminismos. Epistemes, fricciones y flujos*. 3 ed. San Isidro: Editorial Txalaparta, 2014

SOUZA, Marcos Santana de. “ELAS NÃO SERVEM PRA GUERRA”: Presença Feminina e Representações Sociais de Gênero na Polícia Militar de Sergipe. i
Marcos Santana de Souza “ELAS NÃO SERVEM PRA GUERRA”: Presença Feminina e Representações Sociais de Gênero na Polícia Militar de Sergipe (Monografia) - Universidade Federal de Sergipe – UFS, Especialista em “Violência, Criminalidade e Políticas Públicas” , 2009.

SPADE, Dean. Una vida “normal”: La violencia administrativa, la política trans crítica y los límites del derecho. Barcelona: Edicions BellaTerra, 2015.

SPIVAK, G.C. *Pode o subalterno falar?* Tradução de Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa e André Pereira Feitosa. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.

TAKAHASHI, Emilia. Cadetes pioneiras da AFA: algumas considerações sobre a pesquisa, o campo e a pesquisadora. In: CASTRO, Celso; LEIRNER, Piero de Camargo (Org.). *Antropologia dos militares: reflexões sobre pesquisas de campo*. Rio de Janeiro: FGV, 2009, cap. 5, p.53-74.

TAKAHASHI, Emilia. *Homens e mulheres em campo: um estudo sobre a formação da identidade militar*. 2002. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo, Brasil

TENÓRIO, L. F. P.; MÁXIMO PRADO, M. A. As contradições da patologização das identidades trans e argumentos para a mudança de paradigma. **Revista Periódicus**, [S. l.], v. 1, n. 5, p. 41–55, 2016. DOI: 10.9771/peri.v1i5.17175. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/17175>. Acesso em: 18 mar. 2022.

TEIXEIRA, Flavia do Bonsucesso. *Vidas que desafiam corpos e sonhos: uma etnografia do construir-se outro no gênero e na sexualidade*. 2009. 243 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, SP, 2009.

TEIXEIRA, Flávia do Bonsucesso. “Histórias que não têm era uma vez: as (in)certezas da transexualidade”, *Estudos. Feministas*; Florianópolis, 20, 2, 501-521, maio-agosto/2012.

TORRES, Marco Antonio. *A emergência de professoras travestis e transexuais na escola: heteronormatividade e direitos nas figurações sociais contemporâneas* Tese de Doutorado, Programa de Pós-graduação em Psicologia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, 2012.

TRAMONTANO, Lucas. Testosterona: as múltiplas faces de uma molécula. 2017. Disponível em <http://www.bdt.uerj.br/handle/1/4779>

TRINQUET, P. Trabalho e educação: o método ergológico. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, v. 10, n. 38e, p. 93–113, 2012. DOI: 10.20396/rho.v10i38e.8639753. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639753>. Acesso em: 18 mar. 2022.

TURTE-CAVADINHA S. L. Violências, relações de gênero e poder: efeitos do trabalho sobre subjetividades e saúde mental de policiais militares. [Tese de Doutorado]. São Paulo: Faculdade de Saúde Pública da USP; 2016

VARGAS, Fábio de Oliveira. O transexualismo em face do Direito Militar. **Revista Jus Navigandi**, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 15, n. 2509, 15 maio 2010. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/14863>>. Acesso em: 25 jul. 2018.

VASCONCELOS, Rafaela. Homens com T Maiúsculo. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Programa de Pós-graduação em Psicologia. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, 2014.

VERGUEIRO, V. Uma breve carta às mulheres trans e travestis e alguns diálogos transfeministas sobre a identidade de gênero entre o público privado, sexo gênero, natureza cultura, corpo mente. Manuscrito.

VIANA, I. Supremo Tribunal Federal: entre o importante avanço para a cidadania trans no Brasil e a permanência de uma visão essencialista do gênero. Disponível em <http://sxpolitics.org/ptbr/8257-2/8257> , 2018

VIDA, J.; BASTOS, S. STF e o direito à identidade de gênero: fragilidades, disputas e projeções em um campo incerto. Disponível em <https://sxpolitics.org/ptbr/stf-e-o-direito-a-identidade-de-genero-fragilidades-disputas-e-projecoes-em-um-campo-incerto/8721>

WELZER-LANG, D. A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia. Tradução de Miriam Pillar Grossi. **Revista de Estudos Feministas**, Ano 9, v. 9, n. 2, p. 460-481, 2001.

9 ANEXO

QUADRO HIERÁRQUICO DO CORPO DE BOMBEIROS DE MINAS GERAIS ¹²³				
POSTO: OFICIAIS	Superiores	Coronel		Designados às funções de gestão e comando, são marcados em seus fardamentos por estrelas, que representam no simbolismo militar a luz que guiará a tropa.
		Tenente-Coronel		
		Major		
	Intermediário	Capitão		
	Subalterno	Primeiro Tenente		
Segundo Tenente				
Praças Especiais		Aspirante à Oficial		Graduações designadas àqueles aprovados em concurso para o posto de oficiais, durante os anos de formação.
		Cadete de Terceiro Ano	Aluno do Curso de Habilitação de Oficiais (CHO)	
		Cadete de Segundo Ano		
		Cadete de Primeiro Ano		
GRADUAÇÃO: PRAÇAS		Primeiro Sargento		Designadas às funções de execução, tem seus fardamentos marcados pela divisa, representantes no simbolismo militar da força.
		Segundo Sargento		
		Terceiro Sargento		
		Cabo		
		Soldado de Primeira Classe		
		Soldado de Segunda Classe		

¹²³ Em referência ao Estatuto dos Militares de Minas Gerais.